



MONTEMOR O | NOVO câmara municipal

CARTA ESTRATÉGICA MONTEMOR-O-NOVO 2025

Abril de 2017



ligados à terra

Gabinete Oliveira das Neves
desde 1993

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO..... 1

PARTE A – ATUALIZAÇÃO DA CARTA ESTRATÉGICA

1. TERRITÓRIO - Posicionamento Regional, Desenvolvimento Urbano e Gestão Territorial..... 7

1.1. Posicionamento Regional 7

1.2. Características do Povoamento 12

1.3. Qualificação e Regeneração Urbanas..... 15

1.4. Ordenamento e Gestão Territoriais 23

2. SOCIEDADE - Demografia e Dinâmicas Sociais 27

2.1. Demografia 27

2.2. Ação Social e Saúde 35

2.3. Cultura 43

2.4. Educação, Formação e Juventude 48

3. ECONOMIA - Especialização e Desenvolvimento 57

3.1. Especialização Económica e do Emprego 57

3.2. Estrutura económico-empresarial e infraestruturas de suporte 63

3.3. Agricultura, Floresta e Desenvolvimento Rural..... 74

3.4. Património e Turismo 90

4. VISÃO DE SÍNTESE 101

PARTE B – ENQUADRAMENTO GEOESTRATÉGICO, CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO E DESAFIOS ESTRATÉGICOS

1. ENQUADRAMENTO GEOESTRATÉGICO: TERRITORIAL E DE ESPECIALIZAÇÃO ECONÓMICA..... 109

1.1. Posicionamento territorial e Acessibilidades 109

1.2. Recursos do território e especialização económica 112

1.3. Visão de síntese dos argumentos competitivos de Montemor-o-Novo 117

2. CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO..... 121

3. DESAFIOS ESTRATÉGICOS NO HORIZONTE 2025 129

PARTE C – MODELO DE INTERVENÇÃO ESTRATÉGICO

1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	137
2. DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO.....	145
3. GESTÃO E ACOMPANHAMENTO	157
4. PROJETOS	165

ANEXOS

Anexo A. Reuniões de trabalho com Entidades Locais

Anexo B. Necessidades de Formação

Anexo C. Demografia

Anexo D. Indicadores de Estrutura Empresarial e Emprego

Anexo E. Agricultura e Desenvolvimento Rural

Anexo F. Turismo e Património

APRESENTAÇÃO

A fundamentação de intervenções sobre os territórios, na perspetiva de potenciar a sua competitividade económica e social, constitui um permanente desafio para os Municípios enquanto suporte de visões projetadas para o futuro e também de concretização de interesses e de investimentos públicos e privados.

No contexto atual, existe uma sobredeterminação da programação de intervenções e de investimentos subordinada à mobilização de recursos de financiamento. Todavia, importa desenvolver abordagens de planeamento com condições para responder, com valor acrescentado, ao desafio da competitividade territorial identificado procurando envolver os múltiplos atores na construção de respostas.

A Equipa Técnica responsável pela Elaboração da Carta Estratégica Montemor-o-Novo 2025 estruturou um modelo de trabalho que incorporou preocupações de articulação do planeamento estratégico com outras componentes da intervenção territorial procurou valorizar formas de participação pública, por forma a construir gradualmente resultados a ser diretamente apropriados pela gestão municipal e pelos diversos atores intervenientes, portadores de recursos e de iniciativas no território de Montemor-o-Novo.

A Elaboração da Carta Estratégica, compreendeu as seguintes principais etapas de trabalho e atividades técnicas desenvolvidas entre 2015 e 2017:

↳ 1ª Etapa dos trabalhos

- Recolha e processamento de informação documental e estatística, destinada a organizar elementos-chave de Diagnóstico do Concelho e da sua integração (supra-local, regional e nacional) procurando reunir dados atualizados em diferentes domínios setoriais. A disponibilidade do *Anuário Estatístico do Alentejo*, referente a 2014, permitiu uma atualização maior da informação estatística tendo implicado a revisão do Diagnóstico elaborado na fase inicial.
- Realização de um conjunto alargado de entrevistas e reuniões de trabalho com responsáveis municipais (técnicos e autarcas), empresas e outros agentes económicos, agentes culturais, escolas, IPSS's, associações empresariais e de desenvolvimento, ... (cf. *Anexo A*).

Nestas reuniões os participantes contribuíram com elementos para aprofundar o conhecimento do Concelho na ótica da identificação dos principais Pontos fortes, Pontos fracos, Ameaças e Oportunidades, mas também de Desafios e perspetivas de intervenção futura.

- Organização de sessões de “Focus-group” nos domínios da *Cultura e Património, Saúde e Ação Social* e da *Educação/Formação, Juventude e Desporto*, com a participação de “stakeholders” que

contribuíram para aprofundar conhecimento sobre os recursos, atividades e projetos nestes importantes setores de atividade e vida do Concelho.

- Realização de um Inquérito aos Estabelecimentos empresariais de Montemor-o-Novo, de aplicação presencial, organizado em torno dos seguintes campos de inquirição: Identificação da Empresa; Situação económica e social atual; e Perspetivas futuras para 2025. A este Inquérito responderam 140 Empresas.
- Realização de um Workshop que reuniu cerca de duas dezenas e meia de pessoas para refletir sobre as perspetivas e desafios do desenvolvimento futuro do Concelho. Este Workshop apresentou os resultados de Avaliação da Carta Estratégica e também os resultados dos processos de inquirição desenvolvidos junto das Empresas do Concelho.
- Processamento de resultados do Inquérito às Juntas de Freguesia, no âmbito da Revisão do PDM.
- Realização de reuniões com deputados municipais das diversas forças políticas representadas na Assembleia Municipal.

A primeira versão do Relatório de Diagnóstico de suporte à **Carta Estratégica de Montemor-o-Novo 2025** foi objeto de apreciação técnica por parte do Grupo de Trabalho interno à Câmara Municipal, tendo os comentários ao mesmo sido integrados na **Parte A - ATUALIZAÇÃO DA CARTA ESTRATÉGICA**, organizada em quatro secções adiante caracterizadas:

- ✓ *TERRITÓRIO - Posicionamento Regional, Desenvolvimento Urbano e Gestão Territorial.* Esta Secção compreende uma síntese dos principais elementos de integração regional; estruturação do modelo de povoamento e das funções urbanas; e ordenamento e gestão do território.
- ✓ *SOCIEDADE - Demografia e Dinâmicas Sociais.* Esta Secção compreende uma síntese das principais tendências recentes de evolução dos recursos humanos; e das capacidades e dinâmicas da intervenção social, da cultura e da educação, formação e juventude.
- ✓ *ECONOMIA - Especialização e Desenvolvimento.* Esta Secção compreende uma sistematização dos principais traços de caracterização do tecido empresarial e empregador do Concelho, bem como dos recursos, das dinâmicas e das condicionantes dos principais sectores de atividade económica.
- ✓ *ELEMENTOS PARA UMA VISÃO COMPREENSIVA.* Esta Secção corresponde à sistematização da Análise SWOT que sinaliza uma identificação preliminar de questões-chave a contemplar no exercício de prospetiva (cenarização e identificação de eixos estruturantes de desenvolvimento).

↳ 2ª Etapa dos trabalhos

Esta fase teve início com a realização do **Seminário Montemor-o-Novo 2025**, em Novembro de 2015, que reuniu no Convento da Saudação, um painel de académicos especialistas em planeamento e desenvolvimento regional numa sessão pública com a presença de cerca de uma centena de pessoas e forte participação na discussão.

Os resultados do Seminário e da reflexão da Equipa Técnica da Carta Estratégica contribuíram para a elaboração de um Documento intermédio da **Carta Estratégica Montemor-o-Novo 2025** - entre o Diagnóstico e a Estratégia e Programas de Atuação - no qual foi sistematizado um conjunto de elementos estruturantes de suporte à Estratégia de Desenvolvimento e aos instrumentos da sua operacionalização no horizonte da próxima década.

Este Documento (**Parte B - Enquadramento Geoestratégico, Cenários de Desenvolvimento e Desafios Estratégicos**) compreende três componentes principais:

- ✓ **Argumentos de localização e Recursos** que conferem capacidade e força a Montemor-o-Novo, nomeadamente, combinando duas dimensões complementares: Localização geográfica e Especialização económica;
- ✓ Cenarização construída sobre alternativas de evolução possível do Concelho, entre um *Cenário de Continuidade* que traduz o aprofundamento de tendências negativas (*possível mas não desejável*) e *cenários de Transformação da estrutura produtiva e de dinamismo económico*, com consolidação de resultados, fruto de uma inversão gradual de tendências (*desejável mas com graus de probabilidade mais ou menos problemáticos*).

A formulação destes **Cenários** procurou traçar tendências de evolução de um conjunto de variáveis, parte das quais tem natureza estrutural e nacional (logo, sem controlo a partir do nível local), mas cuja tomada de consciência dos riscos associados a essa evolução se considera útil para configurar as linhas de desenvolvimento futuro de Montemor-o-Novo.

- ✓ Sistematização de um conjunto de **Desafios estratégicos**, formulados numa ótica de síntese e também de graus distintos de prioridade na relação a estabelecer com a concretização de resultados em matéria de desenvolvimento económico, criação de emprego, sustentabilidade e coesão social e territorial.

↳ 3ª Etapa dos trabalhos

Os trabalhos desta Etapa tiveram início com a apresentação dos resultados da Etapa anterior ao Executivo Municipal e à Assembleia Municipal, enfatizando os Desafios estratégicos e a versão preliminar do Modelo de Intervenção, designadamente da Matriz de Objetivos estratégicos/ Domínios de Intervenção.

Esta Etapa caracterizou-se pela identificação dos projetos estruturantes e complementares em interação com o Grupo de Trabalho que acompanhou a Elaboração da Carta Estratégica e os Serviços Municipais.

Os trabalhos desta Etapa contribuíram para estruturar a **Parte C - Modelo de Intervenção Estratégico** de particular relevância em termos de orientação estratégica e operacional, também na ótica da gestão e implementação da Carta Estratégica. A Parte C é composta pelas quatro secções seguintes:

- ✓ **Objetivos estratégicos** que compreende a apresentação fundamentada da Matriz de Objetivos Gerais/ Objetivos Específicos.
- ✓ **Domínios de intervenção** de carácter transversal que explicitam o Modelo de Intervenção Estratégica proposto.
- ✓ **Gestão e Acompanhamento** que compreende a apresentação de propostas de gestão e dinamização, bem como dos instrumentos de monitorização dotados de uma bateria de indicadores, com metas quantificadas.
- ✓ **Projetos** que compreende a identificação de Projetos Estruturantes e Complementares tendo por suporte uma ficha detalhada de explicitação de objetivos, racional de intervenção, resultados e impactos, calendarização e recursos de financiamento.

PARTE A - ATUALIZAÇÃO DA CARTA ESTRATÉGICA

1. Território - Posicionamento Regional, Desenvolvimento

Urbano e Gestão Territorial

2. Sociedade - Demografia e Dinâmicas Sociais

3. Economia - Especialização e Desenvolvimento

4. Visão de Síntese

1. TERRITÓRIO - Posicionamento Regional, Desenvolvimento Urbano e Gestão Territorial

1.1. Posicionamento Regional

O Concelho de Montemor-o-Novo localiza-se no Alentejo Central, no eixo definido pelo IP 7, que estabelece a ligação de Lisboa (da qual dista cerca de 100 Km, para Este) a Évora, Badajoz e Madrid.

Estas características locativas, sobretudo, derivadas da acessibilidade a Lisboa e inserção num importante corredor transversal conferem a Montemor-o-Novo alguma diferenciação mas que tardam em afirmar-se territorialmente, pelas dificuldades de atração de investimento.

O Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Alentejo considera o sistema urbano como o principal fator de organização territorial e de sustentação da coesão territorial na Região, estruturando-o em torno de três elementos que ajudam a traçar o posicionamento de Montemor-o-Novo, o papel e funções que deverá assumir e desenvolver:

(a) Conjunto de corredores e polaridades regionais - desenvolvendo posicionamentos competitivos diferenciados e capazes de constituir uma malha urbana comunicante e difusora de desenvolvimento.

Neste contexto, Montemor-o-Novo insere-se no principal corredor de ligação entre Lisboa e Madrid (Lisboa - Vendas Novas - Montemor-o-Novo - Évora - Estremoz - Elvas - Badajoz).

“O potencial demográfico e económico relativo deste eixo, a importância da oferta formativa cultural e de investigação e a concentração de atividades industriais e da logística deverão ser consolidados de forma complementar entre os centros urbanos, no sentido de fortalecer o papel deste corredor no desenvolvimento regional”.

A participação de Montemor-o-Novo na Rede Urbana para a Competitividade e Inovação - Corredor Azul, procurou contribuir de forma estratégica para uma melhor inserção neste eixo.

(b) Sistema urbano regional policêntrico - assente numa estrutura urbana organizada em torno de três tipos de centros: (i) Centros Urbanos Regionais; (ii) Centros Urbanos Estruturantes; e (iii) Centros Urbanos Complementares.

A Cidade de Montemor-o-Novo, desenvolvendo um leque de funções razoavelmente diversificado e especializado, é classificada como Centro Urbano Estruturante. Segundo o PROT, estes centros, no seu contributo para o policentrismo e a estruturação do território regional, devem procurar:

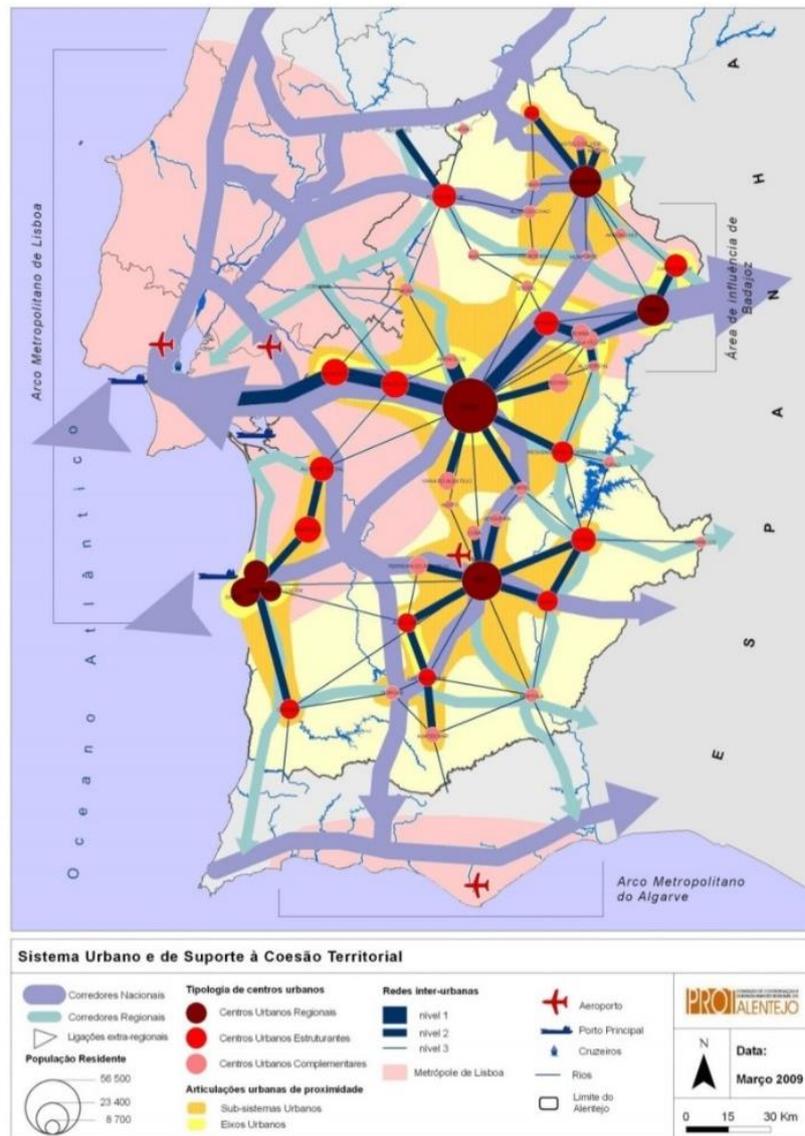
- afirmar-se enquanto nós estruturantes do sistema urbano regional;

- desenvolver redes de forte articulação com os centros urbanos regionais e os centros urbanos complementares, consolidando subsistemas urbanos;
- desempenhar funções de articulação supramunicipal e construir e dinamizar redes urbanas potenciadoras de coesão e competitividade territorial;
- cooperar na promoção conjunta de um espaço socioeconómico territorialmente articulado e que ofereça uma coesão produtiva e/ou sociocultural;
- afirmar redes multifuncionais e redes temáticas, eventualmente em complementaridade com os centros urbanos regionais, em que a proximidade ou a contiguidade urbana não são requisitos necessários;
- fomentar o inter-relacionamento institucional, com a participação dos diferentes agentes sociais e económicos, públicos e privados.

Estas são as funções que Montemor-o-Novo deverá desempenhar no âmbito do sistema urbano regional, para além daquelas que, como centro concelhio, tem vindo a desenvolver no quadro da afirmação das relações urbano-rurais e de sustentação do território de baixa densidade em que se insere:

- afirmar-se enquanto nó de estruturação e amarração local e de articulação com o sistema urbano regional;
- assegurar sustentação sócio rural para os territórios de baixa densidade;
- afirmar-se enquanto espaço de cidadania, de valorização de recursos e de quadros de vida significativos para o desenvolvimento local.

PROT Alentejo - Sistema Urbano e de Suporte à Coesão Territorial



Fonte: PROT Alentejo.

(c) **Subsistemas Urbanos sub-regionais** - Dando coerência ao sistema urbano policêntrico e articulando-o com os corredores e polaridades regionais. Neste âmbito, a Cidade de Montemor-o-Novo insere-se no subsistema urbano do Alentejo Central devendo ser garantida:

- a valorização de recursos, de residência e de quadros de vida, e como referencial de desenvolvimento urbano-rural;
- a distribuição de serviços e uma oferta de equipamentos que promovam a polivalência e a complementaridade funcional, bem como a equidade territorial;
- a fixação de alguns serviços públicos de nível supramunicipal segundo uma lógica de concertação interurbana, sobretudo nos territórios de baixa densidade demográfica;

- o desenvolvimento de um leque de serviços necessários e fundamentais para a qualidade de vida dos residentes e para a sustentabilidade territorial dos territórios de baixa densidade;
- uma oferta de serviços com qualidade capaz de satisfazer as necessidades da população.

Segundo o PROT, “O subsistema urbano do Alentejo Central evidencia uma forte amarração, estruturada por Évora e ainda por Vendas Novas, Montemor-o-Novo, Estremoz e Reguengos de Monsaraz. O corredor urbano-logístico desenhado por Lisboa, Vendas Novas, Montemor-o-Novo, Évora, Estremoz, Elvas e Badajoz revela-se na atratividade empresarial e residencial deste eixo, proporcionada pelas infraestruturas de acessibilidade, logística e de conhecimento existentes (...).

No que se refere à coesão social, a estrutura urbana e de equipamentos existente garante uma qualidade de serviços e a equidade territorial no acesso ao comércio e serviços”.

Ainda segundo o PROT, a qualidade patrimonial e cultural, com destaque para Évora, Elvas, Estremoz, Montemor-o-Novo, Arraiolos e Vila Viçosa, reforça a identidade e a qualidade da paisagem urbana desta sub-região.

Neste enquadramento, a Cidade de Montemor-o-Novo deve cumprir um conjunto de papéis e funções em diferentes contextos territoriais que importa garantir e conciliar. Fácil será constatar que as de carácter municipal e de amarração à área rural envolvente têm vindo a ser desempenhadas com sucesso reconhecido. No que respeita ao desenvolvimento de funções mais especializadas e de âmbito territorial mais alargado, a dificuldade tem sido maior, preocupação que deverá estar presente na delimitação da Carta Estratégica para o Concelho.

A participação e o sucesso de programas como o do Corredor Azul, a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial para o Alentejo Central e ITI do Alentejo Central, ou os instrumentos DLBC das ADL Monte e Terras Dentro, afiguram-se fulcrais. No entanto, não devem inibir o desenvolvimento de uma atitude ativa individual do Concelho orientada para concretizar esse desiderato.

Em termos do Modelo Territorial do PROT Alentejo, afigura-se haver vantagem na articulação das estratégias e políticas de desenvolvimento urbano com as vizinhas cidades de Évora e Vendas Novas.

No que respeita ao modelo urbano, o PROT estabelece uma opção clara pela “edificabilidade nos aglomerados urbanos e o desenvolvimento urbano compacto, funcional e economicamente diversificado, que evita expansões urbanas indiscriminadas e consumo de solo e de recursos naturais, no sentido da preservação da paisagem urbana do Alentejo”.

Esta orientação aponta para uma estratégia de povoamento que privilegie o investimento urbano na Cidade e nos aglomerados de maior dimensão e densidade no espaço rural, um modelo territorial que deveria ser consagrado no âmbito da Revisão do PDM.

O Modelo Territorial do PROT refere ainda a importância da riqueza patrimonial de alguns centros urbanos do Alentejo criadora de uma “imagem e uma paisagem urbana singulares” e da valorização que neste campo tem sido levada a cabo por alguns centros urbanos, com referência expressa, entre outros a Montemor-o-Novo, com contribuição decisiva para a consolidação do Modelo Territorial da Região.

A *Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial para o Alentejo Central* (EIDT-AC), desenvolvida pela Comunidade Intermunicipal, no âmbito da preparação dos investimentos a realizar enquadrados pelo Portugal 2020, considera o eixo urbano central (Vendas Novas - Elvas) como uma das três áreas de relevância regional as quais, atendendo ao seu potencial económico, devem ser alvo de uma focalização do investimento público e apoio privado através da implementação de instrumentos de base territorial.

A EIDT-AC determina cinco domínios de **intervenção estratégica** entre os quais a “Organização e Qualificação do Território - implementar uma organização territorial eficiente, suporte do desenvolvimento, garante de equidade e fator de sustentabilidade”.

Neste contexto, refere-se que “as intervenções integradas de regeneração, reabilitação ou qualificação urbanas constituem, formas de intervenção privilegiadas nos centros urbanos, nomeadamente dos seus centros históricos, numa perspetiva de dar corpo a opções de desenvolvimento urbano sustentável, com intervenções no domínio da qualificação do edificado e do espaço urbano, da introdução de maior eficiência energética em contexto habitacional, de edifícios e espaços públicos, de promoção e valorização das estruturas ecológicas urbanas”.

Neste domínio de **intervenção estratégica**, são estabelecidos dois objetivos específicos (OE) que enquadram o investimento em centros urbanos nas condições de Montemor-o-Novo:

- ✓ OE-1. Qualificar os centros urbanos estruturantes da rede urbana sub-regional, numa perspetiva de competitividade e inovação regional e de promoção de estruturas urbanas sustentáveis e de baixo carbono.
- ✓ OE-2. Apostar, numa lógica de equilíbrio territorial, nos elementos decisivos de competitividade territorial oferecidos pela cidade de Évora e pelo Corredor Central, como elementos decisivos da atratividade, afirmação e projeção do Alentejo Central.

A classificação da Cidade de Montemor-o-Novo como Centro Urbano Estruturante no Sistema Urbano Regional e a sua inserção no corredor de ligação Lisboa-Madrid e no subsistema urbano do Alentejo Central, deverá implicar cumprir um conjunto de papéis e funções de âmbito territorial diferenciado mas

complementar, permitindo ampliar o papel que nas últimas décadas tem vindo a desenvolver: funções de centro de estruturação do espaço rural envolvente, à escala municipal.

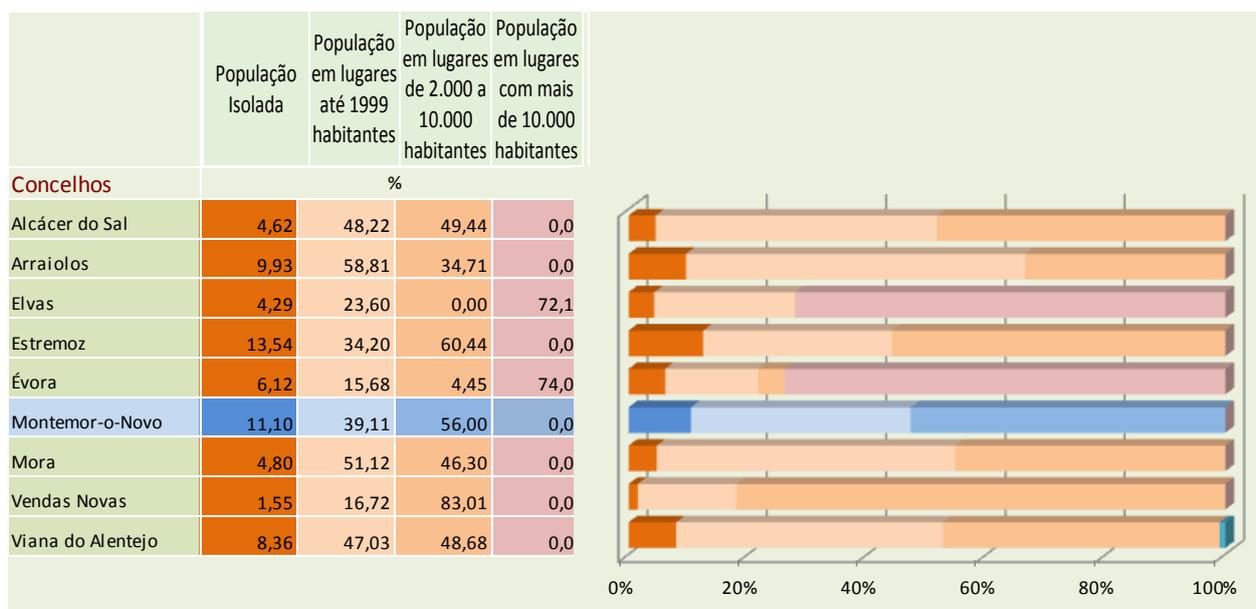
O desafio para os próximos anos, que a gestão municipal já começou a encarar mas que é necessário intensificar, consiste no alargamento da resposta do centro urbano a funções de carácter mais especializado, de âmbito territorial mais alargado, nomeadamente a afirmação enquanto nó estruturante do sistema urbano regional e a participação em redes potenciadoras de inovação e desenvolvimento à escala regional, capazes de conduzir a cidade a um nível superior de importância na rede urbana nacional e de garantia da sua sustentabilidade.

1.2. Características do Povoamento

A existência de uma dimensão apreciável do povoamento disperso de muito baixa densidade, constitui uma das características marcantes de Montemor-o-Novo com forte impacto nos níveis de desenvolvimento económico e social da sua população. Embora este fenómeno seja progressivamente menos intenso, dada a tendência para a concentração populacional nos centros de maior dimensão observada nas últimas décadas, a população isolada continua a ter uma incidência expressiva no Concelho (11,1%) superior à verificada no Alentejo Central (7%).

Este valor só é ultrapassado, no conjunto dos concelhos do Corredor Central do Alentejo, por Estremoz, que possui, aliás, um padrão de povoamento semelhante a Montemor-o-Novo.

Quadro 1. Padrão do povoamento, nos concelhos do Corredor Central (2011)



*População residente por escalão de dimensão do lugar de residência.
 Fonte: INE: *Recenseamento Geral da População, 2011.*

A forte componente da população isolada é parcialmente responsável pela manutenção de estruturas demográficas e socioeconómicas mais débeis que a envolvente regional.

O modelo urbano do PROT propõe uma clara opção pelo desenvolvimento concentrado da edificação, permitindo minimizar os custos da ocupação dispersa e acrescer o investimento no desenvolvimento urbano. Esta característica, mais resiliente que noutros concelhos alentejanos, é responsável pela dificuldade de atingir no Concelho melhores níveis de desenvolvimento demográfico, socio - económico e de condições de vida da população. O povoamento de Montemor-o-Novo possui características marcantes:

- densidade populacional (14 hab./Km²) muito inferior à média regional (24 hab./Km²) e sub-regional (23 hab./Km²);
- importância relativa da população a viver em lugares até 2000 habitantes (39%), superior à verificada na generalidade do Alentejo Central (35%), atestando o carácter muito rural do povoamento de Montemor-o-Novo apesar da presença da Cidade; e
- peso da sede de Concelho no conjunto da população residente (56%) inferior a Vendas Novas (83%), Évora (74%), Elvas (72%) e Estremoz (60%), mostrando que em Montemor-o-Novo há ainda alguma capacidade de crescimento da Cidade em função da área rural envolvente.

A extensão do Concelho e as dinâmicas de povoamento e de atividade económica nas freguesias rurais estabelecem um conjunto de relações territoriais complexas com implicações para o desenvolvimento e a equidade territorial, mas também para as necessidades de intervenção, sendo de destacar:

- desertificação física e humana do território com declínio das formas de ocupação em extensas áreas do território;
- degradação do edificado das aldeias e dos pequenos aglomerados fruto, sobretudo, da não utilização das habitações (parte das quais tem uso apenas sazonal) e da incapacidade financeira e/ou desinteresse na reabilitação por parte dos proprietários;
- reduzida ocupação dos ativos residentes concentrada em atividades de apoio social, em IPSS e outras associações locais e em ocupações sazonais agrícolas e florestais de baixa intensidade de utilização de mão-de-obra;
- desgaste do pavimento das estradas municipais parte das quais em mau estado e com necessidades de conservação;
- relevância do papel das juntas de freguesia na organização do transporte dos alunos residentes fora dos perímetros urbanos para as paragens do transporte público e também no transporte de idosos para acederem aos serviços de saúde.

Nas deslocações dos residentes no Concelho salientam-se as que têm motivação no acesso ao trabalho (20,8%).

Quadro 2. População residente em Montemor-o-Novo, que vive no alojamento a maior parte do ano, por Local de trabalho ou estudo (2011)

Local	Empregada		Estudante	
	Nº	%	Nº	%
Total	6.663	100,0	2.512	100,0
Município de residência	5.276	79,2	2.153	85,7
Noutro município	1.387	20,8	359	14,3
Na freguesia onde reside	3.339	50,1	1.369	54,5
Noutra freguesia do município onde reside	1.937	29,1	784	31,2

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação 2011.

As deslocações ocorrem, predominantemente em direção a Évora e a Vendas Novas sendo residuais as restantes, mesmo para Lisboa pese a proximidade relativa e a existência de oferta satisfatória de transporte público.

Quadro 3. População residente em Montemor-o-Novo, que vive no alojamento a maior parte do ano, por Local de trabalho ou estudo fora do Concelho (2011)

Local	Empregada		Estudante	
	Nº	%	Nº	%
Noutro município	1.387	100,0	359	100,0
Évora	576	41,5	224	62,4
Vendas Novas	308	22,2	58	16,2
Lisboa	88	6,3	38	10,6
Coruche	57	4,1	8	2,2
Arraiolos	54	3,9	2	0,6
Setúbal	37	2,7	2	0,6
Alcácer do Sal	31	2,2	1	0,3
Restantes Municípios	236	17,0	26	7,2

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação 2011.

Os movimentos pendulares tendem a traduzir relações económicas (trabalho, acesso a comércio e serviços, ...) e de acesso a equipamentos escolares e de saúde que valorizam a proximidade em contextos de oferta problemática de transporte público. Num mosaico territorial extenso e de distâncias acentuadas (físicas e de tempo de deslocação) à Cidade sede de Concelho, os dados empíricos apontam para deslocações-tipo com os seguintes padrões:

- Silveiras e Cabrela - Vendas Novas;
- São Cristóvão - Viana do Alentejo;
- Santiago Escoural - Évora;
- Ciborro - Mora;
- Cortiçadas de Lavre e Lavre - Coruche.

1.3. Qualificação e Regeneração Urbanas

No passado recente, designadamente no período de programação dos fundos comunitários 2007-2013, destacam-se como principais investimentos realizados neste domínio no Concelho, os seguintes:

- **A reabilitação e regeneração da área de génese mais antiga da cidade de Montemor-o-Novo.** A Câmara Municipal de Montemor-o-Novo tem prosseguido uma política de reabilitação urbana centrada no Centro Histórico da Cidade. Para o efeito munuiu-se de um Plano de Salvaguarda que, embora não aprovado legalmente, tem orientado a intervenção na área do Castelo e núcleo histórico. No período entre 2007-2014, foi implementado o Programa de Ação Integrado de Valorização do Castelo, do Centro Histórico e da Cidade de Montemor-o-Novo, denominado *montemor, pedra a pedra*, no âmbito do instrumento da política de cidades POLIS XXI cofinanciado pelo PO Regional (INAlentejo) - Parcerias para a Regeneração Urbana (PRU). O Programa constituiu a intervenção mais relevante no passado recente neste domínio, permitindo a concretização de um conjunto de projetos preconizados em instrumentos de planeamento elaborados anteriormente como o Programa de Recuperação e Revitalização do Castelo (1997), o Plano de Salvaguarda do Centro Histórico (2000) e a Carta Estratégica de Montemor-o-Novo (2007).

Os principais resultados ocorreram ao nível da qualificação do Espaço Público e Ambiente Urbano, incluindo a renovação e infraestruturas, da valorização do património e da dinamização cultural. O Programa permitiu, ainda, melhorar a sinalética informativa, qualificar as instalações da Associação Protetora do Abrigo dos Velhos Trabalhadores e restaurar a Igreja de N. Senhora da Luz.

Operações apoiadas pelo Programa Montemor - pedra a pedra



Fonte: Brochura de divulgação do projeto, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 2014.

- **A promoção do acesso à habitação**, incluindo a promoção direta de habitação social, a participação em programas nacionais de recuperação do parque habitacional, a cooperação com as cooperativas de habitação e a atribuição de apoios à recuperação de habitação degradada. Entre 1990 e 1997, com o apoio do Estado, através do Programa RECRUA, foram intervencionadas na Cidade 38 habitações que implicaram um esforço significativo do erário Municipal. Também foram criados e implementados programas municipais como o Programa Municipal *Casa Nova em Zona Antiga*, com incidência no Centro Histórico e vocacionado para as situações que não encontravam enquadramento no Programa RECRUA, o *Programa Municipal de Apoio à Recuperação de Habitação Degradada, vertente Telhados (PMARHD)* e o Programa *MorSolidário Eixo 5 - Melhoria das Condições de Habitabilidade, que sucedeu ao anterior e se destinou a apoiar os munícipes carenciados na recuperação de habitação degradada, própria ou de arrendamento*. Destaque ainda, para a criação e disponibilização de 81 lotes para habitação nas freguesias rurais de Santiago do Escoural, Foros de Vale Figueira, Lavre, Silveiras e S. Cristóvão.
- **A expansão da rede de saneamento básico e abastecimento de água a aglomerados rurais**, o que contribuiu para melhorar os níveis de cobertura e atendimento.

O trabalho de reabilitação e regeneração urbana está, contudo, longe de se encontrar terminado.

O estado de conservação do edificado e as condições de habitabilidade que persistem no núcleo histórico bem como as necessidades de revitalização e regeneração urbana, são de ordem a necessitar de uma continuação do esforço de investimento nesta área, público e privado. A dinâmica demográfica observada nas freguesias urbanas que compõem a Cidade (-0,4% de residentes) resulta de dinâmicas diferenciadas, sendo que o crescimento das áreas de ocupação mais recente não compensou o decréscimo acentuado ocorrido na malha de génese mais antiga. Em 2011, a percentagem de fogos vagos na Cidade era de aproximadamente 10 %, valor que quase duplicava na área correspondente ao Centro Histórico (18%).

O sistema viário da Cidade apresenta alguns problemas com impacto na qualidade de vida e no ambiente urbano que urge resolver, nomeadamente:

- Desqualificação e sobrecarga de tráfego da Av. Gago Coutinho, o principal eixo urbano da Cidade, onde se sobrepõem itinerários rodoviários relevantes, como a EN4 e respetivas interligações com o IC10, a EN253 e a EN114, assumindo-se como a principal ligação Lisboa-Madrid. A ausência de alternativas ao atravessamento da Cidade pelo tráfego não local, coloca problemas de segurança, dificulta a qualificação urbana e funcional deste eixo central e tem impactos negativos ao nível da qualidade do ar do ambiente sonoro.

- Estrutura viária com problemas de coerência e articulação, com maior gravidade na zona de génese mais antiga.
- Presença de diversos obstáculos à mobilidade pedonal (estreitamentos de passeios, descontinuidades de passadeiras, pisos danificados e mobiliário urbano mal localizado) e carência de infraestruturas dedicadas à mobilidade pedonal ou bicicleta com vista à redução dos níveis de trânsito motorizado em lugares estratégicos da Cidade.
- Falta de elementos de acalmia de tráfego nas vias e barreiras de proteção nos principais acessos pedonais, em particular nos locais de circulação de crianças.
- Disfuncionalidade na transição intermodal no terminal rodoviário pelas carências existentes ao nível da acessibilidade, falta de estacionamento ordenado na proximidade, interação desorganizada de diferentes fluxos de mobilidade (transportes coletivos de passageiros, táxis, peões, bicicletas, ...) e falta de segurança do cais de embarque no exterior.
- Ausência de um sistema de transporte público coletivo de passageiros de carreira interna.

Os padrões de deslocação refletem a forte utilização do transporte individual rodoviário no Concelho e a reduzida cota dos modos suaves. De acordo com o Censo de 2011, em Montemor-o-Novo, a esmagadora maioria da população residente trabalha (79%) ou estuda (86%) no Município, utilizando para as suas deslocações em primeiro lugar o automóvel (64%) e em segundo a deslocação a pé (25%), revelando uma tendência de agravamento na primeira escolha nos últimos anos, extensível à Região (em 2001 a deslocação a pé na Região do Alentejo representava 31% do total e atualmente apenas 22%). O transporte coletivo representa apenas 8,7% da repartição modal atual, dos quais 1,4 % são transporte escolar. Esta situação reflete também a debilidade da rede de transportes coletivos (a nível concelhio e intrarregional), que contribui para um aumento do isolamento dos pequenos aglomerados e da população rural.

A taxa de motorização é das mais elevadas da Região (a par de Évora), com 464 veíc./1.000hab., praticamente inalterada desde 2009, sendo apenas ligeiramente inferior à média nacional (473 veíc./1.000hab.). A emissão de gases de efeitos de estufa, (designadamente o indicador de CO₂, APA2009) associados ao setor dos transportes terrestres por habitante é de 2,65 t/hab., um valor inferior à média nacional (5,31 t/hab.), mas ainda assim superior aos restantes centros urbanos estruturantes e regionais da Região (Vendas Novas apresenta 1,9 t/hab. e Évora 1,73 t/hab.).

Neste momento, encontra-se em elaboração o Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) para a NUT III Alentejo Central que visa a implementação de medidas com impacto esperado na melhoria das condições de mobilidade e na redução das emissões de gases.

No que respeita às condições de habitação, embora tenham melhorado entre 2001 e 2011, como o comprovam a redução da percentagem de pessoas a viver em alojamentos não clássicos (que correspondem, quase sempre, a alojamentos sem as condições mínimas de habitabilidade) e do número de alojamentos sobrelotados, persistem condições deficitárias no Concelho.

O Índice de condições deficitárias de habitação definido no Estudo “Referencial de Coesão Social” com base em dados do Recenseamento da População de 2011, determina para Montemor-o-Novo maior incidência relativa destas condições do que nos concelhos limítrofes mais rurais e mais afastados de Lisboa - Arraiolos (13,1%), Viana do Alentejo (18,3%) e Mora (19,9%). Onde a situação se mostra mais deficitária é na ausência de instalações sanitárias e de banho que atinge 30% dos alojamentos do Concelho, percentagem só ultrapassada na envolvente territorial pelo Concelho de Coruche. Esta situação prende-se principalmente com as características descritas do povoamento onde persistem vastas manchas de habitação em espaços isolados de baixa densidade.

Estes números justificam a necessidade de uma forte intervenção na reabilitação urbana de Montemor-o-Novo, em detrimento da opção pela abertura de novas frentes de urbanização.

A persistência de problemáticas associadas à pobreza, desemprego e exclusão social justifica, também, a promoção de iniciativas que contribuam para o acesso à habitação para a população mais carenciada. A expressão da habitação social no Concelho (6% dos alojamentos) é relativamente reduzida, inferior a Évora (27%), Alcácer do Sal (10%) e Vendas Novas (8%).

A qualificação urbana é referida nas Opções do Plano da Câmara Municipal para 2015 como uma prioridade. Neste contexto é identificada, para além da conclusão do Programa *monte mor pedra a pedra* (entretanto executado), a necessidade de prosseguir com o investimento nos seguintes programas:

1. *Programa de Estudos/Projetos*, visando assegurar uma bolsa de projetos na área da “reabilitação e reconversão urbana espaços verdes, arranjos exteriores, espaços de recreio e adaptação de edifícios e espaços públicos para acessibilidade a mobilidade condicionada”.
2. *Programa de Arranjos Exteriores*, estabelecendo “um plano de qualificação das áreas exteriores, incluindo a intervenção/obra no terreno, com o objetivo de melhorar a imagem urbana do Concelho, viabilizando soluções de qualidade em espaços urbanos humanizados, ambientalmente equilibrados e dotados de equipamentos e programas para a sua animação e uso”.
3. O *Programa de Preservação do Património*, integrando o Programa de Valorização do Castelo e mantendo “a linha de trabalho já definida, que garanta um compromisso formal do Governo para a concretização do projeto do CNAT” de recuperação do Convento da Saudação. Para além disto,

está prevista a continuação da aplicação das diretivas do Plano de Salvaguarda e Reabilitação do Centro Histórico bem como a valorização do património histórico-cultural.

4. *O Programa de Reabilitação Urbana*, visando assegurar um conjunto de intervenções que deverão decorrer, entre outras, da priorização de intervenção de acordo com as propostas do Plano de Salvaguarda e Reabilitação do Centro Histórico e dos Programas estratégicos das Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas.
5. *Os Programas de Iluminação Pública e de Eletrificações*.
6. *Os programas de apoio à recuperação e construção de habitação* que constituem, uma das prioridades da Câmara no mandato 2013-2017, perceptível através das Opções do Plano para 2015 em que sobressaem três programas específicos:
 - *O Programa de Habitação Municipal* dirigido ao parque habitacional propriedade do Município “quer na perspetiva da regularização contratual, atribuição de habitações disponíveis, quer na beneficiação e manutenção das habitações”;
 - *O Programa de Apoio à Recuperação de Habitação* incidindo no diagnóstico e proposta de intervenção em habitação degradada e devoluta, em áreas delimitadas; e
 - *O Programa de Parcerias para a Promoção de Habitação* visando “estimular detentores de terrenos urbanos em zonas carenciadas e/ou promotores a desenvolver loteamentos em parceria, bem como propor parcerias para a criação de bolsa de habitação social, colmatando as necessidades de habitação já identificadas, se possível associada à recuperação de habitação existente”.

No contexto da estratégia de regeneração urbana para o Centro Histórico da Cidade, a manutenção da função residencial é uma questão vital e o incentivo à reabilitação do parque habitacional, a elevação do padrão qualitativo das condições de habitabilidade, aliadas à revitalização social, constituem preocupações centrais da política municipal.

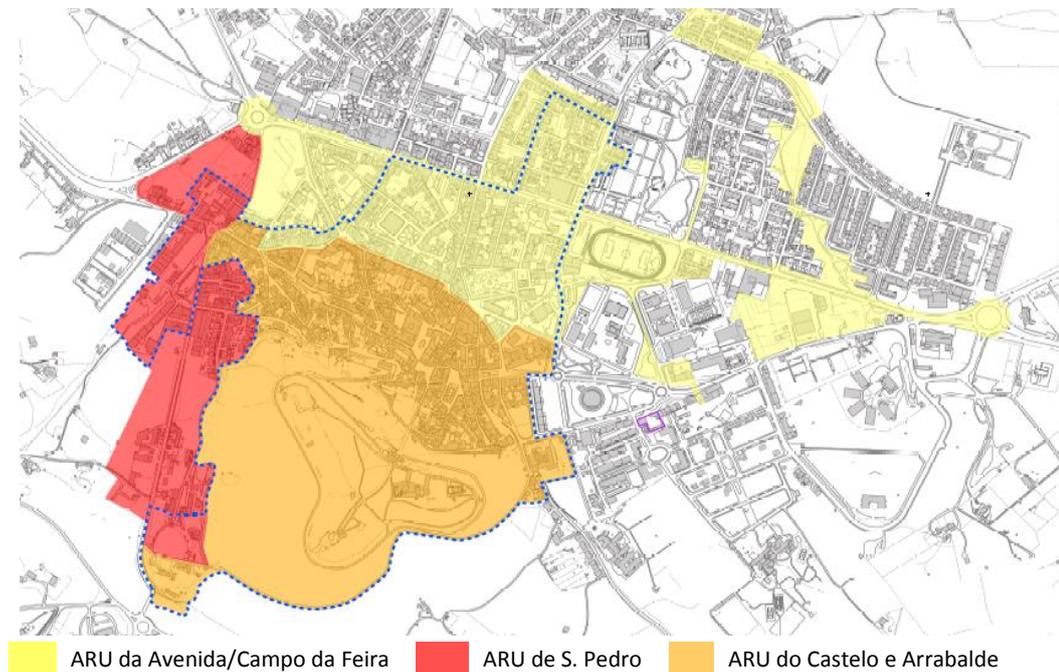
Estes programas, embora possuam uma capacidade de realização limitada pelos fortes condicionalismos de ordem orçamental, constituem uma indicação da importância e do dinamismo que a Câmara Municipal deseja imprimir ao setor, tendo também em conta as dificuldades que a construção civil atravessa no Concelho.

Na sequência da entrada em vigor do Decreto-Lei nº 307/09 de 23 de outubro, alterado pela Lei 32/2012 de 14 de agosto, o Município delimitou as seguintes três *Áreas de Reabilitação Urbana* na Cidade, o que revela o manifesto interesse do município na sua revitalização e regeneração urbanas:

- ✓ **ARU do Castelo e Arrabalde.** Esta ARU compreende a zona do *Castelo* e a malha urbana de expansão até ao século XV, embora por uma questão de coerência do próprio limite, abranja também algumas pequenas manchas de desenvolvimento urbano posterior.
Com a formalização desta ARU, o Município pretende viabilizar a reabilitação articulada de uma área com 48,68 ha, que concentra a maior parte dos imóveis *com Qualidade e com Interesse*, segundo a classificação do *Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização* (Regulamento nº 386/2013), publicado no Diário da República II Série, nº 194 de 8 de outubro de 2013.
- ✓ **ARU de S. Pedro.** Esta ARU corresponde à zona de crescimento num período muito específico da Cidade, quando o tecido urbano se alargou para oeste, na sequência da instalação do terminal ferroviário e atividades industriais e de armazenagem por ele induzidas (hoje abandonadas), incluindo as zonas habitacionais confinantes, como o Bairro de S. Pedro.
A intervenção tem como alvo prioritário a regeneração física, económica e social do património edificado industrial (degradado e/ou obsoleto) e dos espaços públicos, sobretudo, baseada numa componente associativa robusta e de fortes dinâmicas e na promoção do empreendedorismo empresarial.
- ✓ **ARU da Avenida e Antigo Campo da Feira.** A Avenida Gago Coutinho, quer pela sua extensão quer pelo papel agregador, carece de uma ação integradora/qualificadora que fortaleça as valências económicas e a especialização funcional e que promova a qualidade do ambiente urbano. O seu âmbito de incidência estende-se ao centro funcional da Cidade, enquadrado por esta artéria, pela Rua de Aviz, 5 de Outubro e Poço do Passo, incluindo outros espaços públicos adjacentes, nomeadamente os largos do Mercado Municipal e Calouste Gulbenkian.
Do ponto de vista estratégico para o desenvolvimento da Cidade, o ordenamento e a qualificação urbanística e funcional da Av. Gago Coutinho deverão constituir prioridades da Câmara Municipal para os próximos anos.

A Figura seguinte apresenta as três ARU delimitadas.

Áreas de Reabilitação Urbana de Montemor-o-Novo



Fonte: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.

Em termos nacionais, a reabilitação e regeneração urbanas constituem igualmente uma prioridade para os próximos anos, tendo em conta não só a necessidade de recuperação de um parque habitacional degradado e a reabilitação das zonas históricas das cidades, mas também, e talvez principalmente, a possibilidade de desencadear um efeito económico positivo na geração de atividades e de emprego, nomeadamente, no setor da construção civil.

O novo quadro de financiamento estrutural comunitário (Portugal 2020) reflete parcialmente esta prioridade, caso do Programa Operacional Regional do Alentejo para o período 2014 - 2020, que dedica um dos seus Eixos (4) ao Desenvolvimento Urbano Sustentável, enquadrando desta forma o financiamento FEDER para esse objetivo e definindo como os territórios alvo os Centros Urbanos Regionais e os Centros Urbanos Estruturantes classificados no PROT Alentejo, em particular, áreas específicas delimitadas no interior de Áreas de Reabilitação Urbana que correspondam a centros históricos, zonas ribeirinhas ou zonas históricas abandonadas.

Enquanto Centro Urbano Estruturante do Sistema Urbano Regional, a Cidade de Montemor-o-Novo terá aqui uma oportunidade para prosseguir o trabalho de regeneração urbana que tem vindo a desenvolver na Cidade, alargando a sua intervenção a outras áreas, que não apenas o Centro Histórico, abrangidas pelas ARU delimitadas, em contínua adequação às suas funções urbanas.

O papel que a Cidade deverá estrategicamente assumir no contexto da rede urbana regional, enquanto centro estruturante no corredor do Alentejo Central, recomenda que fisicamente Montemor-o-Novo se

prepare para dar resposta às novas exigências de sustentabilidade económica, social e ambiental. Neste contexto a necessidade de intervenção na regeneração urbana do coração económico da Cidade (Av. Gago Coutinho), constitui prioridade de investimento público para os próximos anos, assim como a preservação, recuperação e dinamização do património construído das áreas de génese mais antiga da Cidade no sentido de acrescer a sua vitalidade social e económica.

Em resposta ao Convite para apresentação de candidaturas com vista à contratualização com a AG do PO do Alentejo das prioridades de investimento inscritas no Eixo do Programa dedicado ao desenvolvimento urbano sustentável, o Município elaborou recentemente o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) que estabelece a estratégia e prioridades de investimento para os próximos anos em matéria de mobilidade urbana e de regeneração urbana, no quadro das Prioridades de Investimento contratualizadas: *PI 6.5 - Medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano e a revitalizar as cidades*; e *PI 4.5 - Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação*.

Contudo, o PEDU e os investimentos previstos nos Planos de Ação (Regeneração Urbana e Mobilidade Urbana Sustentável), circunscritos ao quadro de elegibilidades definido, não esgotam as necessidades de intervenção nestes domínios.

O valor do património arquitetónico da Cidade é indissociável da política municipal de afirmação da dimensão cultural de Montemor-o-Novo no espaço regional e como plataforma de desenvolvimento económico e social do Concelho. A associação da reabilitação do Centro Histórico e do seu património construído a um projeto cultural mais vasto e especializado, deve constituir uma das prioridades de intervenção e de investimento a programar no âmbito da futura Carta Estratégica.

Em matéria de condições de vida e ambiente urbano, importa referir que de acordo com dados do *Anuário Estatístico da Região Alentejo* (2011) INE, em 2009, o Concelho apresentava uma situação desfavorável quando comparada com o Alentejo Central no que respeita à cobertura populacional das Estações de Tratamento de Águas Residuais (58% contra 74% na Sub-região), permanecendo a necessidade de construção do emissário e de nova ETAR da Cidade e da Zona Industrial da Adua, bem como do abastecimento de água da Cidade de Montemor-o-Novo a partir da Barragem dos Minutos. No âmbito da parceria pública integrada das Águas do Alentejo encontram-se em curso diversos projetos. As redes de abastecimento de água em baixa são antigas e necessitam de intervenções no sentido da sua remodelação, designadamente, no Centro Histórico da Cidade.

A proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente representava, em 2014, 9%, valor inferior ao verificado no Alentejo Central (11%), no Alentejo (11%) e no Continente (14%).

1.4. Ordenamento e Gestão Territoriais

Desde 2010, com a publicação do PROT, que Montemor-o-Novo viu definido o quadro estratégico de referência regional para desenvolver o seu planeamento municipal de forma coerente com o território envolvente.

Quadro 4. Instrumentos de Gestão Territorial com incidência no território de Montemor-o-Novo

	Publicação	Lei 58/2007	4/09/2007
PNPOT Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território	1ª Retificação	Declaração Retificativa 80 A/2007	7/09/2007
	2ª Retificação	Declaração Retificativa A/2007	2/11/2007
	Publicação	Resolução do Conselho de Ministros 58/2010	2/08/2010
PROT Alentejo Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo	1ª Retificação	Decreto Retificativo 30-A/2019	10/09/2010
	Publicação	Resolução de Conselho de Ministros 14-A/2008	21/07/2008
RN Plano Setorial da Rede Natura 2000	Publicação	Resolução do Conselho de Ministros 16-F/2013	22/03/2013
PGBH - Tejo Plano Geral da Bacia Hidrográfica do Tejo	Publicação	Resolução do Conselho de Ministros 16-F/2013	22/03/2013
PGBH - Sado e Mira Plano Geral das Bacias Hidrográficas de Sado e Mira	Publicação	Decreto Regulamentar 36/2007	2/04/2007
PROF - Alentejo Central Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo Central	Suspensão pelo Governo	Portaria 78/2013	19/02/2013
	Publicação	Resolução Conselho de Ministros 35/2005	24/02/2005
POA - Pego do Altar Plano de Ordenamento da Albufeira de Pego do Altar	Publicação		

Fonte: Direção Geral do Território.

Este conjunto de instrumentos, a par com a legislação de ordenamento do território e urbanismo entretanto publicada (nomeadamente, a revisão da Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e do Urbanismo e a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, ambas no sentido da atribuição de competências e autonomia suplementares aos municípios no ordenamento do território), evidencia a necessidade de Montemor-o-Novo se munir de orientações e instrumentos de planeamento e gestão territoriais compatíveis com estas novas responsabilidades.

O Município de Montemor-o-Novo, de alguma forma tomado como pioneiro em questões de gestão territorial nas décadas de oitenta e noventa do século passado, possui hoje um quadro de instrumentos de gestão territorial de âmbito municipal e local que carece de atualização.

O Plano Diretor Municipal, aprovado há mais de 20 anos, pertence a uma primeira geração deste tipo de instrumento de ordenamento, caracterizado pela ausência de estratégia concelhia de carácter territorial, elemento indispensável a uma gestão municipal moderna. Desde 1994, o PDM sofreu apenas pequenas alterações e uma correção, respetivamente em 2007 e 2011 (esta para adaptação de pormenor ao PROT Alentejo, entretanto aprovado) e 2012, para além de uma suspensão parcial já em 2014. O ritmo a que se

vem processando a necessidade de alteração do PDM demonstra o seu não ajustamento às necessidades de gestão territorial da Câmara Municipal.

A intervenção municipal em matérias como o modelo de povoamento, a estruturação e regeneração urbanas, a distribuição de serviços e equipamentos de carácter público, o modelo de intervenção em espaço rural e de conservação da natureza e biodiversidade, confronta-se com a desatualização do PDM, cuja revisão deve responder a estas necessidades estratégicas, possibilitando a coordenação e a coerência das intervenções identificadas ou a definir.

A Câmara Municipal encetou em 2012 um processo de revisão do PDM para explicitar a “estratégia de desenvolvimento territorial municipal sustentável e integrar as opções estratégicas de desenvolvimento nacionais, regionais e setoriais definidas para o território municipal”. Esta intenção tem tido dificuldades de concretização, tendo sido retomado o processo em meados de 2015.

Quadro 5. Planos Municipais de Ordenamento do Território

PDM - MN Plano Diretor Municipal de Montemor-o-Novo	Publicação	Resolução do Conselho de Ministros 8/94	2/02/1994
	1ª Alteração	Resolução do Conselho de Ministros 2/2007	5/01/2007
	2ª Alteração por adaptação	Aviso 1391/2011	3/01/2011
	1ª Correção material	Declaração 206/2012	11/10/2102
	Suspensão pelo Município	Aviso 9241/2014	12/08/2014
PU - MN Plano de Urbanização da Cidade de Montemor-o-Novo	Revisão	Resolução do Conselho de Ministros 54/2005	7/03/2005
	1ª Retificação	Aviso 10943/2008	8/04/2008
	Suspensão pelo Município	Aviso 147/2015	7/01/2015
PU - Lavre Plano de Urbanização de Lavre	Publicação	Resolução do Conselho de Ministros 58/2000	29/06/2000
PU - Silveiras Plano de Urbanização de Silveiras	Publicação	Resolução do Conselho de Ministros 43/2000	31/05//2000
PP - Ciborro Plano de Pormenor de Ciborro	Publicação	Declaração 3-1-92	25/02/1992
PP - Escoural Plano de Pormenor de Santiago de Escoural	Revisão	Regulamento 556/2008	31/10/2008
PP - Adua Plano de Pormenor da Zona Industrial da Adua	Revisão	Aviso 16878/2012	18/12/2012
PP - Pequenas Oficinas Plano de Pormenor das Pequenas Oficinas	Publicação	Declaração 9-1-91	27/02/1991
	1ª Alteração	Deliberação 224/2009	19/01/2009
PP - Rebola Intervenção em Espaço Rural da Rebola	Publicação	Aviso 21500/2011	28/10/2011
	Retificação	Declaração Retificativa 580/2012	2/05/2012
PP - Monfurado Intervenção em Espaço Rural do Sítio do Monfurado	Publicação	Aviso 3453/2011	1/02/2011

Fonte: Direção Geral do Território.

O Plano de Urbanização da Cidade de Montemor-o-Novo, embora aprovado mais recentemente (em 2005) que o Plano Diretor Municipal, sofreu uma retificação em 2009 e uma suspensão parcial em 2015. Tal como o PDM, o Plano de Urbanização não constitui mais um instrumento mobilizador do desenvolvimento urbano futuro nem um quadro estratégico para a gestão urbana municipal no que respeita, p.ex., a operações de reabilitação e regeneração urbanas necessárias num horizonte de médio/longo prazo.

A Cidade possui um Plano de Pormenor de Salvaguarda do Centro Histórico que, embora não legalmente eficaz, tem vindo a fundamentar as intervenções nesta área, nomeadamente, as que respeitam à reabilitação urbana. As áreas rurais do Concelho encontram-se também subdotadas de instrumentos de gestão territorial em vigor, embora a sua falta se faça sentir menos intensamente dada a escassa pressão de urbanização, ou mesmo de edificação, que se tem feito sentir nos últimos anos. A Câmara Municipal possui Planos de Urbanização das sedes de freguesia de Lavre e Silveiras (ambos aprovados em 2000), dois Planos de Pormenor de outras tantas sedes de freguesia (Ciborro e Santiago do Escoural, de 1992 e 2008, respetivamente) e os mais recentes (2011 e 2012) relativos a Intervenções em Espaço Rural do Sítio do Monfurado e da Rebola.

Para as áreas industriais, existem também dois Planos de Pormenor: um mais recente - o Plano de Pormenor da Zona Industrial da Adua (2012); e outro, mais antigo, das Pequenas Oficinas (1991), que sofreu uma alteração em 2009.

Nas últimas décadas a produção de instrumentos de gestão territorial no Município tem surgido como reação a problemas já determinados e não como antecipação e solução atempada das questões de ordenamento do território.

O Programa de Ordenamento do Território, conforme contido nas Grandes Opções do Plano 2015 da Câmara Municipal, “incidirá fundamentalmente na continuação da revisão do PDM (que) pretende, entre outros objetivos, conciliar desenvolvimento e ambiente...”. Neste documento que define as opções da Câmara Municipal no curto prazo neste domínio é também determinada a necessidade de dar início ao processo de revisão do Plano de Urbanização da Cidade (entretanto, desencadeada e em curso) e de dar corpo ao Programa de Planeamento Urbano incidindo o esforço de investimento num conjunto de projetos não identificados. Também é referida a intenção de desenvolver o Programa de Terrenos Municipais através do qual se pretende contrariar a especulação imobiliária.

Os Planos Diretor Municipal e de Urbanização da Cidade, embora em vigor, encontram-se desatualizados e não correspondem às necessidades da prática de gestão territorial do Município. O Plano de Salvaguarda do Centro Histórico, embora seja utilizado na gestão urbanística corrente, como referência, não se encontra aprovado, não possuindo, por isso, valor legal.

Em conclusão, na atualidade, o Município não dispõe de um quadro de instrumentos de gestão territorial que lhe permita fazer frente às exigências em termos de concretização das políticas locais, regionais e nacionais de ordenamento do território na área de Montemor-o-Novo.

A necessidade de se dotar de instrumentos de gestão territorial atualizados está presente nas intenções da Câmara Municipal, manifestadas nas Opções do Plano para 2015, as quais preveem a Revisão do PDM e do PU da Cidade, uma atuação urgente à luz das renovadas responsabilidades de âmbito nacional e regional que os municípios possuem neste domínio e à luz das necessidades de concretização das políticas de desenvolvimento municipal e urbano de Montemor-o-Novo.

2. SOCIEDADE - Demografia e Dinâmicas Sociais

2.1. Demografia

Evolução da População Residente

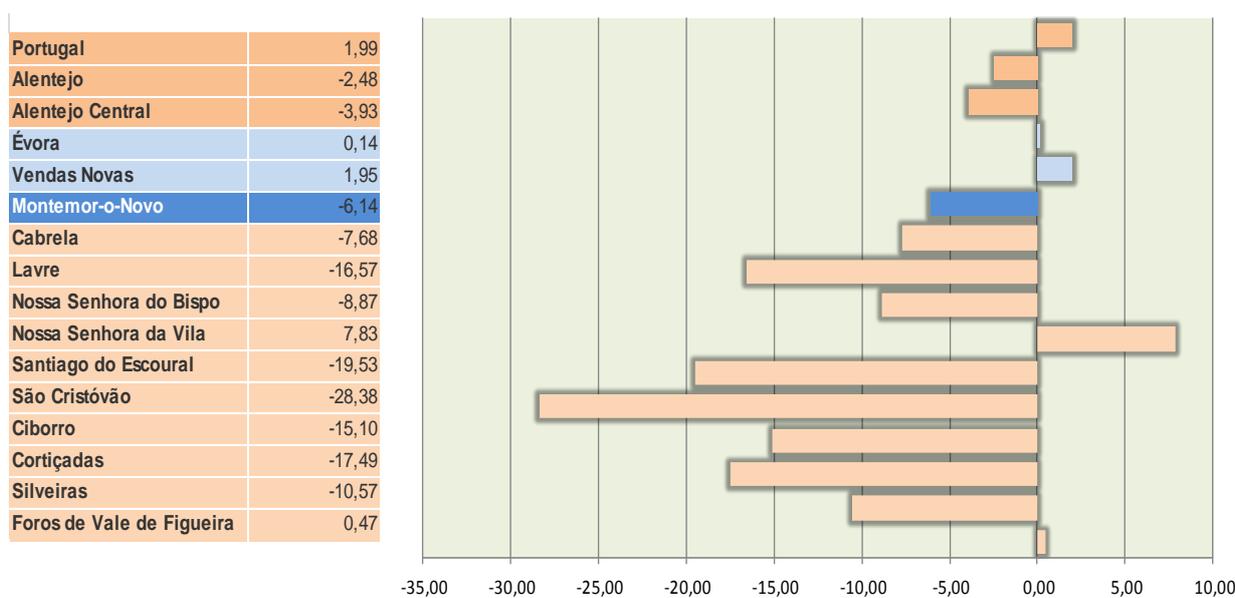
A análise da população restringe-se à última década, na maior parte dos casos ao período intercensitário 2001 - 2011. Como unidades geográficas de comparação, utilizam-se as NUT em que Montemor-o-Novo se insere, nomeadamente, Alentejo e Alentejo Central, para além dos dois concelhos que, no eixo de penetração de Lisboa para o interior, integram as principais cidades concorrentes de Montemor-o-Novo no espaço regional: Évora e Vendas Novas.

A análise estende-se também ao interior do Concelho, considerando as freguesias existentes à data do último Recenseamento da População (2011) no sentido de não perder informação, uma vez que a nova divisão administrativa corresponde a agregações de unidades anteriormente existentes.

Durante o período já decorrido do século XXI, o Concelho de Montemor-o-Novo mantém a tendência de decréscimo populacional verificada nas últimas décadas do século passado perdendo 1.141 habitantes entre 2001 (18.578) e 2011 (17.437).

Neste período, acentuou-se a desigualdade do ponto de vista da ocupação do território regional, uma vez que o decréscimo populacional de Montemor-o-Novo (-6%) foi relativamente superior ao registado quer no Alentejo Central (-4%), quer na generalidade da Região (-2%).

Quadro 6. Variação da População Residente (2001 - 2011)



Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2011.

O decréscimo populacional no Concelho de Montemor-o-Novo generalizou-se a todo o seu território com exceção das freguesias que abrangem a área de expansão da Cidade: Nossa Senhora da Vila (+8%) e menos intensamente Foros de Vale de Figueira (0,5%).

A área rural do Concelho encontra-se em desertificação populacional acentuada. O decréscimo foi mesmo superior a 10% nas freguesias de São Cristóvão (-28%), Santiago do Escoural (-20%), Cortiçadas (-17%), Lavre (-17%), Ciborro (-15%) e Silveiras (-11%).

O processo não é diferente do que atingiu os concelhos vizinhos de Vendas Novas e Évora, simplesmente, como o peso da população a residir em áreas urbanas nestes concelhos é bastante superior ao que se verifica em Montemor-o-Novo, este Concelho sofreu um maior impacto relativo deste êxodo rural.

A tendência negativa do crescimento natural entre 2001 e 2011, agravada pelo envelhecimento da população residente, é responsável pelo decréscimo acentuado da população neste período.

No período de 2005-2010, a mobilidade residencial nos concelhos do Eixo Vendas Novas - Montemor - Évora revelou-se elevada relativamente elevada no contexto regional, apresentando valores quer de atração, quer de repulsão mais elevados que o Alentejo e o Alentejo Central.

O Concelho de Montemor-o-Novo apresenta um saldo positivo na relação atração/repulsão residencial, insuficiente contudo, para compensar a perda resultante do crescimento natural negativo.

A capacidade de atração concelhia (7%) foi superior à envolvente regional (5% na Região Alentejo, 4% no Alentejo Central e 6% no concelho de Évora), sendo que a distribuição do crescimento populacional por freguesia sugere que a atratividade residencial identificada se concentra na Cidade. No mesmo período, a taxa de repulsão situou-se nos 6%.

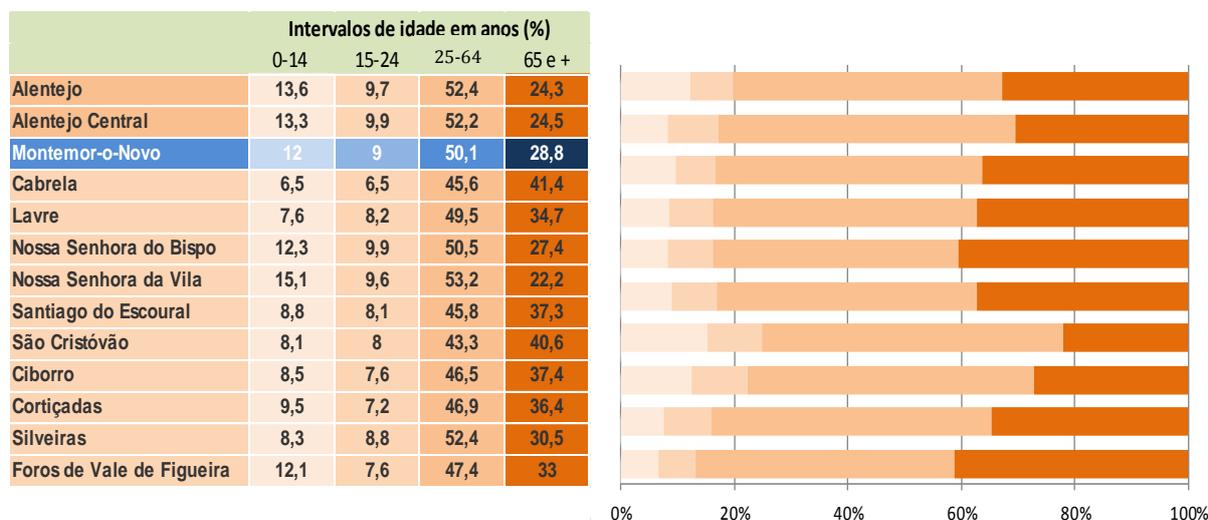
O decréscimo da população entre 2001 e 2011, foi acompanhado de uma diminuição efetiva do número de famílias residentes (-1%). Embora pouco significativa, esta evolução é de sentido contrário à verificada, no mesmo período, no País e na Região, onde se assistiu ao crescimento do número de famílias (11 e 4%, respetivamente) e também nos Concelhos de Évora e de Vendas Novas, onde o crescimento da famílias clássicas foi de 9% e 7% respetivamente, não obstante a diminuição drástica da dimensão média das famílias.

Apenas a freguesia de Nossa Senhora da Vila, que abrange as principais áreas de expansão da Cidade de Montemor-o-Novo, registou um crescimento significativo do número de famílias entre 2001 e 2011 de entre as unidades territoriais em análise (13%). Em todas as outras freguesias do Concelho (incluindo Nossa Senhora do Bispo) o número de famílias diminuiu no mesmo período.

Estrutura Etária da População Residente

A evolução recente da estrutura etária da população residente em Montemor-o-Novo reflete a perda acentuada da vitalidade demográfica, superior à verificada na generalidade da Região Alentejo: em 2011, apenas 21 % da população residente em Montemor-o-Novo tinha idade entre 0 e 24 anos, valor inferior ao do Alentejo Central (24,5%) e da generalidade da Região Alentejo (23%) e muito inferior ao que se verifica no Concelho de Évora (25%). Mesmo no vizinho e mais rural concelho de Arraiolos, regista-se um valor superior (22%).

Quadro 7. Estrutura Etária da População Residente por intervalo de idade (%) - 2011



Fonte: INE, *Recenseamento da População e Habitação, 2011*.

A escassez de população em idade jovem, mais do que o elevado peso da população idosa, determina uma extrema dificuldade futura na renovação dos quantitativos populacionais do Concelho. Neste aspeto, a situação de Montemor-o-Novo é mais desfavorável do que a média dos territórios envolventes e bastante preocupante. A criação de emprego, no sentido de conseguir criar uma dinâmica imigratória positiva, constitui uma das principais prioridades a encarar nos próximos anos.

A idade média da população residente em seis das oito freguesias rurais do Concelho ultrapassava (em 2011) os 50 anos, enquanto no País este valor se quedava pelos 42 anos. A freguesia urbana de Nossa Senhora da Vila tem a média de idades mais reduzida (42 anos), mesmo assim inferior à média nacional.

A dificuldade de vir a alcançar no Concelho saldos naturais positivos, capazes de inverter a tendência para a desertificação do território, acentua-se quando se verifica que o Índice de envelhecimento da população residente no Concelho tem vindo a agravar-se (mais 36 do que o verificado em 2001), cifrando-se agora (2011) em 239, valor bastante superior ao verificado no Alentejo (178) ou no País (128) e também nos concelhos vizinhos de Évora (137) e Vendas Novas (178). As freguesias rurais são as principais responsáveis por esta situação, casos de Cabrela (640), São Cristóvão (498) e Lavre (459).

A freguesia urbana de Nossa Senhora da Vila foi a única que, em 2011, observou um decréscimo do seu envelhecimento relativamente a 2001, atestando assim a capacidade de recuperação demográfica da Cidade, no conjunto do Concelho. Mesmo assim o índice de envelhecimento em 2011 (146) era superior à média nacional (128).

O Índice de Dependência de idosos, demonstra também o processo de envelhecimento do Concelho de Montemor-o-Novo e reflete-se na grande dificuldade económica que as famílias residentes sentem ao ter que suprir um tão elevado grau de dependência da população em idade avançada.

Tal como para os outros indicadores de envelhecimento, Montemor-o-Novo apresenta valores para este Índice (239) bastante menos favoráveis que os regionais e os verificados nos concelhos vizinhos de Évora (137) e Vendas Novas (178).

Na ótica da população residente, enquanto recurso humano de base para a economia local, importa analisar a capacidade que a estrutura etária atual possui para assegurar, nos próximos 10 anos, a renovação dos quantitativos populacionais em idade ativa.

Neste particular da capacidade de renovação no curto/médio prazo dos quantitativos da sua população ativa, Montemor-o-Novo, o valor para 2011 (84), embora negativo (inferior a 100 e, portanto, insuficiente num sistema fechado para renovar a sua população ativa nos próximos 10 anos), é muito semelhante ao verificado na Região Alentejo (88). Embora apresente piores condições, neste aspeto que o Concelho de Évora (91), a situação é bem mais favorável que em Vendas Novas (74).

As duas freguesias urbanas (Nossa Senhora da Vila e Nossa Senhora do Bispo) mas também São Cristóvão, apresentam valores deste indicador muito perto de 100, demonstrando quase capacidade de renovação total dos quantitativos da sua população ativa nos próximos 10 anos.

O forte envelhecimento da população, principalmente na área rural do Concelho, a grande dependência de idosos na estrutura da família, menos famílias e famílias de menor dimensão, a redução da população jovem dificultando a renovação de “stocks” populacionais e da população ativa, caracterizam a evolução da situação em Montemor-o-Novo, neste domínio, nos últimos anos.

Nível de Escolaridade da População Residente

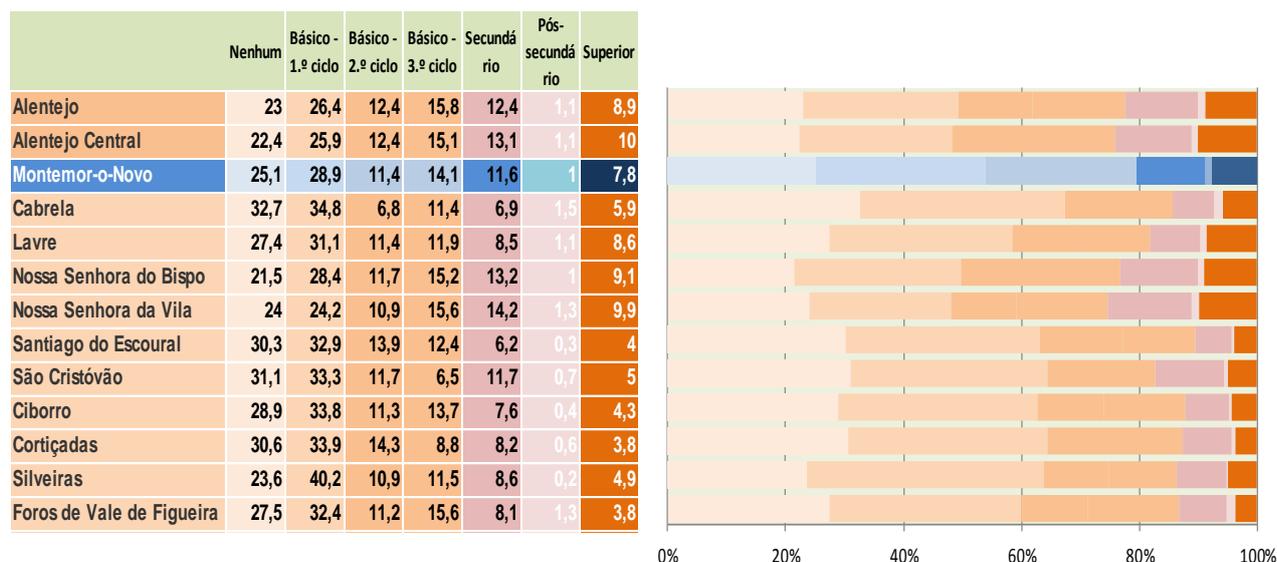
Em 2011, a taxa de analfabetismo em Portugal era de 5%. O perfil rural e o envelhecimento relativo da população de Montemor-o-Novo fazem com que esta taxa ainda supere os 10% (11,4%). No entanto, trata-se de um indicador menos relevante para aferir das potencialidades dos recursos humanos locais, porque respeita a uma população não ativa e fora do mercado de trabalho.

Esta fraqueza de carácter social, sintomática de área com povoamento isolado conducente à exclusão, revela-se também noutros indicadores relativos ao nível de educação da população no Concelho de Montemor-o-Novo em 2011:

- 5,1 % da população com 15 a 19 anos não concluiu o Ensino Básico (contra 4%, em Évora; 3,0%, em Arraiolos; e 2,9%, em Vendas Novas);
- 23,1% da população saiu antecipadamente do sistema escolar (contra 11,6%, em Arraiolos; 15,4%, em Vendas Novas; e 19,3%, em Évora).

A estrutura de níveis de habilitação da população residente reflete uma melhoria sensível face ao passado que resulta dos efeitos acumulados do aumento da escolaridade obrigatória e do prosseguimento dos estudos. No entanto, o peso dos residentes com níveis de habilitação escolar a partir do 2º ciclo do Ensino Básico (*inclusive*) permanece aquém da expressão destes níveis de escolaridade no Alentejo Central e no Alentejo, ainda que os residentes nas freguesias urbanas de Montemor tenham níveis superiores às médias daquelas regiões de referência.

Quadro 8. Nível de escolaridade mais elevado completo da população residente (2011)



Fonte: INE, *Recenseamento da População e Habitação, 2011.*

O peso da população com Ensino Superior no Concelho de Montemor-o-Novo era de 7,8%, em 2011, valor inferior à média regional e também sub-regional. Este valor é bastante reduzido e deve-se não apenas à elevada ruralidade do Concelho mas também à carência de licenciados na Cidade onde nenhuma das freguesias urbanas apresentava valores superiores a 10% da população residente.

Embora com uma evolução positiva, o nível de instrução da população, dado o aumento do grau de urbanização e de escolaridade, é reduzido quando comparado com o verificado no espaço regional e nos

concelhos vizinhos. Esta situação, mais do que um inconveniente para o processo de desenvolvimento desejado, potencia fenómenos de exclusão social.

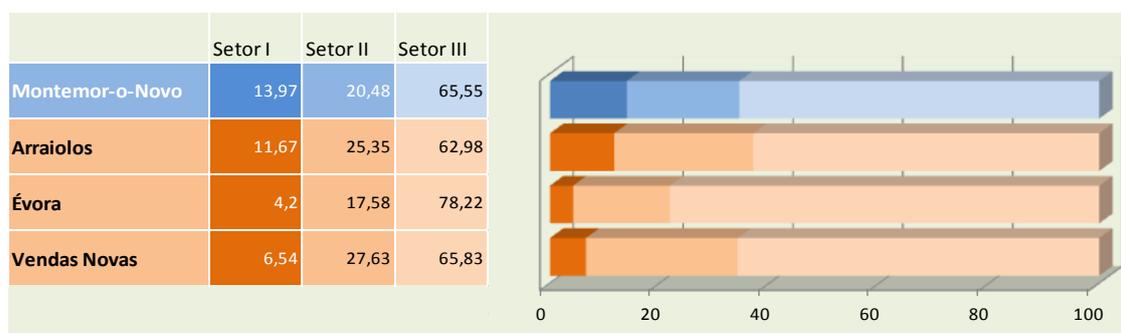
População Ativa

Em 2011 a taxa de atividade em Portugal era de 47,6 %. Em Montemor-o-Novo este indicador era de 45%, semelhante ao verificado no Alentejo e no Alentejo Central (45,2 % e 45,9% respetivamente), principalmente derivado ao envelhecimento populacional regional.

Quatro freguesias rurais (Cortiçadas, Cabrela, São Cristóvão e Santiago do Escoural) não atingem 40% de população ativa, evidenciando a debilidade da economia local e o envelhecimento populacional; as freguesias urbanas e Silveiras apresentam uma percentagem de população ativa superior à média concelhia. A distribuição da população ativa por setor de atividade económica em Montemor-o-Novo é marcada pela preponderância do setor terciário da economia, essencialmente serviços de carácter público, na capacidade empregadora local e pela manutenção de um apreciável volume de população ativa na agricultura.

Com efeito, quase 2/3 da população ativa trabalhava em 2011 neste setor de atividade, expressão muito semelhante à verificada nos vizinhos concelhos de Arraiolos e Vendas Novas e inferior a Évora, principal centro terciário da Região, onde a população ativa no setor terciário representa quase 80%.

Quadro 9. População Ativa, por setor de atividade económica (%) em 2011



Fonte: INE, *Recenseamento da População e Habitação, 2011*.

O setor secundário empregava apenas 20 % da população ativa atestando o reduzido desenvolvimento da indústria transformadora e da construção no Concelho. Em 2011, quer Arraiolos, quer Vendas Novas detinham maior peso deste setor de atividade económica (25 e 28%, respetivamente).

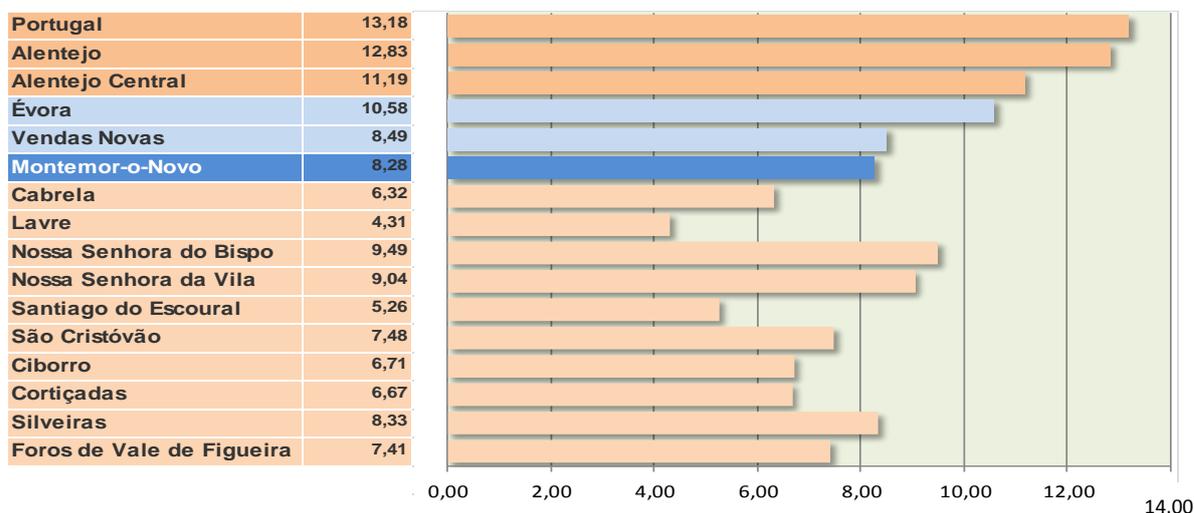
O traço mais marcante da estrutura da população ativa no Concelho reside, no entanto, na manutenção de uma elevada percentagem de ativos no setor primário (14%), principalmente agricultura e pecuária, superando o valor de Arraiolos (12%) e os valores registados em Vendas Novas (6,5%) e Évora (4%).

Entre 2001 e 2011, a população ativa por ramo de atividade económica no Concelho de Montemor-o-Novo teve a seguinte evolução:

- decréscimo de 22% na agricultura, uma quebra bem menos intensa que a verificada em Vendas Novas (-47%) e Arraiolos (-30%);
- manutenção na indústria transformadora, que contrasta com quebras acentuadas verificadas nos vizinhos concelhos de Arraiolos (-10%), Évora (-23%) e Vendas Novas (-28%);
- diminuição acentuada na construção civil (-45%), mas ao mesmo nível da verificada na envolvente regional;
- manutenção no comércio (-2%), tal como Vendas Novas; Arraiolos possui no mesmo período um crescimento apreciável neste ramo de atividade económica (+10%);
- decréscimo na hotelaria (-7%) contra a tendência geral a nível regional e, particularmente, em Vendas Novas (+11%) e Évora (+14%);
- decréscimo na Administração Pública (-11%), acompanhando a tendência e a intensidade da envolvente regional, excetuando a quebra ligeira de Vendas Novas (-2%).

A taxa de desemprego da população ativa em 2011, era relativamente reduzida no Concelho (8,3%), sendo muito inferior à registada quer no País (13,2%), quer no Alentejo (12,8%). Évora e Vendas Novas possuíam também taxas de desemprego superiores às verificadas em Montemor-o-Novo.

Quadro 10. Taxa de Desemprego^(*), em 2011



*População desempregada/ População residente ativa.
Fonte: INE, *Recenseamento da População e Habitação 2011*.

Esta situação não deriva, contudo, de um dinamismo económico particular, mas da situação favorável das freguesias rurais, principalmente Lavre (4,3%) e Santiago do Escoural (5,3%), onde ficou a residir apenas a população ativa com emprego; a restante, saiu tendo sido responsável pelo acentuado decréscimo

populacional ocorrido. As freguesias urbanas apresentam uma situação bem mais desfavorável com uma taxa de desemprego superior à média concelhia.

A análise da evolução do número de desempregados durante o período 2007-2016 (dados referentes ao mês de Dezembro) evidencia os traços seguinte (cf. igualmente, o Quadro 6. Anexo D):

- aumento do número de desempregados no Concelho de Montemor, todavia, apresentando um ritmo de agravamento interior às médias regionais e nacionais;
- o desemprego masculino conheceu um crescimento mais acentuado, em comparação com o desemprego feminino;
- os desempregados de longa duração têm maior dificuldade em obter novo emprego, em relação aos que procuram o primeiro emprego;
- os desempregados entre os 35 e 54 anos ocupam um peso maior de desempregados, sendo que existe um número preocupante de desempregados acima dos 55 anos que conhecem dificuldades especiais de acesso ao mercado de emprego;
- aumento dos desempregados com habilitações mais elevadas (secundário e superior), sendo que no ensino secundário as variações são inferiores às verificadas no Alentejo e no Continente.

Quadro 11. Variação do volume de Desempregados registados (mês de Dezembro)

Indicador	Montemor-o-Novo			Variação (2007-16) %	
	2007	2016	Var. (%)	Alentejo	Continente
Total	430	493	14,7	31,9	19,9
Homens	167	256	53,3	62,1	39,8
Mulheres	263	237	-9,9	13,3	6,7
< 1 Ano	326	295	-9,5	-1,2	7,6
1 Ano E +	104	198	90,4	113,4	37,1
1º Emprego	63	47	-25,4	44,3	33,7
Novo Emprego	367	446	21,5	30,5	18,5
< 25 Anos	96	64	-33,3	4,4	0,5
25 - 34 Anos	134	117	-12,7	5,0	-3,9
35 - 54 Anos	146	211	44,5	51,2	27,0
55 Anos e +	54	101	87,0	54,6	45,0
< 1º Ciclo EB	60	48	-20,0	46,8	34,8
1º Ciclo EB	95	81	-14,7	-12,4	-22,1
2º Ciclo EB	59	83	40,7	9,8	6,3
3º Ciclo EB	87	83	-4,6	35,3	27,2
Secundário	81	135	66,7	94,2	72,2
Superior	48	63	31,3	68,4	59,8

Fonte: IEFP, Estatísticas Mensais por Concelho.

2.2. Ação Social e Saúde

No domínio social de Montemor-o-Novo pretende a aproximação ao conceito de Município Solidário, assumindo uma lógica mais abrangente e integradora em que as questões sociais se materializam na complementaridade com outros setores fundamentais para a qualidade de vida da população.

Nessa lógica, o diagnóstico relativo a esta dimensão procura evidenciar quais as principais fragilidades do tecido social concelhio e quais as expectativas do sistema local de atores em relação às respostas sociais e de saúde, de forma a suportar a definição dos fatores de intervenção social a privilegiar e as respetivas linhas de intervenção.

No contexto nacional, Montemor-o-Novo integra o grupo de concelhos que combina indicadores de coesão social mais favoráveis. O *Referencial de Coesão Social*¹ posiciona o Concelho no grupo de 38 concelhos que registam menores graus de incidência de fatores centrais de exclusão (desemprego, baixas habilitações escolares, dependência de prestações sociais, endividamento e melhores rendimentos).

Os indicadores que mais favorecem este posicionamento relativo prendem-se com:

- uma taxa de desemprego relativamente baixa e inferior à média do Alentejo e do País (13,2%);
- Montemor-o-Novo é também o Concelho do Alentejo Central com menor proporção de pessoas em famílias com 2 ativos e em que ambos estão desempregados e, também, com menor peso do desemprego jovem;
- menor dependência de prestações sociais, estando entre os cinco concelhos do Alentejo onde o peso dos beneficiários do rendimento social de inserção na população residente é mais baixo e também entre os três concelhos do Alentejo Central com menor proporção de beneficiários de abono de família no 1º escalão.

¹ Referencial de Coesão Social (2014), IESE - ISS, I.P.

Quadro 12. Indicadores de Desemprego, Rendimento e Prestações Sociais

	Évora	Montemor- -o-Novo	Vendas Novas	Alentejo Central	Alentejo
Taxa de desemprego	10,6	8,3	8,5	11,2	12,8
% População 15-24 anos desempregada na população ativa de 15-24 anos	28,0	22,9	25,3	28,1	29,0
% Pessoas em famílias com 2 ativos ambos desempregados	0,8	0,6	0,7	1,0	1,1
IRS <i>per capita</i> 2011 (Taxa)	967,2	521,2	515,7	614,9	578,3
% Beneficiários de abono de família no 1º escalão face ao total de beneficiários (média do triénio 2011-2013)	34,2	30,8	33,8	33,8	36,1
Beneficiários do rendimento social de inserção por 1.000 hab. (média do triénio 2010-2012)	46,6	27,0	27,1	50,5	52,2
% População cujo principal meio de vida são subsídios ou apoio social (na pop. 15 ou mais anos) - 2011	5,0	3,9	4,0	5,1	5,6

Fonte: INE, Censos 2011; e Instituto da Segurança Social.

Como resultou evidente na análise das tendências demográficas do Concelho, do lado das maiores fragilidades, a problemática do envelhecimento configura uma forte dimensão-problema. Em concelhos envelhecidos, o acesso a cuidados primários emerge como uma questão chave na qualidade de vida das populações e, nesse sentido, importa analisar as necessidades existentes ao nível das estruturas de saúde e da ação social.

Inclusão e equidade de acesso às respostas e equipamentos de Ação Social

O envelhecimento da população é sinónimo do aumento de situações de dependência: em 2011, 20,4% da população com mais de 65 anos residia sozinha e nos últimos anos agravaram-se as situações de dependência de idosos com demência.

Em matéria de equipamentos sociais, o Concelho atingiu já níveis de cobertura positivos em virtude dos investimentos realizados nas respostas sociais dirigidas aos idosos, à deficiência e também à infância e juventude. Entre 2007 e 2014 destacam-se importantes investimentos a este nível, nomeadamente:

- Equipamentos dirigidos a pessoas idosas que permitiram criar: 52 vagas em Lar, 82 em Serviço de Apoio Domiciliário e 34 em Centro de dia;
- Equipamentos para pessoas com deficiência que representam: 20 novos lugares, num Centro de Atividades Ocupacionais e 20 novos lugares, em Lar Residencial para pessoas com Deficiência;
- Equipamentos dirigidos à infância e juventude, entre os quais: Casa de Acolhimento Residencial Especializada para raparigas (A Porta Mágica), com capacidade para 20 jovens entre os 12 e os 18

anos que representa uma nova tipologia de resposta, orientada para os jovens em risco e a entrada em funcionamento de um novo equipamento (Colégio Jardim dos Sentidos – antigo Bercinho), aumentando a capacidade da creche (em 37 lugares), pré- escolar (em 20 lugares) e ATL (em 10 lugares).

Para além destes equipamentos (concluídos ou em fase de conclusão), estão também em curso outros projetos relevantes, como a requalificação do Abrigo dos Velhos Trabalhadores, que permitiu melhorar as condições de acolhimento de 183 utentes e a construção das novas instalações do Espaço Oficina da Criança que se pretende que venha a ser um projeto de âmbito regional, capaz de atrair jovens de concelhos vizinhos. Deste quadro de investimentos resulta uma rede de equipamentos bastante consolidada, ao nível das seguintes respostas:

- *Idosos*, em que as taxas de cobertura são positivas, mas persistem instituições com listas de espera para a resposta de Lar de idosos. Também o Apoio Domiciliário é limitado para atender a todos os casos sinalizados, em particular aos idosos residentes em zonas isoladas, pelo que apesar de se assistir a uma quebra recente na procura desta resposta (atribuída ao reforço da oferta de cuidados continuados e à diminuição do valor das pensões), a oferta existente ainda não cobre as necessidades reais;
- *1ª e 2ª Infância*, em que fruto da diminuição da natalidade, a capacidade instalada supera já a procura;
- *Acolhimento e Inserção de Jovens em risco*, com destaque para a abertura recente de uma Casa de Acolhimento Residencial Especializada para raparigas (A Porta Mágica), apesar de os casos sinalizados serem superiores à capacidade criada;
- *Deficiência*, sinaliza-se a necessidade de reforçar a capacidade de Lar residencial, mas a entrada em funcionamento do recente Lar residencial da CERCIMOR virá ao encontro desta necessidade.

De uma forma geral, estão criadas as condições para uma reorientação das prioridades de investimento em equipamentos para ações não materiais, ao nível:

- (i) da definição de estratégias de dinamização e articulação do parque de equipamentos de proximidade existentes, potenciando a capacidade instalada;
- (ii) da melhoria da qualidade das respostas, p.ex., reforçando a formação técnica ou mesmo o recrutamento de profissionais especializados, capazes de responder a novas características dos utentes dos serviços, no caso particular da população idosa, assiste-se a um aumento significativo da dependência dos idosos institucionalizados, para quem a entrada no Lar é uma resposta de

“fim de linha”, com o conseqüente agravamento das dificuldades de mobilidade e das problemáticas de saúde mental;

Este fenómeno constitui um desafio urgente, para o qual rareiam respostas específicas, mas que pode beneficiar de enquadramento na tipologia de Cuidados Especializados do PO ISE, a qual prevê o apoio a ações de sensibilização e informação para a prevenção de situações de demência, bem como de capacitação de técnicos e familiares;

(iii) da capacidade de inovação das respostas, o que exige a apropriação por parte das entidades de novas ferramentas e metodologias de trabalho, bem como o reforço da atuação em rede e da partilha de experiências entre instituições, em particular potenciando o envolvimento com as entidades do setor cultural na promoção de atividades culturais, educacionais e de convívio.

Inclusão e equidade de acesso às respostas e equipamentos de Saúde

O Diagnóstico da *Estratégia de Desenvolvimento Territorial do Alentejo Central 2020* assinala que esta sub-região conta com uma rede de cuidados de saúde relativamente bem estruturada, dispondo de uma rede de cuidados primários apoiada em centros de saúde, existentes em todos os concelhos, e extensões, nos principais aglomerados urbanos.

Em relação aos recursos humanos afetos aos cuidados de saúde, verifica-se que a sub-região dispõe de indicadores mais favoráveis que o conjunto da Região Alentejo, mas inferiores aos considerados para o conjunto do País: em 2010, no Alentejo Central, a média era de 2,6 médicos, por 1.000 habitantes (este valor era de 2,2 para o conjunto do Alentejo mas de 4 para o País) e de 5,9 enfermeiros (5,1 no Alentejo e 6 no Continente). Os valores médios são influenciados por Évora, com valores superiores aos restantes concelhos: em Montemor-o-Novo são apenas 1,1 médicos e 3,5 enfermeiros, por 1.000 habitantes.

As novas instalações do Centro de Saúde garantem as infraestruturas necessárias para assegurar o funcionamento de uma Unidade de Saúde Familiar ou de Cuidados de Saúde Personalizados, Unidade de Cuidados na Comunidade, Unidade Operativa de Saúde Pública e Serviço de Urgência. Por sua vez, o Hospital de S. João de Deus passou por importantes reestruturações que acompanham as tendências demográficas e respetivas necessidades em matéria de saúde, tendo a especialização inicial nos cuidados à infância dado lugar a uma reorientação para a área da reabilitação e cuidados continuados. O Hospital integra desde Novembro de 2009 a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, com uma Unidade de Cuidados Continuados de Convalescença e uma Unidade de Cuidados Paliativos. Recentemente foi encerrado o bloco operatório, estando a atividade cirúrgica concentrada no Hospital Distrital de Évora, o que veio reforçar a especialização do Hospital na área da Reabilitação Física, considerada uma área de referência, já que concentra um conjunto alargado de valências integradas.

A integração das valias do Centro de Saúde e do Hospital, subjacente ao conceito do Parque Integrado de Saúde, ainda não foi alcançada. Essa maior integração tem em vista tanto o reforço da capacidade de resposta em áreas mais debilitadas (como a necessidade de respostas de Saúde Mental e Psiquiatria, em estreita articulação com as instituições do setor social, ou para a melhoria das condições de internamento de utentes), bem como a melhor rentabilização dos recursos existentes.

Face a este perfil de respostas, o pendor da desigualdade do acesso aos serviços de saúde recai fundamentalmente na população residente fora dos centros urbanos, em particular em locais isolados. A esse nível, importa encontrar as soluções mais ajustadas para contornar o isolamento, objetivo que pode passar pelo recurso a unidades móveis, bem como a tecnologias de saúde de proximidade, como a telemonitorização e o acompanhamento do doente a distância.

Apoios às famílias e à habitação

Segundo dados apurados pela Santa Casa da Misericórdia, o total de famílias dependentes de apoios sociais tem vindo a crescer, como consequência do desemprego prolongado. Os dados seguintes reportam aos apoios concedidos pela Santa Casa da Misericórdia nos primeiros três meses de 2015 e dão conta do crescimento das solicitações de apoio em necessidades básicas, como os cabazes alimentares, a cantina social e os apoios económicos.

Quadro 13. Padrão de distribuição dos apoios sociais da SCM no 1º trimestre de 2015

Tipo de apoios	Janeiro	Fevereiro	Março
Atendimentos (inclui atendimentos da lojinha)	97	100	78
Cabazes alimentares atribuídos	18	28	27
Cantina Social	31 agregados; 2.203 refeições	29 agregados; 2.067 refeições	31 agregados; 2.400 refeições
Apoios Económicos	0	5 agregados	6 agregados
Medicamentos	1 agregado	3 agregados	3 agregados
Apoio em vestuário	35 agregados	29 agregados	26 agregados
Serviço de lavandaria	7 indivíduos	7 indivíduos	7 indivíduos

Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo.

A habitação ocupa uma posição de destaque no leque de dificuldades com que as famílias se confrontam. Em Montemor-o-Novo, existe um número limitado de fogos de habitação social e as rendas praticadas na Cidade são elevadas, mesmo em condições precárias de edificado. Nas freguesias rurais, a habitação é mais acessível devido a rendas mais baixas, mas a fragilidade da rede de transporte não favorece as dinâmicas de mobilidade casa-trabalho. No caso da população idosa com menores rendimentos, o peso dos encargos com a habitação limita o seu acesso às respostas sociais existentes no Concelho. Os indicadores seguintes ajudam a clarificar esta problemática:

- 39,8% das famílias residentes no Concelho têm encargos com habitação, das quais cerca de 33% possui um encargo superior a 200€;
- 27 em cada 1.000 pessoas residentes no Concelho habitam em alojamentos de apoio social, o que posiciona Montemor-o-Novo nos três concelhos do Alentejo Central em que esta proporção é mais elevada;
- 1.063 do total de 1.578 alojamentos familiares clássicos arrendados (67%) estão a cargo de titulares pertencentes a grupos socioeconómicos que tradicionalmente auferem rendimentos mais baixos (e onde se inclui uma proporção importante da população inativa), valor que é superior ao registado em Évora, Vendas Novas e no conjunto do Alentejo Central.

Quadro 14. Indicadores de vulnerabilidade face às condições de habitação (2011)

	Évora	Montemor-o-Novo	Vendas Novas	Alentejo Central	Alentejo
% Famílias com encargos de habitação (no total de famílias)	49,0	39,8	42,1	41,2	37,7
% Famílias com encargos de habitação > 200 euros (total de famílias)	41,3	32,8	34,8	32,4	28,9
‰ Pessoas residentes em alojamentos de apoio social (permilagem)	14,3	27,1	19,4	18,4	20,1
‰ Pessoas residentes em barracas e outros alojamentos não clássicos (permilagem)	1,1	2,8	3,0	2,9	3,9

Fonte: INE, Censos 2011.

Quadro 15. Alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual (Nº), por grupo socioeconómico do titular do alojamento (2011)

	Évora	Montemor-o-Novo	Vendas Novas	Alentejo Central	Alentejo	
Total dos alojamentos familiares clássicos arrendados de residência habitual	5.853	1.578	801	12.978	44.392	
Grupo socioeconómico do titular do alojamento	Assalariados do setor primário	58	51	19	250	1.052
	Trabalhadores administ. do comércio e serviços não qualificados	385	77	44	824	3.056
	Operários não qualificados	149	27	37	321	1.510
	Trabalhadores não qualificados do setor primário	23	61	28	341	987
	Inativos	2.780	847	371	6.262	18.911

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2011.

Com efeito, entre 2007 e 2014, a Câmara Municipal apoiou um total de 89 projetos de melhoria de alojamento, distribuídos equilibradamente entre as freguesias urbanas e rurais, correspondendo a um valor global de despesa municipal de 216.274,99€, sobretudo, concentrada entre 2007 e 2010 e 2012.

Quadro 16. Obras de melhoria de alojamentos realizados entre 2007 e 2014

Freguesias urbanas	Projetos apoiados	46
	Valor de comparticipação da CM	112.324,07 €
Freguesias rurais	Projetos apoiados	43
	Valor de comparticipação da CM	103.950,92 €
Total	Projetos apoiados	89
	Valor de comparticipação da CM	216.274,99 €

Fonte: Mor Solidário e Programa Municipal de Apoio a Habitação degradada.

Não obstante a relevância destes investimentos, as necessidades de requalificação do parque habitacional não se esgotaram, registando-se necessidades de intervenção em edifícios de habitação social da CM e casas de rendas sociais, que poderiam contribuir para melhorar as condições de habitabilidade da população residente.

A este nível, importa privilegiar a integração entre iniciativas de requalificação física e estratégias de inclusão social das comunidades, capazes de potenciar a autonomia e integração socioeconómica da população apoiada.

Políticas sociais e perspetivas de instrumentos de promoção da inclusão social

Os desafios do Concelho de Montemor no domínio social convidam a mobilizar, de forma mais integrada e eficaz, as potencialidades do território.

Desde logo, a Rede Social constitui um importante instrumento ao serviço do planeamento e concretização das políticas sociais. A experiência de mais de 6 anos de funcionamento da Rede Social permite evidenciar ganhos positivos do funcionamento desta estrutura de parceria, nomeadamente ao nível da maior integração da intervenção por parte das diferentes entidades locais implicadas nas respostas de apoio aos idosos, de saúde, aos jovens e população com deficiência (principais áreas de intervenção da Rede Social), bem como ao nível da produção e partilha de recursos para a intervenção (cf. caixa seguinte). Não obstante, o agravamento dos desafios contemporâneos em matéria de coesão social tem obrigado a reforçar a capacidade operacional deste tipo de estruturas, encontrando soluções para ultrapassar as fragilidades que inibem uma intervenção mais abrangente e estruturante.

O diagnóstico das principais forças e fraquezas da Rede Social do Concelho, realizado no âmbito do *Estudo de Avaliação do Programa Rede Social* (IESE, 2012) ajuda a balizar os desafios que a Rede Social de Montemor deve ser capaz de ultrapassar.

Elementos de diagnóstico das principais forças e fraquezas da Rede Social do Concelho

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Rede ativa desde 2008, ano em que arrancaram os primeiros projetos. • Atividade regular, com reuniões mensais do Núcleo Executivo, o que facilita a comunicação e o ponto de situação regular das atividades dos vários parceiros. • Evidências de resultados do funcionamento da Rede Social, aos níveis seguintes: <ul style="list-style-type: none"> - Celeridade e eficácia na sinalização e atuação das respostas (p.ex., alunos carenciados; isolamento e vulnerabilidade na 3ª idade); - Agilização dos casos problemáticos entre escola e outras instituições que ajudam a fazer o primeiro despiste relativamente aos alunos carenciados; - Cedência de material e técnicos para outras instituições - acabam por interagir com mais instituições; - Estímulo a desenvolvimento de processos de investigação (p.ex., realização do Estudo sobre necessidades, expectativas, motivações e preconceitos existentes em relação aos Cursos Profissionais). 	<ul style="list-style-type: none"> • Desatualização dos instrumentos de planeamento da ação da Rede Social. • Insuficiente apreensão da filosofia da Rede Social por parte de alguns parceiros: “Os parceiros ainda não estão preparados para procurar a Rede antes da necessidade”. • Fraca representação das freguesias devido à escassa presença de instituições parceiras. • Fraca participação do parceiro da Educação e ausência de representação de empresários. • Presença de tensões de natureza política que podem condicionar a adesão de novos parceiros. • Insuficiente incorporação da dimensão económica e de desenvolvimento local, apesar da existência de Associações de Desenvolvimento Local no CLAS - Terras Dentro e Marca).

Fonte: *Estudo de Avaliação do Programa Rede Social* (2012), ISS-IESE.

A lógica de parceria que preside à Rede Social pode expandir-se como boa prática ao funcionamento de outras entidades do Concelho de forma a fortalecer, progressivamente, a aliança entre a lógica de Município Solidário e os objetivos de consolidação da identidade territorial e de reconstrução da coesão interna do Concelho. A dinâmica do setor associativo e cultural de Montemor constitui uma marca relativamente consolidada da identidade do Concelho e, nesse sentido, posiciona-se como um terreno fértil para acolher estratégias de inovação social. Nesta lógica, importa prever mecanismos específicos de apoio à participação das entidades culturais e desportivas nas estratégias de inclusão social, que pode beneficiar do surgimento de iniciativas promotoras do empreendedorismo social.

O processo de inquirição relativo à análise das capacidades e recursos das IPSS do Concelho (cf. *Relatório de Apoio à Implementação e Funcionamento do Gabinete de Inovação e Gestão Estratégica - 2ª síntese trimestral*, GON, 2013) dava conta de que cerca de 42% das IPSS inquiridas não desenvolve atividades lucrativas, mas cerca de 25% afirma estar disponível para o fazer. Estes elementos ilustram que este é um campo de intervenção praticamente inexplorado, mas que merece a devida ponderação na Atualização da Carta Estratégica, no horizonte 2025.

2.3. Cultura

Fatores de singularidade de Montemor-o-Novo no panorama regional e nacional

Ao longo das últimas décadas, Montemor-o-Novo tem revelado dinâmicas de produção e animação cultural que suscitam o interesse de investigação temática, com alguma expressão académica e publicação internacional relevante. Muita da notoriedade atribuída ao Concelho é tributária de uma valorização política centrada na cultura e criatividade como motor do desenvolvimento (local).

Montemor-o-Novo tem configurado as suas políticas públicas culturais como fator de desenvolvimento humano e territorial, injetando massa crítica e reflexiva no conjunto de práticas e operacionalizando-a com recurso a instrumentos conceptuais de inovação e criatividade social. Esta valorização tem permitido a Montemor-o-Novo não só dinamizar o setor cultural endógeno como ainda atrair e acolher estruturas de criação artística exógenas.

Algumas das singularidades desta abordagem são sentidas e partilhadas pela diversidade de atores e respetivas organizações instaladas e que compõem o mosaico da programação cultural do território. A tabela seguinte sintetiza algumas das singularidades mais significativas.

Quadro 17. Fatores estruturantes da Política Cultural de Montemor-o-Novo

Fatores sociais	Evidências
<i>Condições históricas e trajetórias de especificidade social</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Património de sensibilidade cultural pública ▪ Ambiente cultural que reflete o papel desempenhado pela cultura e as artes como espaço de participação social e contestação no Município ▪ Elevados níveis de participação cultural e atividades artísticas ▪ População local participativa, promovendo laços e colaboração com os artistas “forasteiros”.
Fatores estratégicos/ /políticos	Evidências
<i>Estratégia de valorização da política cultural como eixo central do desenvolvimento do território</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvimento de estratégias de política cultural como eixo central da governação autárquica com apoio dos Fundos Estruturais ▪ Compromisso político, fornecendo apoio e um conjunto de diretrizes compartilhadas para os diversos agentes culturais estratégicos dentro e fora do Município ▪ Criação de um ambiente atrativo e facilitador de condições para artistas e criadores residirem no Município ▪ Construção de redes e parcerias (dentro e fora do Município) com escolas e centros de formação, entidades privadas e os criadores artísticos e coletivos ▪ Consolidação da reputação alcançada como um lugar de criação artística. ▪ Promoção de condições para a operacionalização de Projetos Âncora.

(Continua)

Quadro 17. Fatores estruturantes da Política Cultural de Montemor-o-Novo

(Cont.)

Fatores de governança	Evidências
<p><i>(Projetos/Materialização dos fatores referidos; estratégias concretas; operacionalização da política)</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dinâmica cruzada entre a "alta cultura" e a cultura mais ampla e "patrimonialista" de Montemor-o-Novo, existindo projetos em rede e orientados para a população. ▪ Apropriação coletiva do património histórico-arquitetónico (Castelo, Conventos e outras instalações mais recentes, como oficinas de artesanato tradicional e instalações agrícolas) que tem sido utilizado como local de criação artística e de realização de iniciativas culturais de largo espectro. ▪ Ênfase na inclusão social em associação com a participação cívica das populações. ▪ Democratização cultural a partir da trajetória coletiva sensível à cultura (natureza específica dos "públicos"). ▪ Interação entre artistas e população garante a animação e difusão da criatividade social.

Fonte: Adaptado do *Relatório de Apoio à Implementação e Funcionamento do Gabinete de Inovação e Gestão Estratégica - 2ª síntese trimestral*, Gabinete Oliveira das Neves, 2013.

A consolidação das organizações do setor cultural e criativo originou um sistema de atores que tem operacionalizado projetos e iniciativas de carácter estruturante e de potencial valorização económica, assim como tem permitido a criação de "emprego cultural".

A diversidade de áreas de criação artística constitui um recurso relevante de Montemor-o-Novo sintetizado no quadro seguinte. Os projetos apresentados constituem apenas elementos de ilustração do mosaico de programação cultural estruturante.

Quadro 18. Áreas-chave de atuação artística de Montemor-o-Novo

Áreas de atuação artística	Principais Entidades	Projetos e iniciativas de cultura de carácter estruturante (exemplos)
Artes cénicas	Alma d'Arame - Associação Cultural Theatron - Associação Cultural	
Centro coreográfico Dança Performance Música experimental Multimédia	O Espaço do Tempo - Associação Cultural	Encontro Internacional de Marionetas de Montemor-o-Novo
Artes plásticas	Oficinas do Convento - Associação de artes e multimédia	Simpósio Internacional de Escultura em Terra
Música erudita	Sociedade Antiga Filarmónica Montemorense "Carlita" Coral de São Domingos	Curso de Aperfeiçoamento de Jovens Músicos
Música popular	Sociedade Antiga Filarmónica Montemorense "Carlita" Rancho Folclórico e Etnográfico Montemorense Rancho Folclórico dos Fazendeiros de Montemor Ensemble Monte Mor Associação Cultural Ficha Tripla - Associação Cultural	Ciclo da Primavera <i>Festival</i> de Teatro de Montemor
Gestão museológica e Gestão de património	Grupo dos Amigos de Montemor Rancho Folclórico Etnográfico Montemorense	SAFIRA Festival de Artes na Paisagem
Dinamização cultural genérica	Ofício das Artes - Ass. para Ensino, formação e desenvolvimento de atividades artísticas ACLD - Associação Cultural Lavre Dinâmico Casa do Povo de Lavre	Feira da Luz Projeto M
Inclusão Social	Casa João Cidade Cercimor Associação 29 de Abril	

Valorização e investimento na cultura

Num contexto nacional em que o peso da despesa pública em cultura no orçamento é inferior a 1%, sendo esta assegurada, na maioria, pelos municípios (70%), o caso de Montemor-o-Novo adquire acrescida importância. Mesmo não se registando como o município do Alentejo Central que apresenta a maior despesa em atividades culturais e criativas por habitante, o valor de Montemor está acima da média do país e da Região do Alentejo (cf. tabela seguinte).

O peso das despesas correntes do Município em atividades culturais e criativas, no total despesas correntes, ronda os 10%, valor que ultrapassa a média do Alentejo Central e do Continente (5,2%).

Quadro 19. Despesas das Câmaras Municipais em atividades culturais e criativas

		Portugal	Continente	Alentejo	Alentejo Central	Évora	Montemor-o-Novo	Vendas Novas
Despesas em atividades culturais e criativas (€)	2001	-	343.934,2	-	11.179,7	2.662,1	1.282,6	511,3
	2013	-	268.177,8	-	9.116,6	2.336,2	1.195,0	294,7
Despesa total das câmaras municipais em atividades culturais e criativas por hab.		36,2	36,4	71,2	85	42,2	78,9	25
Peso despesas correntes em atividades culturais e criativas no total despesas correntes		-	5,2	-	6,5	5,3	9,8	3,9

Fonte: Estatísticas da Cultura, INE, I.P. *Inquérito ao Financiamento das Atividades Culturais, Criativas e Desportivas pelas Câmaras Municipais.*

Desafios ao papel estratégico das atividades culturais em Montemor-o-Novo

A dinamização de eventos culturais com expressão mediática e capacidade de atração externa de públicos e profissionais, constitui uma forte evidência da projeção de Montemor-o-Novo como centro artístico e cultural, bem como para a dinamização das atividades económicas locais, designadamente no que respeita à restauração e comércio. Neste particular, embora Montemor possa ser considerado um “oásis” para criadores e demonstre uma dinâmica de sustentabilidade, alicerçado numa marca já consolidada no panorama cultural português, permanecem fatores de bloqueio a uma valorização económico-turística e social e que tem sido dificultada pela escassez de recursos de financiamento.

Embora em algumas dimensões (como a da urgente capacitação dos agentes de gestão de bens culturais para a valorização económica destes) se sinalize um quadro de oportunidades a majorar, à luz de acesso aos FEEI e outros programas de financiamento público e comunitário de cultura, subsiste um problema que pode colocar em causa, quer tanto o desenvolvimento das condições de criação, como as condições de exibição e valorização económica: os equipamentos culturais.

O objetivo da Carta Estratégica de “criar um centro europeu de criação artística e de fruição cultural e dinamização de atividades socioculturais”, ficou bastante aquém das expectativas iniciais devido à alteração das componentes de investimento do projeto “Instalação do Centro Nacional de Artes Transdisciplinares e Recuperação/Renovação do Convento da Saudação-Castelo”. A incapacidade do ex Ministério da Cultura assegurar as obras de reabilitação do Convento da Saudação, inviabilizou a criação do Centro de Congressos, da biblioteca e do centro de documentação e a instalação de serviços de restauração e de alojamento. A não concretização desta componente de investimento reduziu, de forma significativa, o potencial do projeto no alcance deste objetivo e também o seu contributo induzido para “Promover e dinamizar o tecido económico”.

O impacto esperado do projeto “Instalação do Centro Nacional de Artes Transdisciplinares e Recuperação/Renovação do Convento da Saudação-Castelo no que respeita à criação de emprego, ficou também aquém do inicialmente previsto, já que foram criados apenas 2 postos de trabalho no Espaço do Tempo, número bastante inferior à quantidade de novos postos de trabalho previstos em sede de candidatura (164), caso tivessem sido concretizadas todas as componentes de investimento programadas, acima referidas.

Outros equipamentos de apoio à criação e atividade cultural, apresentam sinais de desgaste sérios, colocando em causa o potencial de relação artistas-públicos. O quadro seguinte apresenta os casos mais críticos.

Quadro 20. Equipamentos estruturantes de apoio à criação e atividade cultural

Equipamento	Perfil de utilização	Capacidade
<i>Cineteatro Curvo Semedo</i>	Equipamento chave para a exibição artística e produção de espetáculos e acolhimento de públicos. O equipamento apresenta problemas de conforto e segurança, não estando consolidado ainda como um equipamento de âmbito regional.	812
<i>Convento da Saudação-Castelo</i>	Equipamento chave da atratividade cultural do território que necessita de recuperação/renovação urgente.	
<i>Convento de S. Francisco</i>	Equipamento de elevado relevo patrimonial e onde se encontra instalado o Projeto da Associação Oficinas do Convento. Atualmente apresenta um estado de conservação crítico.	
<i>Convento de S. Domingos</i>	Neste Convento funciona a sede do Grupo dos Amigos de Montemor. Nele estão instalados o Museu de Arqueologia e salas de olaria, arte sacra, etnografia e tauromaquia. Equipamento com elevado potencial para a produção de eventos culturais nos seus claustros, Igreja e Biblioteca.	200
<i>Equipamentos Culturais das freguesias rurais</i>	Globalmente com instalações pouco qualificadas e com atividade muito reduzida.	-
<i>Auditório da Biblioteca Municipal</i>	Equipamento polivalente; permite a realização de várias atividades culturais, seminários, etc.	100
<i>Auditório da Junta de Freguesia da União de Freguesias Vila, Bispo e Silveiras</i>	Equipamento polivalente; permite a realização de várias atividades culturais, seminários, etc.	120

A fragilidade das condições de suporte constitui um fator de recuo a estratégias de valorização económica que majorem os fatores de singularidade do território. Ultrapassada a ideia de criação de um Pólo de indústrias culturais (Portugal, no seu todo, não o conseguiu fazer), existem evidências de uma visão mais centrada na fruição local e turística dos elementos de programação de atividades culturais no território. Esta deve incluir as sinergias com o acervo patrimonial, devendo assumir um papel central na afirmação

do território como um Pólo de desenvolvimento do Setor Cultural e Criativo em Portugal e, sobretudo, como lugar ativo dos circuitos de turismo cultural.

Esse papel catalisador de desenvolvimento económico e social deve, então, ser reforçado pelo potencial de atração turística. Neste âmbito, à luz do Plano de Ação Regional Alentejo 2020, encontram-se definidas algumas Intervenções-tipo que deverão integrar as dinâmicas de desenvolvimento e promoção turística do destino Alentejo, nas quais importa reter a necessidade de requalificação/ criação de novos produtos de turismo cultural (desejavelmente associadas a projetos de empreendedorismo inovador).

Contudo, é importante notar que o setor do turismo na Região tem revelado dificuldades para articular a iniciativa dos agentes privados e das administrações, locais e central, no sentido de potenciar os recursos naturais, culturais e patrimoniais, numa perspetiva de desenvolvimento turístico-cultural. Este desafio ganha especial expressão no caso de Montemor-o-Novo.

2.4. Educação, Formação e Juventude

A abordagem desta Dimensão privilegia uma visão integrada dos desafios do território em relação à sua capacidade de fixar e qualificar a população, em particular os jovens e a população em idade ativa. A tendência agravada de diminuição da população em geral e, em particular, das camadas mais jovens, acrescenta novas dificuldades à reflexão sobre as perspetivas de desenvolvimento em matéria de educação e formação, nomeadamente, à capacidade dos territórios se manterem atrativos e sustentáveis.

Num Concelho envelhecido a inversão da tendência de diminuição da população jovem constitui um dos principais desafios com que Montemor-o-Novo se defronta pelo que, nesta dimensão, a Carta Estratégia deverá assumir uma dupla preocupação: (i) criar condições de base que não só permitam dotar as empresas e outras instituições de recursos humanos qualificados e com competências em áreas-chave para a sua competitividade, como também alicerçar uma oferta de educação e formação que acompanhe a promoção de qualificações, dinamicamente ajustadas às necessidades de emprego do Concelho; e (ii) recuperar níveis de regeneração da população, o que se consegue criando condições para a permanência/fixação de jovens nascidos no Concelho, tornando-o mais atrativo.

Paralelamente, considera-se que a visão integrada das dimensões relativas à Educação-Formação e Juventude reforça o conceito de *Educação para a cidadania e o desenvolvimento*, que orienta a ação governativa do Concelho (cf. *Grandes Opções do Plano e Orçamento*, 2015).

Dotação de equipamentos escolares

A análise da evolução dos Estabelecimentos de Ensino no Concelho ao longo da última década (desde o ano letivo 2005/06) aponta para uma estabilidade do número de estabelecimentos de Ensino Pré-escolar; em 2005-06, as freguesias de Cabrela, Ciborro e Silveiras já não disponham de estabelecimentos. Também a Escola do Ensino Básico (EB) 2, 3 e a Escola Secundária de Montemor-o-Novo, situadas na sede do Concelho se mantiveram ao longo da década.

No 1º Ciclo do Ensino Básico o estabelecimento existente na freguesia de Cabrela encontra-se suspenso, por um período de 5 anos. No ano letivo 2015-16, ocorreu a abertura da EB nº 5 - Centro Escolar de Montemor-o-Novo, com 4 salas de Pré-escolar e 6 salas do 1º Ciclo, que integrou as 3 salas do Jardim de Infância nº 2, mais uma nova sala; a nível do 1º Ciclo, integrou 5 turmas que funcionavam no edifício da EB 2,3, mais uma nova sala.

Abandono, insucesso escolar e escolarização da população

O abandono escolar ao nível do Ensino Básico não constitui uma dimensão-problema estrutural, cifrando-se em 2011 em torno dos 1,2% de indivíduos com idade entre 10-15 anos que não concluíram o 3º ciclo e não frequentam a escola.

Os fatores de contexto que ajudam a explicar os avanços alcançados a este nível são, em particular:

- (i) o trabalho em rede entre as instituições locais com intervenção no campo social e da educação (nomeadamente, por via da ação da Rede Social), com vantagens na implementação de estratégias de sinalização e prevenção do abandono, junto dos jovens e das suas famílias;
- (ii) a aposta nas infraestruturas e respostas dirigidas aos jovens, com destaque para os equipamentos escolares e desportivos, onde se incluem projetos, como a Oficina da Criança e o Centro Juvenil;
- (iii) fraca incidência de problemáticas sociais com efeito desviante no percurso escolar dos jovens, como a criminalidade e as dependências.

Não obstante, no nível secundário, o indicador de Abandono Precoce (relativo ao número de indivíduos entre os 18 e 24 anos que não concluíram o Ensino Secundário e não se encontram a frequentar o sistema educativo ou um curso de formação profissional) apresenta valores bastante superiores, acima dos valores registados nos concelhos de Évora e Vendas Novas, pelo que é, sobretudo, ao nível do ensino secundário que a intervenção no combate ao abandono é mais premente.

No que respeita ao Insucesso, os valores das taxas de atraso escolar (que correspondem aproximadamente à proporção do número de alunos com pelo menos um ano de retenção no total de

alunos sem retenção que frequentam um determinado ciclo) dão conta da necessidade de intervenção, como de resto foi também veiculado pelos atores auscultados.

Quadro 21. Taxa de abandono escolar e abandono precoce e Indicadores de insucesso (2011)

	Évora	Montemor-o-Novo	Vendas Novas
Taxa de abandono escolar (10-15 anos)	1,3	1,2	0,7
Taxa de abandono precoce (18-24 anos)	22,8	26,4	25,8
Taxa de atraso no 1º ciclo do Ensino Básico	14,2	13,7	11,5
Taxa de atraso no 2º ciclo do Ensino Básico	33,4	33,9	24,0
Taxa de atraso no 3º ciclo do Ensino Básico	28,1	34,5	25,1
Taxa de atraso no Ensino Secundário	41,5	46,8	36,2

Fonte: INE, *Censos 2011*. Extraído da Associação EPIS (Empresários pela Inclusão Social), *Atlas EPIS da Educação - Desempenho e Potencial de Sucesso e Insucesso Escolar, por Concelho*.

Não obstante as elevadas taxas de atraso resultantes da retenção de alunos, Montemor-o-Novo ocupa uma posição positiva no panorama nacional. De acordo com uma tipologia concelhia de desempenho e potencial de sucesso e insucesso escolar apresentada no Estudo “Atlas da Educação: Contextos sociais e locais do sucesso e insucesso 1991-2012”², Montemor-o-Novo (a par de outros concelhos geograficamente próximos como Évora e Viana do Alentejo) insere-se num cluster composto por 80 concelhos “que conseguem conciliar resultados de exame do 9º ano acima do estimado, taxas de retenção próximas da média nacional e abandono inferior ao esperado. De certa forma este é o cluster que agrupa os concelhos em que há sucesso escolar (melhores resultados e reduzido abandono) com uma seletividade próxima da média nacional”. Quando se consideram os indicadores relativos ao Ensino Secundário, o posicionamento relativo do Concelho é prejudicado negativamente pelas elevadas taxas de atraso, passando a integrar um cluster marcado por níveis de sucesso próximos dos níveis esperados (tendo em conta os indicadores socioeconómicos explorados e a média nacional), mas com forte seletividade pela retenção.

Apesar dos progressos alcançados na melhoria das habilitações escolares da população, a baixa escolarização da população mantém-se como uma dimensão-problema a ter em conta da definição das prioridades da Carta Estratégica.

A população de Montemor-o-Novo continua a registar um peso superior dos escalões mais baixos de escolaridade, face à média registada no Alentejo Central e no Alentejo, para além de valores persistentes de analfabetismo associados ao elevado índice de envelhecimento do Concelho, em particular das suas freguesias rurais. (Cf. Quadro 8. *Nível de Escolaridade mais elevado da População Residente*).

²Justino, David et al. (2014). *Atlas da Educação-Contextos Sociais e Locais do Sucesso e Insucesso. Portugal, 1991-2012*. Lisboa: Cesnova/EPIS.

Em 2011, 56,2% da população residente com mais de 15 anos possuía um nível de escolaridade inferior ao 3º ciclo do Ensino Básico e desses, 35,5% possuía apenas o 1.º ciclo. O analfabetismo atingia, em 2011, 11% da população residente, enquanto em Portugal era de 5%.

Quadro 22. Escolarização da população nos concelhos do Alentejo Central (%)

	Évora	Montemor-o-Novo	Vendas Novas	Alentejo	Alentejo Central
Taxa de Analfabetismo	5,5	11,4	8,2	9,6	9,3
População > 15 anos sem nenhum nível de escolaridade	6,5	12,4	9,9	10,7	10,2
População residente > 15 anos só com o 1º ciclo do Ensino Básico	24,1	35,5	33,2	31,6	31,0
População residente > 15 anos com escolaridade inferior ao 3º ciclo do Ensino Básico	38,6	56,2	51,7	51,0	49,9

Fonte: INE, Censos 2011.

Oferta de educação e formação

A dinâmica da oferta de educação e formação no Concelho confronta-se com limitações inerentes à fragilidade do tecido económico e do emprego, bem como decorrentes da menor oferta disponível e dos processos de planeamento definidos a nível supramunicipal. Do lado da oferta, as lógicas de concertação supramunicipal da rede de ofertas condicionam a oferta disponível no Concelho, tanto no caso da formação profissionalizante para jovens, em que a Escola Secundária tem vindo a ser condicionada na abertura de cursos em áreas estratégicas para a atração dos jovens (p.ex., Desporto, cursos de Ensino Artístico Especializado e na área técnica das Artes de Espetáculo), caso da oferta do IEFEP, fortemente concentrada em Évora. Paralelamente, a quebra na disponibilização de percursos formativos de RVCC contribuiu para a diminuição da frequência de formação por parte da população adulta com baixas qualificações escolares.

A este propósito os dados divulgados pela DGEEC-Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, relativos ao ano letivo 2012/2013 apontam para uma taxa de apenas 31,7% de matriculados no nível de ensino secundário em ofertas de dupla certificação. De salientar que esta taxa ascendeu aos 55,4% no ano letivo de 2008/2009, ano com pico de alunos matriculados (605) durante a vigência da Iniciativa Novas Oportunidades (INO), para a qual contribuiu fortemente o número de alunos matriculados em processos de RVCC (23%). Entre 2008/2009 e 2012/2013 (último ano letivo com dados disponíveis), o número global de alunos matriculados no Ensino Secundário tem vindo a diminuir (de 605 para 325), sendo que a taxa de variação relativa aos alunos matriculados em ofertas de dupla certificação é foi de -69,3% (enquanto que a taxa de variação dos alunos matriculados no ensino regular é de -17,2%), por via da diminuição das inscrições em processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências e em cursos de Educação e Formação de Adultos.

Os principais operadores de educação-formação do Concelho salientam a necessidade de continuar a aposta na oferta de formação de natureza profissionalizante, de forma a atrair os jovens para a continuação dos estudos e promover a sua integração profissional, bem como evitar a exclusão precoce dos ativos com inserção profissional. Paralelamente, reforça-se a ideia avançada no diagnóstico da anterior Carta Estratégica de que a eficácia futura da formação profissional requer a coordenação entre as entidades intervenientes, públicas, associativas e privadas e os diversos setores de atividade económica, na identificação de necessidades e na definição dos conteúdos dos cursos.

No plano da formação inicial de jovens há evidências de uma maior coordenação entre operadores e de um esforço concertado de ajustamento das ofertas aos interesses dos jovens e às oportunidades locais, que nos últimos anos se firmou na aposta nas seguintes áreas:

- (i) *Artística*: com destaque para a entrada em funcionamento do ano letivo 2015/2016 da nova Escola Profissional de Música e Luthiers, que representa um projeto diferenciador no conjunto da oferta regional e com potencial para atrair jovens de outros concelhos. Também a Escola Secundária procurou enquadrar no seu *portfolio* cursos profissionalizantes na componente técnica das Artes de Espetáculo (sonoplastia e iluminação). Contudo, não se realizaram por falta de inscritos.
- (ii) *Mecânica/ Metalurgia e Metalomecânica*: que é considerada uma área de formação com forte tradição no Concelho e que continua a registar uma elevada taxa de empregabilidade, associada à procura desencadeada pela indústria instalada em Vendas Novas. Exemplo da procura dos jovens por essa área de formação são os que frequentam o curso profissional Técnico de Manutenção Industrial na Escola Secundária de Montemor-o-Novo (concluíram o curso no ano de 2014/2015) e os jovens que frequentam os cursos profissionais de Técnico de Manutenção Industrial - vertentes Eletromecânica (formados na Escola Secundária Gabriel Pereira - Évora desde o ano letivo 2012/2013) e de Aeronaves (curso iniciado no ano letivo 2014/2015 na referida Escola de Évora).

Esta área enquadra-se numa fileira de formação tecnológica que tem vindo a afirmar-se no Distrito, a reboque da presença da Embraer, em Évora, e que constitui uma aposta estratégica e diferenciadora do Centro de Formação do IEFP. A oferta existente gravita em torno da Aeronáutica, com especializações diversas (p.ex., compósitos, estruturas, metalurgia, eletrónica e automação), estando fundamentalmente concentrada em Évora, mas na esfera de influência dos concelhos vizinhos, como Montemor-o-Novo.

- (iii) *Produção Agrícola e Animal*: em particular Viticultura e Enologia (em 2015/2016 forma-se o primeiro grupo de diplomados deste curso profissional) e Produção agrária - vertente animal e

vegetal (cursos que iniciaram o 10º ano em 2014/2015). A criação destas ofertas procurou dar resposta às necessidades de técnicos especializados e as entidades locais têm-se mostrado recetivas ao acolhimento dos jovens no âmbito da formação em contexto de trabalho, o que pode ser considerado um indicador positivo do interesse da formação junto dos potenciais empregadores.

- (iv) *Gestão e Administração*: no ano letivo de 2013/2014 teve início o curso profissional Técnico de Gestão, lecionado na Escola Secundária de Montemor-o-Novo e na EPRAL - Escola Profissional da Região Alentejo, em Évora. Esta oferta corresponde a uma área abrangente do ponto de vista das oportunidades profissionais, sem um cariz menos marcadamente regional como as anteriores, mas ainda assim vai ao encontro do perfil de necessidades de competências apontadas por entidades locais, nomeadamente do setor social e associativo (cf. *Anexo B*).

Na ótica da qualificação e reconversão profissional da população adulta, também há evidências da preocupação em atender à evolução das necessidades das empresas e outras organizações, em matéria de fixação de competências. A fragilidade da dinâmica das atividades económicas no Concelho é a dimensão mais problemática da capacidade de *matching* entre a oferta a disponibilizar e a procura de qualificações. Não obstante, o serviço público de emprego e formação profissional conta com um Conselho Consultivo que integra representantes de empresas e parceiros sindicais, e que permite acompanhar as áreas de investimento e potencial de crescimento do emprego na Região, com vista a favorecer aquela articulação.

O *Turismo* e a *Agricultura*, em particular quando associados à dinamização de negócios relacionados com a produção e a comercialização de produtos regionais, são áreas particularmente relevantes ao nível das estratégias de qualificação e reconversão profissional da população adulta³. Nesse sentido, verifica-se uma aposta na oferta formativa para a (re)qualificação dos adultos centrada precisamente nestas áreas de formação, de que são exemplo as diversas ofertas registadas na CELFINFO e no IEFP - delegação em Évora e Montemor-o-Novo (modalidades FMC - Formações Modulares Certificadas e EFA - Educação e Formação de Adultos) e o Técnico/a de Turismo Ambiental e Rural (modalidade EFA) lecionado pelo INOVINTER - Centro de Formação e de Inovação Tecnológica - Vendas Novas.

A este nível, reporta-se a necessidade de contemplar estratégias de formação mais orientadas para a gestão/formação de empresários, em particular na área agrícola, que possa servir de estímulo ao desejável *upgrade* dos processos produtivos.

³ Esta perspetiva vai ao encontro da informação constante no documento *Apoio à Implementação e Funcionamento do Gabinete de Inovação e Gestão Estratégica*, Gabinete Oliveira das Neves (2013).

Por último, o setor dos *Serviços* regista necessidades de recrutamento e de qualificação técnica e especializada dos recursos humanos das instituições locais, com vista à melhoria da qualidade dos serviços prestados à população (cf. *Anexo B*), o que pode motivar a organização de modalidades de formação à medida, potenciadoras do recrutamento de novos profissionais.

Juventude e Desporto

O investimento na educação, no desporto e na cultura têm contribuído para consolidar uma rede institucional de suporte à juventude com efeitos positivos, também, na sua capacidade de iniciativa e associativismo.

O Associativismo e o Desporto constituem dois vetores bastante consolidados no Concelho e que beneficiam de investimentos recentes relevantes, nomeadamente a requalificação do Centro Juvenil, que permitiu a criação de um espaço polivalente para acolhimento de projetos, iniciativas e ações especificamente dirigidos aos jovens. No plano desportivo foram realizados importantes investimentos que contribuem para a consolidação de uma rede diversificada de equipamentos e modalidades desportivas, com resultados visíveis na mobilização da população para a prática desportiva e para o reforço da atividade desportiva escolar: em 2014, 308 jovens beneficiaram do Programa Escolas e Escolinhas de Desporto (em 2007, foram abrangidos por este Programa 112 jovens).

Quadro 23. Equipamentos e Modalidades desportivas no Concelho

Freguesias	Equipamentos										Tipo de modalidades
	Grandes Campos de Jogos	Pavilhões de Desporto	Pequenos Campos de Jogos e Ringues Polidesportivos	Salas de Desporto	Sala Polivalente	Pista de Atletismo	Apeadeiro	Piscina coberta	Piscina descoberta	Outros	
Cabrela	1	-	1	-	-	-		-	-	-	Futebol
Ciborro	1	-	1	-	-	-		-	-	1	Futebol / Escola de Modalidade; e Slalom, Saltos e Wakeboard
Foros de Vale de Figueira	1	-	1	-	-	-		-	-	1	Escolinha de Desporto; e Voo à Vela
Santiago do Escoural	2	-	-	-	-	-		-	-	-	Futebol
São Cristóvão	1	-	1	-	-	-		-	-	-	-
União de Freguesias (Nossa Sra. do Bispo, Vila e Silveiras)	7	2	8	4	1	2	1	1	1	1	Aulas de Manutenção Física; Equitação (Obstáculos; Volteio; Ensino); Escolinha de Desporto; Expressão Motora; Judo; Futebol; Escola de Modalidade; Futsal; Basquetebol; Rugby; Ténis; e Ténis de Mesa; Natação
União de Freguesias (Lavre e Cortiçadas)	2	-	2	-	2	-		-	-	-	Escolinha de desporto; e Futebol

Fonte: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, tratamento GON.

Quadro 24. Total de abrangidos no Programa de Formação Desportiva no Concelho

Modalidades	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Futsal	39	36	27	36	---	28	59	45
Rugby	52	44	66	60	53	78	63	65
Futebol	111	126	151	147	142	148	158	150
Atletismo	33	36	48	51	34	24	21	36
Ténis de Mesa	12	13	10	15	16	11	18	22
Natação	---	---	---	15	21	19	30	32
Ténis	---	---	---	---	---	40	30	30
Total	442	466	538	573	458	559	635	633

Fonte: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, tratamento GON.

3. ECONOMIA - Especialização e Desenvolvimento

3.1. Especialização Económica e do Emprego

No contexto regional, Montemor-o-Novo apresenta dois principais vetores de especialização económica:

- *Agricultura, Produção animal e Floresta* com expressão equilibrada tanto em termos de unidades empresariais, como de emprego (pessoal ao serviço dos estabelecimentos/ empresas), com tendência de evolução regressiva entre 2007 e 2013 mas mantendo um Quociente de Localização acima de 1,5.

A especialização na agricultura e produção animal ocorre num contexto de ligeiro crescimento do nº de explorações agrícolas e de crescimento acentuado, da SAU entre 1999 e 2009 com destaque para duas atividades: a criação de bovinos (com aumento em 4,2% do nº de explorações e em 34,8% do efetivo animal) e a exploração vitivinícola (com aumento de 54,2% da SAU e 2,8% das explorações com vinha).

- *Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas*, também com uma relação equilibrada de especialização em ambas as variáveis (empresas e emprego), mas com dinâmica de reforço no espaço regional tal como expressa a evolução dos valores do Quociente entre 2007 e 2013, em qualquer das variáveis.

Num segundo plano mas revelando, ainda, Quocientes superiores a 1, surgem a Construção, as Atividades de Saúde humana e Apoio Social, as Atividades imobiliárias e o Alojamento e Restauração (no emprego) e, a Construção e as Atividades de Consultoria (nos estabelecimentos).

Este padrão de especialização evidencia duas vertentes estruturantes: (i) uma, de matriz económico-produtiva associada ao aproveitamento/ transformação e valorização de recursos naturais; e (ii) outra, em grande parte resultante das dinâmicas de incentivo e investimento público municipal (Cultura, Desporto e Recreio, Saúde e Apoio social).

Entre os ramos de atividade com Quocientes de Localização inferiores a 1, importa salientar as “performances” do Comércio por grosso e a retalho, com valores próprios de centros urbanos regionais, e da Indústria transformadora, que não traduzem o apreciável investimento realizado pelo Município no domínio da infraestruturação económica.

Quadro 25. Quociente de Localização do Concelho de Montemor-o-Novo face à NUT II Alentejo

CAE	Pessoal ao Serviço		Estabelecimentos	
	2007	2013	2007	2013
A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1,79	1,57	1,78	1,59
B - Indústrias extrativas	-	-	-	-
C - Indústrias transformadoras	0,57	0,61	0,79	0,73
D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0,78	0,22	1,04	1,06
E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	-	0,02	-	0,25
F - Construção	1,52	2,15	0,79	1,18
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	0,88	0,92	0,86	0,83
H - Transportes e armazenagem	0,77	0,52	0,75	0,78
I - Alojamento, restauração e similares	1,01	1,01	1,05	0,85
J - Atividades de informação e de comunicação	0,46	0,27	0,72	0,36
K - Atividades financeiras e de seguros	0,84	0,89	0,92	0,92
L - Atividades imobiliárias	0,93	1,15	0,88	0,85
M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1,00	0,97	0,92	1,17
N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio	0,46	0,46	1,05	0,90
O - Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	0,41	0,00	0,36	0,00
P - Educação	0,33	0,36	0,41	0,61
Q - Atividades de saúde humana e apoio social	1,46	1,25	0,99	0,95
R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	1,30	1,48	0,93	1,57
S - Outras atividades de serviços	0,88	0,76	0,73	0,74
Total	1,00	1,00	1,00	1,00

Nota: QLrj é o Quociente de Localização da atividade j na Região r (Montemor-o-Novo), face ao espaço padrão (Alentejo); $QLrj = (Xrj/Xr)/(Xpj/Xp)$; Xrj é o valor da variável x para a atividade j na Região r (Montemor-o-Novo); Xr é o valor da variável x para o conjunto de atividades na Região r (Montemor-o-Novo); Xpj é o valor da variável x para a atividade j no espaço padrão (Alentejo); Xp é o valor da variável x para o conjunto de atividades no espaço padrão (Alentejo).

Fonte: GEE/ ME, *Quadros de Pessoal*.

A evolução da atividade económico-empresarial, entre 2007-2013, evidencia uma quebra do volume de estabelecimentos com atividade no Concelho de 835 para 707 unidades (-15,3%), numa evolução que segue as tendências sub-regionais (-19,9%). A evolução da variável emprego (pessoal ao serviço) mostra que Montemor-o-Novo perdeu 938 postos de trabalho em seis anos (-21,1%), seguindo a tendência verificada no Alentejo Central (-20,1%).

Quadro 26. Variação do Nº de Estabelecimentos e do Pessoal ao Serviço (2007-2013)

CAE (rev. 3.0)	Estabelecimentos		Pessoal ao Serviço	
	Montemor-o-Novo	Alentejo Central	Montemor-o-Novo	Alentejo Central
A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	-13,1	-15,9	-17,7	-23,6
B - Indústrias extrativas	-	-11,1	-	-31,0
C - Indústrias transformadoras	-23,3	-21,2	-17,6	-18,6
D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0,0	28,6	-75,0	-24,5
E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	-	190,0	-	60,3
F - Construção	-16,2	-41,9	-35,8	-55,9
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	-19,7	-21,3	-18,3	-19,5
H - Transportes e armazenagem	-20,8	-36,7	-52,0	-31,1
I - Alojamento, restauração e similares	-32,6	-21,1	-29,2	-20,1
J - Atividades de informação e de comunicação	-50,0	11,9	-40,0	43,2
K - Atividades financeiras e de seguros	11,8	7,1	-1,4	-8,0
L - Atividades imobiliárias	-40,0	-39,8	-36,0	-47,6
M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	31,3	-1,5	12,0	-0,2
N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio	-40,9	-30,6	-36,6	-23,8
O - Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	-100,0	-63,4	-100,0	-59,3
P - Educação	0,0	-23,1	-26,1	-14,2
Q - Atividades de saúde humana e apoio social	11,8	4,5	0,0	18,3
R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	57,1	-15,1	7,7	15,1
S - Outras atividades de serviços	-8,3	-19,5	-18,3	-7,4
Total	-15,3	-19,9	-21,1	-20,1

Fonte: GEE/ ME, *Quadros de Pessoal*.

Na análise por ramo de atividade, os comportamentos negativos ocorrem nos sectores produtivos (primário e secundário - indústrias transformadoras e construção) enquanto as atividades do terciário tanto de natureza económica como social apresentam evoluções positivas, com destaque para as atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas, com expressão em Montemor, nomeadamente fruto das políticas municipais concretizadas ao longo das últimas décadas.

Não obstante a descida do volume de emprego existem atividades com “performances” positivas importantes quer pelo seu carácter diferenciador (p.ex., atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares e as referidas atividades culturais e desportivas), quer por se tratar de atividades produtivas com tendência geral de quebra que não se verifica no Concelho (p.ex., indústrias transformadoras).

No âmbito das atividades técnicas para a Revisão/Atualização da Carta Estratégica foi conduzido um processo de inquirição junto de centena e meia de unidades empresariais sedeadas e com atividade no

Concelho de Montemor-o-Novo. O tratamento do Questionário permite sintetizar um conjunto de resultados com maior relevância para o Diagnóstico prospetivo da economia de Montemor-o-Novo:

- **Principais problemas no ramo de atividade das empresas.** A “conjuntura económica nacional” é referida como principal problema por três em cada quatro empresas; a “falta de investimento privado” e o “peso da concorrência (nacional e internacional)”, são referenciados por 28 e 26% das empresas inquiridas, respetivamente. A falta de mão-de-obra qualificada (referência frequentemente importante em territórios de baixa densidade) surge citada por menos de dez por cento das empresas inquiridas.

Principais problemas identificados (em %)



(N=137, com múltiplas escolhas possíveis)

Fonte: *Inquérito às Empresas com atividade no Concelho, 2015*, Gabinete Oliveira das Neves.

Entre as medidas prioritárias para resolver os problemas identificados, destacam-se o investimento público orientado para apoiar as empresas (24,4%), o aumento do rendimento disponível/ poder de compra da população (23,3%) e, ainda, a criação de emprego (21,1%).

Medidas para a resolução dos principais problemas (em %)

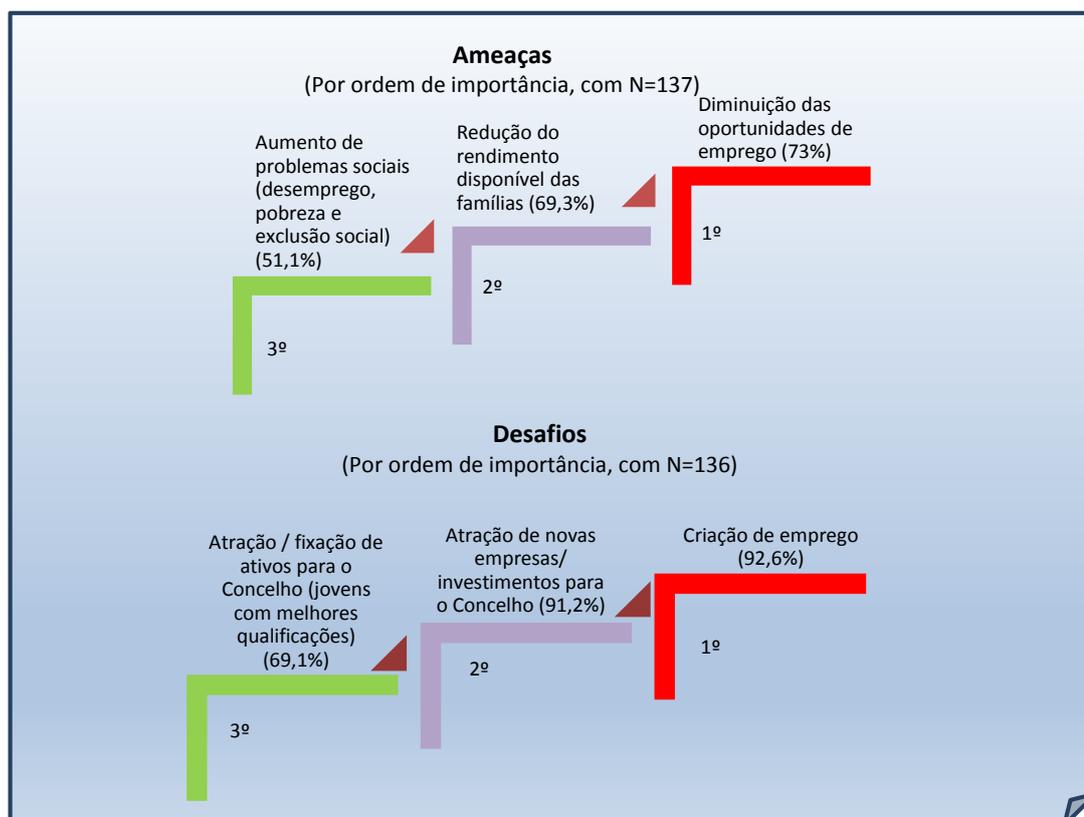


(Questão aberta, com N=90)

Fonte: *Inquérito às Empresas com atividade no Concelho, 2015*, Gabinete Oliveira das Neves.

- **Ameaças.** A diminuição das oportunidades de emprego constitui a principal ameaça na ótica das empresas (73%), seguida de perto pela redução do rendimento das famílias (69,3%), refletindo o peso das empresas ligadas ao comércio e serviços de proximidade (pessoais) na amostra de respondentes ao Inquérito. O aumento dos problemas sociais (desemprego, pobreza e exclusão) e a perda e envelhecimento da população são as ameaças seguintes referenciadas pelas empresas.
- **Desafios no horizonte 2025.** Os principais desafios situam-se no par “Atração de novas empresas/Investimentos para o Concelho e Criação de emprego” (acima de noventa por cento de referências). A “Atração/fixação de ativos” (jovens dotados de melhores qualificações) constitui o desafio seguinte identificado pelas empresas (próximo de 70% das referências).

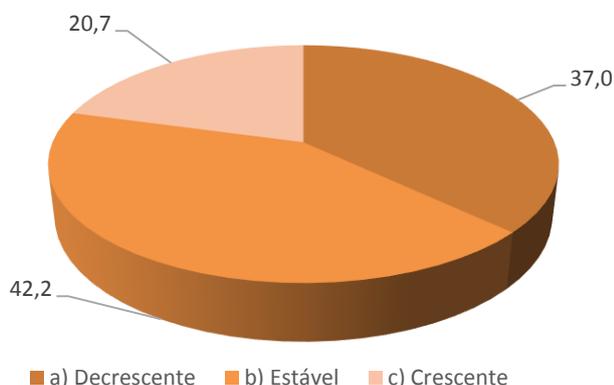
Ameaças e Desafios no horizonte 2025



Fonte: *Inquérito às Empresas com atividade no Concelho, 2015*, Gabinete Oliveira das Neves.

- **Tendências de evolução da atividade empresarial.** Relativa estabilidade futura (42% das respostas recolhidas), com intenção de investimento nos próximos anos, sobretudo, na empresa atual. No entanto, 37% das empresas inquiridas preveem decréscimo de atividade e cerca de 57% não tenciona investir, sobretudo, fruto da natureza da atividade e da evolução pessimista da conjuntura económica nacional mas também da idade, motivo da decisão de não investir para 20% das empresas que responderam ao Inquérito.

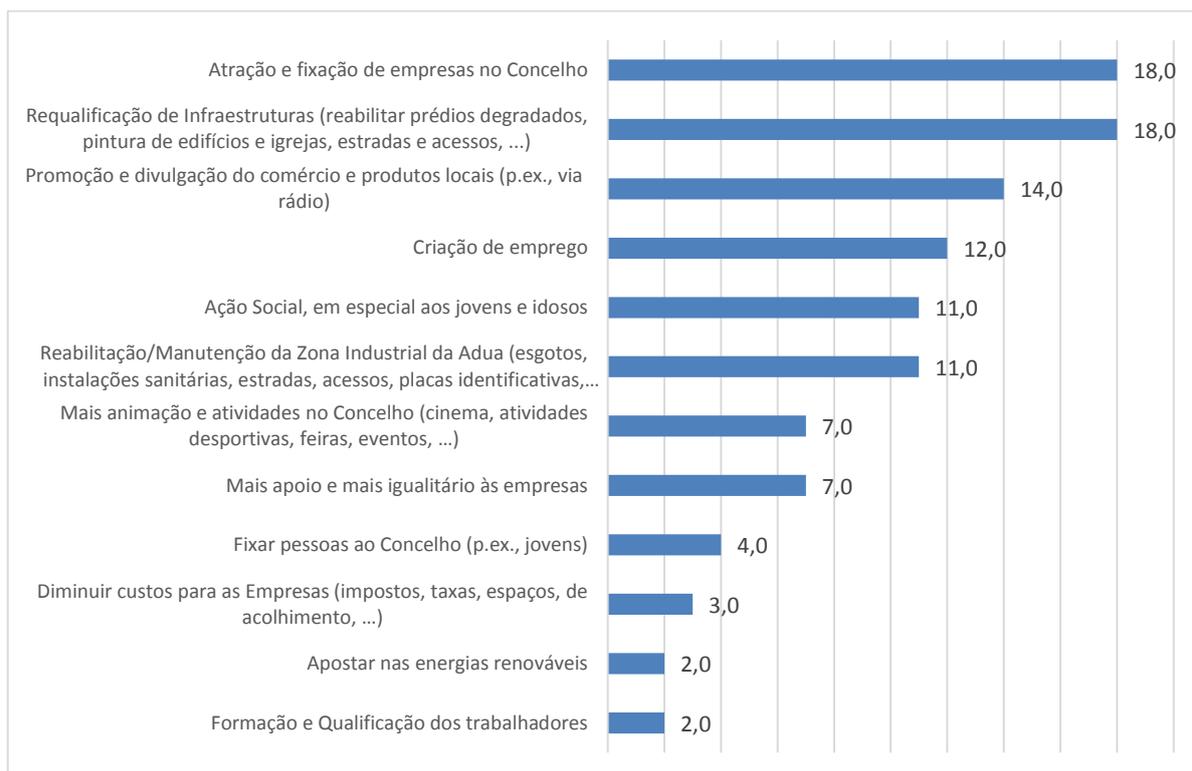
Perspetivas de desenvolvimento da atividade económica (em %)



Fonte: *Inquérito às Empresas com atividade no Concelho, 2015*, Gabinete Oliveira das Neves.

- **Orientação do investimento municipal no horizonte 2025.** Para as empresas inquiridas as prioridades de investimento (projetos, iniciativas, ações, ...) do Município deverão orientar-se para a Atração e fixação de empresas no Concelho (18%), para a Requalificação de infraestruturas (18%), e para a Promoção e divulgação do comércio e produtos locais (14%). A Reabilitação/Manutenção da Zona Industrial da Adua, recolhe 11% das indicações de prioridade de intervenção municipal.

Projetos e Iniciativas da CM Montemor-o-Novo para promover o Concelho até 2025 (em %)



Fonte: *Inquérito às Empresas com atividade no Concelho, 2015*, Gabinete Oliveira das Neves.

3.2. Estrutura económico-empresarial e infraestruturas de suporte

Esta componente do Diagnóstico, referente à economia do Concelho, tem enfoque: na estrutura empresarial, variáveis económicas e dinâmicas de investimento produtivo; nas infraestruturas económicas; e nas iniciativas municipais orientadas para o desenvolvimento económico-empresarial.

A análise da evolução, desde 2007 a 2013, servirá de base ao quadro prospetivo de desenvolvimento económico de apoio à definição de objetivos estratégicos e sequente elaboração de medidas e propostas de intervenção, tendo em conta as apreciações e sugestões resultantes dos contactos e inquéritos realizados a agentes económicos e a instituições públicas, incluindo serviços do município.

Do ponto de vista económico são fatores favoráveis ao desenvolvimento do Concelho de Montemor-o-Novo a localização geográfica de relativa proximidade à capital regional e a Lisboa, as condições de acessibilidade, bem como as características de relevo, revestimento vegetal e património cultural.

Na dinâmica de desenvolvimento regional a adesão às Comunidade Europeias constituiu um fator favorável ao Concelho de Montemor-o-Novo, que impulsionou a melhoria de infraestruturas e equipamentos coletivos e, acessoriamente, beneficiou alguns subsectores económicos, nomeadamente, o da pecuária, contudo, o decréscimo populacional das décadas precedentes contribuiu para o continuado envelhecimento da população (mais de um quarto da população tem mais de 65 anos) e para o despovoamento das freguesias rurais, ao ponto de a cidade de Montemor-o-Novo (cerca de 11.000 habitantes) concentrar atualmente cerca de 62% de toda a população do Concelho, ocupada predominantemente em atividades de comércio e serviços.

Os grandes investimentos regionais, que foram investimentos infraestruturais, em Alqueva, Sines e na rede viária, não provocaram, ainda, o efeito esperado de “atração” e “spill over” de atividades produtivas para o Alentejo Central, daí resultando uma escassa dinâmica propulsora desses investimentos sobre atividades instaladas ou atraídas para Montemor-o-Novo.

Não foi, também, muito significativa na perspetiva do desenvolvimento económico, a valorização decorrente da qualidade dos recursos naturais e ambientais, em setores como o turismo, as energias renováveis ou as indústrias alimentares.

Deste modo, torna-se indispensável a procura de uma estratégia de crescimento económico para o Concelho, que, apostando mais nas atividades produtivas, reforce a valorização dos fatores de localização e dos recursos locais, incluindo os recursos humanos, salvaguardando a qualidade ecológica existente, na perspetiva do desenvolvimento sustentável.

Evolução das empresas, do pessoal ao serviço e do VAB

De acordo com o Censo de 2011, a população ativa empregada com residência no Concelho de Montemor-o-Novo, correspondia a 7.231 pessoas e o emprego em estabelecimentos de empresas com atividade no Concelho correspondia, nesse mesmo ano, a 5.033 pessoas⁴, estimando-se que o emprego nos setores sociais e na Administração Pública se situasse próximo de 2.000 pessoas e o emprego em empresas com sede no próprio Concelho se situasse próximo de 4.250 pessoas.

A evolução ocorrida na economia do Concelho entre 2007 (ano da aprovação da Carta Estratégica) e 2013 está ilustrada nos quadros os quais mostram, em paralelo com a evolução concelhia, a evolução do

⁴ Anuário Estatístico da Região do Alentejo, 2012 - Quadro III.3.14.

Alentejo Central e da Região do Alentejo, no tocante ao volume de empresas, pessoal ao serviço e valor acrescentado bruto (VAB) a preços de mercado

As grandezas referidas estão desgregadas por setores da CAE (rev 3.0) e incluem, de acordo com o Sistema de Contas Integradas das Empresas, além de sociedades, empresas dos setores primário, secundário e terciário e profissões liberais, e, excluem as empresas do setor financeiro (Banca e Seguros).

Entre 2007 e 2015 ocorreu no Concelho, à semelhança do Alentejo Central e da Região, uma redução generalizada do número de empresas em atividade que, em termos relativos, foi menos acentuada no Concelho de Montemor-o-Novo.

Quadro 27. Distribuição e variação da estrutura empresarial - 2007 - 2015 (%)

Empresas dos setores não financeiros	Montemor-o-Novo			Alentejo Central			Região do Alentejo		
	2007	2015	Var.	2007	2015	Var.	2007	2015	Var.
Agricultura, Pecuária, Florestas, Caça e Pesca	19,7	25,1	18,4	16,0	22,0	26,0	17,5	24,2	28,5
Indústrias Extrativas e Transformadoras	4,9	4,3	-19,3	6,7	5,6	-23,2	6,2	5,2	-22
Energia, Águas, Saneamento e Resíduos	0,0	0,1	-	0,1	0,2	45,5	0,1	0,2	112,8
Construção	9,8	6,2	-41,2	8,4	5,6	-38,8	8,6	5,3	-42,5
Comércio (grosso e retalho) e reparação auto	20,7	17,7	-20,6	22,7	18,8	-24,5	23,9	19,4	-24,6
Transportes e Armazenagem	1,5	1,8	8,8	1,9	1,6	-24,6	2,1	1,7	-23,5
Alojamento, Restauração e Similares	8,9	7,9	-17,3	8,9	9,1	-6,2	9,1	8,9	-9,3
Informação, Comunicação e Imobiliário	2,0	1,7	-22,2	2,0	2,4	9,4	1,9	2,2	5,6
Restantes Serviços	32,3	35,2	1,8	33,3	34,7	-0,2	30,6	32,9	-0,4
Total	100,0	100,0	-6,8	100,0	100,0	-7,2	100,0	100,0	-7,1

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE).

Os subsetores que sofreram maiores reduções foram os da construção, do comércio e da informação, comunicação e imobiliário com quebras superiores a 20%. Os subsetores agrupados sob a designação “restantes serviços” e que abrangem atividade de consultoria, educação, saúde, apoio social, atividades administrativas, artísticas, desportivas e recreativas e diversas outras atividades não especificadas, são os que agrupam maior nº de empresas, incluindo profissionais liberais.

No Quadro seguinte sintetiza-se a evolução do pessoal ao serviço nas empresas dos setores não financeiros em atividade, entre 2007 e 2015, confirmando as consequências negativas sobre o emprego que resultaram da redução do volume de empresas.

Quadro 28. Pessoal ao serviço (nº) nas empresas dos setores não financeiros

Empresas dos setores não financeiros	Montemor-o-Novo		Alentejo Central		Região do Alentejo	
	2007	2015	2007	2015	2007	2015
Agricultura, Pecuária, Florestas, Caça e Pesca	1.052	1.033	7.289	7.342	32.063	37.425
Indústrias Extrativas e Transformadoras	536	476	10.280	nd	38.538	33.768
Energia, Águas, Saneamento e Resíduos	nd	nd	nd	nd	1.024	2.069
Construção	695	316	5.751	2.738	26.628	12.730
Comércio (grosso e retalho) e reparação auto	1.186	810	10.031	8.020	47.374	38.491
Transportes e Armazenagem	135	nd	950	1.218	6.362	6.479
Alojamento, Restauração e Similares	375	281	3.842	3.858	15.864	14.800
Informação, Comunicação e Imobiliário	nd	62	nd	931	3.145	3.186
Outros Serviços	1.056	1.073	6.514	9.854	45.167	40.473
Total	5.116	4.134	50.278	42.906	216.165	189.421

nd - Não disponível.

Fonte: INE, *Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)*.

A redução ocorrida no Concelho de Montemor-o-Novo foi proporcionalmente maior do que as que ocorreram quer no Alentejo Central quer na Região, com evidência para os decréscimos nos setores da Construção e do Alojamento, Restauração e Similares. O Valor Acrescentado Bruto (VAB) representa o contributo das empresas para o Produto Nacional. O VAB das empresas dos setores não financeiros no Concelho, no Alentejo Central e na Região do Alentejo sofreu uma significativa contração, com destaque, uma vez mais, para a quebra no Concelho de Montemor-o-Novo, como se mostra no Quadro seguinte.

O contributo do Concelho para o VAB do Alentejo Central tem-se situado a um nível relativamente modesto (7,4%, em 2015).

Quadro 29. Valor Acrescentado Bruto (setores não financeiros) - mil € (2007-2015)

Empresas dos setores não financeiros	Montemor-o-Novo		Alentejo Central		Região do Alentejo	
	2007	2015	2007	2015	2007	2015
Agricultura, Pecuária, Florestas, Caça e Pesca	9.812	2.941	54.125	62.408	321.692	429.075
Indústrias Extrativas e Transformadoras	10.304	13.322	248.861	nd	1.383.443	1.204.495
Energia, Águas, Saneamento e Resíduos	nd	nd	nd	nd	66.290	136.951
Construção	11.506	4.831	76.389	34.349	351.541	179.743
Comércio (grosso e retalho) e reparação auto	14.705	12.839	141.367	117.005	765.618	659.033
Transportes e Armazenagem	2.525	nd	16.067	27.927	235.366	281.628
Alojamento, Restauração e Similares	4.656	2.485	55.497	41.797	221.131	162.135
Informação, Comunicação e Imobiliário	nd	38	nd	25.580	58.267	72.879
Outros serviços	9.425	10.844	125.761	103.564	533.016	444.041
Total	66.912	48.305	742.064	657.083	3.936.364	3.569.980

nd - Não disponível.

Fonte: INE, *Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)*.

A dimensão média das empresas do Concelho é, em geral, muito reduzida tal como sucede no Alentejo Central e na Região do Alentejo. No Concelho de Montemor-o-Novo não existiam empresas com mais de 250 pessoas ao serviço e a proporção de empresas em nome individual era de 71,4% do total.

Quadro 30. Dimensão média das empresas (pessoal por empresa) - 2007 - 2015

Empresas dos setores não financeiros	Montemor-o-Novo		Alentejo Central		Região do Alentejo	
	2007	2015	2007	2015	2007	2015
Agricultura, Pecuária, Florestas, Caça e Pesca	2,4	2,0	2,2	1,8	2,1	1,9
Indústrias Extrativas e Transformadoras	4,9	5,4	7,5	nd	7,3	8,2
Energia, Águas, Saneamento e Resíduos	nd	nd	nd	nd	13,1	12,5
Construção	3,2	2,5	3,3	2,6	3,6	3,0
Comércio (grosso e retalho) e reparação auto	2,6	2,2	2,1	2,3	2,3	2,5
Transportes e Armazenagem	4	nd	2,4	4,1	3,6	4,7
Alojamento, Restauração e Similares	1,9	1,7	2,1	2,3	2	2,1
Informação, Comunicação e Imobiliário	nd	1,8	nd	2,1	nd	1,8
Outros serviços	1,5	1,5	1	1,5	1,7	1,5
Dimensão média geral	2,3	2,0	2,5	2,3	2,5	2,4

nd - Não disponível.

Fonte: INE, *Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)*.

No que respeita ao VAB por empregado, entre 2007 e 2015, ocorreram em Montemor-o-Novo quebras acentuadas nos setores da Agricultura, Alojamento, Restauração e Similares e Construção sendo de destacar a evolução favorável do setor da Indústria transformadora.

Quadro 31. Produtividade média do pessoal (VAB por empregado-euros) - 2007 - 2015

Empresas dos setores não financeiros	Montemor-o-Novo		Alentejo Central		Região do Alentejo	
	2007	2015	2007	2015	2007	2015
Agricultura, Pecuária, Florestas, Caça e Pesca	9.327,40	2.846,68	7.425,60	8.500,08	10.033,10	11.464,92
Indústrias Extrativas e Transformadoras	19.224,30	27.988,14	24.208,30	nd	35.898,20	35.669,71
Energia, Águas, Saneamento e Resíduos	nd	nd	nd	nd	64.736,50	66.191,71
Construção	16.555,70	15.287,98	13.282,80	12.545,25	13.201,90	14.119,66
Comércio (grosso e retalho) e reparação auto	12.398,80	15.850,77	14.093,00	14.589,18	16.161,20	17.121,74
Transportes e Armazenagem	18.706,70	-	16.912,90	22.928,59	36.995,60	43.467,88
Alojamento, Restauração e Similares	12.415,50	8.843,06	14.444,90	10.833,90	13.939,20	10.955,05
Informação, Comunicação e Imobiliário	nd	617,74	nd	27.475,94	18.526,80	22.874,89
Outros serviços	8.924,90	10.106,04	19.306,20	10.509,86	11.801,00	10.971,28
Dimensão média geral	13.079,00	11.684,74	14.759,20	15.314,49	18.210,00	18.846,80

nd - Não disponível.

Fonte: INE, *Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)*.

A informação sobre a estrutura empresarial revela as consequências desfavoráveis da crise económica na Região do Alentejo e no Concelho de Montemor-o-Novo afetando severamente as expectativas decorrentes da Carta Estratégica de 2007, em relação à generalidade dos projetos de matriz empresarial, incluídos nos Programas de Atuação referentes à economia e emprego, à expansão da capacidade empresarial e logística, à modernização do comércio e serviços e ao turismo, que ficaram em grande parte por realizar, conforme se confirmou nas entrevistas e inquéritos locais.

Investimento produtivo

Nas dinâmicas de investimento privado apoiadas pelos Fundos Estruturais, designadamente pelos PO Fatores de Competitividade (COMPETE) e INALENTEJO (ambos FEDER), destaca-se a aprovação de cerca de duas dezenas de projetos ao abrigo dos Sistemas de Incentivos num montante global superior a 14,3 Milhões de Euros.

Quadro 32. Projetos aprovados por Sistema de Incentivo, no Concelho de Montemor-o-Novo

Sistema de Incentivo	Projetos		Investimento elegível	
	Nº	%	Montante (€)	%
SI Inovação/ Empreendedorismo Qualificado	1	5,0	594.720	4,1
SI Inovação/I novação Produtiva	4	20,0	13.319.836	92,8
SI Qualificação PME/ Projetos Individuais e de Cooperação	2	10,0	181.563	1,3
SI Qualificação PME/ Vale Inovação	11	55,0	229.483	1,6
Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas (SIALM)	2	10,0	33.216	0,2
Total	20	100,0	14.358.818	100,0

Fonte: POFC, informação extraída a 27 de Janeiro de 2017.

A elevada concentração do investimento elegível (92,8% no SI Inovação/ Inovação Produtiva) ocorre em torno de projetos de aldeamento turístico, de produção de novos componentes para a indústria automóvel e de desenvolvimento e produção de novos produtos elétricos. O projeto no domínio da Inovação/ Empreendedorismo qualificado refere-se à produção de carvão ecológico, dentro da cadeia de valor da economia de montado.

Em termos setoriais observa-se um relativo equilíbrio entre a Indústria e o Turismo, este último setor com níveis de investimento por projeto bastante superior à média dos investimentos aprovados.

Quadro 33. Projetos aprovados por setor de atividade, no Concelho de Montemor-o-Novo

Setor	Projetos		Investimento elegível		Investimento médio por projeto
	Nº	%	Montante (€)	%	
Comércio	5	25,0	190.352	1,3	38.070
Indústria	8	40,0	7.758.549	54,0	969.819
Serviços	4	20,0	73.650	0,5	18.413
Turismo	3	15,0	6.336.267	44,1	2.112.089
Total	20	100,0	14.358.818	100,0	717.941

Fonte: POFC, informação extraída a 27 de Janeiro de 2017.

No entanto, a análise setorial para ser rigorosa deverá compreender também as dinâmicas de investimento agropecuário e florestal financiadas no âmbito do ProDeR e tratadas com detalhe no Ponto 3.3. Assim, se acrescentarmos ao investimento FEDER o investimento FEADER do subprograma 1 ProDeR (projetos produtivos) atinge-se um volume de apoios de 37,2 Milhões de Euros no período 2008-2015 cuja repartição reequilibra o peso dos setores económicos no investimento cofinanciado pelos Fundos Estruturais no Concelho de Montemor-o-Novo: 60,4% (Agricultura); 21,0% (Indústria); 17,9% (Turismo); e 0,7% (Comércio e Serviços).

Infraestruturas económicas

A Câmara Municipal tem dinamizado o desenvolvimento económico do Concelho ao longo das últimas duas décadas sob diversas formas, evoluindo de componentes materiais (p.ex., infraestruturização da Zona Industrial da Adua, Criação do Centro de Apoio às Microempresas - este com vertente imaterial incluída), para componentes de natureza imaterial mais associadas à promoção externa de recursos e produções e abrangendo também a dimensão do planeamento estratégico no âmbito da qual foi atribuída prioridade a programas de atração na esfera económico-empresarial (cf. Programa de Atuação Economia Renovada e Emprego da *Carta Estratégica de Montemor-o-Novo, 2007*).

As alíneas seguintes sistematizam elementos referentes a dimensões-chave da intervenção municipal para o desenvolvimento económico, de apoio às empresas e à produção de bens e serviços locais procurando evidenciar constrangimentos, resultados e processos em curso.

(i) Planeamento estratégico e intervenções de dinamização económica

A infraestruturização básica e o equipamento do território concelhio constituíram objetivos sempre presentes em toda a estratégia de desenvolvimento dinamizada pelo Município. Montemor-o-Novo é hoje um território cuja população é quase integralmente atendida em termos de infraestruturas de abastecimento de água, saneamento, recolha de lixos, energia e telecomunicação, infraestruturas que beneficiam também o tecido empresarial do Concelho.

Para a economia, os problemas colocam-se em relação a outras infraestruturas e equipamentos, assim como para a dinamização de setores como a agricultura, as indústrias alimentares, as energias renováveis, os transportes, a armazenagem e distribuição e o turismo.

O levantamento da situação atual não evidenciou situações de grave carência de infraestruturas e equipamentos, mas antes insuficiências, atrasos e impossibilidade de concretização de intervenções identificadas pela *Carta Estratégica* em vigor desde 2007, nomeadamente: Plano de Ordenamento da Albufeira dos Minutos (preparado mas ainda não aprovado); requalificação e promoção da Zona Industrial da Adua; promoção de projetos industriais relativos a uma infraestrutura de abate (Matadouro) e uma

unidade de transformação regional de carnes presuntos e charcutaria de qualidade; instalação de um Parque Empresarial (e tecnológico) e de um Parque Eólico (e fotovoltaico); remodelação de alguns troços da rede urbana de saneamento; e criação de uma variante rodoviária à Cidade que evite o tráfego pesado de mercadorias pelo eixo central, complementado por um plano de ordenamento da circulação, favorecendo as atividades de comércio e serviços.

No que respeita a infraestruturas económicas, uma área relevante das medidas e projetos infraestruturais previstos na *Carta Estratégica de 2007*, as principais conclusões são sistematizadas nos parágrafos seguintes:

- Regadio do Perímetro dos Minutos - existe a intenção de vir a ampliar o potencial de rega. No final de 2013, a DRAP Alentejo recebeu uma proposta de alargamento do perímetro de rega para mais 1.560 hectares beneficiando 20 explorações agrícolas. Não foram, ainda, trabalhadas estimativas de custos do investimento necessário mas a proposta seguiu para a DGADR. Paralelamente, aguarda-se a aprovação do Plano de Ordenamento da Albufeira o que poderá favorecer novos projetos de culturas desde o olival intensivo, ao tomate e à beterraba sacarina. O Concelho de Montemor-o-Novo dispõe de excelentes condições edafo-climáticas para aproveitar a oportunidade associada às novas condições criadas com a liberalização, a partir de 2017, da cultura da beterraba sacarina.
- Criação no Concelho de uma unidade de abate (Matadouro de grandes e pequenos ruminantes) e de uma unidade de transformação de carnes - não houve desenvolvimentos favoráveis. Para além da clarificação de aspetos relativos à garantia de apoio comunitário a fundo perdido, mantêm-se como condições prévias a manifestação de interesse e compromisso dos agentes económicos privados da Fileira da Carne na concretização do equipamento e a recuperação do reconhecimento da qualidade e certificação das carnes de animais (bovino e borrego) do Concelho, que existiu no passado, e que potenciaria a criação de indústrias da Fileira da carne (cf. ponto relativo à *Fileira da carne* em 3.3.).
- Outros projetos relacionados com os setores agropecuário e florestal - o projeto de instalação de um Centro Tecnológico regional para a fileira do montado e da cortiça está prejudicado e não se justifica perante a circunstância do CTCOR ter atividade no Montijo e em Coruche, onde explora o Observatório do Montado e da Cortiça na Zona Industrial de Monte da Barca. O projeto ligado à pecuária referente ao melhoramento das áreas de pastagem do Concelho de Montemor-o-Novo continua a ser considerado um projeto com valências positivas para o setor, estando indiretamente a beneficiar do subsídio existente para a fileira da carne.

- Projetos no domínio das Infraestruturas de transporte e acessibilidades - estes projetos não tiveram andamento (incluindo a criação de uma variante e a realização de um plano de ordenamento da circulação para a Cidade de Montemor-o-Novo) justificando-se a sua manutenção por razões de segurança, que deverão ser acauteladas, tendo presente que a prevenção, gestão e monitorização dos riscos, constitui um objetivo estratégico da valorização do território, devendo integrar-se no respetivo ordenamento e qualificação.
- Estudo de oportunidades e impactes da linha de Alta Velocidade Lisboa-Madrid e das Plataformas Logísticas - a sede de decisão nestas matérias transcende o Concelho de Montemor-o-Novo que, todavia, ainda não tirou partido pleno das grandes melhorias infraestruturais ocorridas na Região. Assim, merece reavaliação o importante fator locativo que reside na proximidade às grandes infraestruturas de transporte internacional (portos de Sines, Setúbal e Lisboa, AE de ligação a Espanha e à Europa e futura ligação ferroviária Sines - Évora - Elvas - Madrid).

Esse novo contexto poderia conduzir a equacionar, numa ótica multimunicipal, um Parque Empresarial e Plataforma Logística (conciliação dos objetivos de um Centro de Negócios com objetivos de uma Plataforma logística de 2ª linha), articulando com as redes rodoviária e ferroviária de ligação internacional e com os portos de Setúbal, Lisboa e Sines. Essa infraestrutura, dotada de espaço amplo e boa localização⁵, também poderia funcionar como Centro/Base de Distribuição regional, apta para colocar nos principais pontos de venda do interior do Alentejo (no Norte Alentejano e Alentejo Central) produtos de grande consumo e assegurando a integração em rede com a Plataforma Logística do Poceirão e com a Plataforma Logística internacional de Elvas-Caia.

No entanto, o PROT Alentejo não contempla esta infraestrutura na Rede Regional de Parques Industriais e Logística Empresarial.

(ii) Dinamização de projetos de natureza socioeconómica identificados pela Agenda Local XXI.

Entre os projetos concretizados (em curso) destacam-se os seguintes:

- *Km 0 Montemorense*

Esta iniciativa foi proposta num dos encontros da Agenda 21 Local de Montemor-o-Novo e integra-se no Projeto 2.1- Produtos da Nossa Terra - Estratégia Alimentar para o Concelho do Vetor 2 - Valorizar os Produtos Agrícolas e o Mundo Rural e dar Prioridade aos Alimentos de Base Local. A iniciativa está a ser desenvolvida por uma equipa mista envolvendo técnicos da CMMN, Rede de Cidadania de Montemor-o-

⁵ A localização ideal seria na confluência da futura linha ferroviária Sines-Elvas-Madrid (serviço de mercadorias) com a linha do Sul (Lisboa-Algarve) na zona sul do Concelho (Casa Branca) servindo Vendas Novas e Évora.

Novo e outros cidadãos motivados para o tema, contando também com a colaboração do ICAAM - Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrânicas da Universidade de Évora.

O Regulamento Menu Kilómetro Zero estabelece os seguintes requisitos: Ingredientes obrigatoriamente adquiridos no Concelho; Pelo menos 80% dos ingredientes são produzidos no Concelho; Ingrediente principal obrigatoriamente produzido no Concelho; Ingredientes secundários, não produzidos no Concelho, obrigatoriamente de origem nacional, excluindo-se as especiarias exóticas; Legumes e vegetais apenas consumidos em época sazonal natural.

- *Banco de Terras*

O “Banco de Terras” resulta do concurso lançado em Janeiro de 2011 denominado “Boas ideias para o Desenvolvimento Sustentável do Concelho, na sequência da elaboração da Agenda Local 21 e tendo constituído a ideia vencedora da 1ª Edição dos Apelos 21 Cidadãos. A ideia incentiva a instalação de pequenas hortas domésticas, utilizando práticas agrícolas sustentáveis, em terrenos “abandonados”.

Em Janeiro de 2012 foram instaladas 8 hortas biológicas num terreno junto ao Convento de São Domingos, cedido pelo Grupo de Amigos de Montemor-o-Novo ao “Banco de Terras”.

- *Hortas Comunitárias em Montemor-o-Novo*

Este Projeto resulta de uma parceria (Câmara Municipal e Liga de Pequenos e Médios Agricultores) visando a ocupação de pessoas e das famílias, a diversificação dos recursos alimentares e a complementaridade do rendimento familiar em atividades de horticultura tradicional, com sustentabilidade ambiental.

Entre os principais objetivos do Projeto, salientam-se: o Incentivo a troca de experiência inter-geracional, na área da horticultura, valorizando o conhecimento dos mais velhos, transmitindo-o às gerações mais novas; a prática de uma horticultura saudável, como atividade de lazer; e a preservação de práticas hortícolas tradicionais.

- *Portal Morinvest*

A conceção do Portal está organizada segundo um conjunto de funcionalidades que disponibiliza informação sobre recursos e atividades do Concelho, com destaque para:

- *Infraestruturas de carácter económico, desportivo e lazer.* Entre as *infraestruturas económicas* salienta-se a informação organizada relativa ao CAME (Centro de Acolhimento às Micro e PME); ao Mercado Municipal; ao Parque de Exposições Municipal; ao Parque de Leilões de Gado; ao Posto de Turismo; e à Zona Industrial da Adua.

- *GADEC*. Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico do Concelho (sistemas de apoio e outras informações para investir a nível local).
- *Catálogo de Produtos e Serviços locais*. Entre os *produtos locais* divulgados, destacam-se, os seguintes: Azeite e azeitonas; Bolota e derivados; Carnes e derivados; Cereais e leguminosas; Chocolates e açúcares; Cogumelos; Ervas aromáticas e chás; Farinhas e farelos; Hortícolas, frutícolas e flores comestíveis; Mel e compotas; Pão, doçaria e salgados; Queijos e laticínios; e Vinhos e licores.

Entre os *serviços locais* destacam-se: Agricultura/ pecuária; Ambiente; Artesanato; Cabeleireiro e estética; Comércio; Construção civil e obras públicas; Educação e formação; Empresas de prestação de serviços; Empresas instaladas no CAME; Gabinetes técnicos; Hotelaria/turismo; Indústria; Lares de terceira idade; Mediação imobiliária; Outros serviços; Restauração; Saúde e bem-estar; Seguros e contabilidade; Serviços auto; e Transportes.

(iii) Infraestruturas económicas

Entre as Infraestruturas económicas, e para além do Parque dos Leilões de Gado, sob a gestão da APORMOR (cf. ponto 3.5. *Organizações de Produtores*), destacam-se a Zona Industrial de Adua, e a uma escala diferente, o Centro de Acolhimento às Micro, Pequenas e Médias Empresas (CAME).

De acordo com os dados da Tabela seguinte, as seis dezenas de lotes da ZIA têm uma área superior a 46 hectares com uma distribuição idêntica entre propriedade plena e usufruto em direito de superfície.

Quadro 34. Distribuição dos lotes da Zona Industrial da Adua, segundo o regime de propriedade

	Nº de Lotes	Área	
		m ²	%
Instalações municipais	1	33.000	7,2
Direito superfície	40	216.700	47,1
Propriedade plena	20	210.734	45,8
Total	61	460.434	100,0

Fonte: Município de Montemor-o-Novo, 2015.

Das seis dezenas de lotes existe informação de ocupação para 47 lotes, 42,6% ocupados por empresas industriais, 31,9% por empresas do comércio por grosso e a retalho, de reparação automóvel e motociclos.

Quadro 35. Distribuição dos lotes da Zona Industrial da Adua, por ramo de atividade

CAE (rev. 3.0)	Empresas		Postos de Trabalho	
	Nº	%	Nº	%
C - Indústrias transformadoras	20	42,6	264	55,6
F - Construção	7	14,9	117	24,6
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	15	31,9	66	13,9
H - Transportes e armazenagem	2	4,3	12	2,5
I - Alojamento, restauração e similares	1	2,1	1	0,2
M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1	2,1	5	1,1
N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio	1	2,1	10	2,1
Total	47	100,0	475	100,0

Fonte: Município de Montemor-o-Novo, 2015.

Estas são, também, as atividades com maior expressão empregadora, especialmente os estabelecimentos industriais, que abrangiam mais de 55% dos postos de trabalho da ZIA.

O acompanhamento da ZIA pelos Serviços Municipais (visitas às empresas, receção a empresários, ...) tem permitido identificar as seguintes principais dimensões-problema: Ordenamento e imagem do espaço; Conservação e reparação de arruamentos; Drenagem de águas pluviais; Acessibilidade à ZIA a partir da EN4; Circulação e estacionamento; Manutenção/limpeza dos lotes; Abastecimento e sinalização rodoviárias: localização e publicidade empresarial; e Segurança vs. sistemas de vigilância.

A requalificação e promoção da Zona Industrial da Adua constitui uma necessidade reconhecida estando identificados melhoramentos em matéria de vigilância, segurança, sinalética e rede de combate a incêndios, que carecem de uma intervenção concertada entre as empresas e o Município. Do ponto de vista promocional, será também importante que o Município requalifique a Zona Industrial quanto a arruamentos e passeios, cujo estado atual é precário e procure investir numa rede local de recolha de resíduos e tratamento de esgotos, o que ampliaria as possibilidades de atração para a ZIA de atividades do setor agroalimentar.

Além das deficiências atrás referidas, assinala-se a conveniência de organizar um serviço regular de transporte entre a Cidade e a Zona Industrial para servir uma população de várias centenas de utentes, cobrindo o período inicial da manhã, a hora de almoço e o final da tarde.

3.3. Agricultura, Floresta e Desenvolvimento Rural

A estrutura da economia de Montemor-o-Novo acolhe um conjunto expressivo de atividades agro-rurais que importa conhecer nos seus elementos-chave pois constituem no presente, e deverão constituir no futuro, uma componente relevante da especialização socioeconómica do Concelho e do seu posicionamento territorial.

Os elementos principais desse conhecimento foram construídos a partir do processamento de informação estatística (Recenseamentos Agrícolas, Quadros de Pessoal das empresas, aprovação e execução de apoios do ProDeR, ...), elementos documentais (p.ex., a propósito do Montado e da Fileira da carne), reuniões de trabalho com organismos de tutela setorial e entrevistas a associações empresariais e de desenvolvimento e a empresários do setor. Este conjunto de informação permite evidenciar os principais traços de evolução do uso do solo e das produções primárias, a evolução do investimento (mediada pelo acesso a apoios públicos, nacionais e comunitários), as dinâmicas produtivas instaladas e as relações e perspectivas de mercado predominantes.

Na estruturação por subpontos adquirem relevância os elementos de análise referentes ao Montado (recursos de paisagem e produtivos) e à Fileira da Carne.

Montado

Originalmente, o Montado tem sido classificado como um sistema agro-silvo-pastoril (...) multifuncional onde se equilibram e conjugam as atividades agrícola, pecuária e florestal. Ou seja, neste sistema, o coberto arbóreo de sobreiro e/ou azinheira, não contínuo e em densidade variável, é conjugado com um uso do solo no sub-coberto. E este uso combina a pastagem, natural ou melhorada e utilizada para vários tipos de produção pecuária, em rotação com a cultura de cereais, para além do pousio⁶.

O *Livro Verde do Montado*, elaborado em 2013⁷ refere que a designação “Montado” pode atualmente ser utilizada para descrever um conjunto heterogéneo de sistemas de produção florestal não lenhosa, assentes na exploração de quercíneas - usualmente, o sobreiro ou a azinheira - de modo conjugado com uma utilização não intensiva do solo sob o coberto com propósito agrícola, pecuário ou cinegético.

A nível produtivo, o Montado alberga um leque significativo de **produções/atividades**, com destaque para: Cortiça; Pecuária extensiva, principalmente carne e leite (ovinos, caprinos, suínos e bovinos alimentados a partir dos estratos arbustivo e herbáceo, bem como da bolota); Madeira (principalmente lenha e carvão); Caça; Mel (importante a conservação de população de abelhas protegidas dos efeitos de biocidas); Plantas condimentares, aromáticas e medicinais; e Cogumelos e espargos.

Igualmente relevante é o vasto conjunto de **funções e serviços** protagonizados por este sistema agro-silvopastoril, no quadro de uma gestão multifuncional (onde se integram as vertentes produtivas acima referidas): Prevenção da erosão do solo, recuperação de solos degradados, aumento da fertilidade do

⁶ Teresa Pinto Correia, “Sistema agro-silvo-pastoril: desafios de uma gestão multifuncional”, in Dossier de Candidatura do Montado à lista do Património da humanidade da UNESCO na Categoria Paisagem Cultural, Evolutiva e Viva, ERT Alentejo, Novembro de 2014.

⁷ Pinto-Correia *et al.* *Livro Verde dos Montados*, ICAAM - Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrâneas, Universidade de Évora, 2013.

solo; Amenização dos microclimas; Regulação do ciclo da água; Fixação do carbono; Aumento da biodiversidade (superior à dos ecossistemas naturais); Conservação de recursos genéticos (nomeadamente os relativos às raças pecuárias autóctones e ao património micológico); Prevenção de incêndios; Recreio e lazer (pedestrianismo, caça fotográfica, atividades cinegéticas, etc.); e Valorização das paisagens, com reforço da identidade local e regional (valor cultural e salvaguarda do património).

Conforme assinalado por Teresa Pinto Correia “(...) grande parte dos bens produzidos e dos serviços que podem ser desempenhados pelo Montado não existe mercado, pelo que corresponde a externalidades positivas que pouco ou nada contam para a sua sustentabilidade económica. No essencial, a continuidade dos Montados continua a estar dependente da rentabilidade da produção de cortiça e da produção animal, pelo que a gestão equilibrada destas duas produções é fundamental para a estabilidade do sistema”⁸.

Uso do solo e produções

Entre 1999 e 2009 o número de explorações e a superfície agrícola recenseada aumentaram 6,3 e 18%, respetivamente, uma evolução em sentido contrário à ocorrida no Alentejo Central e na Região, territórios que viram reduzir-se o número de explorações (-8,5 e -17,4%).

Quadro 36. Explorações e Superfície agrícola, por tipo de utilização das terras (Variação 1999-2009)

Tipo de Cultura		Montemor-o-Novo	Alentejo Central	Alentejo
Total	Superfície (ha)	18,0	2,6	-1,1
	Explorações (nº)	6,3	-8,5	-17,4
Superfície Agrícola Utilizada	Superfície (ha)	17,7	1,6	0,4
	Explorações (nº)	7,6	-6,5	-16,1
Matas e florestas sem culturas sob-coberto	Superfície (ha)	19,5	21,8	-8,4
	Explorações (nº)	9,6	-2,7	-30,7
Superfície agrícola não utilizada	Superfície (ha)	-49,7	-36,0	-0,8
	Explorações (nº)	-50,0	18,2	-5,6
Outras superfícies	Superfície (ha)	38,2	3,8	-19,6
	Explorações (nº)	5,3	8,4	-8,6

Fonte: INE, Recenseamento Agrícola - Séries históricas.

Esta evolução positiva da economia agrícola de Montemor desdobra-se num conjunto de elementos produtivos que decorrem da análise mais detalhada dos dados daqueles Recenseamentos que são processados na sequência destes itens de análise no Anexo D. *Agricultura e Desenvolvimento Rural*:

- *Superfície Agrícola Utilizada (SAU)* - cresceu 17,7% em área e 6,3% no volume de explorações, bem como as áreas de matas e florestas sem culturas de sob-coberto;

⁸ Teresa Pinto Correia, *op. cit.*

- *Distribuição da SAU* - segundo o tipo de culturas, evidencia um crescimento muito acentuado das áreas destinadas a pastagens permanentes, a culturas permanentes e a hortas familiares;
- *Área média por exploração* - aumentou (+17,7%) situando-se em cerca de 123 ha em 2009, valor bastante elevado quando comparado com as áreas registadas para o Alentejo Central (70 ha) e Alentejo (52 ha);

Quadro 37. Evolução das Explorações e da Superfície Agrícola

	Nº de Explorações			Área (ha)			Área média por exploração (ha)	
	1999	2009	Var. (%)	1999	2009	Var. (%)		
Alentejo	49.742	41.720	-16,1	2.144.249	2.152.389	0,4	43,1	51,6
Alentejo Central	8.847	8.274	-6,5	566.257	575.576	1,6	64,0	69,6
Montemor-o-Novo	804	865	7,6	90.380	106.350	17,7	112,4	122,95

Fonte: INE, *Recenseamento Agrícola - Séries históricas*.

- *Superfície irrigável* - registou um decréscimo tanto no número de explorações agrícolas, como de área, sendo que este decréscimo é mais evidente no número de explorações, com valores acima da sub-região, mas abaixo da NUT II Alentejo; a área de superfície irrigável apresenta uma quebra ligeiramente superior ao Alentejo Central e ao Alentejo;
- *Culturas permanentes* - destacam-se as áreas destinadas ao olival (56,8%, em 2009, quando em 1999 representava 85%) e os frutos de casca rija, com expressão residual em 1999, mas que em 2009 se situavam em 30,5% da superfície ocupada com culturas permanentes seguindo uma tendência de grande crescimento no Alentejo Central e na Região Alentejo;
Na estrutura das culturas permanentes destaca-se, ainda, o aumento (+54,2%) das áreas destinadas à produção vitícola, a um ritmo superior à evolução registada no Alentejo Central, que tem observado dos maiores crescimentos de área plantada em toda a Região;
- *Produção de vinho* - verifica-se nas últimas seis campanhas uma variação positiva de quase 29% para a qual muito contribuíram os vinhos DOP, em contraponto com os vinhos IGP que, na última campanha, deixaram de ser os dominantes no Concelho;

Quadro 38. Evolução da Produção de vinho, no Concelho e respetivo peso na Região Alentejo

Campanha	IGP	DOP	Total	IGP	DOP	Total
	Volume (hl)			Peso regional (%)		
2009-2010	10.640	2.004	12.644	1,9	0,5	0,9
2010-2011	11.780	2.520	14.300	1,3	0,5	0,8
2011-2012	7.786	3.144	10.930	1,2	0,7	0,8
2012-2013	7.506	2.617	10.122	1,1	0,6	0,6
2013-2014	8.177	6.174	14.370	1,0	1,2	0,9
2014-2015	7.455	8.725	16.280	0,9	1,5	0,9
Variação 2009-2015	-29,9	335,4	28,8	-	-	-

Fonte: Instituto da Vinha e do Vinho.

Na área dos Vinhos existem diversas empresas no Concelho, nomeadamente, a Quinta da Plansel - Sociedade Vitivinícola, S.A., a Sociedade Agrícola de Torais/Herdade de Torais, a Herdade do Menir - Couteiro-Mor (antiga Sociedade Agrícola Gabriel F. Dias e Irmãs, S.A.), a empresa Marques e Ganhão, Lda (Horta do Leal); Aromas do Sul, Lda; José Emídio Salgueiro Nunes Comenda; Sociedade Agrícola Calha do Grou, Lda; e Sousa Cunhal - Turismo, S.A.

- *Culturas temporárias* - destaca-se as áreas destinadas às culturas forrageiras (78%), uma expressão bastante superior a aquela que estas culturas possuem no Alentejo Central e na Região, onde os cereais para grão têm relevância, ainda que em queda; não obstante o decréscimo muito acentuado do número de explorações que se dedicam à cultura de hortícolas, observa-se um alargamento da superfície cultivada apontando para explorações com maior dimensão média.

A produção de hortícolas frescos tem revelado dinamismo, sobretudo, em regime forçado (estufas) com alguns produtores a desenvolver estratégias comerciais assentes na contratualização com a distribuição alimentar (grandes e médias superfícies), mas também com grandes grupos internacionalizados que se dedicam, p.ex., à produção de saladas prontas. O alargamento da área regada a partir da Barragem dos Minutos poderá contribuir para ampliar o volume de produção.

A informação referente à **ocupação e produção florestal** no Concelho evidencia o carácter multifuncional da ocupação e uso dos solos florestais, próprio da Região. A combinação entre floresta e agricultura é notória ainda que com maior peso da ocupação florestal (montado de sobreiro e azinho), por comparação com o Alentejo Central e a Região.

Quadro 39. Ocupação e uso dos solos florestais de Montemor-o-Novo, Alentejo Central e Alentejo

	Montemor-o-Novo		Alentejo Central		Alentejo	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Agricultura	38.856	31,5	302.695	40,9	1.315.487	41,6
Águas interiores	1.697	1,4	20.815	2,8	69.809	2,2
Floresta	77.504	62,9	366.874	49,6	1.413.980	44,7
Matos	3.230	2,6	34.226	4,6	292.354	9,3
Outros usos	2.005	1,6	14.729	2,0	68.687	2,2
Total	123.292	100,0	739.339	100,0	3.160.317	100,0

Fonte: *Inventário Florestal Nacional (IFN), 2005/06.*

Nos tipos de ocupação florestal de Montemor-o-Novo predominam os povoamentos (96,3%) uma percentagem ligeiramente superior à do Alentejo Central (93,9%) e do Alentejo (95,4%). As espécies florestais predominantes são o sobreiro (61,8%) e a azinheira (26,8%) que têm em Montemor uma expressão superior aos territórios de comparação onde se observava em 2006 alguma expressão dos povoamentos de eucalipto.

Acesso à terra e ocupação de ativos

A problemática das dificuldades de acesso a terras para cultivar tem assumido alguma importância no Concelho, nomeadamente, por constituir um requisito para a instalação de novos empresários rurais.

A Bolsa Nacional de Terras foi criada pela Lei n.º 62/2012, de 10 de Dezembro, com o objetivo de facilitar o acesso à terra através da disponibilização de terras com aptidão agrícola, florestal e silvo pastoril do domínio privado do Estado, das autarquias locais e de quaisquer outras entidades públicas, ou pertencentes a entidades privadas, através de arrendamento, venda ou para outros tipos de cedência. Inicialmente foram colocadas desconfianças relativamente a esta Bolsa de Terras, no pressuposto que as terras sem dono poderiam ser “nacionalizadas”. Entretanto, uma nova legislação sobre “terras sem dono” conferiu segurança jurídica ao direito de propriedade. No entanto, essa segurança aos proprietários privados não se tem revelado estimulante para a colocação de terras na Bolsa e, até agora, 90% das terras transacionadas pertencem ao Estado.

Em termos práticos, a Bolsa não tem, ainda, expressão no Concelho existindo disponíveis apenas dois terrenos, um dos quais de uma entidade pública com 461 ha.

A nível fiscal, no âmbito da fiscalidade verde, existem medidas de incentivo para quem pretenda colocar terras na Bolsa, até 50% do nível do IMI, mas a divergência está em saber se deve haver penalização para quem não usa a terra. Sobre essa matéria, existem várias teses, desde aqueles que pensam que o IMI rústico é tão pouco relevante que deveria acabar (7% do total do IMI), sendo que tal deveria ser uma medida para todos os que usam a terra (uso da terra no conceito da PAC) e aqueles que acham que a penalização deve ser faseada, desde uma majoração do IMI até à perda total.

Num plano diferente, mas também favorecendo o acesso à terra e às suas produções no Concelho, são de destacar as seguintes de iniciativa pública e privada:

- *Projeto de Hortas comunitárias para auto consumo.* O objetivo deste Projeto visa promover a horticultura tradicional, incentivando a fertilização orgânica da terra, de forma sustentável; e incentivar a troca de experiências intergeracionais, na área da horticultura, valorizando o conhecimento dos mais velhos transmitindo-o às gerações mais novas.

O Município disponibiliza, nos Casais da Adua, três blocos de 7.000m² cada, para implementação de 135 hortas (com áreas entre os 100 e os 220m²), cedendo parcelas de terreno a título gratuito e precário, um ponto de água coletivo destinado à rega das culturas, uma área de armazenamento para pequenas ferramentas e utensílios, e ainda, apoio técnico/informativo/pedagógico sobre os modos de produção e práticas agrícolas ambientalmente corretas. Com este projeto a Câmara

Municipal de Montemor-o-Novo pretende dar resposta a dois dos vetores mais votados, pela população nos *fora* participativos da Agenda 21 Local:

- Valorizar os produtos agrícolas e o mundo rural e dar prioridade aos alimentos de base local, com os objetivos de promover e dinamizar o mundo rural e a horticultura, de renovar as atividades tradicionais através da ampliação das cadeias de valor associadas aos recursos naturais e endógenos e de promover o acesso para todos a alimentos de qualidade produzidos localmente;
- Hortas de Montemor - criar espaços comunitários de produção, sociabilização e convívio, criando ao mesmo tempo um suporte alimentar, e fomentar novas atitudes, comportamentos e estilos de vida mais saudáveis, promovendo a melhoria da qualidade de vida no Concelho (cf. GADEC, in site do Município).
- *Cedência em regime de comandita de algumas parcelas na Herdade do Freixo do Meio.* Entre as iniciativas na Herdade salienta-se o Projeto de Permacultura iniciado em 2011 em duas parcelas por um casal que veio “habitar um monte no meio do Montado”, criando um espaço para produção de frutos frescos (maçãs, ameixas, damascos, pêssegos, laranjas, clementinas, tângeras, limões, framboesas, amoras e mirtilos) e secos (nozes e amêndoas), num projeto com financiamento ProDeR.

O projeto segue as orientações da agricultura regenerativa e para além das fruteiras plantou árvores e arbustos resistentes à secura para melhorar o ambiente físico envolvente do pomar e a fertilidade do solo.

- *Projeto Partilhar as Colheitas.* Este projeto assenta num compromisso mútuo com base no qual a Herdade alimenta as pessoas e as pessoas apoiam a Herdade, adquirindo quotas de produção traduzidas em compromissos semanais de produção e de consumo por parte dos consumidores aderentes. Os produtos são entregues na loja de Lisboa, em outros locais da Área Metropolitana de Lisboa (para compromissos agrupados de quotas) e em Montemor-o-Novo, Évora.
Entre as vantagens proporcionadas pelo Projeto, destaca-se: o rendimento estável e a redução do trabalho na frente comercial (para a Herdade); o acesso a alimentos frescos e biológicos certificados e o apoio à agricultura de proximidade e à economia local (para os consumidores).

A **utilização de mão-de-obra** no Concelho revela uma quebra de onze por cento entre 1999 e 2009, que se situa abaixo da redução ocorrida no Alentejo Central e na Região, uma quebra ligeiramente mais acentuada no segmento da mão-de-obra familiar. A utilização de mão-de-obra a tempo completo tem-se mantido estável em torno de 38%, valor bastante superior ao padrão de utilização das explorações do Alentejo Central e Região.

Quadro 40. Distribuição (%) da Mão-de-obra agrícola, por regime de duração de trabalho (2009)

	Montemor-o-Novo	Alentejo Central	Alentejo
Tempo completo	38,1	23,8	20,2
Tempo parcial	61,9	76,2	79,8
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, *Recenseamento Agrícola 2009*.

O padrão de ocupação produtiva da agricultura e da pecuária tem efeitos limitados sobre o emprego (frequentemente sazonal, em atividades de preparação das culturas e de colheita), padrão acentuado pelo peso da pecuária extensiva e pelas dinâmicas de pousio estimuladas pelas ajudas comunitárias no âmbito das sucessivas reformas da PAC.

A qualificação dos produtores agrícolas singulares no Concelho melhorou durante a última década: em 2009, cerca de 18% dos produtores tinham ensino superior, uma “performance” bem acima dos níveis de habilitação superior verificados no Alentejo Central e Alentejo. No tocante à formação nas áreas da Agricultura e da Floresta, os produtores do Concelho têm, igualmente, um peso superior tanto ao nível do Ensino Secundário como Superior, em comparação com o Alentejo Central e a Região.

Fileira da Carne

No domínio da **produção animal** salienta-se a bovinicultura (sobretudo, de carne) que vê crescer o número de explorações (4,2%), num período em que ocorrem reduções acentuadas no Alentejo Central e na Região: os níveis de encabeçamento aumentaram ao longo da década censitária (1999-2009) de 133 para 172 bovinos por exploração. Em contrapartida, constata-se o encerramento de suiniculturas (cerca de duas em cada três) com aumento ligeiro dos índices de encabeçamento, que traduzem uma concentração acentuada da produção suínica no Concelho, e a redução do número de produtores e de animais na ovinicultura.

Paralelamente à atividade pecuária extensiva, e como parte integrante da especialização existente na produção pecuária, importa salientar o número de unidades pecuárias intensivas instaladas no Concelho. Na DRAP do Alentejo existem, licenciadas ou em processo de licenciamento, mais de três dezenas de empresas pecuárias classificadas como intensivas nas áreas dos bovinos (leite e carne) e dos suínos. As empresas de suinicultura intensiva (14) têm uma capacidade instalada de aproximadamente 17.600 suínos, algumas das quais com efetivos acima de 1.400 suínos em várias unidades de produção; entre essas empresas, salientam-se a Suinimor; a Raporal; a Infanta; a Intergados; a Goldenpig; e a Euroeste.

As explorações de bovinos de leite, ainda que combinadas com as de carne, são também importantes; algumas são propriedade de produtores holandeses e têm uma dimensão média de 60 vacas. A Câmara de Montemor-o-Novo é a única na Região que tem um regulamento para o ordenamento das unidades

pecuárias intensivas procurando disciplinar o exercício destas atividades num concelho que se tem revelado muito atrativo para estes investimentos.

A pecuária tem relevância económica e também identidade produtiva no Alentejo dado a forte presença e volume de produção de bovinos, suínos e pequenos ruminantes, alguns dos quais se integram nos denominados **produtos de qualidade e protegidos**, casos do Bovino Tradicional de Montado (Especialidade Tradicional Garantida - ETG, criado em zonas de montado da Região); do Borrego de Montemor-o-Novo; da Vitela de Bolota; e da Carne de Porco Alentejano.

A ACOMOR - Agrupamento de Produtores de Montemor-o-Novo, foi criada em meados dos anos noventa e assegurou até meados da primeira década do século XXI, a gestão do IGP do Borrego e o Registo provisório da Vitela⁹, com outros Agrupamentos de Produtores (Carnovina e Mertocar), implementou uma estratégia de promoção e comercialização criando uma empresa especializada (Montado Alentejano e Tradição - Produtores Pecuários) para comercializar em exclusivo as produções de carne dos associados para grandes superfícies, talhos, cooperativas, negociantes, restaurantes e particulares, a par da abertura de lojas em Lisboa e no Alentejo (uma das quais em Montemor-o-Novo) que, para além da venda de carnes, divulgou e comercializou produtos regionais de qualidade (vinho, azeite, queijos, licores, ...).

Não obstante o trabalho de informação e divulgação junto dos consumidores sobre os produtos protegidos, as suas características e vantagens, o mercado não revelou capacidade de diferenciação: os preços mantiveram-se sempre próximos dos concorrentes sem nome protegido, a crise induziu padrões de compra/consumo fortemente dependentes do preço e penalizadores de produções certificadas, os custos burocráticos e financeiros associados ao preenchimento de requisitos e ao processo de registo e a empresa de comercialização entrou em processo de falência, com o encerramento da rede de lojas.

Atualmente observa-se uma diminuição dos efetivos da Raça Merino num contexto em que o apuramento de raças não avançou de forma sustentada nem beneficiou da assistência técnica do Agrupamento de Produtores, entretanto, extinto tendo os criadores a haver créditos elevados. No momento fundador dos processos de proteção/certificação estava prevista a criação de unidades de abate nas regiões produtoras; a inexistência de um matadouro com uma linha destinada ao abate e desmancha de pequenos ruminantes revelou-se condicionadora das dinâmicas de efetivos e produtores.

A importância da atividade pecuária e da existência de fatores estratégicos favoráveis (num raio inferior a 30 km de Montemor-o-Novo), reconhecida por diversos produtores pecuários, associações, empresas

⁹ O registo provisório (Despacho Nº 138/96, publicado no Diário da Republica II Série, de 30 de Dezembro) permitiu a comercialização sob a denominação ETG, entre 1999 e 2005, com a seguinte evolução das quantidades: 1999 - 43.208 kg (vitelos); 2000 - 35.820 kg (novilhos); 2001 - 90.245 kg (vitelos); 2002 - 116.870 kg (vitelos); 2003 - 112.375 kg (vitelos); 2004 - 153.000 kg (vitelos); 2005 - 149.000 kg (vitelos) - Fonte: DGAV e DRAP Alentejo.

loais e pelo próprio Município, esteve na base da iniciativa da Câmara Municipal de mandar analisar, em 2014, a *Viabilidade Técnico-económica e financeira da criação de um Matadouro no Concelho de Montemor-o-Novo*. Entre esses fatores estratégicos favoráveis contam-se os seguintes:

- Boa localização e potencial demográfico, económico e do próprio mercado da procura (consumo) do Matadouro;
- Aptidão pecuária da sub-região de Montemor-o-Novo e concelhos limítrofes (Évora, Arraiolos e Vendas Novas), para sustentar uma fileira de valorização de carnes com marca de qualidade;
- Importância do efetivo pecuário existente, indicador da dimensão potencial do próprio mercado local de oferta, que contrasta, porém, com a debilidade das estruturas de abate local.
- Capacidade empresarial existente na sub-região para avançar, em moldes inovadores, numa área de negócio que contribui para a valorização de um recurso local e para a redução da elevada dependência externa em carnes, em especial de bovino (extraído de *Viabilidade Técnico-económica e financeira da criação de um Matadouro no Concelho de Montemor-o-Novo*, Gabinete Oliveira das Neves, Maio de 2014).

No entanto, a análise das dinâmicas locais no sentido de **integrar o potencial pecuário do território de Montemor com o potencial de valorização industrial e comercial das respetivas produções**, levou a constatar insuficiências e retrocessos de organização e exploração de capacidades criadas, algumas das quais perdidas ou subaproveitadas, por fragilidades de elos-chave da fileira.

Entre esses constrangimentos, destaca-se o fecho de algumas unidades de transformação e de comércio por grosso de carnes e, sobretudo, o encerramento, estrutura atuante em processos de gestão da qualidade da ACOMOR.

A criação de um futuro Matadouro que assegurasse (além da prestação de serviços de abate) condições técnicas de desmancha, desossagem e embalagem, representa um grande desafio perante o panorama de fragilidade da fileira da carne, ao nível do abate das espécies bovina e ovina, um panorama que evidencia uma incapacidade de valorizar, na própria região, um dos seus mais importantes recursos.

Os cenários trabalhados pelo Estudo de Viabilidade (*Prudente e Otimista*) apontaram para volumes de procura de abate largamente suficientes para justificar o funcionamento do Matadouro com duas linhas independentes: uma, exclusiva para bovinos, com cadência horária de abate de 30 bovinos; e outra, comum para suínos e pequenos ruminantes, com capacidade horária para 180 pequenos ruminantes ou suínos e para 200 leitões/hora, com uma produção anual da ordem de 15.000 toneladas, em funcionamento normal durante 5 dias por semana (8 horas por dia).

O Estudo propunha que a exploração do Matadouro fosse realizada através de uma sociedade a constituir por parceiros privados, em especial parceiros com capacidade técnica, conhecimento e experiência dos setores pecuário e das carnes, com participação minoritária do Município de Montemor-o-Novo, prevendo-se que o nível de aproveitamento da capacidade fosse anualmente incrementado, até atingir o nível de cruzeiro a partir de 2020.

A ser retomada a ponderação deste Projeto será importante assegurar que o futuro Matadouro, como entidade industrial, se possa inserir na cadeia de agentes intervenientes na revitalização da política de qualidade dos produtos regionais (qualidade reconhecida e certificada), em especial no que respeita às carnes provenientes da pecuária da área de influência de Montemor-o-Novo.

Esta problemática deverá ser equacionada no quadro mais vasto da Fileira das Carnes e das economias de montado em Montemor-o-Novo e concelhos envolventes (onde se localiza uma vasta massa crítica de produtores), refletindo as questões relativas às raças autóctones, às condições de abate e transformação, à comercialização e ao binómio associativismo de produtores/assistência técnica. Ainda que se trate de um domínio de intervenção em que deve predominar a iniciativa de produtores e associações, as políticas públicas municipais podem equacionar em parceria atuações no plano da infraestruturas e equipamentos (abate, estruturas/circuitos de comercialização, mercados, ...) e da promoção de eventos associando a notoriedade destes produtos aos territórios.

Dinâmicas de investimento e financiamento agro-rural

A informação relativa aos apoios com origem no ProDeR regista a mobilização por entidades beneficiárias de Montemor-o-Novo de um montante global de cerca de 38 Milhões de Euros entre 2008 e 2014, destacando-se o peso elevado das ajudas às explorações agropecuárias e florestais (59,4% do total). A modernização e capacitação das empresas enquadrou projetos económico-produtivos num montante acima de 12,5 Milhões de Euros, tendo ainda expressão o investimento na melhoria produtiva dos povoamentos florestais e os apoios à instalação de jovens agricultores.

Quadro 41. Projetos aprovados, segundo as principais Ações do ProDeR (contratados até 2014)

Ação	Projetos aprovados		Investimento Total	
	Nº	%	Montante (€)	%
Total Sub-Programa 1 - Promoção da Competitividade	156	59,5	22.495.079	59,4
Instalação de jovens agricultores	32	12,2	3.747.967	9,9
Investimentos de pequena dimensão	44	16,8	1.132.733	3,0
Melhoria produtiva dos povoamentos	31	11,8	4.466.721	11,8
Modernização e capacitação das empresas	38	14,5	12.494.041	33,0
Total Sub-Programa 2 - Gestão Sustentável do Espaço Rural	82	31,3	12.505.684	33,0
Proteção contra agentes bióticos nocivos	73	27,9	11.927.762	31,5
Total Sub-Programa 3 - Dinamização das Zonas Rurais	19	7,3	2.462.350	6,5
Criação e desenvolvimento de microempresas	4	1,5	736.359	1,9
Serviços Básicos para a População Rural	9	3,4	1.317.492	3,5
Total Sub-Programa 4 - Promoção do Conhecimento e Desenvolvimento de Competências	5	1,9	394.148	1,0
Total Montemor-o-Novo	262	100,0	37.857.261	100,0

Fonte: ProDeR, informação extraída a 31/12/2014.

No Sub-programa *Gestão Sustentável do Espaço Rural*, salienta-se os projetos aprovados no montante de cerca de 12 Milhões de Euros destinados à proteção contra agentes bióticos nocivos (patologias do montado de sobro e azinho e nemátodo do pinheiro).

Os apoios destinados à Dinamização das Áreas Rurais (Sub-programa 3) atingiram cerca de 2,5 Milhões de Euros e foram enquadrados por duas Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL):

- *GAL Monte*, com território de intervenção no Alentejo Central composto por dez concelhos do Distrito de Évora e abrangendo as freguesias de Cabrela, Silveiras, Ciborro, Foros de Vale de Figueira, União de freguesias de Cortiçadas do Lavre e Lavre e União de freguesias da Vila, Bispo e Silveiras;
- *GAL Terras de Dentro*, com território de intervenção que abrange concelhos do Alentejo Central e Litoral e inclui, em Montemor, as freguesias do Escoural e de S. Cristóvão.

Os dados constantes da Tabela anterior relativos à Dinamização das Áreas Rurais evidenciam o peso das intervenções apoiadas na Ação Serviços Básicos para a população rural (47,4%), seguindo-se os apoios à criação e desenvolvimento de microempresas (21,1 %).

O *Relatório de Avaliação da EDL* do GAL Monte (2015) procede a uma análise detalhada da execução e resultados permitindo evidenciar vários elementos do desempenho da maior parte (5 em 7) das freguesias rurais de Montemor-o-Novo:

- maior número de projetos aprovados na Ação Diversificação na Exploração Agrícola;
- maior capacidade empreendedora na Ação Criação e Desenvolvimento de Microempresas, com o maior volume de investimento elegível, ascendendo a 1,6 Milhões de euros; maior número de

projetos aprovados e maior volume de investimento elegível no âmbito da Ação Preservação e Valorização do Património rural (na ótica do interesse coletivo e enquanto fator de identidade e de atratividade do território, tornando-o acessível à comunidade); maior número de projetos aprovados e volume de investimento elegível no âmbito da Ação Serviços Básicos para a população rural.

Os **indicadores económico-empresariais** apontam para uma evolução positiva do Valor Acrescentado Bruto das Empresas no setor da Agricultura, Produção animal, Caça e Floresta, tanto no Concelho como no Alentejo Central e Região (cf. Tabela seguinte). As empresas do setor da Silvicultura e conheceram um acréscimo do VAB, ainda que aquém do verificado no Alentejo Central e na Região.

Quadro 42. Valor Acrescentado Bruto (€) das Empresas, por localização geográfica (mil €)

Atividade Económica	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca			Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados			Silvicultura e exploração florestal		
	2012	2013	Var. (%)	2012	2013	Var. (%)	2012	2013	Var. (%)
Alentejo	273.849	308.122	12,5	242.429	272.306	12,3	25.673	30.943	20,5
Alentejo Central	38.049	48.640	27,8	34.617	43.628	26,0	3.376	4.981	47,5
Montemor-o-Novo	8.606	11.392	32,4	7.570	10.324	36,4	1.036	1.068	3,1

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE).

Trata-se de uma evolução regional que contribuiu para inverter as lógicas recessivas posteriores a 2007 espelhadas no Quadro E.12 do Anexo E. Agricultura e Desenvolvimento Rural. As “performances” referidas têm maior expressão na agricultura e na produção animal onde Montemor-o-Novo assume peso relativo superior no contexto regional (quase um quarto do VAB do Alentejo Central).

Quadro 43. Valor Acrescentado Bruto (€) das Empresas do setor primário e % de Montemor-o-Novo na Região do Alentejo Central e Alentejo, 2013

Atividade Económica	Montemor-o-Novo (€)	Alentejo Central (€)	Alentejo (€)	% Montemor-o-Novo	
				Alentejo Central	Alentejo
Total	53.669.182	553.625.207	3.016.453.711	9,7	1,8
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	11.392.066	48.640.913	308.122.332	23,4	3,7
Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados	10.324.086	43.627.501	272.306.423	23,7	3,8
Silvicultura e exploração florestal	1.067.980	4.980.914	30.942.503	21,4	3,5

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE).

As dinâmicas de Constituição/Dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas entre 2008 e 2016, indicam uma inversão do saldo no Concelho de Montemor, passando de um saldo negativo (-18) em 2008,

para um saldo, seguindo uma tendência diferente do Alentejo Central e do Alentejo (decréscimos acentuados do saldo positivo).

No período 2008-2015 verificou-se um crescimento muito acentuado de comércio internacional de produtos primários (produções animais e vegetais), com destaque para o comércio de animais vivos, que em 2008 não tinha expressão e em 2015 apresentava um valor acima de 1 milhão de euros.

Organizações de Produtores

Não obstante, os constrangimentos assinalados em matéria de afirmação das produções pecuárias tradicionais as raças autóctones têm revelado uma apreciável sustentação de efetivos como decorre da evolução do volume de fêmeas ativas inscritas no Livro de Adultos. Paralelamente, tem sido dinamizado pelas instâncias Públicas (Direção-Geral de Alimentação e Veterinária e Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo) o Programa de Conservação e Melhoramento Animal (cf. tabela seguinte, dados referem-se à Região e estão organizados por raças).

Quadro 44. Inscrições em Livro Genealógico - Nº de fêmeas ativas inscritas no Livro de Adultos

Espécies	Designação da raça	2011	2012	2013	2014	2015 (*)
Bovinos	Alentejana	16.612	16.004	14.980	16.004	-
	Brava de Lide	8.805	-	7.800	-	-
	Garvonesa	361	287	440	575	-
	Mertolenga	19.052	17.714	17.396	17.805	-
	Preta	2.935	-	2.793	-	-
Ovinos	Campaniça	6.451	7.849	7.721	7.731	8.549
	Merina Branco	9.750	9.850	9.850	9.581	10.040
	Merina Preta	9.870	9.870	9.870	9.995	11.377
Caprinos	Serpentina	4.463	4.388	4.816	4.886	4.729
Suínos	Alentejana	6.525	7.511	5.254	6.618	-

(*) Outubro.

Fonte: DGAV e DRAP Alentejo.

Em Montemor-o-Novo regista-se uma atividade associativa com alguma expressão, capacidade de intervenção e de apoio aos produtores primários sendo de destacar:

- ✓ *APORMOR - Associação de Produtores de bovinos, Ovinos e Caprinos da Região de Montemor-o-Novo*

A APORMOR foi criada em 11 de Julho de 1990 como resposta dos produtores desta Região aos problemas de comercialização dos produtos pecuários dada a complexidade e falta de transparência dos circuitos comerciais e à sazonalidade da produção, responsável pela oscilação do preço ao longo do ano.

Em 2014, a Associação tinha cerca de 120 associados, representando uma estrutura essencial na fileira dos bovinos em termos nacionais, enquanto pólo importante de encontro de vendedores e compradores

de gado vivo abrangendo uma vasta área de produtores (Elvas, Coruche, Castro Verde e Moura), muito para além da área alvo no início da sua atividade.

A construção do Parque de Leilões de Gado, com o apoio da Câmara Municipal, constituiu um marco fundamental para o desenvolvimento da APORMOR e da produção de bovinos e ovinos do Concelho. Em termos médios são transacionados semanalmente entre 400 e 700 animais, sendo hoje o único Parque a laborar semanalmente para o Alto e Baixo Alentejo.

Entre os serviços prestados a sócios e não sócios pela APORMOR destacam-se: a elaboração das candidaturas às Ajudas Comunitárias (Pedido Único, Agroambientais); a inscrição ou alterações de Parcelário e polígonos de investimento; a receção e informatização dos modelos relativos a bovinos e emissão de passaportes; a receção e informatização de guias de circulação para ovinos e caprinos; o Livro de Registos de Bovinos (Zoogestão); o Livro de Registo de Ovinos e Caprinos (red-oc); e o licenciamento de explorações (REAP) e de recursos hídricos.

A APORMOR é a entidade gestora do livro genealógico de Ovinos da Raça Suffolk em Portugal, raça reconhecida pela DGAV.

✓ *Montemormel - Associação de Apicultores do Concelho de Montemor-o-Novo*

A Montemormel apoia os apicultores do Concelho nos domínios da formação, serviços ligados à utilização de equipamentos e utensílios apícolas e na comercialização.

A produção de mel biológico beneficia da existência de vastas áreas dedicadas à produção extensiva do montado, em combinação com a pecuária e a produção biológica certificada de plantas aromáticas e medicinais, ambiente ideal para a apicultura biológica. A riqueza da flora melífera mediterrânica associada à produção em modo biológico, garantem um mel de extraordinária qualidade.

Os produtores de Montemor desenvolvem atividade na área geográfica delimitada para o Mel do Alentejo DOP (reconhecido pelo Despacho nº45/94, de 20/01). O organismo de controlo e certificação é a Associação de Apicultores do Distrito de Évora.

✓ *Liga dos Pequenos e Médios Agricultores (LPMA)*

Com uma atividade de várias décadas no Concelho, a LPMA tem assegurado as funções de Entidade prestadora de Serviços de Aconselhamento Agrícola no âmbito da respetiva Ação do ProDeR e desenvolve atualmente em parceria com a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo o Projeto Hortas Comunitárias.

Este Projeto visa “criar espaços comunitários de produção, sociabilização e convívio, criando ao mesmo tempo um suporte alimentar; e fomentar novas atitudes, comportamentos e estilos de vida mais saudáveis, promovendo a melhoria da qualidade de vida no Concelho”.

✓ *CRIE Montado*

O CRIE Montado - Centro Regional de Inovação do Montado é um grupo informal de empresários agrícolas de pequena dimensão (menos de 15 membros) e teve início em 2008. As explorações associadas situam-se em Montemor-o-Novo e Alcácer do Sal¹⁰.

A colaboração entre agricultores nos processos de transição para a sustentabilidade regional da agricultura, no âmbito do CRIE Montado, pretende proporcionar: (i) reforço e apoio mútuo através da troca de experiências; (ii) partilha de informação sobre legislação, processos administrativos, linhas de financiamento e mercados; e (iii) exploração e implementação de diferentes atividades especializadas e setorializadas, que podem coexistir na mesma exploração. O CRIE Montado apoia estratégias multifuncionais (incluindo turismo e recreio, educação, inclusão social e produção e transformação de produtos alimentares de forma sustentável). Estes objetivos são operacionalizados numa base informal em encontros regulares do grupo de empresários agrícolas e em algumas interações com atores regionais (Direção Regional de Agricultura, Rede Rural e Universidade de Évora).

A iniciativa baseada numa metodologia holandesa, promotora deste tipo de grupos de agricultores multifuncionais, unidos para promover a diversificação e inovação nas suas explorações e respetivas regiões, tem deparado com constrangimentos internos e externos, com destaque para a instabilidade associada à crise económica de 2007-2008, que coincidiu com a formação do grupo; a baixa capacidade financeira de investimento em inovações por parte das empresas agrícolas; a escassa cultura de trabalho coletivo no contexto regional e nacional; e a grande heterogeneidade entre os projetos individuais a nível da sua experiência e maturidade.

O principal resultado intermédio da criação e atividade do CRIE remete para as aprendizagens a nível da implementação da multifuncionalidade ao nível das propriedades através do reconhecimento das mais valias de um modelo de gestão por projetos autónomos.

¹⁰ O Crie Montado integra as Herdades da Bica, a do Freixo do Meio, a dos Fartos e Defesa das Cegonhas, a da Fonte Alta e a da Sagolga. A Horta do Zé, o grupo de Santa Comba, Courela da Ponte Velha, Pedrosa & Filhos, Lda., Manuel Marques dos Santos e a Quinta de N^a S^a do Rosário, são os restantes membros da estrutura.

3.4. Património e Turismo

Diagnóstico de recursos turísticos e de património

O potencial turístico de um território, a sua atratividade¹¹, implica que se preste atenção a um conjunto de fatores tangíveis e intangíveis, que se inter-relacionam e que dão ao território uma orientação turística própria, marcada pela conjugação entre recursos territoriais (fatores de atratividade) e sistema de fruição montado, num complexo de determinantes que configuram a sua competitividade.

Determinantes da competitividade turística de um destino



Fonte: Pollice e de Iulio, 2011.

O Concelho de Montemor-o-Novo abarca um território com condições propícias a uma oferta turística diversificada, fruto de uma estrutura de recursos endógenos (naturais, construídos e imateriais) turisticamente significativa, com destaque para o património natural e a qualidade ambiental, para o património arqueológico e arquitetónico e para o património etnológico e cultural, um conjunto de recursos de base que permitem valorizar o turismo em diferentes domínios: turismo ambiental, arqueológico, ativo e de aventura, desportivo, cinegético, cultural, fluvial, histórico, religioso e TER.

¹¹ POLLICE, Fabio; de Iulio, Rosario (2011). «Avaliação da Competitividade Turística do Território», *Revista Finisterra*, XLVI, 91, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, pp. 121-138.

Segundo a Agenda 21 Local de Montemor-o-Novo pretende-se tornar o Concelho em 2020 num "*Território Criativo, Inovador e de Excelência*", pelo que é fundamental atrair e fixar população, mas também investimento, numa ótica de diversificação, alargamento e dinamização da base económica, em que o sector do turismo poderá ter um papel determinante, se equacionado em rede, numa visão polinucleada e integradora de polos de excelência, onde se privilegiem diferentes mais-valias locais: 1. Observação de fauna e flora. 2. Arqueologia e museologia. 3. Enoturismo. 4. Gastronomia. 5. Saberes-fazer e artesanato local. 6. *Slow* turismo (circuitos pedestres suaves). 7. Turismo ativo (percursos de BTT).

A afirmação de um sector do turismo competitivo implica, contudo, a criação de estratégias para atrair investidores, a melhoria da articulação entre operadores/promotores turísticos e a estruturação de pacotes integrados que permitam valorizar diferentes ofertas, de uma forma criativa e inovadora, o que remete também para novas dinâmicas de promoção que integrem as NTIC e para a necessidade de existirem instrumentos de Comunicação e Marketing que consiga assegurar a divulgação do produto turístico dentro e fora do País. A associação a um Portal dará, por certo, resposta à procura dos "turistonautas" (turistas em linha).

Entre os recursos turísticos e patrimoniais existentes no Concelho de Montemor-o-Novo, relevam-se os seguintes:

(a) Património construído e monumental

O território de Montemor-o-Novo possui um valioso espólio de património arqueológico e de arquitetura civil, militar e religiosa, que documenta vários períodos históricos (paleolítico, megalítico, romano, muçulmano, da reconquista e contemporâneo):

- **Monumentos Nacionais (MN):** Antas [antas Grandes do Paço, grande da Comenda da Igreja, da Herdade dos Tourais, da Herdade das Comendas, da Velada (Comenda do Coelho), de São Brissos e da Herdade da Serrinha]; Estação arqueológica situada na Herdade da Sala (Gruta do Escoural); Menir na courela da Casa Nova; Castelo de Montemor-o-Novo, abrangendo as muralhas e os imóveis que se encontram no interior; Lápides na parede fronteira à Casa da Câmara e do chafariz da Cidade.
- **Monumentos de Interesse Público (MIP):** Igreja de Nossa Senhora da Purificação da Represa, Ermida de São Pedro da Ribeira, Quinta da Amoreira da Torre e Quinta de Sancha-a-Cabeça.
- **Imóveis de Interesse Público (IIP):** Menires da Pedra Longa; Igreja e Convento de São Francisco (Montemor-o-Novo); Antigo Convento de São Domingos (ruínas); Conjunto da Igreja e cripta de São João de Deus; Anta-Ermida de Nossa Senhora do Livramento. Sacristia (antiga Sala do

Despacho) da Igreja Paroquial do Senhor Jesus do Calvário (ou Igreja do Calvário); e Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção.

- **Sítios de Interesse Público (SIP):** Tholos do Escoural; Anta do Estanque; e Anta 1 do Carapetal.
- **Elementos patrimoniais em vias de classificação:** Cromeleque dos Cuncos; Anta da Moita do Gato; Anta da Comenda da Igreja 2; e Anta da Chaminé.
- **Património de interesse local não classificado:** Centro histórico da Cidade; Igreja Paroquial de Santo Aleixo; Ermida de Santo André do Outeiro; Quinta do Carvalhal; Igreja Paroquial de São Brissos; Anta 1 do Monte das Fazendas; Anta 2 do Carapetal, Lagar de Cima; Moinhos no rio Almansor; Lagares de azeite; e Antigas moagens.

(b) Património natural

Os Sítios de Importância Comunitária (SIC) Natura 2000, como o Sítio da Cabrela (56.555 ha, 18.970 no Concelho) e o Sítio de Monfurado (23.946 ha, 16.340 no Concelho), marcam uma paisagem de características mediterrânicas dominada por montados de sobre, de azinho ou mistos sobre-azinho e sobre-carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*). As diversas linhas de água permitem o desenvolvimento de uma flora ripícola diversificada (amiais, freixiais, ranúnculos, tamargais e salgueirais) e de uma ictiofauna dominada pela boga e pelo bordalo.

Estas características naturais são propícias: (i) à implementação de programas de observação de fauna e de flora (p. ex. Monte Selvagem) e mais especificamente ao *birdwatching*, em que a freguesia de São Cristóvão tem condições para observação de aves aquáticas, grandes aves terrestres, passeriformes e de algumas raridades; (ii) ao desenvolvimento do turismo equestre, da caça turística, do turismo fluvial e de modalidades desportivas viradas para a água (p. ex., vela, remo e pesca) ou para o ar (Campo de Voo da Amendoeira). A Albufeira do Ciborro (ou “Albufeira da “Atabueira”) oferece locais aprazíveis e de lazer, tendo sido escolhida pelo Ski Clube do Alentejo para implementar a sua Escola de Ski Aquático. O turismo fluvial poderá ter, ainda, o apoio da Barragem dos Minutos e da Barragem do Pego do Altar, esta última localizada no limite com o Concelho de Alcácer do Sal.

(c) Gastronomia, doçaria, vinhos e enoturismo

Montemor-o-Novo oferece uma gastronomia de raiz alentejana e mediterrânica diversificada, para a qual tem produtos locais de qualidade: carnes (Borrego e Vitelas), azeite, ervas aromáticas, licores de poejo e de fedrisco, mel, pão, vinho, ... Entre os pratos típicos mais representativos encontram-se os seguintes: açorda à alentejana, alimado de cação, assado de borrego, caldeirada de peixe do rio, carne de porco à

alentejana, empadas de galinha, ensopado de borrego, migas à alentejana, miolos de porco, perninhas de rã, sopa de beldroegas, cacetes da Torre (conventuais), queijadas ou cernelhas.

Algumas explorações vitivinícolas procuram criar condições para um enoturismo de qualidade, integrando rotas de divulgação e promoção ligadas aos sabores e às artes (p. ex., Projeto *L'and Vineyards* do Grupo Sousa Cunhal).

(d) Eventos culturais

Face aos recursos e dinâmicas existentes, a cultura é uma aposta da Câmara Municipal que se tem envolvido em vários eventos, com destaque para: (i) Mostra Internacional de Folclore (recebe grupos folclóricos de diferentes países - Roménia, Eslovênia, Irlanda, França e Brasil); (ii) Dias Tranquilos (percursos de visitaço pelo campo e pela cidade, realizados aos sábados de manhã, para melhor conhecer a história, a mitologia, a iconografia religiosa, a fauna e a flora); (iii) Festival de Teatro de Montemor-o-Novo (integrado nos Ciclos de Animação e Programação do Património Cultural de Montemor-o-Novo, está na 3ª edição e pretende promover o trabalho de âmbito teatral direcionado a diversos públicos, do escolar ao sénior); (iv) Festival de Lavre (festival de música que promove artistas/bandas portuguesas e que vai na sua 17ª edição); (v) Ciclo da Primavera; (vi) Festival de Marionetas; e (vii) Cidade PreOcupada.

(e) Percursos

Em Montemor-o-Novo é possível fazer percursos pedestres circulares aos Sítios Natura 2000 de Cabrela e de Monfurado, em caminhos rurais sem grau de dificuldade elevada, com uma extensão entre os 5 e os 13 km: percurso da Ribeira de São Cristóvão (7,3 km), do Sítio de Cabrela (9,2 km) e da Serra de Monfurado (7,3 km).

Estes percursos¹² são complementados por uma rede de 110 km para BTT¹³ e por uma ecopista que começa na Cidade com cerca de 13 km, resultante da reabilitação da antiga linha férrea.

Montemor-o-Novo possui importantes infraestruturas de apoio ao lazer e ao desporto, nomeadamente: áreas dedicadas a merendas; bibliotecas, arquivos e galerias; campos de jogos, ringues e pavilhões polivalentes; Centro Hípico Dom Duarte; Cineteatro Curvo Semedo; clube de ténis; parques de jogos e de recreios; piscinas municipais (exterior e interior); e praça de touros.

O Concelho tem, igualmente, infraestruturas de apoio a percursos de visitaço: (i) Centro Interpretativo do Castelo de Montemor-o-Novo (na antiga igreja de S. Tiago, séc. XIV, infraestrutura municipal que

¹² <http://morinvest.cm-montemornovo.pt/infraestrutura-desportiva-lazer.php?id=7>.

¹³ (P1. Núcleo dos Baldios - Cabrela; P2. Núcleo dos Baldios - Torre da Gadanha; P3. Núcleo dos Baldios - São Cristóvão; P4. Núcleo dos Baldios - Safira - Paião; P5. Paião - São Sebastião da Giesteira; P6/P7. São Cristóvão - Casa Branca; P8. Casa Branca - Santiago do Escoural; P9. Montemor-o-Novo - São Pedro da Gafanhoeira).

mostra aspetos da história e evolução de Montemor, desde a antiguidade, através de uma exposição permanente e exposições temporárias); (ii) Centro Interpretativo da Gruta do Escoural (espaço com uma pequena exposição arqueológica de introdução à visita da Gruta do Escoural, com vestígios de arte rupestre paleolítica); (iii) Núcleo de Interpretação Ambiental do Sítio de Cabrela e Monfurado (localizado na antiga Escola Primária-Baldios, acolhe visitantes e fornece informação sobre habitats e espécies existentes nos Sítios de Cabrela e Monfurado); (iv) Núcleo Museológico do Convento de São Domingos (alberga o Museu de Arqueologia, salas de olaria, arte sacra, etnografia e tauromaquia); e (v) Centro de Etnologia- Museu Local.

Quando se avalia a vocação turística de um território dever-se-á ter presente a sua capacidade atrativa em sentido lato, enquanto conjugação de recursos tangíveis e intangíveis, sendo particularmente importante maximizar a identidade territorial e a atmosfera do lugar, bem como a sua imagem enquanto destino turístico, o profissionalismo dos agentes e a hospitalidade da comunidade local.

Oferta turística e cultural de Montemor-o-Novo

Montemor-o-Novo tem sido mais um território de passagem que de destino turístico, apesar de estar servido por boas acessibilidades (A6, E90 e IP7) e localizado próximo do litoral e de Espanha, fatores locativos que podem contribuir para reverter a pouca expressão que o turismo tem tido na Cidade e no Concelho, apesar de bem posicionado no conjunto dos 14 concelhos que fazem parte do Alentejo Central.

Em termos da oferta de restauração, o Portal Morinvest¹⁴ tem registados 40 restaurantes, 23 cafés, 15 snack-bar, 7 pastelarias, 5 tabernas, 4 bares, 2 *take away* e 1 serviço de catering/menus ao domicílio.

No que concerne ao alojamento (cf. Quadro 1. *Anexo F*) há uma maior oferta em turismo no espaço rural (TER) e turismo de habitação (TH), com 6,8% dos estabelecimentos TER/TH existentes na sub-região (4 estabelecimentos em 59) e 14,6% da capacidade de alojamento sub-regional (175 camas em 1.197), o que posiciona o Concelho em 2º lugar na capacidade de alojamento dos estabelecimentos TER (em 1º lugar surge, Reguengos de Monsaraz).

Relativamente ao total de estabelecimentos, Montemor-o-Novo tem 6,8% da oferta sub-regional (8 estabelecimentos em 118), a que corresponde 5,8% da capacidade de alojamento (304 camas em 5.264), indicador com maior expressão em Évora, Estremoz e Reguengos de Monsaraz.

Todavia, a evolução da capacidade de alojamento por 1.000 habitantes, nos últimos 11 anos com dados disponíveis - 2004-2015 (cf. Quadro 2. *Anexo F*), revela um acentuado crescimento da oferta em Montemor-o-Novo, que passa de 2,3% em 2004 para 18,5% em 2015.

¹⁴ <http://morinvest.cm-montemornovo.pt/servicos-locais-lista.php?id=6>, consultado em 03-08-2015.

Quanto ao número de empresas com influência no sector do turismo, respetivamente, nas CAE “Alojamento”, “Restauração e Similares”, “Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas”, “Atividades de teatro, de música, de dança e outras atividades artísticas e literárias”, “Atividades das bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais” e “Atividades desportivas, de diversão e recreativas” (cf. Quadro 3. *Anexo F*), verifica-se uma clara retração empresarial de 2008 para 2015, com uma perda total de 37 empresas no Concelho (191 na Sub-região e 929 na Região) e taxas de variação concelhias negativas mais significativas nas CAE ligadas à cultura e lazer, respetivamente, “Atividades desportivas, de diversão e recreativas” (-9,1%) e “Atividades de teatro, de música, de dança e outras atividades artísticas e literárias” (-18,2%), em variações superiores às registadas na Sub-região e na Região; “Restauração e similares” (-17,9%); no “Alojamento”, verifica-se uma redução do número de empresas (-4,8%), ao contrário da Sub-região (7,3%) e da Região (18,6%), que conheceram uma variação positiva neste período.

A retração empresarial global ocorrida teve, naturalmente, influência significativa no VAB (cf. Quadro 4. *Anexo F*) e no Volume de Negócios (cf. Quadro 5. *Anexo F*). O VAB total registou no Concelho um decréscimo de 2,4 milhões de euros, com evidente significado na “Restauração e similares” (-1,8 milhões de euros), enquanto o volume de negócios total teve uma redução de 3,7 milhões de euros, mantendo-se o elevado contributo negativo desta CAE (-5,77 milhões de euros).

No domínio da cultura, um dos produtos emergentes que com mais força se tem desenvolvido em Portugal nos últimos anos e de elevada importância na atração de turistas aos territórios de baixa densidade, Montemor-o-Novo regista entre 2009 e 2015 mais três “Galerias de arte e outros espaços de exposição temporária” (cf. Quadro 6. *Anexo F*), situação que tem correspondência no número de exposições realizadas (cf. Quadro 7. *Anexo F*), com uma variação positiva, no mesmo período, de 111,8%, valores bem acima na Sub-região (19,2%) e na Região (34,0%).

A despesa corrente total da Câmara Municipal em atividades culturais e desportivas (Quadro 8. *Anexo F*) teve, entre 2013 e 2015, um crescimento de 1,3%, que contrasta com o decréscimo verificado na sub-região (-15,2%) e na Região (-7,2%). A desagregação da despesa corrente (cf. Quadros 9. e 10. *Anexo F*) permite perceber que houve da parte da Câmara Municipal um decréscimo do investimento em “Bibliotecas e arquivos” (-20,3%), “Música” (-22,6%) e “Recintos de espetáculo” (-36,1%), tendo o maior investimento sido direcionado para o “Apoio a entidades culturais e criativas” (+45,6%).

No domínio dos “Jogos e desportos” (cf. Quadro 11. *Anexo F*) a despesa corrente municipal entre 2009 e 2013 teve um incremento de 36,1%, superior ao da sub-região (17,7%), e ao da Região (-6,9%).

Procura turística e de visitação do Concelho

A procura turística, enquanto conjunto de bens e serviços que as pessoas que se deslocam adquirem para realizar as suas viagens, define em termos geográficos os territórios onde se geram os movimentos turísticos (origens) e os locais para onde eles se dirigem com vista à satisfação das suas necessidades (destinos), tendo uma tipologia diversificada (recreio, repouso, cultural, desportivo, de negócios, político, de saúde, religioso, étnico, ...) e sendo afetada, sobretudo, por falta de condições e de infraestruturas para receber os turistas.

A Tabela seguinte (cf. ainda, os Quadros 12 e 13 *Anexo F*) sintetiza diferentes indicadores que permitem caracterizar a dinâmica da procura turística em Montemor-o-Novo, bem como o seu enquadramento sub-regional e regional.

Quadro 45. Dinâmica da procura turística em Montemor-o-Novo

Indicadores	Dinâmica
Estada média de hóspedes estrangeiras/os	Montemor-o-Novo com 2,0 noites tem valores superiores aos da sub-região (1,6 noites) e da Região (1,9 noites), estando em 5º lugar no conjunto dos 14 concelhos, só ultrapassado por Viana do Alentejo (4,0 noites), Alandroal (2,7 noites), Mora (2,4 noites) e Borba (2,3 noites),
Hóspedes por habitante	Montemor-o-Novo com 0,8 hósp./hab. está abaixo dos valores da sub-região (2,6 hósp./hab.) e da Região (1,5 hósp./hab.). Em termos municipais os maiores valores ocorrem em Évora (5,4 hósp./hab.), Reguengos de Monsaraz (2,3 hósp./hab.) e Estremoz (1,7 hósp./hab.).
Proporção de hóspedes estrangeiras/os	O peso de hóspedes estrangeiros em Montemor-o-Novo é de 27,5%, um valor inferior ao da sub-região (42,8%) e ao da Região (31,0%). Os maiores valores concelhios verificam-se em Évora (50,3%), Estremoz (31,1%), Vila Viçosa (29,1%) e Redondo (25,5%).
Proporção de dormidas entre julho-setembro	Os 39,3% de dormidas em Montemor-o-Novo são superiores aos valores registados para a sub-região (37,7%), mas inferiores aos verificados na Região (42,3%). Os três maiores valores verificam-se em Borba (56,5%), Mourão (53,2%) e Alandroal (51,4%).
Estada média no estabelecimento	As 1,6 noites de estada média em Montemor-o-Novo estão ao nível da região (1,6 noites) e da sub-região (1,6 noites). Em termos de tipo de estabelecimento a maior expressão ocorre no TER/TH (1,9 noites no Concelho; 2,0 noites na Região; 1,7 noites na sub-região).
Taxa líquida de ocupação-cama	O grande peso de TER/TH de pequena dimensão determina que a taxa líquida de ocupação-cama total do Concelho (14,5%) seja inferior aos valores da sub-região (34,6%) e da região (26,6%). Também no domínio específico do TER/TH esta taxa é menos relevante no Concelho (4,7%), do que na sub-região (15,7%) e na Região (17,4%).
Proveitos de aposento ¹⁵	O total de “proveitos de aposento” em Montemor-o-Novo (1.398.000 euros) corresponde a 6,5% do valor registado para a sub-região e a 2,0% do da Região. O peso dos proveitos do TER/TH nos proveitos totais do Concelho era de 18,1% em 2015.

Fonte: *Anuário Estatístico da Região Alentejo*, 2015.

No que concerne ao total de hóspedes e de dormidas (Cf. Quadro 15. *Anexo F*), Montemor-o-Novo terá de melhorar a sua capacidade de atração e a concomitante oferta de camas, se quer ter no turismo uma alavanca de desenvolvimento. Quando comparado com a sub-região e com a Região, o total de hóspedes no Concelho corresponde a 3,3% da sub-região e a 1,3% da Região, enquanto o número de hóspedes em TER/TH apresenta 6,4% da sub-região e 1,7% da Região. O panorama das dormidas é semelhante, sendo o seu total 3,4% da sub-região e 1,2% da Região, enquanto as 5.059 dormidas em TER/TH registadas no

¹⁵ Valores cobrados pelas dormidas realizadas por todos os hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros.

Concelho correspondem a 7,0% das da sub-região e a 1,5% das da Região, valores afetados pela maior oferta de Évora e procura dirigida a esta Cidade Património Mundial.

Quanto à proveniência dos turistas (Cf. Quadro 16. *Anexo F*) que visitam e pernoitam em Montemor-o-Novo, estes são maioritariamente portugueses (9.834 em 2015), tal como sucede com a sub-região e com a Região; Évora constitui o principal foco da dinâmica de visitação sub-regional com 62,1% de hóspedes portugueses. Os hóspedes residentes em Espanha (484), Frana (387) e Reino Unido (315) asseguram, depois dos portugueses, a frequência da maior visitao a Montemor-o-Novo, seguidos dos provenientes da Alemanha (256). As dormidas (Quadro 17. *Anexo F*) têm idêntica configurao, correspondendo as 22.2010 dormidas em estabelecimentos de Montemor-o-Novo a 3,4% das que ocorrem na sub-região, onde mais uma vez se destaca  vora com 71,0% de dormidas. Todavia, no quadro sub-regional, Montemor-o-Novo tem um bom posicionamento no conjunto dos 14 concelhos.

Quadro 46. Indicadores de alojamento de Montemor-o-Novo, segundo localizao geográfica dos hóspedes (2015)

	Hóspedes		Dormidas	
	N�	% Total	N�	% Total
Total	13.567	100,0	22.201	100,0
Portugal	9.834	72,5	14.565	65,6
UE28 (sem Portugal)	2.456	18,1	5.320	24,0
Alemanha	256	1,9	621	2,8
Espanha	484	3,6	668	3,0
Frana	387	2,9	1.070	4,8
Reino Unido	315	2,3	657	3,0
África	39	0,3	70	0,3
América	1.093	8,1	2.009	9,0
�sia	118	0,9	182	0,8
Oceânia / n.e.	27	0,2	55	0,2

Fonte: *Anuário Estatístico da Região Alentejo*, 2015.

Boas práticas em destinos turísticos de baixa densidade

Nos territórios de baixa densidade existem inúmeras boas práticas de uso e fruic o de recursos turísticos que podem ser observadas segundo diferentes princípios (acessibilidade, animao, comercializao, divulgao e inovao), para cada um dos quais se apresenta um exemplo ilustrativo.

- **Boa prática de acessibilidade.** *Projeto "Alqueva Acessível"*. Da iniciativa da Aquaspace, microempresa criada em Outubro de 2006, em Moura, iniciou-se em 2009, com a aquisio de uma embarcao para a atividade marítimo-turística, adaptada a passageiros com mobilidade reduzida e com uma lotao de 16 passageiros (8/9 em cadeira de rodas), tendo sido financiado pelo ProDeR através do GAL Margem Esquerda do Guadiana - Rota do Guadiana.

Entre os objetivos operacionais destacam-se: (i) aumentar e melhorar a qualidade da oferta marítimo-turística no Alqueva para as pessoas com mobilidade reduzida; (ii) promover e divulgar as atividades junto dos profissionais de turismo e dos clientes finais; e (iii) desenvolver parcerias com IPSS vocacionadas para o apoio à deficiência, com unidades hoteleiras, estabelecimentos de restauração e operadores turísticos a nível nacional.

O projeto tem vários elementos inovadores para a Região e para o Alqueva, nomeadamente, proporcionar: autonomia para os utentes com mobilidade reduzida o usufruto de passeios turísticos na albufeira de Alqueva; versatilidade da embarcação para uso exclusivo de mobilidade reduzida, uso misto ou uso normal; e oferta do produto birdwatching aquático.

Fonte: *Alqueva Acessível* (<http://www.alquevatours.com/>).

↪ **Boa prática na animação.** *Projeto Skydive Europe - Centro de Paraquedismo.* Integrado numa visão de turismo ativo/radical promovido pela empresa Get High, constituída em Janeiro de 2004, que tem como atividade principal o desenvolvimento e a criação de atividades e eventos desportivos, nomeadamente na área do paraquedismo; o Projeto foi financiado em 2011/2012 pelo ProDeR através do GAL Al Sud - Esdime.

Com centro de operações no Aeródromo de Figueira dos Cavaleiros (freguesia do Concelho de Ferreira do Alentejo, a 24 km de Beja) realiza atividades de lazer, nomeadamente, saltos de avião a alta altitude/skydive, constituindo um exemplo ilustrativo de animação/ /empreendedorismo, pelo conceito de negócio.

Trata-se de um projeto de animação no domínio do turismo ativo, diferenciador para a Região e potencialmente alavancador da atividade turística local (investimento em unidades hoteleiras, ...), no qual se poderá destacar a «acessibilidade» (tem recursos para pessoas com mobilidade reduzida) e a «inovação» (pela exclusividade regional e nacional do produto turístico).

Fonte: *Skydive Europe - Centro de Paraquedismo* (<http://gethigh.pt/>)

↪ **Boa prática na comercialização.** *Projeto A Viagem do Elefante.* Espetáculo teatral de rua do Trigo Limpo Teatro ACERT (Tondela), o projeto iniciou-se em 2013 e resultou da ideia da montagem teatral do conto de José Saramago. Trata-se de um produto cultural que liga “leitura-representação-imaginário coletivo”, sem fronteiras territoriais, sustentado numa parceria alargada e com um elevado grau de comercialização, o que ilustra bem a aceitação que tem tido pelas diferentes comunidades por onde tem passado.

O projeto tem dimensão considerável (mais de 20 pessoas, entre atores, técnicos e músicos), com implicações diretas no turismo local, que altera rotinas para albergar o espetáculo.

De 2013 a 2015 percorreu um total de 28 territórios, o que demonstra o seu potencial enquanto “objeto artístico” e a capacidade da ACERT para o comercializar: em 2013, foi a Figueira de Castelo

Rodrigo, S. João da Pesqueira, Pinhel, Sortelha, Fundão, Castelo Branco, Tondela, Lisboa e Rivas - Vaciamadrid; em 2014, esteve em Viseu, Penalva do Castelo, Canas de Senhorim, Nelas, Oliveira de Frades, Vouzela, Tondela, Vila Nova de Paiva, Sátão, Santa Comba Dão, Castro Daire, Carregal do Sal, Mangualde, São Pedro do Sul e Aguiar de Beira; em 2015, a deslocação envolve Alcobaça, Figueira da Foz, Gouveia e Pampilhosa da Serra.

Fonte: TORRES, Miguel (Coord.). A Viagem do Elefante por Viseu Dão Lafões. Associação Cultural e Recreativa de Tondela (ACERT), Tondela, 2014.

 **Boa prática na inovação.** *Ecoteca Fluvial - Vetor de desenvolvimento do Grande Rio do Sul.* A Ecoteca Fluvial é um projeto inovador que está em funcionamento no rio Guadiana e que teve início em 2003, com financiamento do LEADER + através do GAL Terras do Baixo Guadiana para aquisição e transformação de um barco para 40 pessoas destinado à realização de atividades de educação ambiental, prioritariamente no Baixo Guadiana.

O projeto promove a investigação, experimentação e demonstração de atividades de conservação da natureza, sobretudo relacionadas com os recursos hídricos e terrestres associados aos ecossistemas lênticos (Sistemas de águas calmas / paradas representados por lagos, lagoas, barragens, charcos ou pântanos) e lóticos (Sistema de águas correntes representados pelos rios, nascentes, ribeiras e riachos).

A aquisição da embarcação para a implementação da Ecoteca Fluvial teve os seguintes objetivos gerais: (i) Sensibilizar para as pressões e ameaças existentes sobre os recursos naturais na área de intervenção; (ii) Demonstrar e experimentar atividades de conservação da natureza exemplificativas de boas práticas a desenvolver na sub-região do Baixo Guadiana; (iii) Demonstrar os benefícios da conservação dos recursos naturais como suporte das atividades humanas; (iv) Valorizar e/ou revitalizar atividades tradicionais/alternativas, associadas à área de influência de Alqueva, que se realizem de acordo com as potencialidades e vocações da área, valorizando a conservação das paisagens tradicionais, possuidoras de um elevado valor natural e cultural; e (v) Prestar assistência às escolas no que concerne ao estudo e preservação do património natural e cultural. Fonte: ADPM (2012). Casos de Sucesso no Baixo Alentejo. Princípios, Práticas e Políticas na Construção do Desenvolvimento Local/Rural, Mértola

4. VISÃO DE SÍNTESE

Os elementos de diagnóstico apresentados nas Secções anteriores podem ser sistematizados num conjunto de Pontos fracos/Ameaças e Pontos fortes/Oportunidades que caracterizam o ponto de partida para a fundamentação dos desafios estratégicos de Montemor-o-Novo e também para a futura definição da estratégia de intervenção do Concelho e das prioridades de investimento.

↳ TERRITÓRIO

Posicionamento Regional	
Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> Localização privilegiada do Concelho e da Cidade de Montemor-o-Novo, no principal eixo de desenvolvimento regional e boa acessibilidade a Lisboa e Évora, principais centros urbanos do País e da Região. 	<ul style="list-style-type: none"> Estrutura funcional e dinâmica das atividades existentes dificulta o alargamento da área de influência para além do espaço supraconcelhio. Reduzida competitividade da matriz de atividades existentes.
Ameaças	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> Continuidade do processo de erosão demográfica na região. Persistência da debilidade económica e reduzida competitividade regional. 	<ul style="list-style-type: none"> Inserção na Rede Urbana do Corredor Azul. Classificação da Cidade de Montemor-o-Novo como Centro Urbano Estruturante, no quadro do Sistema Urbano Regional.
Desenvolvimento urbano	
Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> Aprovação de três Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), o que cria condições favoráveis à reabilitação do edificado e à regeneração urbana da Cidade, em áreas-chave para o desenvolvimento funcional e a qualificação urbana e minimiza a necessidade de abrir novas frentes de urbanização. Valor patrimonial, dimensão e centralidade funcional do conjunto do Centro Histórico no conjunto da Cidade constituindo um importante ativo para a sua competitividade. 	<ul style="list-style-type: none"> Resiliência de um elevado peso da população isolada, responsável em grande parte pela manutenção de estruturas demográficas e socioeconómicas débeis face à envolvente regional. Debilidade demográfica e económica da Cidade e da sua área de influência direta. O crescimento das áreas de ocupação mais recente na Cidade não compensou o decréscimo acentuado ocorrido na malha urbana de génese mais antiga. Progressiva desertificação residencial e económica do Centro Histórico agravada pela ausência de capacidade financeira por parte de proprietários públicos e privados, que viabilize a reabilitação e refuncionalização de edifícios desocupados. Degradação e marginalização de espaços económicos abandonados no interior da Cidade pondo em causa a consolidação do tecido urbano. Manutenção do atravessamento da Cidade por tráfego pesado e de mercadorias, de âmbito nacional e internacional (constrangimento ao desenvolvimento e qualificação do principal eixo urbano e sua envolvente). Deficientes condições de mobilidade urbana e de promoção dos modos suaves. Persistência de deficientes condições de habitabilidade nas áreas rurais de povoamento isolado e no Centro Histórico/Cidade.

Desenvolvimento urbano	
Ameaças	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> • Incapacidade de crescimento da Cidade, fator crítico para o desenvolvimento de funções especializadas de âmbito supramunicipal e que lhe permitam cumprir o seu papel de Centro Estruturante Regional. • Manutenção da tendência de degradação urbanística e do edificado no Centro Histórico. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação do PEDU, instrumento de acesso ao financiamento comunitário no âmbito do Portugal 2020 para intervenções de mobilidade urbana sustentável, a reabilitação do parque edificado público e privado, de reabilitação dos espaços públicos e de regeneração urbana na Cidade. • Elaboração do Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável para a NUT III. • Existência de edifícios com valor patrimonial, localizados em áreas nobres da Cidade, com capacidade para acolher atividades que viabilizem a estratégia municipal de regeneração urbana.
Gestão territorial	
Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Delimitação de três ARU, já aprovadas a nível municipal e publicadas em Diário da República. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desatualização e desajustamento dos Planos Municipais de Ordenamento do Território face às necessidades atuais de gestão territorial da Câmara Municipal.
Ameaças	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> • Atraso na Revisão e sequente aprovação do PDM. 	<ul style="list-style-type: none"> • PROT aprovado em 2010 que classifica a Cidade de Montemor-o-Novo com Centro Urbano Estruturante. • Aprovação e implementação, no âmbito do Portugal 2020, da EIDT do Alentejo Central, das EDL das ADL Monte e Terras Dentro, do PEDU de Montemor-o-Novo e das ORU associadas às ARU na Cidade.

 SOCIEDADE

Demografia e Dinâmicas sociais	
Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Saldo positivo na relação atração/repulsão de população residente entre 2005 e 2010. • Ganhos positivos resultantes do funcionamento da Rede Social, de eficiência e eficácia na sinalização e atuação das respostas sociais, na cooperação entre instituições e na investigação e análise dos problemas sociais. • Posicionamento favorável do concelho em 2011, no que respeita à incidência de fatores de exclusão social como o desemprego e a dependência de prestações sociais. • Boa cobertura e qualidade dos equipamentos desportivos e aposta dos clubes do concelho na promoção da prática desportiva federada. • Capacidade instalada dos serviços dirigidos à 1ª e 2ª infâncias, superior à procura. • Crescimento e qualificação da rede de equipamentos de apoio a idosos, de acolhimento de jovens em risco, de apoio à população com deficiência, de desenvolvimento socioeducativo de jovens. • Construção recente de novas instalações para o Centro de Saúde. • Boa dinâmica de projetos e de parcerias entre os agentes culturais, desportivos e de ação social. • Dinâmica associativa relevante e juventude ativa com capacidade para ser envolvida em moldes mais responsáveis. 	<ul style="list-style-type: none"> • Perda acentuada da vitalidade demográfica do Concelho, superior à verificada na generalidade da Região Alentejo e no Alentejo Central, principalmente na área rural que se encontra em desertificação acentuada (decréscimo populacional, forte envelhecimento e grande dependência de idosos). • Baixas qualificações escolares e profissionais da população residente, revelando uma posição desfavorável do concelho no contexto regional e face aos concelhos vizinhos. • Acréscimo do número de desempregados no concelho no período 2007-2015, superior ao verificado na Região Alentejo e no País, principalmente dos desempregados com ensino superior, com idade superior a 35 anos e em situação de desemprego há 1 ano e mais. • Reduzida capacidade de decisão dos operadores sobre a oferta de educação e formação a disponibilizar no Concelho. • Ausência de uma intervenção estruturada de promoção das condições de empregabilidade da população. • Dificuldade de acesso à habitação por parte das famílias mais carenciadas, devido ao desajustamento entre a oferta (rendas elevadas e reduzida qualidade das habitações) e o rendimento das famílias. • Dificuldade de acesso da população idosa e que reside em lugares mais isolados aos equipamentos de saúde e às respostas sociais. • Desatualização dos instrumentos de planeamento orientadores da intervenção da Rede Social. • Rede social com algumas debilidades ao nível da participação e representatividade setorial (educação e dimensão económica) e territorial (freguesias rurais).
Ameaças	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade de renovação de <i>stocks</i> populacionais, principalmente pelo decréscimo da população jovem e da população ativa. • Agravamento dos problemas de desemprego, pobreza e exclusão social. • Não sustentabilidade de funcionamento de equipamentos coletivos de proximidade aos utentes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Oportunidade de financiamento, no âmbito do Portugal 2020, de projetos que visem a melhoria das respostas sociais e promovam a inclusão social. • Perspetiva de financiamento e execução, no quadro do ITI do Alentejo Central, de projetos e programas que visam a requalificação do parque escolar do ensino básico e pré-escolar, o combate ao abandono escolar, a formação técnica e profissional, a formação desportiva, o desenvolvimento de ateliers para jovens, a inclusão social pela cultura, a promoção do acesso à internet e a promoção da igualdade de cidadãos com deficiência e fomento da sua empregabilidade. • Criação de uma nova Escola Profissional na área da música, com potencial de atratividade de alunos de outros concelhos.

<i>Desenvolvimento cultural</i>	
Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Dinâmicas de produção e animação cultural ao longo das últimas décadas com capacidade de projeção e atração externa. • Política de valorização cultural, assumida como fator de desenvolvimento económico e social do Concelho e de afirmação no espaço regional. • Crescimento entre 2009 e 2012 do investimento municipal em atividades culturais e desportivas, superior na generalidade ao verificado na região e na sub-região. 	<ul style="list-style-type: none"> • Financiamento insuficiente (público e privado) de projetos culturais de envergadura. • Desqualificação dos equipamentos culturais e carência de espaços adequados para <i>ateliers</i> de formação, oficinas de produção e residências artísticas. • Reduzida capacitação dos agentes culturais (gestão de bens culturais, elaboração de candidaturas, etc...). • Insuficiente integração e coordenação da programação cultural (equipamentos e eventos). • Reduzida atividade dos equipamentos culturais nas freguesias rurais. • Ausência de uma estratégia de fidelização e de captação de públicos. • Reduzido dinamismo da oferta turística, o que condiciona o desenvolvimento e atratividade de projetos culturais de âmbito mais alargado. • Inexistência de ensino artístico e reduzida interação entre as instituições e projetos culturais e as escolas.
Ameaças	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> • Não sustentabilidade das organizações culturais e dos projetos (dependência de apoios do Município, ausência de mecenato...). • Incapacidade de afirmação do turismo cultural no Eixo Lisboa/Montemor-o-Novo/Évora. 	<ul style="list-style-type: none"> • Condições para associar a reabilitação do património construído a um projeto cultural de âmbito territorial alargado e especializado (existência de edifícios na zona histórica da cidade com condições para acolher projetos culturais e residências artísticas). • Acesso a financiamento comunitário no âmbito do Portugal 2020 e do Programa Europa Criativa para projetos de âmbito cultural (Cultura para Todos, Empreendedorismo criativo, Inclusão ativa...).

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

<i>Desenvolvimento Económico</i>	
Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento do VAB na indústria transformadora entre 2007 e 2012, única exceção no contexto de quebra generalizada deste indicador em todos os outros subsectores. • Relevância/manutenção da importância do setor agrícola expresso por um decréscimo da população agrícola inferior ao verificado na envolvente regional, pelo crescimento do número de explorações e de superfície agrícola recenseada entre 1999 e 2009, uma evolução contrária à ocorrida na Região e no Alentejo Central e pela qualificação dos produtores agrícolas que em 2009 era também superior em comparação com a Região e a sub-região. • Condições propícias a uma oferta turística diversificada (património natural, valioso património arqueológico e de arquitetura civil, militar e religiosa, património etnológico e gastronómico). 	<ul style="list-style-type: none"> • Conjuntura económica nacional desfavorável e baixo nível de investimento privado. • Tecido empresarial frágil e com fraca dinâmica de criação de emprego. • Redução do número de empresas em atividade, entre 2007 e 2012, superior à verificada no Alentejo e no Alentejo Central, (com maior incidência nos subsectores da indústria transformadora e da construção) e consequente redução global do emprego. • Insuficiente qualificação, capacidade atrativa e concorrencial da Zona Industrial da Adua - principal área industrial do Concelho. • Insuficiente valorização económica dos recursos locais em setores como o turismo, energias renováveis e indústrias alimentares. • Fraca capacidade de atração turística, revelado pelo peso muito reduzido dos hóspedes e dormidas no total da região e sub-região. • Incapacidade dos atores públicos e privados de concretizar projetos de carácter económico e de matriz empresarial, recorrentemente referidos para Montemor-o-Novo.
Ameaças	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> • Incapacidade de atração de investimento externo, persistência da debilidade e reduzida competitividade do tecido empresarial local e perspectiva de baixos níveis de investimento por parte dos empresários do Concelho (57% dos empresários inquiridos não tenciona investir nos próximos anos), com impacto esperado negativo na criação de riqueza e de emprego. • Concorrência nacional e internacional. • Tendência de decréscimo e envelhecimento demográfico, manutenção de baixo nível de rendimento das famílias e agravamento da pobreza • Manutenção da tendência de declínio económico sub-regional dificultando a obtenção de dimensão crítica por parte de Montemor e respetiva área de influência direta. • Degradação do património construído com valor turístico. 	<ul style="list-style-type: none"> • Proximidade a grandes infraestruturas de transporte internacional (Portos de Sines, Setúbal e Lisboa, Auto Estrada de Ligação a Espanha e à Europa, futura ligação ferroviária Sines- Évora-Elvas-Madrid) e aos principais centros urbanos do País e da Região. • Crescimento atual e prospetivado de setores em que o Concelho possui ativos diferenciadores e potencial produtivo (turismo, indústrias alimentares e energias renováveis, ...). • Aprovação do Plano de Ordenamento da Albufeira dos Minutos, consequente alargamento do potencial de rega e surgimento de novos projetos de culturas como o olival intensivo, o tomate e a beterraba sacarina. • Incentivos ao desenvolvimento empresarial, à inovação e desenvolvimento tecnológico no âmbito do Portugal 2020. • Aprovação e implementação futura das Estratégias e dos instrumentos DLBC das ADL Monte e Terras Dentro, com impacto esperado na dinamização económica das áreas rurais. • Perspetiva de financiamento, no quadro do ITI do Alentejo Central, de projetos e programas que visam: <ul style="list-style-type: none"> - a criação e a dinamização de viveiros de empresas; - a criação e a consolidação de Micro e PMEs; e - o incremento do turismo no Alentejo Central (Centros de interpretação e acolhimento turístico, Sistema de fruição do património natural e cultural e Grande Rota do Montado).

PARTE B - ENQUADRAMENTO GEOESTRATÉGICO, CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO E DESAFIOS ESTRATÉGICOS

**1. Enquadramento Geoestratégico: Territorial e
de Especialização Económica**

2. Cenários de Desenvolvimento

3. Desafios Estratégicos no Horizonte 2025

1. ENQUADRAMENTO GEOESTRÁTÉGICO: TERRITORIAL E DE ESPECIALIZAÇÃO ECONÓMICA

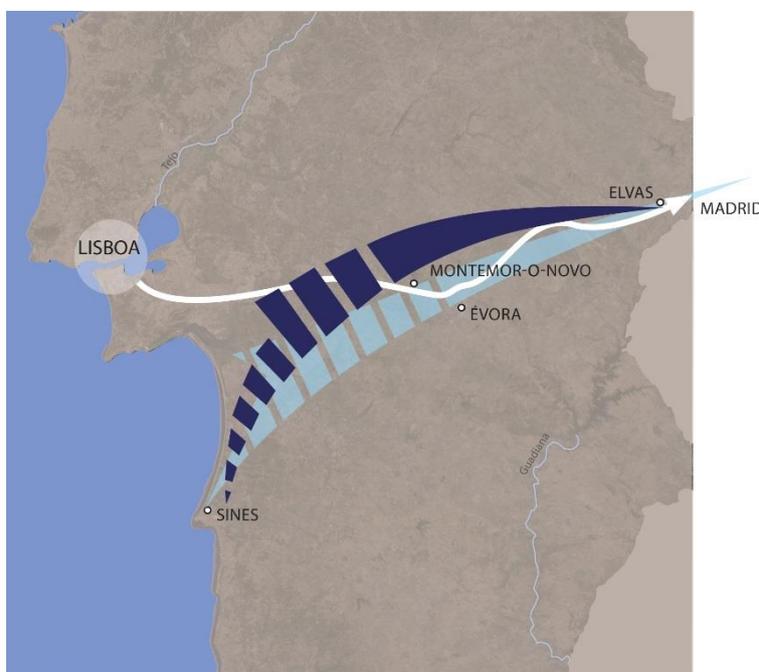
1.1. Posicionamento territorial e Acessibilidades

O Concelho de Montemor-o-Novo integra o **Corredor Central** (assim, referenciado pelo PROT Alentejo), eixo atravessado pelo mais importante corredor rododiferroviário que assegura a ligação entre Lisboa e Madrid no que representa um instrumento poderoso para suportar processos de integração económica e fluxos de relações comerciais entre a fachada atlântica (Lisboa, portos de Setúbal e de Sines, ...) e a Europa, via Espanha.

O *Plano de Ação Regional, Alentejo 2020* destaca as características do complexo portuário, industrial e logístico de Sines, como um ativo estratégico nacional que tem revelado capacidade competitiva no contexto europeu, proporcionando à Região Alentejo e à sua cadeia logística um importante argumento territorial para a sua internacionalização, vetor estruturante da Estratégia de Desenvolvimento Regional.

As acessibilidades terrestres que alavancam e estruturam as dinâmicas de desenvolvimento do Porto de Sines encontram-se ancoradas no Corredor Central contribuindo para reforçar as potencialidades de localização empresarial, nomeadamente, na vertente do acesso aos mercados internacionais em áreas de especialização regional.

Corredor Central



Fonte: *Monte Mor, pedra a pedra*, Município de Montemor-o-Novo.

De acordo com o **PROT Alentejo**, “O Corredor Central é, de forma tendencialmente crescente, uma componente determinante da organização territorial da economia regional e como tal deverá ser abordado numa estratégia de qualificação e de afirmação competitiva na sua função de estruturação urbana, industrial e logística. (...) reforçado pelo efeito de contiguidade, poderão revelar-se como fatores diferenciadores as iniciativas de promoção de relações intermunicipais no domínio do desenvolvimento económico e empresarial”.

Também no que se refere ao sistema urbano e de suporte à Coesão Territorial, o PROT Alentejo refere o corredor transversal Lisboa - Vendas Novas - Montemor-o-Novo - Évora - Badajoz, como exemplo de um vetor de estruturação do sistema urbano que é necessário consolidar para construir uma “malha urbana fortemente comunicante e difusora de desenvolvimento”.

Neste enquadramento, o Eixo Vendas Novas - Montemor-o-Novo - Évora é considerado como podendo contribuir para reforçar a polaridade de Évora (um dos pilares do policentrismo regional), oferecendo argumentos competitivos em matéria de atratividade empresarial e residencial proporcionadas pelas infraestruturas de acessibilidades, de logística e conhecimento existentes mas também pelos elementos de identidade e qualidade da paisagem urbana desta sub-região.

O posicionamento dos concelhos do Alentejo Central, sobretudo, os mais próximos de Lisboa, apresenta-se crescentemente influenciado pela Região Metropolitana mas a evolução das condições de acessibilidade/conetividade internacional constitui uma variável-chave para dimensões de desempenho na vertente económico-empresarial. Neste domínio, a implementação do Novo Aeroporto de Lisboa em Alcochete, segundo um conceito de Cidade aeroportuária, poderia ter contribuído para reforçar as dinâmicas urbanas e económicas do troço Vendas Novas - Évora mas esse não é um dado em presença no horizonte 2025.

Em matéria de Acessibilidades, importa contextualizar Montemor-o-Novo em dois níveis complementares: a *acessibilidade inter-regional*; e a *conetividade internacional*.

- *Acessibilidade inter-regional*

A este nível existe uma cobertura satisfatória proporcionada pela Rede Viária Principal na ligação à Área Metropolitana de Lisboa, Ribatejo e Litoral e à fronteira, designadamente, através da A6 (Lisboa - Badajoz) com ligações à A2 (Lisboa - Algarve) e do Itinerário Complementar IC 10 (Santarém - Montemor-o-Novo). A construção do IC33 (ligação Grândola - Évora) e a conclusão do IP2 entre a A6 e o nó de São Manços, contribuirão para aprofundar a cobertura regional da Rede Viária Principal na ligação a diversos mercados de valorização de recursos e de atração de fluxos comerciais e outros de interesse económico e social.

Na vertente ferroviária, a dotação de recursos não valoriza o potencial económico e ambiental deste modo de transporte predominando as características tendenciais das últimas décadas: desajustamento e

envelhecimento das linhas existentes. A prazo, as alterações previstas reportam, sobretudo, à vertente de melhoria das acessibilidades regionais à Europa que se enquadram na conectividade internacional, adiante referenciada.

- *Conetividade internacional*

A este nível Montemor-o-Novo situa-se num dos nove corredores multimodais da Rede Principal de Desenvolvimento da Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T), uma Rede que constitui um dos pilares da integração europeia e da construção do mercado único europeu. A Rede Principal integra partes da Rede Global que são estrategicamente mais importantes para atingir os objetivos de desenvolvimento da RTE-T e que deverão ter conclusão até final de 2030. Essas partes (corredores multimodais) abrangem os fluxos de longa distância que visam melhorar as ligações transfronteiriças no interior da União Europeia atravessando cada corredor, pelo menos, duas fronteiras e envolvendo vários modos de transportes.

Entre esses corredores, destaca-se o Corredor Atlântico o único que atravessa Portugal em direção a Espanha, França e Alemanha e que coincide com os corredores principais identificados no PNPOT para a ligação entre Portugal e Espanha um dos quais (o Corredor Internacional Sul - Sines/Setúbal/Lisboa/Évora-Caia), toca extensivamente território do Alentejo Central. Trata-se de um Corredor que liga o Arco Metropolitano de Lisboa (incluindo a rede portuária da fachada atlântica, o Aeroporto de Lisboa e as plataformas logísticas) a Madrid e ao resto da Europa.

O processo de implementação da RTE-T e destes Corredores no horizonte da programação referida (2030) concluiu a aprovação dos Planos de Trabalho dos Corredores pelos Estados-membros envolvidos no final do 1º semestre de 2015.

No âmbito do Corredor Atlântico e com interesse/incidência no troço que abrange Montemor-o-Novo, destaca-se: (i) a construção da ligação ferroviária em falta entre Évora e Caia/Badajoz; (ii) a melhoria ferroviária dos acessos terrestres próximos; e (iii) a atribuição de um papel mais ativos às plataformas logísticas multimodais, envolvendo os “stakeholders” aos níveis locais, nacionais e Estados-membros. O projeto do troço Évora-Caia, incluindo a Estação Técnica ao Km 118 da ligação ferroviária de Sines à fronteira, está orçado em 512 Milhões de Euros, para executar até 2020.

A problemática das acessibilidades deve ser perspetivada, ainda, na ótica intra-regional sendo de realçar na programação realizada no âmbito do Grupo de Trabalho para as Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado (IEVA), a identificação de quatro dimensões críticas de intervenção no modo rodoviário: projetos com condições de financiamento pré-assegurados; projetos prioritários; projetos complementares à RTE existente (pelo que se consideram *last mile* ou *missing link*); e outros projetos que não reúnem características de complementaridade à RTE em serviço. Neste último domínio encontram-

se os projetos das Variantes rodoviárias a Vendas Novas e a Montemor-o-Novo que consistem na construção de alternativas viárias ao atravessamento destes centros urbanos.

Embora apresentem um potencial moderado de captação de tráfego (tanto ao nível de mercadorias como de transporte de passageiros) estas intervenções, a realizar entre 2017 e 2022, preenchem uma função de descongestionamento e contribuem para eliminar situações presentes de atravessamento dos centros urbanos por fluxos intensos de tráfego que limitam o potencial de estruturação e desenvolvimento urbano, como sucede com a Avenida Gago Coutinho na Cidade de Montemor-o-Novo.

1.2. Recursos do território e especialização económica

Os trabalhos de programação do desenvolvimento regional, no enquadramento do acesso e mobilização dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), via Acordo de Parceria *Portugal 2020*, incorporaram um manancial de referências prospetivas e envolveram na sua preparação um vasto conjunto de “stakeholders” dos setores e dos territórios.

O conhecimento e a apreciação crítica de diversos documentos, em concreto o *Plano de Ação Regional (PAR) Alentejo 2020*, a *Estratégia Regional de Especialização Inteligente (RIS3 Alentejo)* e a *Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Alentejo Central (EIDT Alentejo Central)*, permitem evidenciar que a matriz produtiva e de património (natural e cultural) que molda os recursos do território de **Montemor-o-Novo possui um elevado nível de complementaridade com prioridades de intervenção e domínios diferenciadores dos instrumentos de referência da programação 2020.**

A sistematização de notas deste Ponto 1.2. procura evidenciar as principais complementaridades existentes as quais deverão estar presentes e contribuir para delinear os contornos dos Desafios estratégicos de Montemor-o-Novo, no horizonte 2025.

A matriz de potencialidades reconhecidas a Montemor-o-Novo, no quadro do modelo de especialização regional, apresenta dois vetores estruturantes que encontram particular eco na *RIS3 Alentejo*: (i) Alimentação e Floresta; e (ii) Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços de Turismo.

(a) Alimentação e Floresta

A Superfície Agrícola Útil e a estrutura fundiária, em conjugação com as condições edafoclimáticas favoráveis e a disponibilidade de água em infraestruturas de regadio (perímetro de rega da Barragem dos Minutos), alimentam produções tradicionais (sobretudo, vinha, pastagens, forragens e montado de sobre e azinho e pinheiro), atividades pecuárias (bovinos, suínos e pequenos ruminantes) e culturas recentes de maior valor acrescentado (com destaque para os hortofrutícolas frescos e os frutos de casca rija), registando algumas explorações a introdução de novas tecnologias associada à intensificação em conhecimento e a novas soluções económicas de integração com a indústria e a distribuição.

Os recursos e as dinâmicas produtivas de Montemor-o-Novo encontram-se significativamente presentes entre as **caraterísticas distintivas** da Alimentação e Floresta do Alentejo:

- Condições edafoclimáticas que propiciam circunstâncias ímpares para a obtenção de produções agrícolas, pecuárias e florestais competitivas, nomeadamente, montado, cortiça, vinha, olival, hortofrutícolas, culturas bioenergéticas e pecuária extensiva;
- Atividades que exploram a multifuncionalidade dos sistemas agroflorestais (em particular a produção de cortiça e de pequenas fileiras produtivas), em largas parcelas do território regional;
- Perímetros de Rega; e
- Proximidade a centros de conhecimento, de investigação e de desenvolvimento tecnológico reconhecidos internacionalmente, capazes de dar resposta aos desafios relacionados com a agricultura e a transformação agroindustrial e agroalimentar.

No plano produtivo, o potencial de produção hortofrutícola aumentou tanto pelo acréscimo de investimento relevante em áreas de regadio, como pela expansão das culturas forçadas; a produção vitivinícola tem aumentado, com referências de qualidade e, em alguns casos, em articulação com atividades de enoturismo beneficiando da forte promoção deste produto a nível regional.

A prazo, admite-se que a intensificação em conhecimento das atividades económicas primárias e a diferenciação das produções contribua para um maior controlo sobre a cadeia-de-valor com desenvolvimento de uma variedade relacionada de atividades que induzam o crescimento económico e a criação de emprego.

No entanto, a fragilidade da capacidade produtiva instalada da indústria transformadora montemorense, muito concentrada em atividades banais, limita o potencial de transformação agroalimentar das produções agrícolas e pecuárias do Concelho, à semelhança do que se verifica pela Região*.

Os trabalhos da RIS3 Alentejo referem, no entanto, que a produção agrícola, a pecuária e as indústrias alimentares se encontram “num processo de aceleração do ciclo de inovação e de crescente incorporação de tecnologia nos processos produtivos”, destacando duas tendências relevantes: (i) a *agricultura de precisão* (introduzindo sistemas avançados de produção, com uma forte componente de eletrónica, sensores e TIC e modelos de controlo de gestão da produção); e (ii) a *evolução do mercado e dos modos de produção biológica e ambientalmente responsáveis*. Uma terceira tendência (complementar) remete para a existência de um “forte potencial de iniciativas empresariais inovadoras de jovens agricultores e empresários rurais, suportadas na mobilização de competências e de capacidades técnicas, visando a

* Falta de controlo sobre a cadeia-de-valor e excessivo enfoque em elos com menor transformação de produto e, por conseguinte, menor valor acrescentado relativo (*Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Alentejo*, CCDR Alentejo, Dezembro 2014).

criação de valor e a orientação da produção para os mercados internacionais e para a diversificação de atividades.”

O **racional de especialização** regional no domínio da Alimentação e Floresta (transformação para maior controlo sobre a cadeia de valor), valoriza recursos presentes em Montemor-o-Novo, em particular, a agricultura de regadio (indispensável à especialização em produtos de maior valor acrescentado), de articulação com as infraestruturas logísticas de saída (com destaque para o corredor rodoviário para o litoral e a Europa), elos produtivos das cadeias de valor nas atividades competitivas da “Alimentação e Floresta”, em articulação com produtos de elevado valor acrescentado (vinho, carnes, etc.) e na ligação potencial com as atividades turísticas (gastronomia, enoturismo, rotas de sabores, produtos alentejanos, ...) ampliando os ativos regionais relativos aos valores do património, tradição, genuinidade e identidade.

Entre as **Oportunidades** enunciadas pela RIS3 Alentejo para a Alimentação e Floresta regionais destacam-se: o desenvolvimento de metodologias inovadoras de regeneração do montado (em especial do crescimento do sobreiro e da azinheira) e dos produtos associados (cogumelos, aromáticas, mel...); o reforço da integridade e da multifuncionalidade da paisagem; e a qualificação da rede de infraestruturas de acolhimento e desenvolvimento empresarial e logístico facilitador do escoamento dos produtos agrícolas e agroalimentares nos mercados nacionais e internacionais, de forma inovadora e regular.

Neste último domínio, o *PAR Alentejo 2020* integra uma *Iniciativa-âncora (Plataforma Logística Agroalimentar)* cujo racional de intervenção aponta para a “criação de um polo dinamizador das atividades agrícola e agroalimentar, auxiliando na captação de investimento local e externo para um conjunto diversificado de atividades económicas agrícolas e não agrícolas”. Nesta aposta é, igualmente, valorizado o apoio que as atividades logísticas podem proporcionar às pequenas produções, facilitando o seu escoamento bem como a eventual integração de produtos específicos nas cadeias de distribuição, gerador de efeitos positivos no acréscimo de produção local.

Ainda no âmbito das Iniciativas-âncora do PAR Alentejo 2020, importa referir as referências a Tipologias de intervenção que beneficiam de prioridade na afetação de recursos financeiros a investimentos de iniciativa privada e associativa, particularmente relevantes para as dinâmicas económico-produtivas de Montemor-o-Novo. Assim, no âmbito da *Iniciativa-âncora Agricultura de Regadio* salientam-se os investimentos-tipo seguintes:

- *Organização dos produtores a nível da prestação de serviços às explorações agrícolas:* Apoio à organização dos produtores no acesso a serviços de máquinas (círculos de máquinas; ...); e a serviços técnicos (p.ex., serviços de aconselhamento e grupos de auto-aconselhamento).

- *Investimentos na componente ambiental*: Monitorização da qualidade da água, dos solos e da biodiversidade; Compensação ambiental; e Apoios diretos aos agricultores de regadio que se encontram em zonas vulneráveis por forma a adotarem práticas agrícolas sustentáveis.
- *Apoios a sistemas culturais e modos de produção em regimes de qualidade*: Apoio à implementação de sistemas culturais e modos de produção - Modo de Produção Biológico (MPB), Modo de Produção Integrado (MPRODÍ); e Apoio à produção em regimes de qualidade.

No âmbito da *Iniciativa-âncora Economia Verde*, o *PAR Alentejo 2020* destaca intervenções e investimentos relevantes para uma abordagem explícita e de integração do Sistema de Montado, cuja especificidade é reconhecida:

- Investimentos nas explorações agrícolas e florestais*: Florestação de terras agrícolas; Melhoria produtiva dos povoamentos florestais; Gestão multifuncional; e Investimentos associados à pecuária extensiva.
- Apoio à organização dos produtores*: Reforço das organizações de produtores florestais para a conservação e melhoramento dos recursos genéticos; e Criação de estratégias específicas de marketing e de comercialização dos produtos do Montado (eventualmente, com a criação de uma marca do Montado e um sistema de certificação).
- Investimentos na extensão, demonstração e formação*: Demonstração e extensão de boas práticas de gestão sustentável do montado; Ações de formação associadas à gestão florestal (p.ex., poda das árvores e tiragem de cortiça) e à produção pecuária extensiva; e Ações de divulgação sobre os valores do sistema de Montado.
- Investimentos na componente ambiental*: Valorização ambiental dos espaços florestais; Monitorização da evolução do Montado; e Apoios à conservação do montado (habitats, recursos genéticos e fauna e flora); proteção ambiental e alterações climáticas (proteção contra a erosão, hidrografia e sequestro de carbono).
- Outros investimentos*: Investimentos na alteração de modos de produção agrícola (MPB; MPRODÍ); Investimentos na certificação dos produtos de qualidade originados no sistema de montado; e Investimentos associados às outras funções do montado: plantas aromáticas e medicinais, recursos silvestres (espargos e cogumelos), desporto (caça e pesca) e lazer.

(b) Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços de Turismo

Os ativos tipo do património cultural, material e imaterial do Alentejo encontram-se significativamente presentes em Montemor-o-Novo (património edificado, paisagem e qualidade ambiental, recursos da terra, artes e ofícios tradicionais, identidade regional, ...). Estes valores são destacados pela *RIS3 Alentejo*

que elege como domínio de excelência *Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços de Turismo* tendo em vista “assegurar a sustentabilidade da preservação deste património, dos centros urbanos e dos povos do Alentejo, promovendo a emergência de indústrias culturais e criativas e do turismo de nichos”.

Entre as **caraterísticas distintivas** do *Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços de Turismo* sistematizadas no Documento da RIS3 Alentejo predominam valores presentes na matriz de recursos de Montemor-o-Novo, nomeadamente:

- Património histórico-cultural (arquitetónico, arqueológico, ...) vasto e rico, em razoável estado de conservação (edifícios religiosos, castelos, ...);
- Herança patrimonial (antigas formas de arte e ritos, monumentos megalíticos, ruínas do período romano e árabe, ...);
- Portfólio sustentado de produtos diversificados e integrados com base nos recursos turísticos associados ao Turismo em Meio Rural e à nova Ruralidade (englobando as atividades equestres e cinegéticas);
- Património natural, com destaque para o sistema agro-pastoril do montado de sobro com a Candidatura a Património da Humanidade, em fase adiantada de organização;
- Produtos e sabores mediterrânicos (Dieta Mediterrânica recentemente reconhecida como Património Imaterial da Humanidade pela UNESCO), uma mais-valia relevante para a estruturação de atividades económicas relacionadas e de suporte (indústrias culturais e criativas, comércio, merchandising, ...) e para a atração de novas gerações de turistas que procuram destinos dotados de elementos de identidade.

A Região tem evidenciado um forte investimento privado no turismo, em resultado do reconhecimento do potencial de atratividade que o património natural e cultural do Alentejo tem sobre o mercado turístico, especialmente em nichos de maior valor acrescentado. O crescimento da oferta turística diferenciada e da procura, criou oportunidades económicas e de inovação para a emergência de serviços de elevado valor acrescentado que se cruzam com as atividades das indústrias culturais e criativas na valorização e sustentabilidade do património e do ambiente.

Montemor-o-Novo constitui um exemplo de dinâmicas de iniciativa pública municipal e de iniciativa associativa de valorização da riqueza do património urbano, nomeadamente, através de intervenções de reabilitação do edificado e de regeneração económica, com implicações de relevo ao nível da gestão urbana (energia, mobilidade, edifícios, água e resíduos, segurança, saúde, cultura, entre outras). O Turismo poderá assumir um papel facilitador da valorização e promoção do património, da fruição das indústrias culturais e criativas e da referida regeneração do Centro Histórico.

Nas **Oportunidades** identificadas pela *RIS3 Alentejo* e suscetíveis de associar produtos montemorenses, salientam-se as seguintes:

- Crescente procura (nacional e internacional), por locais de interesse patrimonial relacionados com sítios e circuitos arqueológicos, arquitetónicos, artísticos e gastronómicos;
- Recuperação, reabilitação e refuncionalização das artes e ofícios tradicionais através das indústrias culturais e criativas;
- Crescimento sustentado do turismo em torno de novos padrões de consumo e motivações que privilegiarão destinos que ofereçam experiências diversificadas e com elevado grau de autenticidade e qualidade ambiental (património, cultura, artes, desporto, ambiente, ...).

A *Iniciativa-âncora* do PAR Alentejo 2020 denominada *Turismo Alentejo e Ribatejo* acolhe as prioridades constantes do Documento de Estratégia da ERT Alentejo no qual são definidas algumas Intervenções-tipo, no interface promoção turística do destino Alentejo/promoção dos ativos da Região com interesse manifesto para os recursos/produtos de Montemor-o-Novo:

- *Criar e promover, em espaço rural e urbano, um território de excelência para o turismo*, incentivando corredores com oferta especializada, disponibilizando produtos rurais e agroindustriais.
- *Prosseguir o esforço de requalificação dos produtos turísticos* [natureza, touring/cultural, (...), gastronomia e vinhos] e lançando outros para os quais o território demonstre apetência (nomeadamente, cinegético, de saúde e bem estar).
- *Projetar um novo posicionamento do Alentejo nos mercados nacionais e internacionais*, alicerçado nos conceitos de promoção dirigida e integrada numa abordagem intersectorial regional de potencialidades e recursos.

No tocante às intervenções-tipo que remetem para os produtos rurais e agroindustriais e para a promoção externa, salienta-se a ênfase nas preocupações relativas ao “acréscimo de valor à cadeia produtiva” e a “aposta em novos conceitos hoteleiros e de hospitalidade ligados aos ativos estratégicos do território”, com destaque para os vinhos, o azeite, a cortiça e os planos de água.

1.3. Visão de síntese dos argumentos competitivos de Montemor-o-Novo

Os elementos de diagnóstico e prospetiva de posicionamento territorial vs. acessibilidades, na ótica do desenvolvimento do Concelho, permitem concluir, em síntese, que:

- Montemor-o-Novo tem uma localização de proximidade à Área Metropolitana de Lisboa e de integração na envolvente de Évora ambas geradoras de fluxos de visitantes e de dinâmicas residenciais com potencial para alimentar complexos de atividades da economia urbana

(comércio, alojamento hoteleiro e restauração, serviços de apoio às empresas, de proximidade e complementares do turismo, indústrias culturais e criativas, etc.). Em particular, as relações de proximidade entre Évora e Montemor-o-Novo devem estimular uma ótica de consolidação e robustecimento de produtos turísticos regionais, cuja visitação e usufruto beneficia das ligações favoráveis (rapidez,) à AM Lisboa.

- Montemor-o-Novo beneficia de um posicionamento competitivo pela integração num Corredor Central com níveis de acessibilidade regional e conectividade internacional favoráveis, com tendência para uma melhoria acentuada no futuro (2030), estruturando uma malha rodoferroviária mais favorável ao escoamento competitivo das produções regionais para os mercados nacional e internacionais, evolução suscetível de dinamizar a organização e o relançamento das atividades económicas, com atração de empresas e de investimento.
- Montemor-o-Novo integra um eixo territorial (de Vendas Novas a Évora) para o qual as opções estratégicas territoriais do PNPT recomendam a estruturação de um “espaço dinâmico de desconcentração industrial e logística da AML”. A suspensão de importantes investimentos do Portugal Logístico (p.ex., Plataformas e Entrepostos de coordenação modal) e de processos de reconversão portuária no espaço da AML, têm limitado o alcance das orientações neste domínio do PNPT. No entanto, as oportunidades de aprofundamento da integração do mercado ibérico para empresas fortemente utilizadoras de infraestruturas logísticas e de distribuição, reforça o posicionamento locativo de Montemor.

A valorização destes elementos de síntese do posicionamento territorial, na ótica da estratégia de Desenvolvimento de longo prazo de Montemor-o-Novo, não ignora aspetos que se têm revelado menos favoráveis, nomeadamente: (i) o *desvio de procura* associado ao *efeito sombra* representado por um espaço urbano dinâmico, dotado de equipamentos, funções centrais e dinamismo comercial (Évora); (ii) o *efeito tubo* representado pela Autoestrada (A6) estabelecendo um corredor de passagem que, embora seja de proximidade, não tem contribuído para a atração/fixação de recursos; e (iii) a inexistência de fatores de localização distintivos de Montemor (de raiz ou construídos), num contexto que se tem revelado muito competitivo no tocante à atração de residentes e de empresas e investimentos.

Os elementos sistematizados procuram evidenciar que, no quadro regional mas também da evolução nacional previsível de um conjunto rico de recursos e dinâmicas económicas e produtivas, Montemor-o-Novo tem, não uma, mas várias palavras a dizer no horizonte de planeamento considerado. Isto mesmo tendo presente que, nas circunstâncias do passado e do presente, a posição geoestratégica não se mostrou totalmente favorável, quer por razões estruturais/setoriais, quer por constrangimentos orçamentais limitativos do investimento infraestrutural, p.ex., na vertente da qualificação das áreas de localização empresarial.

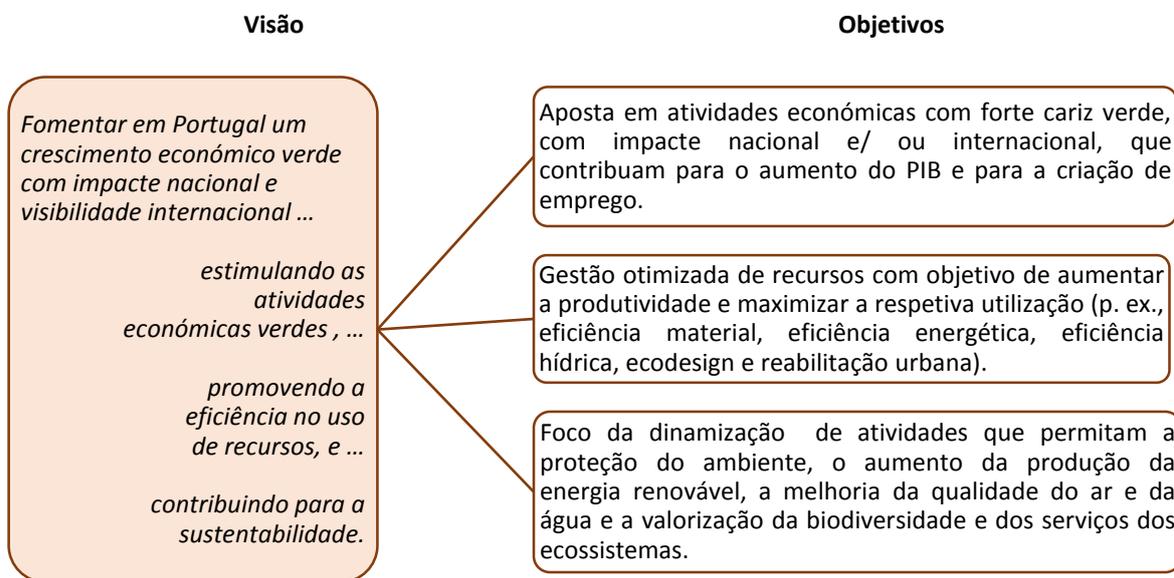
Tal não invalida que os recursos e dinâmicas de produção e outras existentes em Montemor-o-Novo devam continuar a constituir contributos potenciais relevantes para a especialização regional inteligente e para a concretização dos objetivos e prioridades de intervenção do *PAR Alentejo 2020*, resultando especialmente mais evidentes os seguintes vetores:

- as perspetivas de mercado para a (re)estruturação económica das produções agrícolas e pecuárias, com adoção de novos modelos de operação e a introdução de conhecimento viabilizando a existência de melhor matéria-prima e de níveis superiores de produtividade proporcionando condições de escala competitivas e de agrotransformação mais exigente percorrendo a cadeia de valor;
- a valorização das produções de montado (incluindo a pecuária extensiva) num contexto de gestão multifuncional, fruto do trabalho de investigação para o melhoramento genético e produtivo e beneficiando também da proteção e salvaguarda, decorrentes do processo de reconhecimento como Património Mundial;
- os recursos identitários do património cultural, urbano e rural que têm beneficiado de intervenções das políticas públicas, especialmente municipais (regeneração física e económica) e de atuações dinâmicas do movimento associativo e outros atores (Espaço do Tempo, ...), constituindo um argumento de paleta de recursos e de iniciativa com capacidade para desempenhar um papel de suporte e objeto de fruição das indústrias culturais e criativas mas também da composição de produtos turísticos de espectro vasto;
- os traços de equilíbrio territorial nas atividades e movimentos comerciais e de pessoas que permanecem, não obstante as transferências demográficas acentuadas das freguesias rurais para as urbanas, e que poderão ser consolidados pelas dinâmicas de atividade produtiva das economias rurais e pelas ações de dinamização económica desses territórios de menor densidade, no contexto da implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local coordenadas pelas ADL Monte e Terras de Dentro e cujos objetivos estratégicos e específicos se propõem promover a sustentabilidade das atividades primárias e a valorização dos ativos dos territórios rurais do Concelho, num contexto de incentivo ao investimento e à criação de emprego;
- Montemor-o-Novo (e, sobretudo, os “stakeholders” do seu território) tem condições de recursos e experiência para integrar redes de conhecimento, inovação e prática em áreas técnicas especializadas (sistema de montado, gestão de pastagens, produção pecuária extensiva, turismo em espaço rural, recuperação de património arquitetónico, indústrias criativas).

Num contexto de ciclo longo em que as problemáticas do desenvolvimento económico e da criação de emprego sobrepõem as demais, estes **vetores de síntese** representam uma base estruturante dotada de alguma solidez na senda de uma combinação ativa entre crescimento económico e sustentabilidade, no

horizonte de desenvolvimento de Montemor-o-Novo. Esta combinação ativa deve explorar, na esteira da Estratégia Europa 2020, uma abordagem de Crescimento Verde assente, nomeadamente, na Visão e Objetivos do Documento **Compromisso para o Crescimento Verde** (cf. Diagrama seguinte).

Visão e Objetivos do Compromisso para o Crescimento Verde



Fonte: Adaptado de *Compromisso para o Crescimento Verde*, MAOTE - Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (2015).

No âmbito do **Compromisso para o Crescimento Verde** foram propostas iniciativas enquadradas em dez Pilares, considerados prioritários e que, na sua maior parte, se encontram expressivamente presentes em Montemor-o-Novo (a exceção é o Mar): Água; Resíduos; Agricultura e Floresta; Energia e Clima; Mobilidade e Transportes; Indústria Transformadora e Extrativa; Biodiversidade e Serviços dos Ecossistemas; Cidades e Território; *Mar*; e Turismo.

2. CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

A formulação de Cenários contrastados de desenvolvimento para o futuro de Montemor-o-Novo tem **utilidade** ao contribuir para organizar e estruturar o processo de planeamento estratégico, fundamentar e enquadrar a visão estratégica de desenvolvimento para Montemor, avaliar futuramente a evolução do território e introduzir eventuais alterações na estratégia.

Na ótica do **interesse** dos vários elos do sistema de atores do território, o modo como se estruturam os conteúdos dos diversos Cenários procura ajudar a construir uma tomada de consciência acerca dos riscos existentes no horizonte de cénarização, evidenciando que existem variáveis cuja evolução não é controlável à escala de um território. Exemplo disso, são as alterações de natureza estrutural e macro económica ou a evolução das políticas setoriais com impactos territoriais mais evidentes. Estas dimensões, que remetem bastante para a evolução no horizonte 2025 da economia global do País e da Região, estão presentes nas duas primeiras variáveis cruciais e têm comportamentos que são explicitados nos Cenários adiante apresentados.

A tomada de consciência dos riscos e a desejável discussão de opções presentes nos Cenários contrastados, deverão contribuir para uma maior legitimação da Estratégia indispensável à identificação e à validação de investimentos fundamentais da Carta Estratégica. Do ponto de vista concetual, e mesmo numa versão metodológica simplificada, a construção dos cenários deve abordar duas dimensões-prévias: a escolha do *Horizonte temporal* e a identificação das *Variáveis cruciais*.

Relativamente ao **Horizonte temporal**, o que está em causa é assegurar uma abordagem de longo prazo o que em matéria de desenvolvimento dos territórios não deverá ser inferior a uma década de forma a comportar de modo confortável os quadros político-institucionais de evolução da gestão pública (dimensão política), os ciclos de programas de instrumentos de financiamento do investimento público (e privado) e a produção de impactos das decisões de projetos e intervenções de natureza material, as quais têm um tempo de maturação mais prolongado.

A opção pelo horizonte temporal de uma década (2025) tem, todavia, presente algumas limitações que foram salientadas, p.ex., no Seminário Montemor-o-Novo 2025 (realizado em Novembro de 2015, no âmbito da Elaboração da Carta Estratégica) e que se podem sintetizar assim: em 2025, Montemor-o-Novo será pouco diferente do que é hoje na medida em que os processos de mudança estrutural carecem da gestação e capacitação de atores e do desenvolvimento de organizações inteligentes, objetivos que exigem um horizonte de referência bastante mais longo.

No entendimento da Equipa Técnica, todavia, é possível estabelecer um quadro de referência temporal centrado numa visão de dupla face que evolua entre o horizonte 2025 e uma visão mais a longo prazo, p.ex., 2050. Este entendimento corresponderia a consagrar uma ótica de evolução gradual focando a formulação de Cenários no horizonte 2025. Para efeitos de estruturação dos Cenários, as **Variáveis cruciais** que deverão influenciar o desenvolvimento do futuro de Montemor-o-Novo foram agrupadas em torno de cinco dimensões de competitividade e coesão territorial (externas e internas):

- *Macroeconomia e efeitos sobre a economia do território;*
- *Políticas públicas (orientações setoriais e territoriais);*
- *Vitalidade demográfica (dupla face economia/ dinâmicas sociais);*
- *Estrutura económico-produtiva;*
- *Dotação/ qualidade de recursos, infraestruturas e equipamentos.*

O exercício simplificado de cenarização que se apresenta nas tabelas seguintes procura processar elementos chave resultantes do enquadramento analítico e prospetivo do Ponto 1 (Posicionamento territorial e especialização económica) e outros de natureza macro-global:

- *Constrangimentos estruturais* com que Montemor-o-Novo se confronta a nível demográfico, social e económico, e com os quais os atores do território (públicos, associativos e de iniciativa económica) terão que lidar, alguns dos quais de âmbito nacional/setorial.
- *Recursos e potencialidades* reconhecidamente existentes, cuja capacidade concorrencial (e/ ou de complementaridade) será determinante para a afirmação territorial do Concelho.
- *Perspetivas de intervenção e de investimento*, patentes em instrumentos estratégicos enquadrados pelo Acordo de Parceria Portugal 2020 (nacionais, temáticos, regionais, intermunicipais e de desenvolvimento local), expressando escalas territoriais que estão para além do Concelho mas de que Montemor-o-Novo faz parte integrante e ativa.
- *Elementos de natureza macroeconómica* associados à evolução do consumo, do investimento e do comércio externo, com efeitos sobre o crescimento económico e o emprego dos diferentes territórios e escalas espaciais.

Na aproximação aos Cenários foram considerados ajustamentos de natureza qualitativa função de rumos diferenciados de evolução das Variáveis cruciais entre, p.ex., “envelhecimento e despovoamento” e “rejuvenescimento e qualificação”; “recessão” e “expansão”; e “cobertura deficiente” e “adequação e qualidade de equipamentos”. Esses rumos distintos encontram-se explicitados nos três Cenários delineados na Tabela seguinte.

Cenários contrastados de desenvolvimento para Montemor-o-Novo, no horizonte 2025

	A. Continuidade/Tendência de Declínio Económico	B. Desenvolvimento dependente	C. Afirmação territorial competitiva/ /Desenvolvimento sustentável
<i>Macroeconomia e efeitos sobre a economia do território</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Evolução anémica dos indicadores de consumo privado associados a baixos níveis de rendimento disponível das famílias. • Manutenção de carga fiscal elevada sobre os rendimentos do trabalho e os resultados da atividade empresarial. • Aumento das taxas de juro de referência. • Estagnação da procura externa dirigida às atividades de especialização económico-produtiva com potencial exportador. • Prolongamento das necessidades de consolidação orçamental, com impacto negativo sobre os fluxos de investimento público. 	<ul style="list-style-type: none"> • Atenuação do impacto dos processos de consolidação orçamental sobre a economia, com redução dos níveis de fiscalidade que tributam o rendimento das famílias e a atividade das empresas. • Relançamento da procura externa de serviços e bens transacionáveis com impacto produtivo nos territórios caracterizados por padrões de especialização centrados em atividades de transformação de recursos naturais. • Retoma de investimento público com prioridades de qualificação do território. 	<ul style="list-style-type: none"> • Política orçamental favorecedora da atração de residentes e de investimento empresarial em territórios com as características de Montemor-o-Novo. • Relançamento do investimento público, com reflexos nas vertentes de acessibilidade e conectividade internacional • Procura externa dinâmica favorecedora das produções sustentáveis das atividades da economia verde.
<i>Políticas Públicas (orientações setoriais e territoriais)</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Intervenções dispersas da Administração Pública Central no território sem coordenação estratégica e operacional na programação do investimento público nacional com impacto regional. • Predomínio de uma gestão centralizada dos principais recursos de financiamento das políticas públicas setoriais. • Orientações, prioridades e critérios de seleção dos apoios no âmbito dos sistemas de incentivos às empresas desajustados ao padrão de iniciativa empresarial existente e atraível. 	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenação operacional de intervenções de gestão e investimento público em domínios setoriais desconcentrados da Administração Central (educação, saúde, cultura, ...). • Orientações e prioridades de incentivo ao investimento privado favorecedoras de novos projetos de investimento e de modernização de empresas existentes. • Programação regional do investimento público com delegação de competências alargada para as instâncias regionais, incluindo as CIM. 	<ul style="list-style-type: none"> • Novas políticas de desenvolvimento sustentável abrangendo a vertente da fiscalidade verde discriminando positivamente as especializações económicas centradas nos recursos naturais e no património. • Orientações das políticas setoriais subordinadas aos interesses e necessidades de ordenamento do território e da promoção do desenvolvimento económico regional. • Atração de Investimento Direto Estrangeiro em atividades de desenvolvimento sustentável e valorização económica dos recursos naturais (solo, património construído, ...). • Predomínio de critérios territoriais na programação do investimento público e no acesso e mobilização de incentivos ao investimento privado.

Cenários contrastados de desenvolvimento para Montemor-o-Novo, no horizonte 2025

	<i>A. Continuidade/Tendência de Declínio Económico</i>	<i>B. Desenvolvimento dependente</i>	<i>C. Afirmação territorial competitiva/ /Desenvolvimento sustentável</i>
<i>Vitalidade Demográfica (Dupla face economia/ dinâmicas sociais)</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Agravamento do envelhecimento da população, com migração dos ativos jovens e de meia idade. • Redução da população ativa e aumento do volume de residentes que se desloca para trabalhar fora do Concelho. • Concentração da população nos principais aglomerados (freguesias urbanas) e redução dos limiares de subsistência das freguesias rurais. • Perda de competências e saberes tradicionais e de capacidade de diferenciação, a nível económico-productivo e cultural. 	<ul style="list-style-type: none"> • Atenuação do ritmo de envelhecimento da população mas insuficiente para as necessidades de renovação do “stock” populacional. • Manutenção dos índices de concentração de residentes nos principais centros urbanos. • Atenuação da perda de competências, fruto das dinâmicas associadas aos projetos de jovens agricultores e de outros empreendedores. • Melhoria do rácio entre ativos e inativos. • Novas dinâmicas sociais (envelhecimento ativo, gestão ativa dos isolados, ...), sobretudo, nos principais aglomerados urbanos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação de uma nova geração de jovens dotados de qualificações escolares e profissionais e com capacidade de iniciativa empreendedora em áreas tradicionais e emergentes. • Renovação da população em segmentos que permitem, a prazo, estabilizar o volume de residentes em idade ativa e com dinâmicas de estruturação familiar. • Consolidação de iniciativas empresariais e emprego qualificado alimentando novas dinâmicas de atração de residentes e de procura de comércio, serviços de proximidade e equipamentos coletivos. • Procura dinâmica de 2ª residência, ligada a procuras de lazer e trabalho à distância.
<i>Estrutura Económico-Empresarial</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Perda de competitividade empresarial e declínio económico do tecido industrial. • Deslocalização de empresas mais exigentes em logística e serviços de apoio e em mão-de-obra qualificada. • Predomínio de atividades económicas assentes na produção de bens e serviços indiferenciados sem capacidade de penetração em mercados de maior valorização económica. • Reduzida incorporação de valor acrescentado local nas produções agrícolas e pecuárias. • Escassa cooperação empresarial. • Indiferenciação dos argumentos locativos do Concelho face a territórios vizinhos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Renovação das atividades agrícolas e pecuárias com novas culturas e métodos de produção. • Novos investimentos na agro-transformação e em atividades relacionadas com os recursos e as produções primárias (atividades de agro-turismo, enoturismo, ...). • Organização de redes de cooperação entre produtores orientadas para a comercialização (mercados internos e externos). • Reconversão pontual das infraestruturas e equipamentos das Áreas de Localização Empresarial com partilha público-privada de investimentos e adoção de novas modalidades de gestão e promoção. • Incapacidade de atração de Investimento Direto Estrangeiro face a localizações mais competitivas no contexto regional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Relançamento competitivo das atividades de especialização orientadas para a produção de bens e serviços comercializáveis (agropecuária, viticultura, enoturismo, turismo cultural, ...). • Desenvolvimento das energias sustentáveis, das dinâmicas de serviços e valências ambientais e da economia do carbono. • Dinamização de negócios inovadores na esfera da multifuncionalidade da economia do montado, com introdução de fatores de inovação nos processos, tecnologias e produtos. • Criação de novas atividades e serviços da economia do património, das indústrias culturais e criativas e dos serviços de turismo. • Atração de Investimento Direto Estrangeiro em atividades das cadeias de valor da Especialização Inteligente Regional.

Cenários contrastados de desenvolvimento para Montemor-o-Novo, no horizonte 2025

	<i>A. Continuidade/Tendência de Declínio Económico</i>	<i>B. Desenvolvimento dependente</i>	<i>C. Afirmação territorial competitiva/ /Desenvolvimento sustentável</i>
<i>Dotação/ /Qualidade de Recursos, Infraestruturas e Equipamentos</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Degradação de infraestruturas e da envolvente de ordenamento das áreas de localização empresarial. • Encerramento de infraestruturas e equipamentos em localidades de menor dimensão e perda de qualidade generalizada dos serviços prestados. • Declínio da oferta de serviços básicos, com funcionamento regular limitado aos principais aglomerados urbanos. • Aprofundamento das relações das freguesias rurais com concelhos vizinhos no acesso ao emprego e a equipamentos e serviços. • Abandono de parcelas do território com desvalorização do património natural e identitário do Concelho. 	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção das infraestruturas económicas com melhoria da envolvente material e conservação/ melhoramento de alguns equipamentos. • Preservação dos ativos patrimoniais do Concelho procurando combinar conservação e geração de riqueza associada às dinâmicas de procura turística e de lazer. • Manutenção das funções sociais do Estado nos principais aglomerados urbanos. • Concretização gradual de resultados e efeitos das operações de regeneração urbana (reabilitação, mobilidade, ...). • Construção da variante rodoviária a Montemor com descongestionamento de tráfego na Cidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Valorização das infraestruturas económicas de apoio às empresas com melhoria da envolvente da atividades existentes e gerando condições de atração de novas empresas. • Melhoria das condições logísticas e de prestação de serviços dos equipamentos coletivos (cultura, saúde, coesão social, ...). • Dinamização da oferta cultural com Instalação de equipamentos de referência nacional. • Requalificação de serviços de prestação de cuidados de saúde e proteção social. • Alargamento das ofertas de serviços nas áreas da cultura, lazer, ocupação de tempos livres, apoio educativo e a idosos isolados.

Uma apreciação de conjunto dos cenários evidencia os seguintes traços de evolução prospetiva:

- Prolongamento das tendências das últimas décadas (*Cenário Continuidade/Tendência de Declínio Económico*) que contribuirá para aprofundar o panorama de desertificação humana com consequências negativas para a sustentabilidade territorial, num contexto de menor capacidade de iniciativa, associado aos constrangimentos orçamentais e à dificuldade de mobilizar recursos de poupança e financiamento.
- Melhoria dos indicadores demográficos, de rendimento e de iniciativa pública e privada (*Cenário Desenvolvimento dependente*), geradores de efeitos positivos na sustentação das condições de suporte de infraestruturas de rede e equipamentos, incluindo os económicos), conservação e valorização de recursos, etc., mas com níveis de dependência acentuada face à capacidade efetiva de superação de problemas estruturais do País e da Região.
- Reversão gradual da trajetória recessiva de desenvolvimento (*Cenário Afirmação territorial competitiva/ Desenvolvimento sustentável*), com atração de investimento e existência de oportunidades de emprego, estimulando a atração de diversos segmentos-alvo de novos residentes, o que se pressupõe uma evolução mais favorável da economia nacional e regional, sobretudo, nos setores de especialização de Montemor.

Os elementos de posicionamento geoestratégico de Montemor-o-Novo, sistematizados no Ponto 1, alimentam uma trajetória de desenvolvimento económico e social para o Concelho mais favorável, que a ocorrida nas últimas décadas: (i) prioridades do PROT Alentejo; (ii) algumas orientações de investimento das Redes Transeuropeias de Transporte; e (iii) prioridades de intervenção futura da programação dos Fundos Estruturais (Conhecimento, Ambiente e recursos naturais).

A possibilidade de atrair e fixar capacidades de iniciativa e talentos em Montemor-o-Novo potenciará lógicas emergentes de investimento, na senda das escolhas da RIS3 Alentejo orientadas para a preservação e valorização dos recursos naturais combinando *know-how* produtivo, existência de conhecimento e inovação rural/ agroalimentar e consolidação de tendências de procura de genuidade e qualidade das produções primárias.

Estas linhas de tendência podem contar no contexto atual com um leque e posicionamento de atores interessante no quadro regional:

- Capacidade empresarial com expressão económica supra-regional no domínio da produção pecuária e das atividades do sistema de montado;

- Experiência de animação económica territorial nas freguesias rurais, com capacidades reveladas de iniciativa de projeto orientada para o aproveitamento de recursos endógenos (património natural e rural construído de usufruto turístico, produções tradicionais de qualidade, ...);
- Instalação de jovens agricultores e empresários rurais dotados de qualificações e experimentando com sucesso novos métodos de produção e relações mas ativas com o mercado;
- Existência de equipamentos e recursos de iniciativa no domínio da cultura e das artes com capacidade diferenciadora e atrativa no contexto regional e nacional;
- Dinâmicas de iniciativa de aproveitamento de equipamentos e valências na esfera da economia social, com dinamização de respostas sociais dirigidas e apropriáveis por públicos-alvo com expressão concelhia e supra-local;
- Envolvimento do Município em processos de desenvolvimento territorial de natureza intermunicipal, nomeadamente a programação integrada de desenvolvimento no Alentejo Central.

Neste enquadramento, considera-se que a Estratégia de Desenvolvimento para Montemor-o-Novo deve aprofundar as linhas de tendência do **Cenário Afirmção territorial competitiva/Desenvolvimento sustentável**.

3. DESAFIOS ESTRATÉGICOS NO HORIZONTE 2025

A natureza dos constrangimentos estruturais, o posicionamento geoestratégico e as suas perspetivas de desenvolvimento do Concelho apontam para Desafios estratégicos que em muitos aspetos se situam para além de 2025 o que significa que a sua identificação fundamentada tem presente a inevitabilidade de abordagens gradualistas das necessidades de intervenção, segundo as oportunidades de iniciativa, de projeto e de recursos de financiamento e outros.

A identificação dos **Desafios estratégicos no horizonte 2025** assume de forma clara dois pressupostos com implicações para as modalidades de intervenção futura:

- (i) O *Desenvolvimento económico e a criação de emprego* são fulcrais para a superação de constrangimentos existentes, sendo disso exemplo o contributo para a atração de residentes, indispensável para sustentabilizar um “stock” de população dotado de dinamismo; e
- (ii) As *intervenções a programar* nomeadamente, em matéria de atração de investimento empresarial e de novos residentes, não podem ser apenas localmente focadas e não dispensam uma atuação a partir de dinâmicas territoriais de iniciativa e incidência mais amplas (p.ex., no âmbito da Rede Corredor Azul, do Alentejo Central e da Região, como um todo).

A configuração dos Desafios Estratégicos apresentados no *Relatório Intermédio* encontra-se representada no Diagrama seguinte:



✓ **Relançamento das Dinâmicas de Investimento Produtivo**

As questões da atividade económico-empresarial e da criação de emprego são determinantes para todos os territórios e, por maioria de razão, para aqueles que foram mais atingidos pela crise económica e pela redução da procura privada mais associada ao rendimento das famílias.

Sendo certo que o crescimento económico e a criação de emprego deverão resultar, sobretudo, das opções e dinâmicas de investimento privado e da mobilização de incentivos pelas empresas, alguns domínios de intervenção constituem áreas de competência para as políticas municipais e deverão merecer prioridade de atuação, no contexto de Montemor-o-Novo:

- **Qualificação das Áreas de Localização Empresarial** nas vertentes material, de serviços e de modalidades de gestão e promoção, sobretudo, tendo em conta o papel que poderão desempenhar no aproveitamento da posição geoestratégica do Concelho e na atração de novas empresas e respetivos investimentos.
- **Promoção e marketing junto do mercado de implantação (os investidores)** com focagem nos recursos para os quais existe capacidade concorrencial face a outros territórios.

Na dinamização do investimento económico importa, ainda, equacionar as formas de articulação com a atividade do Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo (PCTA), sediado em Évora, e que integra o Sistema Regional de Transferência de Tecnologia (SRTT). Esta vertente de acesso à inovação é, aliás, extensível aos domínios setoriais dos desafios estratégicos relativos ao Agroalimentar, à Cultura e ao Património.

A nível setorial existe um conjunto de atividades económicas que se inscrevem na esfera da *economia e dos empregos verdes* (energias renováveis, eficiência na mobilidade urbana, reciclagem de subprodutos e materiais, modo de produção biológico, práticas de uso e transformação do solo sustentáveis que antecipem os efeitos pressentidos das alterações climáticas, ...), que constituem oportunidades económicas com potencial futuro para a Região. Trata-se de atividades que em Montemor-o-Novo poderão combinar positivamente com a excelência ambiental associada ao património natural do Concelho e às suas ambiências urbanas.

✓ **Estruturação e Desenvolvimento do Cluster Agroalimentar/ Desenvolvimento Rural**

Os recursos associados ao regadio e ao sistema multifuncional de montado, que ocupam largas áreas do Concelho, alimentam dinâmicas de produção de hortícolas frescos e horto-industriais, de pecuária extensiva e de outros produtos locais que preenchem diversos elos da cadeia de valor do Cluster Agroalimentar. No entanto, o potencial reconhecido aos recursos locais e à experiência produtiva existente colocam o desafio de uma **maior integração entre a esfera das produções primárias e a sua**

transformação, com destaque para a fileira da carne (vitela de montado, borrego, porco de raça alentejana, ...) mas também para a concentração e distribuição de produtos hortícolas.

A existência de recursos de conhecimento e inovação de proximidade (Universidade de Évora, Centros de I&D+I, ...) pode ser potenciada nos domínios de inovação produtiva, do aproveitamento energético, da organização das produções e das próprias soluções de comercialização, nomeadamente, explorando as competências do SRTT e as valências do PCTA.

A incorporação de conhecimento e inovação nos territórios rurais, na ótica da sustentabilidade responde aos desafios do futuro e Montemor-o-Novo beneficia já da existência de experiências (p. ex., na gestão do sistema de montado) e de níveis de participação em redes científicas e experimentais em domínios-chave da economia da biodiversidade, com aproximação a iniciativas empresariais.

Na ótica do **reforço da integração da cadeia de valor** e com margem de intervenção municipal, destaca-se a dinamização de processos de acesso à terra (Banco de Terras, arrendamento, comodato, ...) e da qualificação/transformação do Mercado Municipal como instrumento polarizador de valorização dos produtos locais e de reanimação urbano-económica.

A **valorização de oportunidades económicas** associadas à excelência ambiental do património natural do Concelho, em geral, está confrontada com importantes desafios em matéria de práticas de uso e transformação do solo, com situações de sobre-exploração pontual que têm de ser evitadas, tanto mais que são agravadas pelos efeitos pressentidos das alterações climáticas.

O desafio aqui consiste em cruzar conhecimento e experiências consolidadas e pioneiras de gestão dos sistemas naturais adaptando as condições e as práticas de aproveitamento económico de recursos às exigências de uma **relação sustentável a longo prazo com os recursos** (terra, água, fauna, flora, ...). Mesmo que as incidências da problemática das alterações climáticas neste tipo de territórios (aumento da temperatura média, redução da biodiversidade, stress hídrico, ...), possam não atingir níveis expressivos no horizonte da próxima década, afigura-se indispensável a adoção de práticas mitigadoras e esse é um desafio para um vasto sistema de atores socio-territorial (públicos, associativos e privados; sectoriais e horizontais).

A concretização deste desafio, está associado ao desenvolvimento das estratégias empresariais, da produção à transformação e comercialização, do Cluster para o que se afigura imprescindível aprofundar as parcerias estabelecidas com as associações empresariais e de produtores e as entidades reguladoras da atividade económica, da atração de investimento e da promoção externa dos ativos da Região.

✓ ***Dinamização da Economia urbana em torno da Cultura e do Património***

Montemor-o-Novo tem concretizado intervenções relevantes em matéria de reabilitação urbana, com forte componente de investimento público e iniciativa municipal, que geram condições materiais suscetíveis de alavancar intenções e iniciativas de investimento privado (renovação do edificado habitacional, comércio e serviços, ...). Paralelamente, fruto também desse investimento e da presença de recursos de património histórico de matriz urbana, existem equipamentos e iniciativas de agentes culturais com dinâmica relevante de atividade.

Trata-se de uma dotação de ativos com valor específico para alicerçar o **desenvolvimento de uma economia urbana mais dinâmica**, com expressão local mas também com capacidade de atração de visitantes, com impacto sub-regional dando maior expressão de visibilidade e atratividade ao Corredor Central e ampliando os motivos de visitação e de estada.

Nesta perspetiva, a dinamização dos equipamentos existentes de programação cultural em rede poderá contribuir para reforçar as referidas visibilidade/atratividade, numa ótica regional.

A integração de equipamentos e atividades culturais e das diversas vertentes do património em estratégias de valorização turística de âmbito regional visando diversos segmentos de procura (gastronomia e vinhos-enoturismo, turismo cultural, ...), constitui um desafio para a iniciativa empresarial (restauração, comércio, serviços, animação,) e beneficia de importantes investimentos municipais (realizados e previstos) na esfera da reabilitação e regeneração urbana.

Ao nível do financiamento é indispensável encontrar novas modalidades para a mobilização de recursos (públicos, privados e de parceria) orientados para investir na reabilitação e refuncionalização do património, face à densidade dos edifícios existentes na Cidade com valor reconhecido e desocupados/não valorizados.

A abordagem destes **Desafios estratégicos**, no contexto da Estratégia de Desenvolvimento para Montemor-o-Novo no horizonte 2025, pressupõe a **Renovação dos modelos de Governação e Gestão territorial**, um desafio de natureza instrumental que consiste em equacionar as condições concretas para a implementação dessas Estratégias e os projetos programados cuja eficácia e eficiência exige cooperação efetiva e comprometimento de parceiros, a par de elevados investimentos e da existência de instrumentos de gestão facilitadores.

Trata-se de assegurar o envolvimento efetivo dos vários agentes locais e da população na governação, a qualidade/relevância das parcerias constituídas de âmbito municipal e supramunicipal e a organização funcional e de serviços do Município para conduzir eficazmente a implementação dos vários Planos de Ação (ITI/CIM-AC, PEDU, DLBC Rural, ...), com distintas escalas de intervenção. A concretização deste

grande objetivo pressupõe estar comprometido com instrumentos de gestão municipal e conhecer e programar, a longo prazo, recursos e meios financeiros (capacidade económica, de endividamento e de financiamento nos próximos anos).

Face à relação desequilibrada entre território (imenso) e recursos a atrair (escassos), é indispensável encarar a atração de investimentos e de vários segmentos-alvo de novos residentes numa **ótica intermunicipal** projetando (e beneficiando) de uma imagem regional do Alentejo que valorize os recursos e atmosferas existentes. Esta perspetiva não é operacionalizável à escala local-municipal e carece de uma abordagem que afirme a complementaridade de contributos dos diversos centros urbanos, desde logo, no espaço de recursos geoestratégicos do Corredor Azul.

Finalmente, os Programas da Carta Estratégica deverão contemplar dispositivos adequados à gestão e acompanhamento dos projetos e ações a implementar combinando o trabalho interno ao Município com as indispensáveis articulações externas (associativas, empresariais, ...) a nível local mas também na ótica regional e nacional. Para concretização desta vertente do Desafio, importa processar as lições do período de planeamento estratégico pós-2007.

PARTE C - MODELO DE INTERVENÇÃO ESTRATÉGICO

1. Objetivos Estratégicos

2. Domínios de Intervenção

3. Gestão e Acompanhamento

4. Projetos

1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A ponderação dos recursos e oportunidades que se anteveem para Montemor-o-Novo no horizonte de 2025 fundamentam a convicção que é possível dar resposta aos Desafios Estratégicos identificados concretizando gradualmente traços estruturantes do Cenário *Afirmção territorial competitiva/Desenvolvimento sustentável*: atração de investimento e de empresas, existência de oportunidades de emprego e atração de novos residentes, com base nesta convicção formula-se a seguinte Visão Estratégica:

VISÃO

Montemor-o-Novo, centro de recursos económicos, de ambiências urbanas e de paisagem com identidade alentejana, às portas de Lisboa.

Esta formulação tem presente a existência de constrangimentos que se traduzem em situações de declínio económico e demográfico as quais só poderão ser ultrapassadas por uma focagem e concentração de esforços no crescimento económico e na criação de emprego.

Montemor-o-Novo deverá revelar nos próximos anos uma trajetória de crescimento económico e demográfico alargando o seu espaço de influência na Região Alentejo e AM Lisboa, principalmente com base no desenvolvimento das suas funções económicas, ambientais e culturais, o triângulo de referências-chave combinado na Visão.

De acordo com esta Visão, no horizonte 2025, Montemor-o-Novo deverá ser:

- **Um Centro económico competitivo**, com uma especialização produtiva associada à valorização dos recursos endógenos (sobretudo, agroalimentares); dotado de funções culturais e turísticas com capacidade de projeção e atração externa e impacto económico; preparado para acolher iniciativas empresariais e de investimento; e com oportunidades de emprego;
- **Um Concelho com condições de vida atrativas** que conjuga qualidade territorial, modernidade dos serviços/funções urbanas, cultura e singularidade do ambiente urbano e paisagem, marcado pela identidade alentejana e podendo beneficiar da proximidade à AM Lisboa.
- **Um Concelho com uma governança ativa e eficiente** (na frente interna e externa).

O modelo de atuação proposto pela Carta Estratégica assenta na estruturação de uma **Matriz de Objetivos estratégicos** que cruzam com **Domínios de intervenção** de natureza transversal os quais

deverão acolher os **projetos e ações** a desenvolver por iniciativa pública municipal, associativa e privada, autonomamente ou em parceria de entidades e de recursos.

Considerando as dinâmicas mais recentes de desenvolvimento sistematizadas no Diagnóstico prospetivo e o cenário de desenvolvimento *Afirmação territorial competitiva/Desenvolvimento sustentável*, consideram-se os seguintes Objetivos Estratégicos (gerais e específicos) para responder aos Desafios identificados e contribuir para afirmar o posicionamento de Montemor-o-Novo como Centro Estruturante do Alentejo Central.

↪ **Objetivo Geral 1. Promover o crescimento sustentável da economia concelhia através da reestruturação económica e do incremento das dinâmicas de investimento produtivo.**

Este **Objetivo Geral** é fundamental para ultrapassar a situação de debilidade económica, criar emprego e afirmar Montemor como centro económico no Alentejo Central e comporta os seguintes **Objetivos Específicos**:

✓ **Objetivo Específico 1.1. Estruturação do Cluster agroalimentar e valorização dos recursos naturais.**

Este Objetivo assume uma importância central no processo de reestruturação económico-produtiva do Concelho e de desenvolvimento do espaço rural, face aos recursos existentes, ao potencial de transformação das produções locais e às oportunidades de desenvolvimento das atividades do Cluster na Região.

A relevância estratégica deste Objetivo reside, principalmente, na existência de recursos associados à tradição e experiência produtiva local, ao sistema multifuncional do montado e ao regadio, que constituem ativos diferenciadores e um importante potencial produtivo para aceder com sucesso a nichos de mercado dos produtos agroalimentares, atualmente em crescimento e com boas perspetivas de valorização e desenvolvimento futuro. O reforço da especialização e da cadeia de valor no setor agroalimentar, com destaque para a fileira da carne, exige uma maior integração entre a esfera das produções primárias e a sua transformação, a concentração e a distribuição de produtos hortícolas, através da inovação produtiva e da organização das produções, nomeadamente, com soluções mais eficazes de comercialização.

Assume também particular importância a proteção, valorização e boa gestão das estruturas ecológicas e dos recursos naturais (solo, água, biodiversidade, ecossistemas com destaque para o montado), capital territorial de importância decisiva para garantir o crescimento sustentável, a qualidade e a originalidade das produções primárias.

Neste enquadramento, importa referir que o Plano de Ação Regional Alentejo 2020 estabelece um conjunto de apostas/prioridades de intervenção com relevância para Montemor-o-Novo:

- aposta na “valorização das atividades regionais competitivas no Complexo de Atividades Agroindustrial e alimentar, englobando o sistema de montado com expressão também na fileira das carnes (sistema de produção extensivo) e na produção de produtos de elevada qualidade com Denominação de Origem; e
- aposta na “dinamização de pequenas fileiras produtivas de base florestal e natural”.

Estas dimensões são recuperadas no **Plano de Ação do Montado - uma paisagem cultural** (Candidatura a Património Mundial), nomeadamente na vertente *A. Vitalidade económica e social do sistema multifuncional agro-silvopastoril*, que se decompõe nos objetivos seguintes com particular relevância para a estruturação e de desenvolvimento da economia rural de Montemor:

1. Sustentabilidade dos recursos, com destaque para a regeneração do coberto arbóreo (azinheira e sobreiro), o equilíbrio entre os usos múltiplos e a preservação de saberes fazer tradicionais ligados ao manejo dos múltiplos recursos.
2. Preservação do capital de conhecimento/competências que os produtores detêm sobre este sistema agro-silvo-pastoril particular, bem como da forma particular que o relacionamento entre proprietários e utilizadores de recursos assume neste ecossistema.
3. Promoção da qualidade dos produtos, dentro das diversas fileiras de produção, com especial destaque para a cortiça e para produções com Denominação de Origem Protegida (DOP), e da inovação nas cadeias de valor, incluindo ao nível organizacional.
4. Reforço das condições de vida das populações, garantindo o acesso a serviços de natureza social e cultural, essenciais para o seu bem-estar.

O conjunto de apostas estratégicas identificado para o complexo agroflorestal de Montemor-o-Novo beneficia da proximidade a importantes recursos de conhecimento e inovação Sistema Regional de Transferência de Tecnologia (SRTT) e Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo (PCTA) e da disponibilidade e qualidade dos recursos naturais, de importância decisiva para o reforço da cadeia de valor e para garantir a sustentabilidade, qualidade e genuinidade das produções. As estruturas ecológicas e dos recursos naturais (solo, água, biodiversidade e ecossistemas, com destaque para o montado), constituem um capital territorial de importância decisiva que poderá contribuir para o crescimento sustentável, a qualidade e a genuinidade das produções primárias.

Não obstante o potencial produtivo e o crescimento do VAB no setor “Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados” entre 2007 e 2014 (27,9%) que evidencia uma evolução muito favorável no contexto regional e sub-regional, a concretização deste Objetivo tem sido limitada pela ausência de infraestruturas especializadas de apoio ao sistema produtivo (recorrentemente referidas como estratégicas para reforçar a cadeia de valor da fileira agroalimentar) e pelo reduzido investimento na inovação produtiva.

Este Objetivo Específico, determinante para o desenvolvimento económico do Concelho, pressupõe a realização das intervenções identificadas como necessárias cuja dimensão/montante de investimento pressupõem uma atuação voluntarista das políticas públicas setoriais a nível regional (ampliação da rede de rega, plataformas logísticas agroalimentares, discriminação positiva de investimentos produtivos e atração de investimentos exógenos - nacionais e estrangeiros), mas também na abordagem dos incentivos ao investimento e na facilitação por parte do Município de processos e encargos de licenciamento e de fiscalidade.

Num cenário de não realização dessas intervenções, é necessário avaliar quais os passos intermédios de concretização, avaliação que deverá contribuir para definir, ao nível dos domínios de intervenção e, conseqüentemente dos projetos, outras alternativas e prioridades, norteadas pela pequena escala, com menor potencial de dinamização da economia e de geração de empresa.

✓ **Objetivo Específico 1.2. Incrementar a diversificação e a competitividade das atividades económicas e do tecido empresarial.**

A par da reestruturação dos setores produtivos mais tradicionais, com margem de crescimento e evolução na cadeia de valor, importa estimular o desenvolvimento empresarial em setores emergentes com potencial impacto na criação de riqueza e de emprego, nomeadamente, aqueles aos quais são reconhecidas potencialidades de Montemor-o-Novo no quadro de especialização regional e com impacto no desenvolvimento da economia urbana. Como setores a privilegiar, que poderão ser objeto de discriminação positiva, destacam-se os seguintes:

- (i) as indústrias culturais e criativas e os serviços associados à fruição cultural, de lazer e turística (animação cultural e turística, restauração e hotelaria, agroturismo, ...) que são atividades que beneficiam da existência de recursos no Concelho, bem como de experiência de aproveitamento, e que oferecem margem de progressão pela procura consolidada de nichos de mercado (turismo cultural, gastronomia, enoturismo, turismo cinegético, turismo religioso, ...). Também devem ser exploradas as oportunidades de relação com o PCTA nas

áreas das TIC-Web design, na esfera das expressões culturais e de aproveitamentos da cortiça;

- (ii) as atividades da economia verde que promovam a eficiência no uso dos recursos e contribuam para a sustentabilidade do território e da economia local (energias renováveis e eficiência energética, eficiência hídrica, gestão dos ecossistemas, recolha e tratamento de resíduos, reabilitação urbana, produção biológica e ambientalmente responsável e serviços e valências da economia do carbono);
- (iii) empresas de base tecnológica em setores como a indústria automóvel e aeronáutica, com maior presença nos principais centros industriais mais próximos. Trata-se de atividades em que as empresas fornecedoras de grandes unidades (p.ex., Embraer e outras instaladas em Évora e na AutoEuropa), pretendem estar próximas das mesmas num modelo que remete para o “just in time”.

A captação destas dinâmicas afigura-se, igualmente, interessante na ótica de uma componente de função residencial que responde à procura de habitação de qualidade por parte dos quadros médios e superiores que trabalham nessas médias e grandes empresas, os quais não se deparam com respostas satisfatórias em Évora (inexistentes e/ou com encargos elevados), proporcionando oportunidades de reabilitação e regeneração urbana em Montemor-o-Novo.

A necessidade de reforçar a estrutura económica e o tecido empresarial local pode ser abordada em duas perspetivas complementares através: da qualificação e modernização das atividades/empresas existentes (suportadas na incorporação de inovação e tecnologia nos processos produtivos), determinantes para melhorar a capacidade empresarial e contribuir para o sucesso dos processos de reestruturação económico-produtiva e ascensão na cadeia de valor; e do fomento de novas iniciativas empresariais, para renovação dos fluxos de criação de riqueza e de emprego.

↪ **Objetivo Geral 2. Ampliar a centralidade e competitividade da Cidade de Montemor-o-Novo no espaço regional e nacional.**

Trata-se de conduzir a Cidade a um nível superior de importância na rede urbana regional e afirmar o seu posicionamento como Centro Estruturante do Alentejo Central, mas também de reforçar o seu papel como polo motor/dinamizador (nas vertentes económica e de melhoria das condições de vida) do seu território de influência mais direto, designadamente as freguesias rurais, contribuindo para os objetivos da coesão territorial.

Este **Objetivo Geral** comporta os seguintes Objetivos Específicos:

✓ **Objetivo Específico 2.1. Promover a qualificação e o reforço das funções especializadas de Montemor-o-Novo.**

Este Objetivo Específico tem em vista alargar o espaço de influência de Montemor-o-Novo para além do território concelhio e afirmar a Cidade como centro económico, cultural e de lazer do Alentejo Central.

O alargamento do espaço de influência para além do território concelhio exige o reforço funcional da Cidade de Montemor fomentando o surgimento de funções centrais em termos de indústria, comércio e serviços especializados que favoreçam o desenvolvimento dos setores estratégicos para Montemor e com capacidade de crescimento (cultura, lazer e turismo centrados no património natural e cultural) e que lhe permitam ganhar protagonismo/centralidade no espaço regional.

A definição clara de quais são os setores estratégicos a assumir, nomeadamente, na vertente da economia urbana, deverá contribuir para estabilizar os projetos e as funções especializadas a promover no horizonte 2025.

Considerando a sua localização privilegiada no principal eixo de desenvolvimento regional, da proximidade e boa acessibilidade a Lisboa e Évora, bem como o potencial produtivo na área do agroalimentar, a Cidade poderá vir a ganhar protagonismo e centralidade como centro económico, se criar condições diferenciadoras de suporte ao desenvolvimento económico e empresarial (infraestruturas e serviços de acolhimento empresarial qualificadas, de especialização produtiva, de realização de eventos económicos, etc.).

A Cidade possui condições para reforçar a sua esfera de influência como centro de cultura, nomeadamente, as dinâmicas de produção e animação cultural existentes, dotadas de capacidade de projeção e atração externa e uma política de valorização da cultura como fator de desenvolvimento económico e social e de afirmação da sua imagem identitária no exterior. Este valor de especialização, poderá beneficiar da proximidade a Évora explorando uma maior complementaridade ao nível da programação de eventos culturais e da oferta de produtos de turismo cultural.

A presença de outros valores/ativos com procura crescente (produtos locais, gastronomia regional e vinhos, ambiente urbano atrativo e com identidade regional, património construído e espaços nobres para a realização de atividades culturais e de lazer), deverão contribuir para que Montemor se constitua, simultaneamente, como centro de lazer com amenidades associadas ao consumo cultural, beneficiando principalmente da proximidade e boa acessibilidade a Lisboa, o maior mercado consumidor de cultura e lazer.

Com o reforço de funções qualificadas que contribuam para a especialização produtiva e como centro de cultura, lazer e turismo cultural, simultaneamente, pretende-se dinamizar a economia urbana e reforçar a importância da Cidade como centro urbano.

O desenvolvimento do turismo cultural, contudo, confronta-se com as deficientes condições de fruição turística de alguns dos principais elementos do património e com a escassez de recursos financeiros que permitam acrescer a curto prazo a oferta de produtos turísticos. Neste domínio, a prioridade deve ser dada às intervenções que, simultaneamente, terão maior impacto na dinamização das atividades associadas ao lazer e consumo cultural que possam atrair outros públicos (que não apenas turistas) e dinamizar a economia urbana (restauração, eventos ...).

A reabilitação do Convento da Saudação assume, nesta perspetiva, particular relevância para Montemor, tendo em vista da futura instalação do Centro Nacional de Artes Transdisciplinares - CNAT.

Paralelamente, importa estabelecer prioridades sobre uma lista de outras intervenções no domínio do património classificado tendo presente como principais critérios o potencial de uso e valorização/retorno económico e a notoriedade externa associada. Entre essas intervenções contam-se: a reabilitação do Teatro Curvo Semedo, a reabilitação do Castelo para visitaçao e realizaçao de atividades e eventos culturais e a reabilitação dos conventos de São Francisco e de São Domingos.

A aplicação daqueles critérios deverá partir de uma avaliação de custos e de impacto previsível.

✓ **Objetivo Específico 2.2. Promover a criação de um ambiente urbano de excelência.**

O reforço da centralidade e competitividade de Montemor-o-Novo exige que a Cidade se prepare para responder não só aos desafios da competitividade económica, mas também da modernização e sustentabilidade urbanas e elevação dos padrões de vida dos residentes, criando condições para a fixação de novas atividades e residentes e para a atração de visitantes. Em causa está a necessidade de reestruturação física e funcional da Cidade e das suas centralidades internas garantindo elevados níveis de qualidade urbanística e ambiental, de qualificação de espaços nobres com qualidade e imagem identitária, de promover o acesso à habitação e aos serviços de proximidade qualificados, bem como a adoção de soluções inovadoras, mais sustentáveis e eficientes, em matéria de mobilidade, utilização de recursos e de serviços urbanos.

A regeneração urbana integrada da Cidade, aliando a reabilitação e reestruturação física e funcional à dinamização das suas funções económicas, culturais e de lazer e turismo, deverá ocupar um lugar central na concretização deste Objetivo Específico.

Montemor dispõe de uma vertente de recursos crescentemente valorizada em várias abordagens do Alentejo¹⁷ (as ambiências urbanas e de paisagem), um recurso de excelência na ótica do lazer e cuja fruição beneficia da existência de uma relação de grande proximidade com a procura metropolitana gerada a partir de Lisboa.

Mesmo no contexto urbano, e para além do equilíbrio arquitetónico, sobretudo, do Centro Histórico, acresce a presença do Rio Almansor cuja recuperação de margens, há muito identificada, deverá contribuir para ampliar a oferta de lazer e fruição da natureza da Cidade.

Paralelamente, existem recursos de património histórico e arqueológico de matriz megalítica com condições para integrar com riqueza de elementos diferenciadores a Rota do Megalitismo do Alentejo Central.

Estes objetivos deverão ser acompanhados por uma preocupação transversal de promover o posicionamento de Montemor-o-Novo no âmbito do Projeto Smart Region Alentejo Central, através da identificação e implementação de soluções Smart City. A adoção de soluções inteligentes e o incremento da utilização das TIC deverá ser potenciado e estimulado, na medida em que constitui um forte contributo para:

- modernizar e tornar mais eficientes os serviços públicos e o uso dos recursos;
- dinamizar as atividades de criação e animação cultural e turística, bem como os serviços de animação da economia urbana;
- promover a cooperação entre agentes e o trabalho em rede facilitando fluxos de informação;
- facilitar o acesso à informação e a serviços por parte de um número alargado de cidadãos, empresas e outros agentes, estimulando a respetiva interação com o Município, a cidadania e o acompanhamento ativo das dinâmicas de desenvolvimento concelhio, bem como a qualidade de vida dos cidadãos.

A sua adoção deverá ser equacionada principalmente ao nível de dois domínios de intervenção e formulação de projetos: (i) Inovação e modernização das atividades económicas e do tecido empresarial, dos serviços e infraestruturas urbanos; e (ii) Governação e gestão do território.

¹⁷ O PAR Alentejo 2020 insere na Visão estratégica uma referência à mais valia ambiental da Região que integra também a formulação de uma das 5 Prioridades de Intervenção regional no horizonte 2020: *Renovação da base económica sobre os Recursos Naturais e excelência ambiental da Região*.

2. DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO

A concretização da Matriz de objetivos descrita pressupõe uma intervenção concertada e coordenada do Município e de outros agentes locais, num conjunto de Domínios de intervenção, de carácter transversal, com incidência e impacto diferenciado na concretização dos Objetivos Gerais e Específicos formulados para o Modelo de Intervenção Estratégica:

↳ **D1. Qualificação e infraestruturação do território.**

Este Domínio de intervenção está orientado para promover a competitividade territorial e a atração de investimento, de atividades e de residentes.

Não obstante o posicionamento territorial competitivo e a presença de recursos e dinâmicas com potencial para aprofundar a especialização produtiva e assegurar os níveis de crescimento e desenvolvimento ambicionados, o Concelho confronta-se atualmente com um nível reduzido de investimento e com a ausência de equipamentos e infraestruturas dotadas de atratividade específica, ou seja, estratégicas e fundamentais para suportar o fomento das dinâmicas económica e cultural. A inversão da tendência de declínio económico e demográfico do Concelho e da Cidade, num quadro de crescente competitividade territorial dos territórios vizinhos, revela-se exigente no que respeita:

- (i) às infraestruturas e aos equipamentos de suporte à especialização e desenvolvimento das dinâmicas produtivas;
- (ii) à viabilização de projetos determinantes para concretizar a ambição de afirmar Montemor como Centro de Cultura; e
- (iii) à reabilitação dos principais valores do património histórico e cultural e dos espaços nobres da Cidade, com capacidade de afirmação da imagem identitária de Montemor-o-Novo e de atração turística.

A escassez de recursos financeiros e o elevado montante dos investimentos em causa obriga a uma maior seletividade dos mesmos, em função do seu contributo para os objetivos estratégicos formulados e à dinamização de soluções de parceria de projeto.

Neste Domínio de intervenção será fundamental ponderar os seguintes objetivos operacionais:

- Ampliar a capacidade de acolhimento empresarial, procurando melhorar a excelência das áreas de localização de empresas e dos serviços prestados, de molde a aproveitar a posição geoestratégica do Concelho e o papel destas infraestruturas na atração de novas empresas e de investimentos.

- Criar e qualificar infraestruturas estratégicas de suporte à transformação das produções primárias e ao alargamento da cadeia de valor, principalmente do agroalimentar, e desenvolver o regadio, fundamental para o incremento e diversificação da produção de hortícolas frescos e de horto-industriais.

Face à incapacidade demonstrada até agora de investimento dos atores públicos e privados na concretização e qualificação de infraestruturas especializadas, é necessário identificar seletivamente quais são as infraestruturas imprescindíveis para concretizar as estratégias de reestruturação económico-productiva e de estruturação do cluster agroalimentar bem como avaliar a viabilidade da sua concretização, a qual pode obrigar a ponderar alternativas e outras configurações, ao nível dos domínios de intervenção.

- Dotar a Cidade de condições para o desempenho de funções e atividades de nível superior que a projetem como centro económico e cultural e acresçam a sua centralidade no espaço regional, nomeadamente, através da adaptação de espaços para a realização de eventos económicos e culturais, reabilitação e melhoria das condições de visitaçao e fruição do património histórico-cultural com potencial de atração turística e/ou de acolhimento de novas funções culturais.

Em idêntico sentido, seria também importante qualificar as envolventes de alguns monumentos classificados de Montemor cuja localização permite uma interessante tomada de vistas sobre a paisagem alentejana e da Península de Setúbal, permitindo uma visitaçao dinâmica por parte de nacionais e estrangeiros. A melhoria das condições de visitaçao e fruição do património (urbano e rural) poderá alimentar a atividade de serviços de restauraçao, animaçao e outros com alguma relevância para a iniciativa empresarial, a atividade económica e o emprego¹⁸.

- Promover a reestruturação funcional da Cidade integrando plenamente a Avenida Gago Coutinho como eixo estruturante da vida urbana.
- Promover a reabilitação urbana dos espaços públicos, em particular: dos espaços nobres da Cidade; do parque edificado destinado à habitação, serviços e equipamentos com impacto na elevação dos padrões de vida dos residentes; e das infraestruturas de apoio à urbanização,

¹⁸ A impossibilidade de concretização de investimentos determinantes para a afirmação de Montemor como centro de cultura, de lazer e turismo de património natural e cultural (o caso da reabilitação do Convento da Saudaçao e da instalaçao do CNAT, é paradigmático), induz a necessidade de avaliar cenários e estabelecer opções face às perspetivas que têm sido identificadas: Reabilitação do Castelo, dotando-o de condições para vários usos; Reabilitação do Hospital Espírito Santo e Santo André; Reabilitação do Convento de São Francisco; e Reabilitação do Convento de São Domingos.

fundamental para melhorar as condições de vida e para dinamizar a regeneração e a competitividade da Cidade.

↪ **D2. Inovação e modernização das atividades económicas e do tecido empresarial, dos serviços e infraestruturas urbanas.**

Este Domínio de intervenção tem em vista promover a competitividade e a sustentabilidade da economia e do desenvolvimento urbano, bem como, relançar perspetivas de futuro, num território e numa sociedade em rápido processo de mudança/adaptação a novos paradigmas.

Neste Domínio de intervenção será fundamental ponderar os seguintes objetivos operacionais:

- Reforçar a interação entre os recursos de conhecimento e inovação regionais e o tecido empresarial, como forma de criar um ambiente favorável ao desenvolvimento tecnológico, à inovação produtiva e ao surgimento de produtos de qualidade e diferenciados, à melhoria do desempenho ambiental das empresas e à adoção de práticas sustentáveis de exploração agrícola, pecuária e florestal, mitigadoras de riscos ambientais e de degradação dos recursos.
- Dinamizar as articulações dos recursos e atividades das freguesias rurais no âmbito da implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local dos Grupos de Ação Local (GAL) Monte e Terras Dentro, nomeadamente, nas esferas dos circuitos de comercialização e da segurança alimentar.
- Promover os produtos locais de qualidade e diferenciados, investindo na sua valorização, procurando aperfeiçoar a integração nos circuitos de comercialização existentes e explorando novas formas de relação com o mercado que permitam melhorar os rendimentos dos produtores diretos e revitalizar a economia das freguesias rurais portadoras de recursos e tradições produtivas de excelência.
- Apoiar a modernização, a criação e consolidação de Micro e PME's incluindo iniciativas para a capacitação de empresários e empreendedores e incentivar e apoiar o empreendedorismo empresarial, principalmente nos setores de especialização produtiva e funcional. Para a configuração realista deste Objetivo operacional importa ter estabilizado o tipo e conteúdos de participação de Montemor-o-Novo nos Programas intermunicipais do ITI AC, sendo desejável combinar a mobilização e aproveitamento de instalações existentes (algumas devolutas, fruto do declínio económico das empresas/proprietários) com as necessidades de instalação logística mínima de iniciativas de projetos, em fase de amadurecimento.

- Incentivar as atividades de criação e animação cultural e artística, promover a oferta e qualificação do tecido comercial e dos serviços de animação económica e turística (restauração, eventos, informação e animação turística...) como forma de desenvolver a economia urbana, reforçar a imagem identitária e a notoriedade de Montemor como centro de cultura e indústrias criativas, de lazer e de turismo de património, natural e cultural.

A concretização deste objetivo operacional constitui um campo privilegiado para a promoção de soluções inteligentes, p.ex., no desenvolvimento de conteúdos para a promoção do comércio e divulgação de iniciativas dos comerciantes (com a ACDE, parceiro do Projeto Smart Region Alentejo Central); na qualificação e modernização de infraestruturas e equipamentos culturais e turísticos, através da criação e disponibilização de conteúdos digitais com interesse turístico e cultural, bem como da criação de agenda cultural eletrónica e de mecanismos de divulgação e alertas para residentes e visitantes, entre outras iniciativas.

- Adotar soluções inovadoras e exemplares para o uso e gestão eficiente de recursos e serviços urbanos (mobilidade e transportes, produção de energias renováveis e redução do consumo de energia, redes e sistemas de suporte à urbanização e gestão urbana e gestão de resíduos). A melhoria da eficiência destes serviços poderá ser conseguida através do investimento nas TIC e em soluções inteligentes. No entanto, a participação do Município no Programa Intermunicipal “Eficiência na iluminação pública e de edifícios públicos” candidatado no quadro do PDCT/ ITI do Alentejo Central visando a iluminação pública inteligente dos principais espaços públicos (largos/praças), bem como a identificação de outros projetos municipais, carece de diagnósticos especializados nestas áreas.

D3. Governação e gestão do território.

A obtenção de patamares de realização satisfatórios em torno da Matriz de Objetivos Estratégicos definidos, possui uma relação crescente com a melhoria da eficácia e eficiência dos mecanismos de governação e gestão. Entre as dimensões relevantes para a governação e gestão destacam-se: o investimento na programação e gestão das políticas municipais e intermunicipais; a implementação dos instrumentos de desenvolvimento e gestão setorial e territorial; a promoção territorial visando a atração de investimentos e de pessoas; a capacitação e modernização administrativa municipal; e o estabelecimento e dinamização de parcerias/modalidades efetivas de cooperação em torno de programas e projetos relevantes.

Neste Domínio de intervenção será fundamental ponderar os seguintes objetivos operacionais:

- Elaborar os instrumentos municipais de gestão territorial que promovam o ordenamento e gestão do espaço rural (de grande importância para o desenvolvimento rural e do Cluster agroalimentar), o ordenamento, a qualificação e regeneração urbanas. Neste domínio, assumem particular importância a revisão do PDM e a elaboração de outros Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) que integrem e compatibilizem as políticas e opções setoriais municipais e nacionais, de desenvolvimento rural e urbano e que criem condições para a participação de particulares (proprietários, empresários e investidores) nos processos de planeamento e na execução das políticas.
- Tendo presente o papel central da Cidade na Estratégia de Desenvolvimento, o Município promoveu a elaboração das Operações de Reabilitação Urbanas para as ARU delimitadas na Cidade: ARU do Castelo e Arrabalde, ARU da Avenida e Antigo Campo da Feira e ARU de S. Pedro, as quais se revestem de grande importância para a prossecução do Objetivo “ampliar a centralidade e competitividade da Cidade”.

Estes instrumentos deverão propor soluções de valorização integrada do conjunto do suporte físico urbano (parque edificado, infraestruturas e espaços públicos, condições ambientais e paisagísticas) e de promoção do desenvolvimento funcional, cultural, social e económico da Cidade, envolvendo, no plano operacional, os diversos agentes territoriais (públicos, privados e associativos).

- Promover a coordenação estratégica dos investimentos, da intervenção dos vários “stakeholders” e da promoção externa cultural e turística, visando a afirmação de Montemor como Centro de cultura, lazer e turismo de património, natural cultural. A criação de uma plataforma multicanal de programação em rede, na dupla perspetiva de comunicação e planeamento da programação (Agenda cultural) poderá servir este objetivo operacional, enquanto fator de dinamização de uma comunidade colaborativa na área da cultura.
- Estabelecer um modelo de gestão das Áreas de Localização Empresarial (da Zona Industrial da Adua) e de outros equipamentos económicos, envolvendo os usufrutuários dos lotes e dos serviços, em soluções de gestão condominial.
- Promover a captação de investimento externo e a mobilização dos recursos de financiamento (público, privado e de parceria) dirigida aos domínios de especialização produtiva e funcional. As ações a realizar no âmbito deste Objetivo operacional deverão constitui um fator chave para aprofundar e impulsionar as dinâmicas locais de atratividade, devendo comportar com particular importância:

- (i) Definir um regime de incentivos municipais e mecanismos de apoio a potenciais investidores.
- (ii) as iniciativas de promoção territorial focalizadas nas vantagens competitivas e nos recursos locais com capacidade concorrencial face a outros territórios e com capacidade de atração de novas atividades, visitantes/turistas e de residentes;
- (iii) a dinamização da participação ativa do Município em redes e parcerias temáticas e territoriais potenciadora de oportunidades de financiamento e mobilização de recursos de investimento, da partilha de meios (públicos e privados) e da integração do Município em dinâmicas de desenvolvimento territorial e setorial, de programação de investimentos e de promoção territorial mais amplas, designadamente:
 - na Rede Corredor Azul que tem como pilares de intervenção para o período 2014-20, a Captação de investimento e o Marketing territorial;
 - na Rede de Cidades Criativas;
 - no âmbito do ITI do Alentejo Central (CIMAC), explorando as oportunidades de financiamento de projetos municipais e os objetivos de participação de Montemor nos projetos e programas intermunicipais, entretanto, definidos e a implementar no horizonte 2020; entre estes salientam-se, enquanto oportunidades interessantes de programação e financiamento de investimentos com relevância estratégica para Montemor: a Criação de uma Rede de Centros Acolhimento Turístico e Interpretativos do Alentejo Central e Alentejo; o Sistema de fruição do Património do Alentejo Central; a Grande Rota do Montado; Programa de Apoio à Criação de PME's; a Criação e dinamização de viveiros de empresas; e o projeto Cultura para Todos - promoção da inclusão social pela cultura; e
 - nas Estratégias de Desenvolvimento Local/DLBC dos GAL Monte e Terras Dentro, explorando as oportunidades de dinamização e financiamento de projetos com impacto no desenvolvimento rural.

No que respeita à programação e à promoção cultural e turística, importa aprofundar com a Entidade Regional de Turismo do Alentejo (ERT) e com concelhos vizinhos (em particular, com Évora) o interesse e viabilidade de integração de produtos culturais e com potencial de atração turística na oferta regional, contribuindo assim para a necessária massa crítica associada ao relançamento de produtos turísticos que combinam património natural e património cultural

com visitação e lazer. Com o mesmo intuito, deverá também ser explorada a possibilidade de realização de eventos (exposições, eventos musicais, outros) em parceria com Évora.

Neste sentido, será importante identificar os elementos do património cultural e natural que reúnem condições objetivas de conteúdo e estado de conservação dos recursos para integrar os produtos turísticos regionais a divulgar/promover pela ERT e no Welcome Centre/Centro Interpretativo do Alentejo Central, a instalar em Évora (projeto Rede de Centros de Acolhimento Turístico e Interpretativos do Alentejo Central - in Programa de Ação do ITI AC).

- Capacitação e modernização administrativa do Município no sentido de reforçar o seu papel nos domínios da promoção e da gestão do desenvolvimento económico e da inovação territorial, enquanto agente facilitador e de molde a assegurar o acompanhamento e monitorização eficaz das políticas municipais.

Entre outras iniciativas, deverá merecer particular atenção a capacitação dos Serviços de Apoio ao Desenvolvimento Económico que se afigura como o instrumento-chave do Município (na atual orgânica municipal) para um papel de dinamizador/facilitador em matéria de desenvolvimento económico, de atração de investimento e de mobilização de recursos de financiamento, igualmente, influenciando internamente a agilização de procedimentos de licenciamento e o encaminhamento de intenções de investimento.

Em idêntico sentido, considera-se importante facilitar a relação com os cidadãos e as empresas, através da disponibilização de serviços *on-line*, da possibilidade de consulta de projetos e planos de desenvolvimento e de ordenamento do território *on-line*, bem como da criação de canais e instrumentos de participação *on-line* de cidadãos e agentes na discussão e definição de políticas municipais e nos processos de tomada de decisão (inquéritos de opinião, recolha de contributos, orçamento participativo, etc.). Alguns projetos neste domínio poderão ser desenvolvidos no âmbito do Programa Intermunicipal de Modernização Administrativa do PDCT/ITI do Alentejo Central.

A monitorização da execução das políticas municipais (incluindo a monitorização física e financeira das realizações e resultados da Carta Estratégica e de outros Programas de Investimento municipal) será também fundamental para uma boa governação.

Paralelamente, devem ser sinalizadas outras necessidades no quadro das atuais (e crescentes) competências dos municípios para garantir a eficácia e eficiência governativa, bem como assegurar que o Município tem condições técnicas para acompanhar a execução e a implementação dos instrumentos de gestão territorial, com destaque para as ORU, de grande

importância para a estratégia de desenvolvimento urbano definida, designadamente para promover o envolvimento de particulares (proprietários, empresários e novos investidores) na regeneração urbana.

A criação de uma plataforma para a gestão da reabilitação urbana, promovendo fluxos de informação e a cooperação entre agentes com interesses nesta área (SIG, bolsa de habitação, bolsa de espaços de atividades económicas, informação útil para proprietários e investidores, ...), facilitará a execução e o acompanhamento da implementação dos Programas Estratégicos das ORU.

Na Tabela seguinte apresentam-se as principais áreas de programação estratégica que resultam da relação dos Domínios de Intervenção com os Objetivos Gerais e Específicos (Tabela 1).

Tabela 1: Objetivos operacionais, por Objetivos e Domínios de Intervenção

<i>Objetivos</i>	OG1. Promover o crescimento sustentável da economia concelhia através da reestruturação económica e do incremento das dinâmicas de investimento produtivo		OG2. Ampliar a centralidade e competitividade da Cidade de Montemor-o-Novo no espaço regional e nacional	
<i>Domínios de Intervenção</i>	OE1.1. Promover a estruturação do Cluster agroalimentar e a valorização dos recursos naturais	OE1.2. Incrementar a diversificação e a competitividade das atividades económicas e do tecido empresarial	OE2.1. Promover a qualificação e reforço das funções urbanas especializadas de Montemor-o-Novo (cultura, lazer e turismo/património)	OE2.2. Promover a criação de um ambiente urbano de excelência
D1. Qualificação e infraestruturção do território	<ul style="list-style-type: none"> • Criação e qualificação de infraestruturas estratégicas destinadas à transformação das produções primárias e alargamento da cadeia de valor. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação da capacidade de acolhimento empresarial, procurando melhorar a excelência das áreas de localização empresarial e dos serviços prestados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Dotação da Cidade com condições para o desempenho de funções e atividades de nível superior que a projetem como centro económico e cultural e acresçam a sua centralidade no espaço regional. <p>Trata-se de criar novos espaços para eventos económicos e culturais, reabilitar o património com potencial de atração turística e/ou de animação cultural.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reabilitação urbana dos espaços públicos, em particular dos espaços nobres da Cidade, do parque edificado destinado à habitação, serviços e equipamentos com impacto na elevação dos padrões de vida dos residentes e das infraestruturas de apoio à urbanização. • Reestruturação funcional da Cidade integrando plenamente a Avenida Gago Coutinho, como eixo estruturante da vida urbana.

Carta Estratégica Montemor-o-Novo 2025

Objetivos	OG1. Promover o crescimento sustentável da economia concelhia através da reestruturação económica e do incremento das dinâmicas de investimento produtivo		OG2. Ampliar a centralidade e competitividade da Cidade de Montemor-o-Novo no espaço regional e nacional	
Domínios de Intervenção	OE1.1. Promover a estruturação do Cluster agroalimentar e a valorização dos recursos naturais	OE1.2. Incrementar a diversificação e a competitividade das atividades económicas e do tecido empresarial	OE2.1. Promover a qualificação e reforço das funções urbanas especializadas de Montemor-o-Novo (cultura, lazer e turismo/património)	OE2.2. Promover a criação de um ambiente urbano de excelência
D2. Inovação e modernização das atividades económicas e do tecido empresarial, dos serviços e das infraestruturas urbanas	<ul style="list-style-type: none"> • Reforço da interação entre os recursos de conhecimento e inovação regionais e o tecido empresarial, para melhorar: a qualidade e diferenciação dos produtos locais, o desempenho ambiental das empresas e práticas sustentáveis de exploração agrícola, pecuária e florestal. • Dinamizar o aproveitamento de recursos e atividades das freguesias rurais no âmbito da implementação das EDL, nomeadamente, nas esferas dos circuitos de comercialização e da segurança alimentar. • Promover os produtos locais de qualidade, investindo na sua valorização e procurando aperfeiçoar a sua integração nos circuitos de comercialização existentes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à modernização, à criação e à consolidação de Micro e PME's incluindo iniciativas para a capacitação de empresários e empreendedores. <p>(Participação de Montemor nos Programas intermunicipais do ITI AC)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incentivo e apoio ao empreendedorismo empresarial principalmente nos setores de especialização produtiva e funcional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivo às atividades de criação e animação cultural e artística, promover a especialização e qualificação do comércio e os serviços de animação económica e turística (restauração, eventos, informação e animação turística...). 	<ul style="list-style-type: none"> • Adoção de soluções inovadoras e inteligentes para o uso e gestão eficiente de recursos e serviços urbanos (mobilidade e transportes, produção de energias renováveis e redução do consumo de energia, redes e sistemas de suporte à urbanização e gestão urbana e gestão de resíduos)

(Continua)

Tabela 1: Objetivos operacionais por Objetivos e Domínios de Intervenção

(Cont.)

Objetivos	OG1. Promover o crescimento sustentável da economia concelhia através da reestruturação económica e do incremento das dinâmicas de investimento produtivo		OG2. Ampliar a centralidade e competitividade da Cidade de Montemor-o-Novo no espaço regional e nacional	
Domínios de Intervenção	OE1.1. Promover a estruturação do Cluster agroalimentar e a valorização dos recursos naturais	OE1.2. Incrementar a diversificação e a competitividade das atividades económicas e do tecido empresarial	OE2.1. Promover a qualificação e reforço das funções urbanas especializadas de Montemor-o-Novo (cultura, lazer e turismo/património)	OE2.2. Promover a criação de um ambiente urbano de excelência
D3. Governação e gestão do território	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de IGT para o ordenamento e gestão do espaço rural. 	<p>Capacitação administrativa do Município nos domínios da promoção e gestão do desenvolvimento económico enquanto agente facilitador e regulador (Capacitação do Serviço de Apoio ao Desenvolvimento Económico, na orgânica municipal; facilitar a relação com os cidadãos e as empresas, nomeadamente, através, p.ex., da disponibilização de serviços <i>on-line</i>).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de um modelo de gestão das Áreas de Localização Empresarial (da Zona Industrial da Adua) e de outros equipamentos económicos; • Promover a captação de investimento externo e a mobilização dos recursos de financiamento (público, privado e de parceria) dirigida aos domínios de especialização produtiva e funcional <p>(Definição de um regime de incentivos e mecanismos de apoio a potenciais investidores; Marketing territorial orientado para a captação de investimento e a afirmação de Montemor como centro económico; Dinamização da participação ativa do Município em redes e parcerias temáticas e territoriais potenciadora da mobilização de recursos de investimento).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenação estratégica dos investimentos, da intervenção dos vários stakeholders e da promoção externa cultural e turística; • Promover a captação de investimento externo e a mobilização dos recursos de financiamento (público, privado e de parceria) nos domínios da cultura, lazer, turismo e património. <p>(Marketing territorial de suporte a promoção de Montemor como centro de cultura, de lazer e de turismo cultural; dinamização da participação de Montemor nas redes territoriais e de especialização temática a que pertence e nos respetivos Planos de Ação, em particular nos projetos e programas intermunicipais (Redes Corredor Azul e das Cidades Criativas e CIMAC), e aprofundar parcerias com ERT Alentejo e concelhos vizinhos, em particular Évora, em matéria de programação e promoção cultural e turística).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de IGT para o ordenamento, qualificação e gestão urbanas com base numa abordagem territorial de integração e compatibilização das políticas setoriais de desenvolvimento urbano.
	<p align="center">Monitorização da execução das políticas municipais</p> <p align="center">(Incluindo a monitorização física e financeira das realizações e resultados da Carta Estratégica e de outros Programas de Investimento municipal).</p>			

3. GESTÃO E ACOMPANHAMENTO

A gestão e acompanhamento da implementação da Carta Estratégica de Montemor-o-Novo será exigente em termos das condições de operacionalização, em particular, no que respeita:

- à mobilização de recursos, principalmente financeiros;
- à mobilização dos agentes envolvidos (públicos e privados);
- ao acompanhamento da execução dos projetos e iniciativas que concorram para a prossecução da estratégia definida.

Neste enquadramento, que respeita à generalidade do sistema de atores do Concelho, considera-se que será necessário dotar Montemor-o-Novo de competências e meios adequados à governação da Estratégia e dos projetos estruturantes, dando particular atenção à promoção de dinâmicas de parceria estratégica e operacional, com entidades associativas e investidores/ empresas privadas.

Esta abordagem é indispensável também para a implementação de Projetos e Ações que assegurem uma adequada focagem em objetivos e resultados que expressem a concretização gradual do Modelo de Intervenção Estratégica.

Para garantir as condições elementares de eficácia, e tendo presente as limitações da capacidade financeira das entidades envolvidas na concretização das intenções de investimento (designadamente, do Município), considera-se fundamental a afetação da responsabilidade de gestão e acompanhamento da Carta Estratégica a um Núcleo com esta missão específica no seio da estrutura municipal ou com afetação adequada a essa tarefa. Os Serviços de Apoio ao Desenvolvimento Económico, “front office” da relação pública municipal com o tecido empresarial do Concelho e potenciais investidores externos, pela experiência adquirida, constitui uma base de partida consistente, sobretudo, até à entrada em funcionamento da Agência de Investimento.

Neste sentido, propõe-se o reforço da capacitação desta unidade orgânica, dotando-a de condições técnicas, recursos humanos e competências que garantam o adequado desempenho, entre outras, das seguintes funções e responsabilidades:

- Assegurar a coordenação estratégica e a dinamização operacional da implementação da Carta Estratégica;
- Apoiar o executivo municipal na sua relação institucional e de negociação com as tutelas respetivas e outras entidades locais, regionais e setoriais na implementação da Estratégia;

- Assegurar a implementação/execução dos projetos de natureza económica da Carta Estratégica em que o Município é entidade promotora/responsável ou parceira;
- Assegurar a definição e dinamização de um conjunto de medidas que contribuam para melhorar o ambiente de negócios, para que o Município tenha um papel mais ativo no apoio aos empresários e para tornar o Concelho mais “user-friendly” para empresários atuais e futuros;
- Identificar e explorar das melhores alternativas para o financiamento dos projetos identificados;
- Elaborar e acompanhar as candidaturas de projetos relevantes para a concretização do Modelo de Intervenção Estratégica, a programas e outros instrumentos de financiamento;
- Identificar e aproveitar oportunidades geradas pelos programas de ação e iniciativas intermunicipais das entidades de desenvolvimento regional e das redes territoriais e de especialização temática em que Montemor participa (na esfera das iniciativas de desenvolvimento económico);
- Cooperar com a Agência de Promoção Montemor Invest e assegurar a interação com outras entidades de carácter económico, regionais e nacionais;
- Assegurar a execução das ações e projetos de comunicação e marketing da responsabilidade do Município;
- Assegurar a criação e alimentação permanente de um Dispositivo de monitorização da execução da Carta Estratégica e das dinâmicas territoriais.

Este Dispositivo é fundamental para aferir os progressos na realização física da Carta Estratégica, bem como para a avaliar o grau de convergência dos resultados observados com os objetivos e resultados esperados e deverá estender a sua abrangência a outros projetos e programas de investimento com contributos para a implementação do Modelo de Intervenção Estratégica (p.ex., PEDU, Programa de investimentos municipais no quadro do ITI do Alentejo Central, ORU's de Montemor-o-Novo e outras abordagens integradas como as *Grandes Opções do Plano e Orçamento*), contribuindo para o acompanhamento e monitorização eficaz das diversas intervenções municipais.

A criação e a atividade do Núcleo acima referido deve permitir também o reforço da interação do Município com a CIM do Alentejo Central e com a Autoridade de Gestão do POR do Alentejo com responsabilidades na execução e monitorização do ITI do Alentejo Central e do POR Alentejo 2020, bem como com as entidades responsáveis pelas estratégias regionais setoriais, reforçando a capacidade de participação ativa (e colaborativa) do Município no espaço regional.

Na ótica da Monitorização das transformações ambicionadas para os próximos anos, foi construída uma Bateria de indicadores para os quais foram definidas metas que refletem os principais resultados esperados em 2025. Para cada indicador, a tabela contém: a fonte, a situação de partida e a meta estimada para 2025.

Os indicadores para os quais foram definidas metas num horizonte de 10 anos, são aqueles que traduzem as principais transformações que se pretende induzir com a estratégia definida, com os projetos estruturantes e complementares propostos e com as dinâmicas que ocorreram a um nível mais geral.

Com efeito, estas transformações não são alcançadas apenas através dos projetos definidos. A Carta Estratégica não se resume aos projetos definidos, pois define uma estratégia e orientações que devem nortear a intervenção municipal e dos principais atores no sentido de alcançar os resultados esperados, nomeadamente, impulsionada pela dinâmica criada em torno dos projetos propostos.

A avaliação (estratégica) da Carta Estratégica Montemor 2025 deverá ter por base o confronto da situação daqui a 10 anos com as metas propostas, mas também a evolução dos indicadores propostos nas fichas de projeto e análises específicas de compreensão das dinâmicas ocorridas de forma abrangente, principalmente das dinâmicas económicas, envolvendo os atores públicos e privados.

As fichas de projeto (cf. adiante Ponto 4) contêm os resultados e impactos esperados, ou seja, as transformações que se pretende alcançar com os mesmos. Estes efeitos estão traduzidos na proposta de indicadores específicos no campo das fichas “Resultados e impactos esperados”, bem como no sentido em que se pretende que evoluam.

Tabela 2 - indicadores e metas da CED

Resultados esperados	Indicadores	Fonte	Situação de partida			Meta 2025
			Ano	Valor	Unid.	
Atração de investimento	Nº de empresas	INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE).	2015	2.054	Nº	2.260
	VAB das empresas	INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE).	2015	48.304.773	€	65.000.000
	VAB das empresas do Cluster agroalimentar	INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE).	2014	11.571.352	€	12.800.000
Acréscimo da notoriedade e atratividade cultural e turística	Nº anual de visitantes do Posto de turismo	Município de Montemor-o-Novo / Posto de turismo	2016	2.353	Nº	5.500
	Nº anual de visitantes nos locais de visitação ¹⁹	Município de Montemor-o-Novo / Posto de turismo	2016	10.737	Nº	25.000
	Nº de hóspedes nos estabelecimentos de alojamento turístico	INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2015.	2015	13.567	Nº	22.000
	VAB das empresas de atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas (exceto lotarias e outros jogos de aposta)	INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE).	2015	901.568	€	2.000.000
Dinamização da economia urbana	VAB das empresas de alojamento, restauração e similares	INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE).	2015	2.484.901	€	4.000.000
	VAB das empresas de comércio a retalho	INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE).	2015	6.376.995	€	8.000.000
Criação de emprego	Pessoal ao serviço nas empresas	INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE).	2015	4.134	Nº	4.550
Qualificação do emprego	Índice de qualificação do emprego (prof. altamente qualific.+prof. qualific. / prof.semi-qualific.+prof. não qualific.)	INE ou MTSSS/GEP	2015	Disponível mediante pedido		
Atração de novos residentes	População residente no Concelho	INE, Recenseamento da População e Habitação	2011	17.437	Nº	16.000
	População residente entre 25-54 anos	INE, Recenseamento da População e Habitação	2015	6.068	Nº	5.900

¹⁹ O sistema de recolha e registo de dados de visitantes atual contempla os visitantes do Centro Interpretativo do Castelo, do Convento de S. Domingos e da Gruta do Escoural.

Seguidamente, apresentam-se alguns elementos para uma leitura mais compreensiva das metas definidas.

Atrair investimento

- ✓ *Atingir um total de 2.260 empresas em 2025*

Entre 2008 e 2012, os anos mais afetados pela crise, o número de empresas decresceu de forma sistemática (-14,1%). Em 2013 a tendência inverteu-se marcando este ano o início de uma trajetória de recuperação com o crescimento contínuo do número de empresas até 2015, último ano com dados disponíveis. Entre 2012 e 2015, o crescimento foi de 6,6%, mantendo-se o volume de empresas inferior a 2008.

O número de empresas em 2015 era 2.054. A meta proposta traduz a ambição de aumentar este número em 10% face a 2015.

- ✓ *O VAB das empresas deverá atingir os 65.000.000 euros em 2025*

Entre 2008 e 2015 este indicador teve uma evolução irregular, mas onde é evidente uma tendência geral de decréscimo, que se traduziu numa variação de -25%. Entre 2013 e 2015, ao contrário do indicador número de empresas e de outros indicadores económicos analisados que neste período revelaram sinais de recuperação, o VAB das empresas decresceu 10%.

Em 2015 este valor era de 48.304.733 euros, o valor mais baixo registado entre 2008 e esta data. A meta proposta para 2025 traduz uma inversão desta tendência e a ambição de recuperar para valores próximos dos registados em 2008 (64.592.017 euros), 2010 (67.294.742 euros) e 2011 (64.602.467 euros). Face a 2015 representa um acréscimo de 34,5%.

- ✓ *O VAB das empresas do cluster agroalimentar deverá atingir os 12.800.000 euros em 2025*

Depois de um período de crescimento entre 2008 e 2010, este indicador interrompeu a trajetória de crescimento 2011 e 2012. Os anos de 2013 e 2014 foram de recuperação sendo o valor de 2014 (11.571.352), superior em 51% a o valor de 2008.

Esta evolução traduz a evolução positiva do setor do agroalimentar e acompanhou a evolução do número de empresas, com acréscimos sucessivos entre 2013 e 2015 e que em 2015 ultrapassou o número registado em 2008. O peso do VAB das empresas do cluster agroalimentar no VAB total das empresas tem vindo a crescer situando-se em 2014 nos 22%, quando em 2008 era apenas 12%.

A meta proposta para 2025 traduz uma perspetiva de continuidade da evolução favorável deste setor e um acréscimo de 10,6% face a 2014. Conjugadamente com a evolução do VAB total das empresas, esta evolução corresponde a um reforço do peso das atividades agroalimentares no Concelho.

Aumentar a notoriedade e atratividade cultural e turística

- ✓ Atingir os 5.500 visitantes (valor anual) no Posto de Turismo em 2025

Entre 2014 e 2016 o número de visitantes no Posto de Turismo cresceu 104% e entre 2015 e 2016, cerca de 92%.

A meta proposta para 2025 traduz um acréscimo de 134% relativamente a 2016.

A meta relativa ao número de visitantes para o Alentejo Central definida no Plano de Ação do ITI para 2023 corresponde a um acréscimo de 160% entre 2018 e 2023.

- ✓ Atingir os 25.000 visitantes (valor anual) nos locais de visitação em 2025

Entre 2015 e 2016, o número de visitantes no Centro Interpretativo do Castelo, Gruta do Escoural e Convento de S. Domingos, cresceu 29,2%; sendo bastante positivo, revela uma reduzida capacidade de atração destes locais de visitação, face ao número de turistas que procuram informações no Posto de Turismo.

A meta proposta para 2025 corresponde a um acréscimo de 133% face a 2016.

- ✓ Atingir os 22.000 hóspedes (valor anual) nos estabelecimentos de alojamento turístico em 2025

Entre 2013 e 2015, o número de hóspedes cresceu 26,5%.

A meta proposta para 2025 corresponde a um acréscimo de 62% face a 2015.

- ✓ O VAB das empresas de atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas deverá atingir os dois milhões de euros em 2025

Em 2015 este valor era inferior a um milhão de euros (901.568 euros).

Entre 2008 e 2012 este indicador acompanhou a tendência geral de decréscimo do VAB das empresas, apresentando um decréscimo de -18,4%. Entre 2012 e 2015 verificou-se uma recuperação continuada deste indicador que se traduziu num acréscimo de 76,2% nestes 3 anos. Em 2015 o VAB era já superior ao de 2008 em 43,8%. Este setor revelou, assim, um comportamento favorável e contrário ao do VAB total das empresas, que apresentou decréscimos sistemáticos entre 2013 e 2015.

A meta proposta para 2025 corresponde a um acréscimo de 122% face a 2015.

Para atingir as metas propostas, será fundamental: a reabilitação dos principais valores do património edificado (Castelo, Convento da Saudação, Convento de S. Francisco e Convento de S. Domingos), a abertura de novos locais de visitação dos edifícios e dos espaços públicos na zona histórica, a melhoria das condições de visitação e usufruto do património edificado e natural, a intensificação da atividade

cultural e artística e a realização de espetáculos e eventos; e a divulgação e promoção turística do património cultural e natural.

Dinamização da economia urbana

- ✓ O VAB das empresas de alojamento, restauração e similares, deverá atingir os 4.000.000 euros em 2025

Em 2015 este valor era de 2.484.901 euros.

Entre 2008 e 2013, este indicador sofreu um decréscimo de -51%. Os anos de 2014 e, principalmente, 2015 foram de recuperação ao contrário do verificado no VAB total das empresas que sofreu decréscimos sucessivos no mesmo período. Apesar da evolução favorável nestes 2 anos, traduzida num acréscimo de 18,9%, o valor deste indicador mantém-se em 2015 ainda bastante inferior ao verificado em 2008.

A meta proposta corresponde a um acréscimo de 61% entre o ano de partida (2015) e 2025 e equivale a recuperar o valor de 2009 deste indicador.

- ✓ O VAB das empresas de comércio a retalho, deverá atingir os 8.000.000 euros em 2025

Em 2015 o VAB das empresas de comércio a retalho era de 6.376.995 euros.

Entre 2009 e 2013 o VAB destas empresas decresceu 20%. Os anos de 2014 e 2015 foram de recuperação, ao contrário do verificado no VAB total das empresas que sofreu decréscimos sucessivos neste mesmo período. Apesar da evolução favorável nestes 2 anos (+8%), este valor mantém-se em 2015 ainda inferior ao verificado em 2008.

A meta proposta para 2025 corresponde a um acréscimo de 25,5% face a 2015.

Para atingir estas metas, será fundamental a dinamização das atividades turísticas e culturais com impacto esperado na atração de visitantes, a atração de investimento e a criação de emprego com impacto nos serviços à população e empresas especializadas do comércio.

Criação de emprego

- ✓ Aumentar para 4.550 o volume de pessoal ao serviço nas empresas em 2025

O pessoal ao serviço nas empresas em 2015 era 4.134, menos 20% que em 2008.

Entre 2008 e 2013, este indicador sofreu um decréscimo de 21,8%. Os anos de 2014 e 2015 foram de recuperação, embora muito fraca, já que a variação foi apenas de 2,4% entre 2013 e 2015. Apesar da recuperação, o pessoal ao serviço nas empresas, em 2015 era ainda inferior ao verificado em 2008.

Este indicador teve uma evolução mais desfavorável quando comparado com a evolução do número de empresas. Após um período de decréscimo sistemático, a recuperação iniciou-se em 2013 tendo o número de empresas aumentado 6,6% entre 2012 e 2015.

A meta proposta para 2025 traduz um acréscimo de 10% face a 2015

Atração de novos residentes

- ✓ A população residente no concelho deverá situar-se nos 16.000 habitantes em 2025

A população residente em 2011 era 17.437, menos 6,1% que em 2001. Em 2015, de acordo com as estimativas do INE, situava-se nos 16.323, menos 5,5% que em 2011.

O concelho tem vindo a perder população nos últimos 15 anos de forma continuada, pelo que a meta traduz a ambição de reduzir o ritmo de perda de população e significa um decréscimo de apenas 2% relativamente a 2015.

A atração de investimento e de empresas, a criação de emprego e a criação de um ambiente urbano de excelência serão condições fundamentais para reter e atrair população.

- ✓ A população residente no concelho entre 25 e 54 anos deverá situar-se nos 5.900 habitantes em 2025

A população deste grupo etário em 2011 era 6.610, menos 2% que em 2001. Em 2015, de acordo com as estimativas do INE, situava-se nos 6.068, menos 8,2% que em 2011.

A perda de população deste grupo etário agravou-se entre 2011 e 2015, pelo que a meta traduz a ambição de reduzir esse ritmo de perda e significa um decréscimo de apenas 2,8% em relação a 2015.

4. PROJETOS

Esta secção contém a identificação de projetos, iniciativas e ações que, nos três grandes Domínios de Intervenção, contribuem para materializar a Árvore de Objetivos (gerais e específicos) da Carta Estratégica (cf. Tabelas 3 e 4), bem como a sistematização de conteúdos das Fichas de Projeto que lhe dão corpo.

Os projetos foram agrupados em duas categorias em função da sua relevância estratégica: *Projetos Estruturantes* e *Projetos Complementares*.

Tabela 3: Listagem de Projetos por Domínio de Intervenção

Domínios de Intervenção	Projetos estruturantes	Projetos complementares
<i>D1. Qualificação e infraestruturização do território</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de uma Nova Área Empresarial. • Reabilitação do Convento da Saudação, adaptação e equipamento para instalação do CNAT. • Reabilitação e valorização do Castelo. • Reabilitação do Convento de São Francisco. • Recuperação e valorização paisagística das margens do rio Almansor no troço que integra o perímetro urbano. • Qualificação de espaços exteriores na Cidade de Montemor-o-Novo 	<ul style="list-style-type: none"> • Fileira da Carne - Dinamização de Casa de Abate para pequenos produtores. • Definição e dinamização de percursos locais a integrar na Rota do Montado. • Definição e dinamização de percursos locais a integrar na Rota do Megalitismo. • Definição e dinamização de um Roteiro da Pintura mural em Montemor-o-Novo. • Reabilitação do Convento de São Domingos.
<i>D2. Inovação e modernização das atividades económicas e do tecido empresarial, dos serviços e infraestruturas urbanas</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Revitalização do Mercado Municipal. • Realização de um evento de Artes Performativas de Montemor-o-Novo. • Reinstalação, qualificação e modernização do Posto de Turismo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão sustentável dos Recursos do Montado.
<i>D3. Governação e gestão do território.</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Definição e implementação de um novo Modelo de gestão da ZI Adua e de outros espaços económicos. • Criação da Agência de Promoção Montemor Invest. • Montemor - um Sistema Alimentar Local de excelência. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reforço e Capacitação dos Serviços de Apoio ao Desenvolvimento Económico. • Disponibilização de serviços on-line facilitadores da relação entre o Município, os cidadãos e empresas • Criação de um dispositivo de monitorização da execução da Carta Estratégica de Desenvolvimento.

A composição de projetos identificados reflete o papel determinante da iniciativa pública municipal na promoção do desenvolvimento no horizonte da Carta Estratégica. No entanto, e apesar da referida predominância, existem dois grupos de projetos em que se propõe a iniciativa promotora de outras entidades, desde início ou posteriormente na sequência da instalação das mesmas:

- Projetos no domínio do património e da cultura; e

- Projetos no domínio do desenvolvimento económico (promoção/ atração do investimento e gestão de espaços económicos).

Paralelamente, nas fichas de projeto são identificadas as entidades parceiras a envolver na gestão e/ ou implementação dos projetos remetendo para um trabalho de compromisso entre as diferentes entidades parceiras, com base no detalhe das intervenções, dos recursos a envolver (físicos, financeiros, de iniciativa, ...) e na previsão de investimento e, p.ex., de despesas de funcionamento e manutenção.

Tabela 4: Projetos por Objetivos e Domínios de Intervenção

Objetivos	OG1. Promover o crescimento sustentável da economia concelhia através da reestruturação económica e do incremento das dinâmicas de investimento produtivo		OG2. Ampliar a centralidade e competitividade da Cidade de Montemor-o-Novo no espaço regional e nacional	
Domínios de Intervenção	OE1.1. Promover a estruturação do Cluster agroalimentar e a valorização dos recursos naturais	OE1.2. Incrementar a diversificação e a competitividade das atividades económicas e do tecido empresarial	OE2.1. Promover a qualificação e reforço das funções urbanas especializadas de Montemor-o-Novo (cultura, lazer e turismo/património)	OE2.2. Promover a criação de um ambiente urbano de excelência
D1. Qualificação e infraestruturação do território	<ul style="list-style-type: none"> • Fileira da Carne - Dinamização de Casa de Abate para pequenos produtores. • Parque de Leilões de gado - Qualificação do espaço gerido pela APORMOR. 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de uma Nova Área Empresarial. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reabilitação do Convento da Saudação, adaptação e equipamento para instalação do CNAT e realização de eventos culturais. • Reabilitação do Convento de São Francisco. • Reabilitação do Convento de São Domingos (Reabilitação do museu de arqueologia, instalação do Centro de Investigação e Arqueologia Virtual e do Museu da Cidade). • Dinamização de percursos locais a integrar na Rota do Montado, incluindo pontos de interesse associados à produção agroflorestal, envolvendo proprietários e produtores locais. • Dinamização dos percursos e dos pontos de interesse no Concelho a integrar na Rota do Megalitismo. • Definição e dinamização de um roteiro de pintura mural em Montemor-o-Novo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Recuperação e valorização paisagística das margens do rio Almansor no troço que integra o perímetro urbano. • Qualificação de espaços exteriores na Cidade de Montemor-o-Novo.

Carta Estratégica Montemor-o-Novo 2025

Objetivos	OG1. Promover o crescimento sustentável da economia concelhia através da reestruturação económica e do incremento das dinâmicas de investimento produtivo		OG2. Ampliar a centralidade e competitividade da Cidade de Montemor-o-Novo no espaço regional e nacional	
Domínios de Intervenção	OE1.1. Promover a estruturação do Cluster agroalimentar e a valorização dos recursos naturais	OE1.2. Incrementar a diversificação e a competitividade das atividades económicas e do tecido empresarial	OE2.1. Promover a qualificação e reforço das funções urbanas especializadas de Montemor-o-Novo (cultura, lazer e turismo/património)	OE2.2. Promover a criação de um ambiente urbano de excelência
D2. Inovação e modernização das atividades económicas e do tecido empresarial, dos serviços e das infraestruturas urbanas	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto de articulação com PCTA abrangendo a Universidade de Évora, os Centros de I&D+i, e as empresas, nas fileiras das hortofrutícolas, da carne e do montado/cortiça. • Inserção dos produtos de Montemor em circuitos de comercialização. • Gestão sustentável dos Recursos do Sistema de Montado 	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de apoio à modernização, criação e consolidação de Micro e PME's incluindo iniciativas para a capacitação de empresários e empreendedores (Programa intermunicipal do ITI/AC). • Inserção do CAME na rede de viveiros de empresas do Alentejo Central, a criar no âmbito do ITI/AC centrado nos setores de especialização (agroalimentar, setores criativo e cultura, turismo e lazer ...). • Desenvolvimento de conteúdos inteligentes para a promoção do comércio e divulgação de iniciativas dos comerciantes (no âmbito do Projeto Smart Region Alentejo Central) 	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de um Evento de Artes Performativas de Montemor-o-Novo, com capacidade de atração regional/ nacional. • Dinamização do Centro Interpretativo do Castelo na Igreja de São Tiago (no âmbito do Programa de Ação do ITI AC - Centros de Acolhimento Turístico e Interpretativos). • Dinamização do Mercado Municipal, com base num Programa funcional e de animação desta infraestrutura. • Reinstalação, qualificação e modernização do Posto de turismo 	<ul style="list-style-type: none"> • Integração e valorização urbanas da Avenida Gago Coutinho (reforço funcional e animação urbana). • Reabilitação do Mercado Municipal.

(Continua)

Carta Estratégica Montemor-o-Novo 2025

Tabela 4: Projetos por Objetivos e Domínios de Intervenção

(Cont.)

Objetivos	OG1. Promover o crescimento sustentável da economia concelhia através da reestruturação económica e do incremento das dinâmicas de investimento produtivo		OG2. Ampliar a centralidade e competitividade da Cidade de Montemor-o-Novo no espaço regional e nacional	
Domínios de Intervenção	OE1.1. Promover a estruturação do Cluster agroalimentar e a valorização dos recursos naturais	OE1.2. Incrementar a diversificação e a competitividade das atividades económicas e do tecido empresarial	OE2.1. Promover a qualificação e reforço das funções urbanas especializadas de Montemor-o-Novo (cultura, lazer e turismo/património)	OE2.2. Promover a criação de um ambiente urbano de excelência
D3. Governação e gestão do território	<ul style="list-style-type: none"> Gestão sustentável dos Recursos do Sistema de Montado. Montemor - um Sistema Alimentar Local de excelência. 	<ul style="list-style-type: none"> Reforço e capacitação dos Serviços de Apoio ao Desenvolvimento Económico. Definição e implementação do Modelo de gestão da ZI Adua e de outros espaços económicos. Montemor - território atrativo e “user-friendly” para os negócios. Criação da Agência de Promoção Montemor Invest, e elaboração do Plano de Comunicação e Marketing dos recursos de Montemor-o-Novo. 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de uma plataforma multicanal de programação (planeamento e comunicação), fator dinamizador de uma comunidade colaborativa na área da cultura 	<ul style="list-style-type: none"> Criação da unidade de gestão das ORU da Cidade, monitorização e dinamização da sua implementação. (criação de plataforma digital para a reabilitação urbana)
	<ul style="list-style-type: none"> Criação de um dispositivo de monitorização da implementação da Carta Estratégica de Desenvolvimento, e das dinâmicas de desenvolvimento concelhio. Disponibilização de serviços on-line facilitadores da relação entre o Município, os cidadãos e empresas. 			

FICHAS DE PROJETO

Designação		
Criação de uma Nova Área Empresarial		
Memória Descritiva		
<p>A dotação atual de Áreas de Localização Empresarial de Montemor-o-Novo depara-se com problemas de atratividade e de funcionalidade sendo de assinalar também a existência de constrangimentos de natureza ambiental que limitam as potencialidades de expansão da Zona industrial da Adua.</p> <p>Todavia, a estruturação de uma estratégia de atração de investimento, sobretudo, na esfera das atividades emergentes (mais exigentes em matéria de qualidade do espaço e funcionalidades proporcionadas na oferta desse espaço), sugerem a necessidade de dotar o Concelho de uma Nova Área Empresarial.</p> <p>O “layout” da Nova Área Empresarial deverá caracterizar-se pela polivalência, segundo padrões de instalação flexível mais ajustáveis aos perfis de procura que vierem a procurar Montemor-o-Novo.</p>		
Objetivos Específicos		
<ul style="list-style-type: none"> • Garantir padrões elevados e concorrenciais e integrar valência(s) da relação com PCTA Évora. • Atração de investimento; 		
Entidades a envolver		
Entidade Promotora/Responsável	Outras Entidades Parceiras	
Município de Montemor-o-Novo	Agência de Promoção Montemor Invest; Associações Empresariais; PCTA.	
Resultados e Impactos esperados		
<ul style="list-style-type: none"> • Diversificação das atividades económicas; • Instalação de novas unidades empresariais; • Acréscimo do VAB e volume de negócios; • Criação e qualificação do emprego. 		
Enquadramento nos Objetivos da Carta Estratégica		
<p>OG 1. Promover o crescimento sustentável da economia concelhia através da reestruturação económica e do incremento das dinâmicas de investimento produtivo.</p> <p>OE 1.2. Incrementar a diversificação e a competitividade das atividades económicas e do tecido empresarial.</p>		
Relevância estratégica (Estruturante/Complementar)		
Estruturante		
Estimativa de Investimento (quando possível)	Calendarização	
	2017-2020	2021-2025
	X	
Fontes de Financiamento		

Designação

Fileira da Carne - Dinamização de Casa de Abate para pequenos produtores

Memória Descritiva

Os recursos pecuários de Montemor-o-Novo constituem um dos mais valiosos recursos endógenos do Concelho tendo particular relevância na relação com o sistema multifuncional de montado (bovinicultura de carne, porco de montanha e borrego).

Em 2014, a Câmara Municipal tomou a iniciativa de estudar a Viabilidade Técnica-económica e Financeira da criação de um Matadouro que oferecesse condições técnicas para serviços de abate, desmancha, desossagem e embalagem tendo em vista superar fragilidades de elos-chave da fileira da carne. Os cenários trabalhados apontavam para volumes da procura de abate suficientes para justificar o funcionamento do Matadouro com duas linhas independentes (bovinos; e suínos e pequenos ruminantes) mas a perspetiva do estudo de atribuir a exploração do Matadouro a uma sociedade, a constituir por parcerias associativas e privadas com capacidade técnica, conhecimento e experiência setorial, com participação minoritária do Município, não teve sequência.

Paralelamente, as dinâmicas de mercado, pressionadas pela venda em vivo, têm circunscrito as necessidades de abate e transformação aos pequenos produtores.

No entanto, existem necessidades de abate quer da parte de pequenos produtores (para os quais os custos do uso de matadouros da Rede Nacional de Abate são incomportáveis (e desaconselhável pelas distâncias existentes entre as áreas de criação e as unidades de abate), quer pela necessidade de erradicar práticas de abate clandestino existentes na Região. As componentes do projeto Casa de Abate são as seguintes:

- Conceção do “layout” da Unidade com condições de abate adequadas a bovinos, suínos e pequenos ruminantes;
- Soluções técnicas de tratamento de subprodutos e saneamento;
- Salas de desmancha de carcaças;
- Unidades de conservação em frio;
- Meios de transporte.

Objetivos Específicos

- Dotar os pequenos produtores de soluções locais de abate;
- Promover o alargamento da cadeia de valor da fileira da carne;
- Valorizar as produções locais de qualidade.

Entidades a envolver

Entidade Promotora/Responsável	Outras Entidades Parceiras
Município de Montemor-o-Novo	Produtores locais; Associações de promoção da agricultura e do consumo sustentáveis.

Resultados e Impactos esperados

- Sustentabilidade da atividade pecuária de pequena escala;
- Acréscimo das atividades de transformação de carne;
- Acréscimo do VAB na produção e transformação animal;
- Manutenção de níveis de atividade e emprego.

Enquadramento nos Objetivos da Carta Estratégica

OG 1. Promover o crescimento sustentável da economia concelhia através da reestruturação económica e do incremento das dinâmicas de investimento produtivo.

OE 1.1. Estruturação do Cluster agroalimentar e valorização dos recursos naturais.

Relevância estratégica (Estruturante/Complementar)

Complementar

Estimativa de Investimento (quando possível)	Calendarização	
	2017-2020	2021-2025
300.000 €	X	

Fontes de Financiamento

Designação

Definição e dinamização de percursos locais a integrar na Rota do Montado

Memória Descritiva

Identificação dos percursos pedestres e dos locais de produção e venda de produtos, relacionados com o Montado no Concelho a integrar na *Grande Rota do Montado - Travessia do Alentejo Central*.

Trata-se de um projeto intermunicipal do ITI AC que tem como objetivo agregar o conjunto de pequenas rotas municipais e interligar todos os municípios do Alentejo Central de forma a criar uma rede de percursos conexas que integre pontos de interesse do ponto de vista do património natural, cultural, paisagístico e turístico.

Na sua componente municipal, o Projeto contempla a marcação e sinalética dos percursos pedestres, a identificação de locais de produção e venda de produtos (cogumelos, mel e outros), bem como de saberes associados ao Montado, o contacto com proprietários e produtores locais e a identificação de atividades a desenvolver no Concelho para a dinamização turística dos percursos e para a valorização do Montado (atividades pedagógicas, lúdicas e gastronómicas organizadas, etc.). Importa também no âmbito deste projeto criar condições para uma maior utilização da ecopista do Montado.

O Projeto tem sinergias com o Sistema de Fruição do Património Natural e Cultural do Alentejo Central (ITI AC) e com as Ações do Plano de Salvaguarda do Montado (Candidatura do Montado à classificação como Património Mundial pela UNESCO).

Objetivos Específicos

- Valorizar os recursos locais;
- Reforçar a atratividade e as condições de utilização/visitação da Rota;
- Contribuir para a preservação e reforço da identidade local e regional;
- Promover a dinamização das atividades turísticas e da economia local e rural no Concelho.

Entidades a envolver

Entidade Promotora/Responsável	Outras Entidades Parceiras
Município de Montemor-o-Novo	CIMAC; Proprietários dos terrenos e locais de visitação a incluir nos percursos e produtores locais; Agrupamentos escolares; Rede de Cidadania de Montemor-o-Novo e agentes culturais.

Resultados e Impactos esperados

- Acréscimo do número de turistas e de visitantes no Concelho.
- Acréscimo da produ o e consumo dos produtos locais associados ao montado (cogumelos, mel, outros).

Enquadramento nos Objetivos da Carta Estratégica

OG 1. Promover o crescimento sustentável da economia concelhia através da reestrutura o económica e do incremento das din micas de investimento produtivo.

OE 1.1. Estrutura o do Cluster agroalimentar e valoriza o dos recursos naturais.

OG 2. Ampliar a centralidade e competitividade da Cidade de Montemor-o-Novo no espaço regional e nacional.

OE 2.1. Promover a qualifica o e reforço das fun es urbanas especializadas de Montemor-o-Novo (cultura, lazer e turismo/património).

Relevância estratégica (Estruturante/Complementar)

Complementar

Estimativa de Investimento (quando possível)	Calendariza�o	
	2017-2020	2021-2025
	X	

Fontes de Financiamento

POR Alentejo 2020

Designação

Definição e dinamização de percursos locais a integrar na Rota do Megalitismo

Memória Descritiva

Identificação dos percursos pedestres a integrar na Rota do Megalitismo (regional) que deverá agregar o conjunto de percursos municipais e sítios de interesse existentes na região onde se incluem, de forma a criar uma rede de percursos conexas que integre pontos de interesse do ponto de vista do património cultural, paisagístico e turístico. Montemor-o-Novo possui um valioso e vasto património neste domínio, onde se destaca, entre outros monumentos e sítios, a Gruta do Escoural, que importa valorizar e explorar do ponto de vista

Na sua componente municipal, o Projeto deverá contemplar ações como a marcação dos percursos pedestres e dos locais de visita, o contacto com proprietários locais, a sinalização e criação de conteúdos informativos, a identificação de atividades a desenvolver no Concelho com o objetivo de incrementar a visita e a atração turística dos percursos bem como o conhecimento histórico sobre esta temática (atividades pedagógicas, lúdicas e turísticas como a organização de passeios pedestres e de bicicleta promovendo também a utilização da ecovia existente).

O Projeto tem sinergias com o Sistema de Fruição do Património Natural e Cultural do Alentejo Central (ITI AC) e com a criação recente de espaços dedicados ao megalitismo como o Núcleo Interpretativo do Megalitismo em Évora ou o Museu interativo do Megalitismo em Mora.

Objetivos Específicos

- Valorizar os recursos locais do património histórico e cultural;
- Acrescer a atratividade turística dos recursos locais do património histórico e cultural;
- Reforçar a identidade histórica e cultural do Concelho.

Entidades a envolver

Entidade Promotora/Responsável	Outras Entidades Parceiras
Município de Montemor-o-Novo	CIMAC; ERTA; Proprietários locais dos terrenos e locais de visita a incluir nos percursos; Agrupamentos escolares; Rede de Cidadania de Montemor-o-Novo e agentes culturais.

Resultados e Impactos esperados

- Acréscimo do número de turistas e de visitantes no Concelho.

Enquadramento nos Objetivos da Carta Estratégica

OG 1. Promover o crescimento sustentável da economia concelhia através da reestruturação económica e do incremento das dinâmicas de investimento produtivo.

OE 1.1. Estruturação do Cluster agroalimentar e valorização dos recursos naturais.

OG 2. Ampliar a centralidade e competitividade da Cidade de Montemor-o-Novo no espaço regional e nacional.

OE 2.1. Promover a qualificação e reforço das funções urbanas especializadas de Montemor-o-Novo (cultura, lazer e turismo/património).

Relevância estratégica (Estruturante/Complementar)

Complementar

Estimativa de Investimento (quando possível)	Calendarização	
	2017-2020	2021-2025
	X	

Fontes de Financiamento

POR Alentejo 2020

Designação

Definição e dinamização de um Roteiro da pintura mural em Montemor-o-Novo

Memória Descritiva

O Projeto envolve a criação de um roteiro com os exemplares mais significativos de pintura mural em Montemor-o-Novo e a sua integração em circuitos de visitação mais alargados dedicados ao turismo cultural e a esta temática em particular, como a Rota do Fresco.

Montemor-o-Novo dispõe de um importante património de pintura mural que importa valorizar e divulgar, cujo levantamento foi realizado no âmbito do “Programa de Recuperação e Reabilitação do Castelo” e sinalizado no âmbito do projeto de sinalética cultural do Programa *monte mor pedra a pedra*.

Entre os elementos a integrar neste Roteiro destacam-se: a capela do Convento de Nossa Senhora da Saudação, a Ermida de São Pedro, a Igreja de São Tiago, a Capela do Hospital São João Deus, a Igreja Matriz, a Ermida de São Lázaro, a Igreja da Santa Casa da Misericórdia, a Igreja do Calvário, a Igreja de Nossa Senhora da Luz e a Capela de Nossa Senhora da Paz.

A implementação do Projeto passa por dotar estes locais de condições de visitação turística, pela sua divulgação e integração na Rota do Fresco, pela realização de ações de sensibilização e divulgação junto de públicos específicos (p.ex. escolas) e de operadores turísticos, pela organização de visitas guiadas no circuito a definir, o que exige o acordo prévio e a cooperação ativa das entidades proprietárias, principalmente Paróquia e Santa Casa da Misericórdia).

Alguns destes locais necessitam de intervenções de restauro de pinturas e criação de condições de visitação:

- Capela do Convento de Nossa Senhora da Saudação (o projeto de recuperação do Convento inclui uma intervenção no sentido de recuperação das pinturas e criação de condições de segurança e visitação);
- Ermida de São Pedro;
- Ermida de São Lázaro;
- Igreja da Santa Casa da Misericórdia;
- Capela de Nossa Senhora da Paz.

No âmbito do projeto deverão ser desde logo devidamente avaliadas o valor histórico e artístico das pinturas, as necessidades e os custos das intervenções a realizar, bem como definidas as intervenções prioritárias e equacionadas formas de salvaguarda e preservação das pinturas, e também expositivas com recursos às TIC.

O projeto deverá ser desenvolvido de forma faseada incluindo, numa fase inicial, os locais que reúnem condições de visitação. Paralelamente, deverão ser desenvolvidos contactos no sentido de obter uma avaliação rigorosa do valor e possibilidades de reabilitação das pinturas com a DRACA, laboratórios e prestadores de serviços especializados (p.ex., Laboratório Hercules em Évora que possui as valências de investigação e restauro e que tem na sua missão o apoio à proteção do património da Região. Atualmente está em desenvolvimento o Projeto “PINTURA MURAL 2D - Murais em Risco no Alentejo, degradação e diagnóstico” que incide sobre 10 monumentos com pinturas murais nos distritos de Portalegre e Évora).

Objetivos Específicos

- Valorizar recursos locais do património cultural;
- Preservar e reforçar a identidade local e regional;
- Criar fatores de atração turística; e
- Acrescer a notoriedade e a atratividade turística de Montemor-o-Novo.

Entidades a envolver

Entidade Promotora/Responsável	Outras Entidades Parceiras
Município de Montemor-o-Novo	Paróquia; Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo; Laboratório Hercules; SPIRA; ERTA.

Resultados e Impactos esperados

- Acréscimo dos locais com condições de visitação turística;
- Acréscimo do número de turistas e de visitantes na Cidade, com impacto esperado na dinamização das atividades de restauração, hotelaria e comércio local.

Carta Estratégica Montemor-o-Novo 2025

Enquadramento nos Objetivos da Carta Estratégica

OG 2. Ampliar a centralidade e competitividade da Cidade de Montemor-o-Novo no espaço regional e nacional.
OE 2.1. Promover a qualificação e reforço das funções urbanas especializadas de Montemor-o-Novo (cultura, lazer e turismo/património).

Relevância estratégica (Estruturante/Complementar)

Complementar

Estimativa de Investimento (quando possível)	Calendarização	
	2017-2020	2021-2025
	X	

Fontes de Financiamento

POR Alentejo 2020

Poderão ser exploradas formas de financiamento alternativas (mecenas e patrocínios, apadrinhamento de obras, linhas específicas de financiamento através de projetos de investigação científica).

Designação		
Reabilitação do Convento da Saudação, adaptação e equipamento para instalação do CNAT		
Memória Descritiva		
<p>Com este Projeto pretende-se promover a recuperação e ampliação do edifício do Convento da Saudação. O Projeto integra zonas “musealizáveis” preferencialmente dedicadas ao “percurso histórico-patrimonial” do turista ocasional, nomeadamente a recuperação do património arquitectónico e artístico, salvaguardando as zonas de visita pública exclusiva, nomeadamente a portaria-mor, piso inferior dos claustros igreja e coro baixo. Integra também espaços destinados a atividades culturais diversas que atraíam um público regular e zonas mais reservadas, vocacionadas prioritariamente para a produção e a criação artística.</p> <p>Paralelamente, pretende-se reabilitar os espaços exteriores incluindo o Terreiro de São Tiago e da Saudação, previstos no âmbito da Reabilitação e Valorização do Castelo.</p>		
Objetivos Específicos		
<ul style="list-style-type: none"> • Afirmação da Cidade enquanto centro cultural de âmbito nacional; • Proteção e valorização do património histórico construído; • Tornar o Convento um espaço de visita pública, acrescendo a capacidade de atração turística da Cidade; • Dotar a Cidade e a Espaço do Tempo/Companhia Rui Horta, de uma infraestrutura com condições para a criação e animação artística e cultural; • Promoção, investigação e divulgação das artes do espetáculo; • Dinamização da rede de agentes culturais da Cidade; • Atração e fixação de recursos culturais de excelência. 		
Entidades a envolver		
Entidade Promotora/Responsável	Outras Entidades Parceiras	
Município de Montemor-o-Novo	Direção Geral do Tesouro; Direção Regional de Cultura do Alentejo (DRCA).	
Resultados e Impactos esperados		
<ul style="list-style-type: none"> • Acréscimo do número de turistas e de visitantes na Cidade, com impacto esperado na dinamização das atividades de restauração, hotelaria e comércio local; • Acréscimo e qualificação da oferta cultural. 		
Enquadramento nos Objetivos da Carta Estratégica		
<p><i>OG 2. Ampliar a centralidade e competitividade da Cidade de Montemor-o-Novo no espaço regional e nacional.</i></p> <p>OE 2.1. Promover a qualificação e reforço das funções urbanas especializadas de Montemor-o-Novo (cultura, lazer e turismo/património).</p> <p>OE 2.2. Promover a criação de um ambiente urbano de excelência.</p>		
Relevância estratégica (Estruturante/Complementar)		
Estruturante		
Estimativa de Investimento (quando possível)	Calendarização	
6.000.000€	2017-2020	2021-2025
	X	X
Fontes de Financiamento		

Designação		
Reabilitação e valorização do Castelo		
Memória Descritiva		
<p>Com este Projeto pretende-se realizar uma intervenção integrada na zona do Castelo, um dos mais importantes recursos e valores histórico-culturais da Cidade, classificado como Monumento Nacional.</p> <p>O Programa de reabilitação e recuperação do Castelo contempla intervenções no sentido de conservar e valorizar os espaços edificados, criar novas condições de visita física e virtual, de utilização como espaço de lazer e de realização de eventos culturais e de animação urbana, melhorando de forma significativa a capacidade de atração de visitantes e turistas. As ações a desenvolver são as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Qualificação dos acessos e terreiros de S. Tiago e da Saudação; • Conservação e estabilização da muralha do Castelo; • Recuperação do relógio e sinos da torre do relógio; • Valorização paisagística dos espaços exteriores dotando-os de condições de visita e fruição como espaço de lazer e de realização de eventos; • Criação de circuitos de visita e de pontos de observação de vistas na Muralha; • Instalação de mobiliário urbano, sinalética e iluminação pública; • Inventariação e conservação de estruturas e do espólio arqueológico e realização de campanhas de escavações arqueológicas; <p>O projeto tem forte sinergia com a conservação e dinamização do Centro Interpretativo do Castelo que deverá envolver a disponibilização de novos conteúdos e elementos expositivos e a sua integração na Rede Regional de Centros Interpretativos do Património. Neste momento, estão já em curso as seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Investigação histórica e arqueológica aplicada à reconstrução virtual, à produção de exposições e documentários e ao desenvolvimento de conteúdos de realidade aumentada; • Reconstrução virtual 3D (fotogrametria; modelação 3D com base em investigação aplicada e animação); • Desenvolvimento de conteúdos de interpretação bilingue de apoio à visita do Castelo; • Renovação da exposição permanente do Centro Interpretativo do Castelo; • Registo vídeo e produção de filme sobre as ações a decorrerem no Castelo. 		
Objetivos Específicos		
<ul style="list-style-type: none"> • Proteção e valorização do património histórico e cultural; • Valorização do potencial lúdico e turístico da Cidade; • Melhoria das condições de visita do Castelo e da sua integração na cidade; • Reforço da notoriedade de Montemor-o-Novo como centro cultural/de lazer e turismo cultural e integração nos produtos turísticos e redes de turismo cultural (p.ex., a Rota regional dos Castelos e a Rede Regional de Centros Interpretativos do Património); • Dinamização da economia urbana. 		
Entidades a envolver		
Entidade Promotora/Responsável	Outras Entidades Parceiras	
Município de Montemor-o-Novo	Direção Regional de Cultura do Alentejo	
Resultados e Impactos esperados		
<ul style="list-style-type: none"> • Acréscimo do número de turistas e de visitantes com impacto esperado na dinamização das atividades de restauração, hotelaria e comércio local; • Acréscimo da utilização da zona do Castelo pela população residente como espaço de lazer; • Acréscimo da utilização da Zona do Castelo para eventos culturais e de animação urbana. 		
Enquadramento nos Objetivos da Carta Estratégica		
<p>OG 2. Ampliar a centralidade e competitividade da Cidade de Montemor-o-Novo no espaço regional e nacional.</p> <p>OE 2.1. Promover a qualificação e reforço das funções urbanas especializadas de Montemor-o-Novo (cultura, lazer e turismo/património).</p> <p>OE 2.2. Promover a criação de um ambiente urbano de excelência.</p>		
Relevância estratégica (Estruturante/Complementar)		
Estruturante		
Estimativa de Investimento (quando possível)	Calendarização	
	2017-2020	2021-2025
	X	X
Fontes de Financiamento		

Designação		
Reabilitação do Convento de São Francisco		
Memória Descritiva		
<p>O Convento de São Francisco constitui um importante valor do património arquitetónico de Montemor-o-Novo, merecendo particular destaque a Igreja. O edifício, classificado como Imóvel de Interesse Público, encontra-se em avançado estado de degradação. Atualmente alberga as Oficinas do Convento - Associação Cultural de Arte e Comunicação.</p> <p>A sua reabilitação visa melhorar o estado de conservação do edifício e dotá-lo de condições de utilização como espaço de criação e animação cultural, ampliando e qualificando o perfil de atividades culturais nele desenvolvidas.</p>		
Objetivos Específicos		
<ul style="list-style-type: none"> • Proteção e valorização do património histórico e cultural; • Dinamização do turismo cultural; • Afirmação da Cidade enquanto centro de produção artística e cultural. 		
Entidades a envolver		
Entidade Promotora/Responsável	Outras Entidades Parceiras	
Oficinas do Convento	Município de Montemor-o-Novo	
Resultados e Impactos esperados		
<ul style="list-style-type: none"> • Incremento das atividades criativas, artísticas e culturais; • Acréscimo do número de visitantes na Cidade; • Dinamização da economia urbana. 		
Enquadramento nos Objetivos da Carta Estratégica		
<p>OG 2. Ampliar a centralidade e competitividade da Cidade de Montemor-o-Novo no espaço regional.</p> <p>OE 2.1. Promover a qualificação e reforço das funções urbanas especializadas de Montemor-o-Novo (cultura, lazer e turismo/património).</p>		
Relevância estratégica (Estruturante/Complementar)		
Estruturante		
Estimativa de Investimento (quando possível)	Calendarização	
1.500.000€	2017-2020	2021-2025
Fontes de Financiamento		

Designação		
Reabilitação do Convento de São Domingos		
Memória Descritiva		
<p>O Convento de São Domingos, classificado como Imóvel de Interesse Público, alberga o Museu de Arqueologia, a Universidade Sénior e outros espaços dedicados ao espólio histórico, artístico e etnográfico, a exposições temporárias e à realização de eventos culturais. A Associação Grupo de Amigos de Montemor (GAM), entidade proprietária e gestora do edifício, tem Sede no Convento.</p> <p>O projeto de reabilitação do Convento envolve as seguintes componentes, visando a qualificação do Museu bem como a instalação de novas valências:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reabilitação do Museu de Arqueologia/Museu da Cidade para os quais será também necessário criar uma zona de reservas municipais que possam acolher espólio arqueológico, artístico, etnográfico, etc., proveniente do Concelho; e • Instalação do Centro de Investigação e Arqueologia Virtual. 		
Objetivos Específicos		
<ul style="list-style-type: none"> • Proteção e valorização do património histórico e cultural; • Acréscimo e qualificação da oferta cultural e turística; • Acréscimo da notoriedade e atratividade turística da Cidade; • Afirmação da Cidade enquanto centro cultural e de turismo cultural. 		
Entidades a envolver		
Entidade Promotora/Responsável	Outras Entidades Parceiras	
Grupo de Amigos de Montemor-o-Novo.	DRCA Município de Montemor-o-Novo.	
Resultados e Impactos esperados		
<ul style="list-style-type: none"> • Acréscimo do número de turistas e de visitantes na Cidade; • Dinamização da economia urbana. 		
Enquadramento nos Objetivos da Carta Estratégica		
<p>OG 2. Ampliar a centralidade e competitividade da Cidade de Montemor-o-Novo no espaço regional.</p> <p>OE 2.1. Promover a qualificação e reforço das funções urbanas especializadas de Montemor-o-Novo (cultura, lazer e turismo/património).</p>		
Relevância estratégica (Estruturante/Complementar)		
Complementar		
Estimativa de Investimento (quando possível)	Calendarização	
1.000.000€	2017-2020	2021-2025
	X	
Fontes de Financiamento		

Designação

Recuperação e valorização paisagística das margens do rio Almansor no troço que integra o perímetro urbano

Memória Descritiva

O rio Almansor possui um valor significativo do ponto de vista biológico, da importância paisagística e do potencial recreativo, marcando um corredor natural que tem vindo a merecer atenção no quadro do desenvolvimento e valorização urbana da Cidade (cf. p.ex., o Plano de Salvaguarda e Reabilitação do Centro Histórico de Montemor-o-Novo; e o Programa de Recuperação e Reabilitação do Castelo).

O projeto visa a implementação de ações de valorização ambiental e paisagística das margens do rio Almansor, no perímetro urbano da Cidade, tais como:

- Criação de condições de fruição como espaço de lazer e de espaços vocacionados para atividades lúdicas associadas ao rio bem como de visitação da falha geológica;
- Implementar medidas para preservar e fomentar os habitats naturais existentes;
- Valorização paisagística da área a sul do Castelo até à margem direita do rio (encosta). Reabilitação de veredas/percursos pedestres;
- Avaliação do interesse e viabilidade de reabilitação dos moinhos situados na encosta do Castelo.

O projeto deverá ser implementado de forma faseada de acordo com um programa de execução tendo em conta a avaliação de custos das intervenções e as perspetivas de financiamento, dando prioridade às ações de valorização ambiental e paisagística.

A sua implementação encontra-se condicionada pela reestruturação prévia da rede de saneamento urbana e industrial, determinante para a eliminação de focos de poluição do rio no troço em questão e atualmente em estudo.

O projeto tem forte sinergia com os seguintes projetos: Reabilitação e Valorização do Castelo, Criação de um roteiro de pintura mural, que deverá envolver a reabilitação da Ermida de S. Pedro junto à ponte de Alcácer e a Rota do Montado.

Objetivos Específicos

- Promover a integração do Rio na cidade e a sua fruição como espaço de lazer, invertendo a situação de marginalização atual;
- Valorização do potencial lúdico e turístico da Cidade;
- Proteção dos valores naturais presentes e protegidos na Rede Natura 2000;
- Melhoria do ambiente urbano.

Entidades a envolver

Entidade Promotora/Responsável	Outras Entidades Parceiras
Município de Montemor-o-Novo	Proprietários

Resultados e Impactos esperados

- Acréscimo das áreas de lazer na Cidade;
- Utilização das margens do Rio como zona lúdica e de lazer, por residentes e visitantes;
- Atração de visitantes.

Enquadramento nos Objetivos da Carta Estratégica

OG 2. Ampliar a centralidade e competitividade da Cidade de Montemor-o-Novo no espaço regional.

OE 2.1. Promover a qualificação e reforço das funções urbanas especializadas de Montemor-o-Novo (cultura, lazer e turismo/património).

OE 2.2. Promover a criação de um ambiente urbano de excelência.

Relevância estratégica (Estruturante/Complementar)

Estruturante

Estimativa de Investimento (quando possível)	Calendarização	
	2017-2020	2021-2025
		X

Fontes de Financiamento

Designação

Qualificação de espaços exteriores na Cidade de Montemor-o-Novo

Memória Descritiva

O projeto enquadra-se na estratégia de regeneração urbana das ARU da Cidade e do PARU (recentemente elaborado para a Cidade de Montemor-o-Novo) e consiste na qualificação urbanística de espaços nobres (exteriores) na Cidade, na criação de condições de usufruto pela população e visitantes (estadia, animação urbana e mobilidade urbana).

1. Integração e valorização urbanas da Av. Gago Coutinho, arruamentos e espaços públicos confinantes que constituem o centro funcional da Cidade, melhorando a sua integração na malha urbana, as condições de conforto e segurança, a atratividade dos modos suaves e a melhoria das condições de fruição e estadia, contemplando:

- Intervenções para a acalmia de trânsito;
- Ordenamento do tráfego viário;
- Intervenções para a segurança do tráfego pedonal;
- Ordenamento do estacionamento;
- Intervenções que facilitem o acesso a escolas;
- Introdução de rotunda no cruzamento da Avenida Gago Coutinho com a Carreira de São Francisco, com geometria e dimensões adequadas ao tráfego de atravessamento;
- Paragens de autocarros (Melhoria das condições de acessibilidade e segurança da baía de paragem de autocarros existente; e introdução de paragem de autocarros);
- Redução de elementos de obstrução visual, melhoria do enquadramento paisagístico e aumento da largura do passeio existente;
- Mobiliário urbano; e
- Avaliação da viabilidade de criação de uma ciclovía.

2. Qualificação de outros espaços exteriores na Cidade:

- Rua Teófilo Braga;
- Largos e praças do CH;
- Espaço envolvente do Mercado Municipal;
- Largo Calouste Gulbenkian;
- Rua de Aviz;
- Praça da República;
- Jardim Público; Implementação de percursos livres de obstáculos no âmbito do Plano de Acessibilidade e Mobilidade (Avenida Gago Coutinho, Carreira de São Francisco, envolvente às escolas e terminal rodoviário, entre outras).

Outras intervenções poderão ser identificadas no âmbito da elaboração dos Programas Estratégicos das ORU que serão do tipo sistemáticas.

Objetivos específicos

- Libertação da Avenida - eixo central e estruturante, do intenso tráfego pesado e de atravessamento da Cidade;
- Qualificação do ambiente urbano e das condições de vida;
- Acréscimo da atratividade do Centro Histórico para a fixação de residentes e de atividades económicas;
- Dinamização da economia urbana nos espaços intervencionados.

Entidades a envolver

Entidade Promotora/Responsável

Município de Montemor o Novo.

Outras Entidades Parceiras

Resultados e Impactos esperados

- Redução do tráfego pesado e de atravessamento na Avenida Gago Coutinho;
- Redução dos níveis de poluição do ar e de ruído na Avenida Gago Coutinho;
- Acréscimo do espaço pedonal, de áreas de estadia/esplanadas e da utilização da Avenida e dos outros espaços intervencionados por residentes e visitantes;
- Reabilitação de edifícios habitacionais, espaços comerciais e de serviços, na envolvente dos espaços intervencionados.

Carta Estratégica Montemor-o-Novo 2025

Enquadramento nos Objetivos da Carta Estratégica

OG 2. Ampliar a centralidade e competitividade da Cidade de Montemor-o-Novo no espaço regional e nacional.

OE 2.1. Promover a qualificação e reforço das funções urbanas especializadas de Montemor-o-Novo (cultura, lazer e turismo/património).

OE 2.2. Promover a criação de um ambiente urbano de excelência.

Relevância estratégica (Estruturante/Complementar)

Estruturante

Estimativa de Investimento (quando possível)

Calendarização

(Investimentos PARU - 5.200.000€)

2017-2020

2021-2025

X

X

Fontes de Financiamento

Linha de Apoio ao Turismo Acessível;
POR Alentejo 2020;
Orçamento Municipal.

Designação		
Gestão sustentável dos Recursos do Sistema de Montado		
Memória Descritiva		
<p>O Concelho de Montemor possui uma extensa área de Montado de sobro que tem suportado importantes atividades produtivas e está associado à relevância económica da pecuária extensiva e da produção de cortiça. Atualmente encontra-se em preparação a Candidatura a Património Mundial do <i>Montado - uma paisagem cultural</i> estando disponível o <i>Plano de Gestão do Bem</i> subordinado a um conjunto de princípios particularmente relevantes pra Montemor-o-Novo, a longo prazo: (i) garantia de sustentabilidade social e económica do sistema multifuncional agro-silvopastoril; (ii) consciencialização e partilha de responsabilidades no sentido da salvaguarda, proteção, interpretação e divulgação dos valores culturais, de natureza material e imaterial; e (iii) reconhecimento da relação positiva do sistema produtivo com a integração de valores da conservação da natureza e qualidade ambiental.</p> <p>Acresce a existência de importantes recursos de conhecimento e inovação na Universidade de Évora e também da Associação Crie Montado com sede em Montemor, agregando proprietários e produtores com conhecimento e interesse na árvore de objetivos do Plano de Ação do Bem.</p> <p>Do ponto de vista das componentes do Projeto para Montemor 2025, importa integrar as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sensibilização da comunidade escolar; • Formação em diferentes áreas profissionais que convergem com a gestão dos recursos do montado (proteção, conservação, aproveitamento económico, ...); • Ordenamento cinegético e regulação de práticas; • Promoção do conhecimento e aproveitamento de recursos silvestres. <p>No que respeita à intervenção do Município de Montemor, o projeto envolve a criação de uma parceria com a Universidade de Évora e o Centro de Investigação da Terra (sedeado em Montemor-o-Novo), para promover a Herdade da Adua como estudo/implementação de projetos de investimento e boas práticas de gestão do Montado e estudo do solo que possam vir a ser desenvolvidos por aquelas entidades, sem prejuízo do aproveitamento sustentável dos recursos do montado, em termos ambientais e económicos.</p>		
Objetivos Específicos		
<ul style="list-style-type: none"> • Sustentabilidade dos recursos e equilíbrio entre os usos múltiplos e a preservação de saberes fazer tradicionais • Preservação do capital de conhecimento/competências que os produtores detêm sobre este sistema agro-silvo-pastoril • Promoção da qualidade dos produtos, dentro das diversas fileiras de produção existentes no Montado • Reforço das condições de vida das populações, garantindo o acesso a serviços de natureza social e cultural, essenciais para o seu bem-estar. 		
Entidades a envolver		
Entidade Promotora/Responsável	Outras Entidades Parceiras	
Crie Montado	ERT Alentejo; Município de Montemor-o-Novo; Universidade de Évora; Centro de Investigação da Terra; APORMOR; Organizações de Produtores	
Resultados e Impactos esperados		
<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria dos índices de salvaguarda, proteção e conservação de recursos naturais; • Melhoria dos índices de aproveitamento económico dos recursos agro-silvopastoris; • Melhoria das condições de vida das populações das freguesias rurais. 		
Enquadramento nos Objetivos da Carta Estratégica		
<i>OG 1. Promover o crescimento sustentável da economia concelhia através da reestruturação económica e do incremento das dinâmicas de investimento produtivo.</i>		
<i>OE 1.1. Estruturação do Cluster agroalimentar e valorização dos recursos naturais.</i>		
Relevância estratégica (Estruturante/Complementar)		
Complementar		
Estimativa de Investimento (quando possível)	Calendarização	
	2017-2020	2021-2025
	X	X
Fontes de Financiamento		

Designação					
Revitalização do Mercado Municipal					
Memória Descritiva					
<p>O projeto visa a elaboração do programa funcional para a exploração deste equipamento e a sua adaptação à instalação e funcionamento das atividades previstas (comércio, restauração e outras de animação urbana) e a definição do modelo de gestão / exploração do equipamento (tipo de atividades, regras para a ocupação dos espaços; horários de funcionamento, etc.).</p> <p>O programa funcional deve contemplar atividades como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • venda de produtos frescos; • venda e mostra / divulgação de produtos tradicionais locais e regionais e da gastronomia alentejana; • restauração, considerando a instalação de um restaurante de referência, que funcione como âncora; • esplanadas; • Instalação de uma cozinha comunitária para desenvolvimento de produtos gastronómicos e para formação; • realização de eventos sobre gastronomia e alimentação; • Espaço dedicado à criação de novos produtos e ideias inovadoras (laboratório criativo). 					
Objetivos Específicos					
<ul style="list-style-type: none"> • Qualificação e animação do Mercado, dotando-o de novos usos com capacidade de dinamização económica e de animação urbana da Cidade; • Valorização e divulgação da gastronomia e dos produtos locais. 					
Entidades a envolver					
Entidade Promotora/Responsável	Outras Entidades Parceiras				
Município de Montemor-o-Novo.	Associação de Comerciantes do Distrito de Évora; Grupo de Amigos do Mercado; Rede de Cidadania de Montemor-o-Novo; Grupo de Trabalho dedicado ao tema “Produtos da nossa terra - Estratégia Alimentar para o Concelho”				
Resultados e Impactos esperados					
<ul style="list-style-type: none"> • Acréscimo da notoriedade de Montemor-o-Novo como centro de lazer; • Acréscimo da utilização deste equipamento pela população local e visitantes; • Acréscimo de visitantes / turistas na Cidade; • Acréscimo da procura e escoamento dos produtos locais. 					
Enquadramento nos Objetivos da Carta Estratégica					
<p><i>OG 1. Promover o crescimento sustentável da economia concelhia através da reestruturação económica e do incremento das dinâmicas de investimento produtivo.</i></p> <p>OE 1.1. Promover a estruturação do Cluster agroalimentar e a valorização dos recursos naturais</p> <p><i>OG 2. Ampliar a centralidade e competitividade da Cidade de Montemor-o-Novo no espaço regional e nacional.</i></p> <p>OE 2.1. Promover a qualificação e reforço das funções urbanas especializadas de Montemor-o-Novo (cultura, lazer e turismo/património)</p> <p>OE 2.2. Promover a criação de um ambiente urbano de excelência.</p>					
Relevância estratégica (Estruturante/Complementar)					
Estruturante					
Estimativa de Investimento (quando possível)	Calendarização				
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>2017-2020</th> <th>2021-2025</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td style="text-align: center;">X</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	2017-2020	2021-2025	X	
2017-2020	2021-2025				
X					
Fontes de Financiamento					
POR Alentejo 2020/ Orçamento Municipal.					

Designação		
Realização de um Evento de Artes Performativas de Montemor-o-Novo		
Memória Descritiva		
<p>Programação e realização de um evento dedicado às artes performativas com uma imagem de contemporaneidade que se afirme como um importante evento de lazer cultural, de âmbito internacional. O evento deverá concentrar-se num curto período temporal na primavera (2 fins de semana) e afirmar-se como uma mostra de espetáculos, de novos valores e criadores artísticos, acompanhada de atividades culturais e de animação de rua, realização de workshops, visitas ao património, etc., criando uma oportunidade de encontro e divulgação de novos valores, um ambiente de inovação e criação artística em Montemor.</p> <p>Trata-se de um evento com uma regularidade bianual, alternando com a organização da Plataforma das Artes, assegurando desta forma a realização anual de um grande evento cultural em Montemor, com impacto na criação de públicos e tirando partido da proximidade e boa acessibilidade a Lisboa.</p> <p>O evento deverá contribuir para a utilização de equipamentos e de espaços exteriores localizados da zona histórica como espaços cénicos e locais de representação.</p>		
Objetivos Específicos		
<ul style="list-style-type: none"> • Projeção e afirmação de Montemor-o-Novo como centro de cultura/lazer cultural, acrescentando valor aos espaços urbanos e à Cidade e reforçando a sua identidade; • Criação de um ambiente favorável à consolidação de um ambiente criativo em Montemor; • Dinamização e capacitação da rede de agentes culturais de Montemor o Novo; • Reforço da presença/notoriedade de Montemor na agenda cultural regional e nacional. 		
Entidades a envolver		
Entidade Promotora/Responsável	Outras Entidades Parceiras	
Espaço do Tempo	Município de Montemor-o-Novo Agentes culturais de Montemor-o-Novo	
Resultados e Impactos esperados		
<ul style="list-style-type: none"> • Acréscimo e qualificação da oferta cultural; • Atração de visitantes e turistas; • Dinamização da economia urbana (restauração, alojamento e comércio). 		
Enquadramento nos Objetivos da Carta Estratégica		
<p><i>OG 2. Ampliar a centralidade e competitividade da Cidade de Montemor-o-Novo no espaço regional e nacional.</i></p> <p><i>OE 2.1. Promover a qualificação e reforço das funções urbanas especializadas de Montemor-o-Novo (cultura, lazer e turismo/património).</i></p>		
Relevância estratégica (Estruturante/Complementar)		
Estruturante		
Estimativa de Investimento (quando possível)	Calendarização	
	2017-2020	2021-2025
	X	X
Fontes de Financiamento		

Designação		
Reinstalação, qualificação e modernização do Posto de Turismo		
Memória Descritiva		
<p>O Projeto prevê a reinstalação do posto de Turismo no Largo Calouste Gulbenkian e a sua qualificação e modernização, não só ao nível do espaço físico, mas também dos serviços prestados e dos conteúdos e materiais de divulgação e promoção turística do Concelho, melhorando as condições de acolhimento de visitantes.</p> <p>O projeto terá em conta o Plano de Comunicação e Marketing a desenvolver (cf. Ficha Criação da Agência de Promoção Montemor Invest) e deverá imprimir uma nova dinâmica na relação com os visitantes, na divulgação e promoção turística do Concelho, e na dinamização das atividades turísticas, O projeto deverá ser acompanhado do investimento nas seguintes áreas, em articulação com a ERT:</p> <ul style="list-style-type: none"> - produção e divulgação de materiais e conteúdos sobre a oferta turística e cultural, apostando nos conteúdos digitais para diferentes <i>media</i> e plataformas (p.ex., para sites de turismo, para divulgação no Welcome Centre/Centro Interpretativo do Alentejo Central, a instalar em Évora, nos hotéis e restaurantes da Cidade, ...); melhoria das condições de acolhimento e encaminhamento de visitantes; - oferta e divulgação de visitas guiadas, atividades e percursos organizados associados aos principais valores do património histórico e arquitetónico (p.ex., Roteiro da Pintura Mural), às rotas do Montado, do Megalitismo e à Observação de aves; - ações de divulgação e promoção de produtos regionais / locais; - reforçar a articulação com agentes turísticos; - criação de procedimentos fiáveis e regulares de registo de dados sobre visitantes / turistas na Cidade e de recolha de opinião e grau de satisfação dos visitantes. 		
Objetivos Específicos		
<ul style="list-style-type: none"> • Acrescer a atratividade turística do concelho • Dinamizar as actividades turísticas no Concelho 		
Entidades a envolver		
Entidade Promotora/Responsável	Outras Entidades Parceiras	
Município de Montemor-o-Novo.	ERT do Alentejo e Ribatejo.	
Resultados e Impactos esperados		
<ul style="list-style-type: none"> • Acréscimo de visitantes e turistas; • Acréscimo do tempo médio de estadia de turistas nos estabelecimentos de alojamento turístico no Concelho; • Dinamização da economia urbana (restauração, alojamento e comércio). 		
Enquadramento nos Objetivos da Carta Estratégica		
OE 2.1. Promover a qualificação e reforço das funções urbanas especializadas de Montemor-o-Novo (cultura, lazer e turismo cultural).		
Relevância estratégica (Estruturante/Complementar)		
Estruturante		
Estimativa de Investimento (quando possível)	Calendarização	
	2017-2020	2021-2025
	X	
Fontes de Financiamento		
POR Alentejo 2020/ Orçamento Municipal.		

Designação		
Reforço e capacitação dos Serviços de Apoio ao Desenvolvimento Económico		
Memória Descritiva		
<p>O projeto consiste em dotar este Serviço de condições técnicas, recursos humanos e competências que garantam o adequado desempenho das funções e responsabilidades atribuídas a este Serviço, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a coordenação estratégica e dinamização do processo global de implementação da CED; • Apoiar o executivo municipal na sua relação institucional e negociação com as tutelas respetivas e outras entidades locais, regionais e setoriais na implementação da Estratégia; • Assegurar a implementação/execução dos projetos de natureza económica da CED em que o Município é entidade promotora/responsável ou parceira; • Assegurar a definição e dinamização de um conjunto de medidas que contribuam para melhorar o ambiente de negócios, para que o Município tenha um papel mais ativo no apoio aos empresários e para tornar o Concelho mais “user-friendly” para empresários atuais e futuros. (ver Ficha de Projeto Montemor – território atrativo e “User-Friendly” para os negócios); • Identificar e explorar das melhores alternativas para o financiamento dos projetos identificados; • Elaboração e acompanhamento de candidaturas de projetos relevantes para a concretização do Modelo de Intervenção Estratégica, a programas e outros instrumentos de financiamento; • Identificar e aproveitar oportunidades geradas pelos programas de ação e iniciativas intermunicipais das entidades de desenvolvimento regional e das redes territoriais e de especialização temática em que Montemor participa (na esfera das iniciativas de desenvolvimento económico); • Cooperar com a Agência de Promoção Montemor Invest e assegurar a interação outras entidades de carácter económico regionais e nacionais; • Assegurar a execução das ações e projetos do Plano de Comunicação e marketing dos Recursos de Montemor-o-Novo que vierem a ser da responsabilidade do Município; • Assegurar a criação e alimentação de um sistema de monitorização física e financeira da execução da Carta Estratégica de Desenvolvimento e das dinâmicas de desenvolvimento concelhio. 		
Objetivos Específicos		
<ul style="list-style-type: none"> • Reforço da capacidade de intervenção do município e do seu desempenho na dinamização económica do concelho, no quadro das suas competências; • Garantir o acompanhamento necessário e a gestão da execução da CED e de outros programas e projetos de natureza económica, ou com impacto económico relevante; • Reforçar a capacidade de resposta e de interlocução com entidades e agentes económicos. 		
Entidades a envolver		
Entidade Promotora/Responsável	Outras Entidades Parceiras	
Município de Montemor-o-Novo		
Resultados e Impactos esperados		
<ul style="list-style-type: none"> • Acrescer a eficácia e eficiência na execução dos projetos da CED e de outros programas e projetos de natureza económica que concorram para a estratégia definida; • Atração Incremento da atividade económica no Concelho e das iniciativas de carácter económico; • Incremento da participação do município em iniciativas de carácter económico (de promoção ou outras) no exterior e/ou da responsabilidade de outras entidades. 		
Enquadramento nos Objetivos da Carta Estratégica		
[Articulação plena com a Matriz de Objetivos e Domínios de Intervenção]		
Relevância estratégica (Estruturante/Complementar)		
Complementar		
Estimativa de Investimento (quando possível)	Calendarização	
	2017-2020	2021-2025
	X	X
Fontes de Financiamento		

Designação

Montemor - Território atrativo e “user-friendly” para os negócios

Memória Descritiva

O projeto consiste em implementar um conjunto de medidas que contribuam para melhorar o ambiente de negócios, para que o Município tenha um papel mais ativo no apoio aos empresários e para tornar o Concelho mais “user-friendly” para empresários (atuais e futuros), melhorando assim a capacidade de atração de novos empresários e investimentos.

Medidas a desenvolver:

- a) Criar uma bolsa de mentores do desenvolvimento dos negócios no Concelho, constituída por empresários, dirigentes e quadros de empresas com experiência na realização de negócios na Região (no ativo ou aposentados), bem como de antigos dirigentes e quadros de entidades públicas, aposentados.
- b) Criar nos serviços do Município, para apoio aos empresários, um mecanismo de atribuição de um ‘gestor de cliente’ para as empresas, que sirva como interface Empresa-Município e seja responsável pelo adequado andamento dos processos em curso dentro dos serviços.
- c) Fazer um mapeamento completo de todos os serviços públicos, agências de desenvolvimento ou apoio, associações empresariais ou profissionais, empresas privadas de suporte e instâncias com as quais os empresários têm necessidade de interagir, identificando as respetivas funções, a natureza da intervenção, os motivos e prazos, bem como identificando as pessoas que, dentro dessas entidades, sejam os contactos adequados. Este mapeamento deverá estar à disposição do ‘gestor de cliente’ para apoiar o empresário de forma proactiva, no seu percurso.
- d) Qualificar os quadros técnicos do Município que têm como missão acompanhar e apoiar as empresas, em matérias específicas da atividade empresarial;
- e) Mapeamento sistemático, exaustivo e em tempo útil, da oferta formativa e informativa disponível a nível regional e nacional, sobre todas as matérias de potencial interesse para as empresas.
- f) Oferta de condições diferenciadas a quem é diferente. Os serviços municipais deverão efetuar uma avaliação dos diversos domínios em que o Município poderá intervir direta ou indiretamente na agilização de procedimentos de licenciamento e nos custos de contexto que se colocam ao exercício de uma atividade empresarial no concelho (preços de terrenos, preços de aluguer de espaços, custos de alguns fornecimentos, taxas aplicáveis em diversos domínios, etc.).

Para além da oferta de condições favoráveis em termos de redução de custos de contexto, como atrás referido, há necessidade de identificar em que domínios o Município pode intervir, para mitigar o conjunto de necessidades ou oferecer um conjunto de facilidades diferenciadoras aos novos empreendedores (Valorização económica de matérias-primas; Transferência para as empresas de conhecimento científico e tecnológico; Acesso a plataformas de conhecimento, Estudos (provas) do conceito tecnológico definido para o produto ou o processo, para avaliar se o mesmo é suscetível de ser explorado de modo útil; Proteção da propriedade intelectual, Estudos de mercado, Planos de negócio, Atribuição de prémios a ideias/projetos com melhor qualidade; Intermediação na procura de financiamento; Apoio na elaboração de *pitch* de apresentação dos planos de negócios a stakeholders, etc.).

Mais uma vez entramos em domínios em que a atividade do Município pode ser limitada pelo enquadramento legal ou orçamental, pelo que este processo deverá ser feito em associação com outros agentes regionais que tenham capacidade para desenhar uma oferta qualificada e exclusiva que sirva os propósitos do Município, candidatá-la a instrumentos de apoio com suporte em fundos comunitários e disponibilizá-la aos novos empreendedores que se pretendam instalar na região.

O projeto deverá ser dinamizado pelo Serviço de Apoio ao Desenvolvimento Económico, em estreita articulação com os órgãos municipais de decisão política e a Agência de Promoção Montemor Invest. Caberá ao SADE a elaboração de propostas a submeter aos órgãos de decisão Política e dinamizar a implementação destas medidas no âmbito das suas funções. Tendo em conta o tipo de medidas em causa, o projeto tem sinergias com o Plano de Comunicação e Marketing dos Recursos de Montemor-o-Novo, a elaborar pela Agência de Promoção Montemor Invest.

Objetivos Específicos

- Atração de projetos diversificadores, cuja competitividade assente no conhecimento;
- Upgrade de competências tecnológicas das empresas do Concelho;
- Facilitação do acesso a novos mercados.

Carta Estratégica Montemor-o-Novo 2025

Entidades a envolver		
Entidade Promotora/Responsável	Outras Entidades Parceiras	
Município de Montemor-o-Novo [Agência de Promoção Montemor Invest]	ADRAL; CIMAC; Associações empresariais, nomeadamente NERE/AIP; Universidades e Centros Tecnológicos; Serviços da Administração pública.	
Resultados e Impactos esperados		
<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a eficácia dos serviços municipais na resposta às questões relacionadas com os investidores; Reduzir os custos de contexto do exercício da atividade empresarial no concelho; Melhorar a perceção externa da qualidade, eficácia e diligência dos serviços municipais; Aumentar o acesso pelas empresas a informação pertinente aos seus interesses, com qualidade reconhecida; Melhorar a prestação das empresas através da maior incorporação de conhecimento nos seus produtos e processos, valorizando a oferta em mercados internacionais; Valorizar o concelho como local para investir; Criar um ambiente propício à atração de novos projetos e de novos investidores; Oferecer instrumentos de apoio à instalação de empresas que sejam atrativos e diferenciadores. 		
Relevância estratégica (Estruturante / Complementar)		
Complementar		
Estimativa de Investimento (quando possível)	Calendarização	
	2017-2020	2021-2025
	---	---
Fontes de Financiamento		
<ul style="list-style-type: none"> Orçamento municipal; Fundos comunitários, indiretamente através de parceiros que sejam elegíveis para o desenvolvimento de medidas específicas para as quais o Município não é, por natureza, entidade promotora. 		

Designação		
Disponibilização de serviços on-line facilitadores da relação entre o Município, os cidadãos e empresas		
Memória Descritiva		
<p>O projeto prevê a criação e serviços <i>on-line</i> tais, nomeadamente, os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Emissão de faturas eletrónicas aos consumidores/municípios; - Pagamento de serviços por referência multibanco; - Possibilidade de leituras de água diretamente na pagina web; - Entrega de requerimentos <i>on-line</i>; - Consulta <i>on-line</i> de processos de urbanismo, entre outros. <p>O projeto deverá ser elaborado e implementado no âmbito do Programa de Modernização Administrativa candidatado ao Portugal 2020 no quadro do PDCT/ITI do Alentejo Central.</p>		
Objetivos Específicos		
<ul style="list-style-type: none"> • Facilitar o acesso dos Municípios à informação e a serviços municipais; • Melhorar a qualidade de vida dos municípios; • Acrescer a desmaterialização de processos e a eficiência dos serviços municipais. 		
Entidades a envolver		
Entidade Promotora/Responsável	Outras Entidades Parceiras	
Município de Montemor-o-Novo	CIMAC	
Resultados e Impactos esperados		
<ul style="list-style-type: none"> • Acréscimo do grau de satisfação dos municípios no acesso a informação e aos serviços municipais • Redução de custos 		
Enquadramento nos Objetivos da Carta Estratégica		
<p><i>OG 1. Promover o crescimento sustentável da economia concelhia através da reestruturação económica e do incremento das dinâmicas de investimento produtivo.</i></p> <p><i>OE 1.1. Estruturação do Cluster agroalimentar e valorização dos recursos naturais.</i></p> <p><i>OG 2. Ampliar a centralidade e competitividade da Cidade de Montemor-o-Novo no espaço regional e nacional.</i></p> <p><i>OE 2.1. Promover a qualificação e reforço das funções urbanas especializadas de Montemor-o-Novo (cultura, lazer e turismo/património).</i></p>		
Relevância estratégica (Estruturante/Complementar)		
Complementar		
Estimativa de Investimento (quando possível)	Calendarização	
	2017-2020	2021-2025
		X
Fontes de Financiamento		
POR Alentejo 2020.		

Designação

Definição e implementação do Modelo de gestão da ZI Adua e de outros espaços económicos

Memória Descritiva

O Município de Montemor-o-Novo dispõe de uma Zona Industrial e de outros espaços infraestruturados de apoio à atividade económica que se confrontam com necessidades de requalificação e de reordenamento por forma a funcionar como Áreas de Localização Empresarial que contribuam para a modernização das empresas instaladas e a atratividade de novas iniciativas empresariais e projetos de investimento.

Este esforço de qualificação e ordenamento tem uma vertente de natureza material (mobilidade e logística, saneamento, segurança e sinalética, ...) mas deve ter por suporte a criação de mecanismos de gestão do tipo condominial que impliquem as empresas instaladas nos diversos espaços económicos (proprietários e/ou usufrutuários, ...) na respetiva gestão das infraestruturas, equipamentos e serviços.

O trabalho a realizar deve compreender, entre outras, as componentes seguintes:

- ✓ Caracterização da ZI Adua e de outros espaços económicos (CAME, Outros);
- ✓ Análise da oferta concorrente;
- ✓ Análise dos Modelos jurídicos e de Gestão;
- ✓ Formulação da Estratégia e Definição do produto;
- ✓ Promoção económica dos espaços económicos contemplados.

Em termos operacionais mais imediatos relativos à intervenção na ZI Adua, recomenda-se a programação das diligências seguintes:

- Melhoramentos nos aspetos relativos a vigilância, segurança, sinalética e rede de combate a incêndios, que carecem de uma intervenção concertada entre as empresas e o Município;
- Requalificação de arruamentos e passeios;
- Investimento numa rede local de recolha e tratamento de esgotos, possibilitando a atração para a ZIA de atividades do sector agro-alimentar;
- Organização de um serviço regular de transporte entre a Cidade e a Zona Industrial, cobrindo, no mínimo, o período inicial da manhã, a hora de almoço e o fim da tarde;
- Instalação de sinalética apropriada, facilmente visível na EN junto ao Acesso;
- Instalação de uma pequena portaria com cancela e vigilante junto à entrada;
- Promover reuniões com os representantes de todas as empresas no sentido de criar uma associação das empresas instaladas na ZIA, para partilhar os investimentos de interesse comum (vigilância, segurança, sinalética e rede de combate a incêndios) e concertar com o Município a partilha de outros investimentos de melhoria (rede viária interna, passeios das ruas principais, iluminação pública e transporte entre o Parque e o Centro de Montemor).

Objetivos Específicos

- Qualificação e ordenamento das áreas de localização empresarial;
- Gestão profissionalizada;
- Melhoria da eficácia e eficiência do uso dos espaços económicos do Concelho.

Entidades a envolver

Entidade Promotora/Responsável	Outras Entidades Parceiras
Município de Montemor-o-Novo (na fase de definição do Modelo); Entidade a constituir (na fase de implementação do Modelo).	Associações Empresariais; Empresas.

Resultados e Impactos esperados

- Melhoria da funcionalidade das áreas de localização empresarial;
- Atração de novas iniciativas empresariais e de projetos de investimento;
- Aumento da competitividade empresarial.

Enquadramento nos Objetivos da Carta Estratégica

OG 1. Promover o crescimento sustentável da economia concelhia através da reestruturação económica e do incremento das dinâmicas de investimento produtivo.

OE 1.1. Estruturação do Cluster agroalimentar e valorização dos recursos naturais.

Relevância estratégica (Estruturante/Complementar)

Estruturante

Carta Estratégica Montemor-o-Novo 2025

Estimativa de Investimento (quando possível)	Calendarização	
	2017-2020	2021-2025
	X	
Fontes de Financiamento		

Designação

Criação da Agência de Promoção Montemor Invest

Memória Descritiva

A captação de novos projetos de investimento económico-empresarial e a qualificação do tecido empresarial instalado e com atividade no Concelho constituem desafios estruturantes para o desenvolvimento futuro de Montemor.

A atração de empresas e de projetos de investimentos poderá contribuir para dinamizar fileiras económicas com potencial de mercado, aprofundando a clusterização de atividades, enriquecendo as cadeias de valor económico e gerando oportunidades de emprego.

A criação de uma Agência com funções de promoção de atração de investimento deverá assegurar valências de dinamização: dos ativos do território para atrair investidores, dos mecanismos de financiamento associados ao empreendedorismo e dos setores prioritários para Montemor-o-Novo.

A Agência terá a responsabilidade de definir e implementar uma estratégia de atração de investimento focada no público-alvo específico que se pretende atrair (projetos diferenciadores, investidores qualificados, novos produtos que diversifiquem o tecido produtivo, novas tecnologias, produtos inovadores, produtos destinados a novos mercados, etc.) e na criação de uma oferta diferenciada e qualificada que responda às suas necessidades e possa servir como fator adicional de atração que contemple as seguintes vertentes:

- Definição do alvo que se pretende atrair (projetos ou públicos-alvo) para o Concelho. Para o efeito poderá ser criado um mecanismo de 'observação' do ambiente empresarial, que possa fazer a deteção de oportunidades e o tracking precoce de projetos em planeamento, que possam ser 'capturados' para o Concelho. A Agência deverá criar um serviço de 'intelligence' empresarial, que se deve encarregar de identificar precocemente e recolher informação sobre os projetos potenciais, nomeadamente através da observação sistemática das diversas plataformas informáticas de registo e acompanhamento dos projetos científico-empresariais em desenvolvimento em estabelecimentos de ensino superior ou centros tecnológicos e das iniciativas de promoção do Alentejo e/ou de Portugal como destino de investimento, desenvolvidas pelas entidades competentes, nomeadamente a aicep Portugal Global;
- Identificação de atividades prioritárias a promover;
- Sistematização e divulgação de instrumentos de apoio à atividade económica disponíveis (logísticos, financeiros, fiscais, ...) e incentivos municipais à atração/fixação de empresas (agilização de processos de licenciamento, benefícios fiscais e outros incentivos);
- Promoção dos espaços municipais para instalação de empresas, nomeadamente para apoio a negócios inovadores de base tecnológica;
- Elaboração do Plano de Comunicação e Marketing dos recursos de Montemor-o-Novo e dinamização da sua implementação;
- Desenvolvimento de iniciativas de captação de investidores, isoladamente ou por adesão a iniciativas de terceiros orientadas para a promoção do Alentejo e/ou do país como local privilegiado para investir e para alcançar os objetivos de desenvolvimento do concelho. Por exemplo, eventos empresariais e presença direta, constante e bem direcionada, em iniciativas que possam contribuir para captação de investimento outros a definir.
- Preparação de uma 'agenda' de contactos nacionais e internacionais a desenvolver junto de grandes empresas ou de países fortemente investidores no estrangeiro, nomeadamente aqueles que estando fora do espaço europeu tenham vantagens de aqui criar unidades produtivas que sirvam de porta de entrada dos seus produtos deste espaço. Deverá procurar gerar contactos e interfaces independentes dos canais tradicionais, nomeadamente através de trabalho com as Câmaras de Comércio e Indústria ou utilizando contactos de outras empresas/empresários já instalados nos mercados que foram identificados como alvo de prospeção, desenvolvendo uma agenda própria de captação externa de investimento.

A Agência deverá elaborar o Plano de Comunicação e Marketing dos recursos de Montemor-o-Novo, nomeadamente, do conjunto de recursos económico-produtivos e do património natural e cultural que dão corpo à visão estratégica de desenvolvimento para o Concelho, pelo potencial de valorização de mercado que revestem. A diversidade de recursos existentes depara-se com a complexidade de promoção e valorização adequadas junto de mercados-alvo objeto de forte concorrência. Neste enquadramento, importa dotar o Concelho e os seus recursos de instrumentos de divulgação, comunicação e marketing dinamicamente ajustados aos respetivos mercados de implantação.

A Elaboração e Implementação do Plano de Comunicação e Marketing dos recursos económicos, culturais e turísticos de Montemor-o-Novo, deverá contemplar as seguintes componentes:

- Definição dos objetivos específicos nas diferentes vertentes - económica e cultural e turística;
- Identificação dos principais recursos e produtos, bem como das vantagens competitivas do Concelho, a promover;
- Sistematização de destinatários-alvo (institucionais, empresariais, operadores turísticos, agentes culturais, públicos diretos, ...);
- Definição da imagem a promover junto dos diversos públicos alvo a atingir;
- Definição da imagem gráfica a utilizar;
- Definição dos instrumentos e canais de comunicação a utilizar: sites institucionais da CMMN, da ERT do Alentejo e Ribatejo, de Associações empresariais, ...), imprensa especializada e outros meios de comunicação social;
- Elaboração de conteúdos (material promocional e outro).
- Definição de ações de comunicação e marketing a desenvolver e dos destinatários / população alvo (p.ex., Portal, agenda cultural, vídeo(s) e campanhas promocionais; contactos com agentes económicos; contactos com promotores e operadores turísticos no sentido de reforçar a presença e a divulgação dos produtos culturais e turísticos do Concelho na oferta e nas redes culturais e de turismo cultural como a Rota do Fresco, a Rota dos Castelos, a Rota dos Vinhos e Gastronomia e outras; e participação em ações e eventos da iniciativa de outras entidades, visando a promoção de produtos agroalimentares e a promoção cultural e turística).

A Agência deverá estar atenta ao que entidades como o IAPMEI (através da Enterprise Europe Network), a aicep Portugal Global, o Turismo de Portugal, a ERT do Alentejo e Ribatejo, a Agência Regional de promoção Turística do Alentejo, a ADRAL, a CIMAC ou outras entidades tenham em preparação no âmbito de contactos, receção ou organização de missões com o propósito de captar investimento, aderindo de forma ativa à participação nesses eventos, procurando estar na primeira linha da definição das escolhas de localização para investir.

Objetivos Específicos

- Promover as potencialidade e oportunidades económicas do Concelho para o investimento e os negócios junto do mercado de implantação;
- Apoiar projetos empresariais e de investimento inovador nos setores de especialização regional;
- Dinamizar a criação de condições de fomento de atividade de empresas instaladas nas Áreas de Localização Empresarial do Concelho de Montemor-o-Novo;
- Promover a valorização dos recursos económico-produtivos e do património natural e cultural do Concelho;
- Reforçar a notoriedade de Montemor-o-Novo como centro económico, cultural e de lazer/turismo;
- Atrair investimento económico.

Entidades a envolver

Entidade Promotora/Responsável	Outras Entidades Parceiras
Município de Montemor-o-Novo. [fase de instalação da Agência]	Associações Empresariais; AICEP; IAPMEI; Sociedades de Capital de Risco; CCDR Alentejo; e ERT Alentejo.

Resultados e Impactos esperados

- Promoção da imagem e argumentos locativos de Montemor;
- Fixação de novos investidores e empresários;
- Diversificação de atividades económicas;
- Criação de emprego.

Enquadramento nos Objetivos da Carta Estratégica

OG 1. Promover o crescimento sustentável da economia concelhia através da reestruturação económica e do incremento das dinâmicas de investimento produtivo.

OE 1.2. Incrementar a diversificação e a competitividade das atividades económicas e do tecido empresarial.

Relevância estratégica (Estruturante/Complementar)

Estruturante

Estimativa de Investimento (quando possível)	Calendarização	
	2017-2020	2021-2025
175.000 € (constituição e instalação da Agência - 100.000 €; Plano de Comunicação - 75.000 €)	X	

Fontes de Financiamento

Orçamento Municipal
POR Alentejo 2020 – Assistência Técnica (Plano de Comunicação e Marketing).

Designação		
Montemor - um Sistema Alimentar Local de excelência		
Memória Descritiva		
<p>A riqueza dos recursos alimentares locais constitui um vetor de identidade de Montemor-o-Novo e dos territórios envolventes, também na relação com a gastronomia alentejana, a qual, com práticas próprias da tradição, utiliza géneros alimentícios com origem na fauna e flora naturais adaptadas às condições edafo-climáticas da Região ao longo de séculos. Os hábitos alimentares existentes foram sendo moldados por uma cozinha profundamente integrada no ecossistema da Região.</p> <p>No quadro dos trabalhos da Agenda 21 Local têm sido levadas a cabo diversas iniciativas com a finalidade de “(re)conectar o sistema alimentar com o território, incluindo os habitantes e consumidores, as explorações agrícolas e as indústrias agroalimentares de base local” (Teresa Pinto Correia, et al, “Por uma Estratégia Agro-Alimentar Local - os casos de Évora/Montemor-o-Novo”, dezembro de 2015).</p> <p>Esta perspetiva de intervenção acompanha um movimento (com expressão, sobretudo, europeia) de estruturação de estratégias agroalimentares de base territorial que procuram trazer conhecimento e inovação às articulações locais entre produtores e consumidores de bens alimentares estimulando também a segurança alimentar e nutricional.</p> <p>O Plano de Ação 2016-2017 da Agenda 21 Montemor integra como projeto prioritário a definição de uma Estratégia Alimentar para o Concelho, nomeadamente, continuando a apoiar o Grupo Temático “Produtos da nossa terra - Estratégia Alimentar para o Concelho” criado em 2013 e que foi responsável pela implementação do projeto Km 0 Montemorense.</p> <p>Em articulação com os trabalhos a desenvolver no Plano de Ação, o Projeto da CED <i>Montemor - um sistema alimentar local de excelência</i>, deverá consistir na definição da Estratégia Alimentar para o Concelho e ter como objetivos, entre outros, a promoção do acesso à terra, a promoção do uso sustentável dos recursos e a dinamização da transformação e comercialização das produções locais.</p> <p>O Projeto poderá incluir a criação de uma plataforma digital para a sua dinamização e gestão de modo a facilitar a cooperação estratégica e a interação entre os vários atores que concorrem para a respetiva implementação.</p>		
Objetivos Específicos		
<ul style="list-style-type: none"> • Privilegiar a agricultura familiar e as pequenas empresas agroalimentares; • Valorizar os produtos locais através de circuitos curtos de comercialização; • Preservar sementes de variedades loco-regionais, atenuando a dependência dos mercados globais; • Reduzir os níveis de resíduos, perdas e desperdícios alimentares. 		
Entidades a envolver		
Entidade Promotora/Responsável	Outras Entidades Parceiras	
Grupo Temático da Agenda 21 Montemor “Produtos da nossa terra - Estratégia Alimentar para o Concelho”.	Município de Montemor-o-Novo; Rede de Cidadania de Montemor-o-Novo; ICCAM/UÉ; DRAP Alentejo; Associações de Desenvolvimento Local; e Produtores.	
Resultados e Impactos esperados		
<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria dos níveis de valor acrescentado local e da respetiva partilha; • Redução da vulnerabilidade económica; • Melhoria da sustentabilidade do uso dos recursos naturais; • Aumento da autonomia/soberania alimentar. 		
Relevância estratégica (Estruturante / Complementar)		
Estruturante		
Estimativa de Investimento (quando possível)	Calendarização	
	2017-2020	2021-2025
	X	X
Fontes de Financiamento		
POR Alentejo 2020 e PDR 2020.		

Designação					
Criação de um dispositivo de monitorização da execução da CED e das dinâmicas de desenvolvimento concelhio					
Memória Descritiva					
<p>Trata-se de elaborar um Plano de Monitorização e criar um dispositivo adequado contendo um conjunto de indicadores que permita aferir os progressos na realização física e financeira, bem como a avaliar o grau de convergência dos resultados observados com os objetivos e resultados esperados, quer no que respeita aos projetos da CED quer de outros projetos e programas de investimento com contributos para o Modelo de Intervenção Estratégica (p.ex., PEDU, programa de investimentos municipais no quadro do ITI do Alentejo Central/CIMAC e outros).</p> <p>O projeto envolve as seguintes componentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Definição dos indicadores de realização física e financeira e de resultado adequados, tendo como referência os resultados esperados indicados nas Fichas de Projeto e os resultados esperados dos outros programas de investimento e projetos de iniciativa pública e privada com contributo para a prossecução do Modelo de Intervenção Estratégica, centralizando assim informação relevante para a monitorização mais abrangente da implementação das políticas municipais e das dinâmicas de desenvolvimento concelhio. - Definição das fontes de informação (sistemas de informação estatística nacional e setoriais, serviços municipais, entidades parceiras envolvidas na execução dos projetos, etc.) e forma de cálculo nos casos aplicáveis; - Definição dos procedimentos de recolha e registo de dados e respetiva regularidade (trimestral, semestral, anual, ...); - Criação e atualização permanente de uma Base de Dados para registo e armazenamento dos dados necessários ao cálculo dos indicadores de monitorização; - Definição da afetação de recursos humanos e das respetivas responsabilidades. 					
Objetivos específicos					
<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar a gestão estratégica e operacional municipal; • Garantir condições de avaliação da execução da CED e das dinâmicas de desenvolvimento concelhio; • Identificar desvios e propor medidas para a correção da trajetória de cumprimento dos objetivos e resultados esperados; • Facilitar o fornecimento de dados sobre a execução e resultados de projetos cofinanciados, às entidades gestoras dos programas de financiamento (CIMAC enquanto entidade gestora do ITI do Alentejo Central; e AG do PO Regional Alentejo 2014-20). 					
Entidades a envolver					
Entidade Promotora/Responsável	Outras Entidades Parceiras				
Município de Montemor o Novo	Entidades envolvidas na execução dos projetos e intervenções alvo de monitorização				
Resultados e Impactos esperados					
<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração e disponibilização de reportes e de relatórios técnicos atualizados de demonstração de resultados e de apoio à gestão municipal • Publicação on-line e através de outros canais de comunicação dos resultados) 					
Enquadramento nos Objetivos da Carta Estratégica					
[Articulação plena com a Matriz de Objetivos]					
Relevância estratégica (Estruturante/Complementar)					
Complementar					
Estimativa de Investimento (quando possível)	Calendarização				
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>2017-2020</th> <th>2021-2025</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>X</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	2017-2020	2021-2025	X	
2017-2020	2021-2025				
X					
Fontes de Financiamento					
Orçamento Municipal.					

ANEXOS

Parte A - Atualização da Carta Estratégica

Anexo A. Reuniões de trabalho com Entidades Locais

Anexo B. Necessidades de Formação

Anexo C. Demografia

Anexo D. Indicadores de Estrutura Empresarial e Emprego

Anexo E. Agricultura e Desenvolvimento Rural

Anexo F. Turismo e Património

Anexo A. Reuniões de trabalho com Entidades Locais

Avaliação da Carta Estratégica

Domínios de trabalho	Reuniões realizadas
Reuniões com vereador de Pelouros relevantes dos PA	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente Hortênsia Menino • Vereador João Marques • Vereadora Palmira Catarro
Reuniões com Diretores de Divisão (Cultura, Desporto e Juventude; e Ação Social, Saúde e Educação)	<ul style="list-style-type: none"> • Luís Miguel Fonseca Ferreira (Chefe Divisão Cultura, Desporto e Juventude; e Ação Social, Saúde e Educação)
Dirigentes e técnicos da estrutura orgânica para algumas sessões de trabalho centradas na Avaliação da Carta Estratégica (recolha informação relativa a realizações/resultados e a utilidade da Carta Estratégica)	<ul style="list-style-type: none"> • José Augusto Lopes (Desporto/Piscinas municipais) • Ana Paula Ribeiro (Educação) • Ana Maria Friederich (Ação Social) • Rúben Costa (Cultura/Centro Juvenil) • Anabela Ferreira (Juventude/Centro Juvenil) • Lídia Cantanhede (Oficina Criança) • Idalete Lebre (Arquivo Municipal) • Briolanja Russo (Área Económica) • Jorge Mestrinho (Águas, saneamento e resíduos) • Maria João Matos (Ambiente)

Identificação de dimensões problema e priorização das principais Necessidades de intervenção/Desafios estratégicos para a Carta Estratégica Montemor 2025

Domínios	Entidades consultadas em reunião
Educação, Formação e Juventude	<ul style="list-style-type: none"> • Agrupamento escolas de Montemor-o-Novo • Associação de Jovens das Cortiçadas de Lavre • ACLD - Associação Cultural Lavre Dinâmico • IIEFP- Centro de Emprego de Montemor-o-Novo
Cultura	<ul style="list-style-type: none"> • Alma d'Arame - Associação Cultural • Grupo dos Amigos de Montemor • Oficinas do Convento - Associação de artes e multimédia • Theatron - Associação Cultural • Coral São Domingos • Espaço do Tempo
Desporto	<ul style="list-style-type: none"> • Grupo União Sport (futebol) • Clube Ténis de Montemor
Saúde e Ação Social	<ul style="list-style-type: none"> • Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo • Hospital São João de Deus • Comunidade Sócio Terapêutica Casa João Cidade • Associação Abrigo dos Velhos Trabalhadores • Porta Mágica • CERCIMOR.
Desenvolvimento Económico	<ul style="list-style-type: none"> • APORMOR • Associação de Regantes da Barragem dos Minutos • Caixifácil, Lda • Câmara de Montemor-o-Novo • Caminhos do Futuro • Campo Alegre, Lda • EIP • FJ Cork • Herdade Freixo do Meio • Liga dos Pequenos e Médios Agricultores de Montemor-o-Novo (LPMA) • Lusomad • Monte Selvagem • Silcom • Solar da Giesteira • Topavipec.

Anexo B. Necessidades de Formação

Áreas de formação/cursos em que as entidades formativas deveriam apostar, tendo em conta a sustentabilidade e estratégia do desenvolvimento económico do Concelho

Entidade auscultada	Áreas de formação/Cursos
Agrupamento de Escolas	Agricultura, produção de carne, produção de vinho e Serviços
CERCIMOR	Formação tecnológica
CELFINFO	TIC, Turismo e Línguas
IEFP	Área agrícola, bens transacionáveis, tecnologia de ponta, agro análises - internacionalização no mercado exportador. Dinamização de pequenas e médias empresas nas áreas dos produtos regionais (artesanato,...).

Fonte: Apoio à Implementação e Funcionamento do Gabinete de Inovação e Gestão Estratégica, GON (2013).

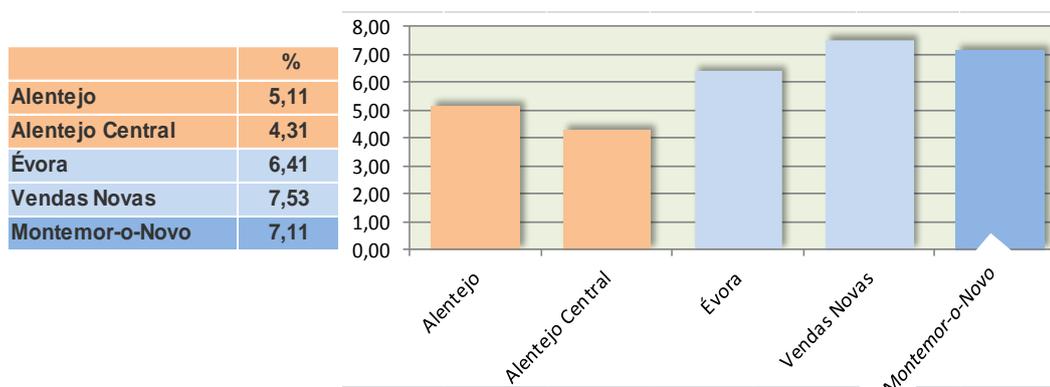
O quadro seguinte completa as referências dos Operadores de Formação e apresenta um conjunto de observações recolhidas junto das entidades locais entrevistadas, que dão conta da existência de necessidades de formação, requalificação e recrutamento de recursos humanos, nas esferas da educação e juventude, bem como do setor social e da saúde.

Necessidades de qualificação e recrutamento de recursos humanos identificadas no decurso das entrevistas

Perfil de necessidades	Setor Social
Qualificação do pessoal técnico	<ul style="list-style-type: none"> Formação do pessoal técnico de ação direta das instituições de apoio à população idosa: Geriatria, Relação humana e gestão de conflitos, Nutrição, Técnicas de mobilidade de doentes, e Demências. [Cenário de operacionalização: parceria com Instituto João de Deus] Formação especializada na área da Demência (extensão do projeto piloto em curso na SCM no âmbito do projeto VIDAS). [Cenário de operacionalização: parceria com Direção Geral de Saúde, Associação Nacional de Doentes de Alzheimer e União das Misericórdias como principais operadores]
Capacitação no plano da gestão	<ul style="list-style-type: none"> Maiores necessidades prendem-se com Gestão financeira e Administrativa/logística (aplicação de normas e regras, regulamentos, participações,...).
Recrutamento de profissionais especializados	<ul style="list-style-type: none"> Necessidades da Casa Abrigo dos Velhos Trabalhadores a superar por via do recurso a Apoios à contratação: Psicólogo/especialidade de demência e saúde mental; Enfermeiro; Porteiro.
Juventude / Associativismo / Desporto	
Capacitação no plano da gestão	<ul style="list-style-type: none"> Apoio administrativo de suporte às atividades associativas (a Câmara Municipal tem apoiado o arranque de projetos, mas falta um apoio continuado de suporte às atividades de gestão de projetos, incluindo no âmbito da preparação de candidatura a programas de financiamento).
Qualificação do pessoal técnico	<ul style="list-style-type: none"> Formação dos dirigentes e técnicos desportivos, sobretudo ao nível dos escalões mais jovens.
Recrutamento de profissionais especializados	<ul style="list-style-type: none"> Necessidades decorrentes da abertura do novo espaço da Oficina da Criança: 1 animador de atividades ao ar livre/desportivas; 1 educador artístico; e 1 técnico de atelier (com vista ao reforço da equipa atual).
Saúde	
Qualificação do pessoal técnico	<ul style="list-style-type: none"> Necessidade de reforço de formação de aprofundamento/reciclagem dos recursos humanos, sobretudo dirigida a auxiliares de ação médica. [Cenário de operacionalização: articulação com o Centro de Emprego]
Educação	
Recrutamento de profissionais especializados	<ul style="list-style-type: none"> Necessidade de reforço das equipas de pessoal não docente especializado, nomeadamente, Psicólogos e técnicos de orientação vocacional e Assistentes sociais.

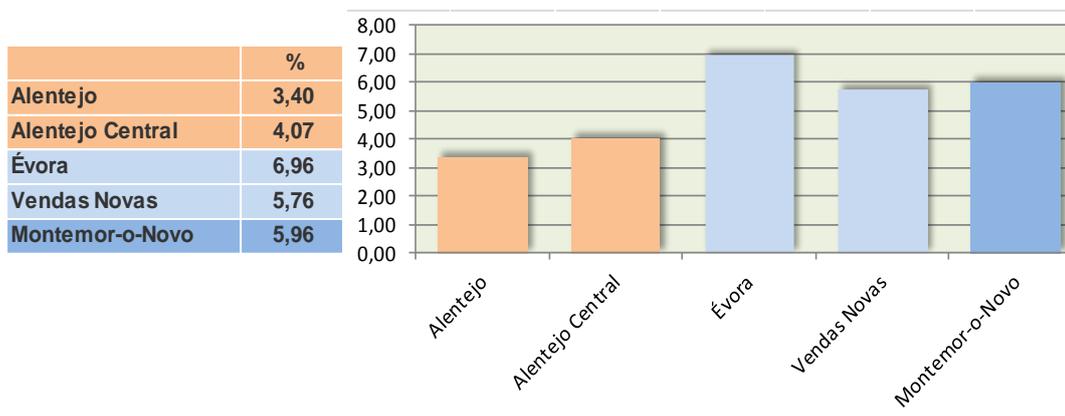
Anexo C. Demografia

Quadro C. 1. Taxa de atração total (2011)



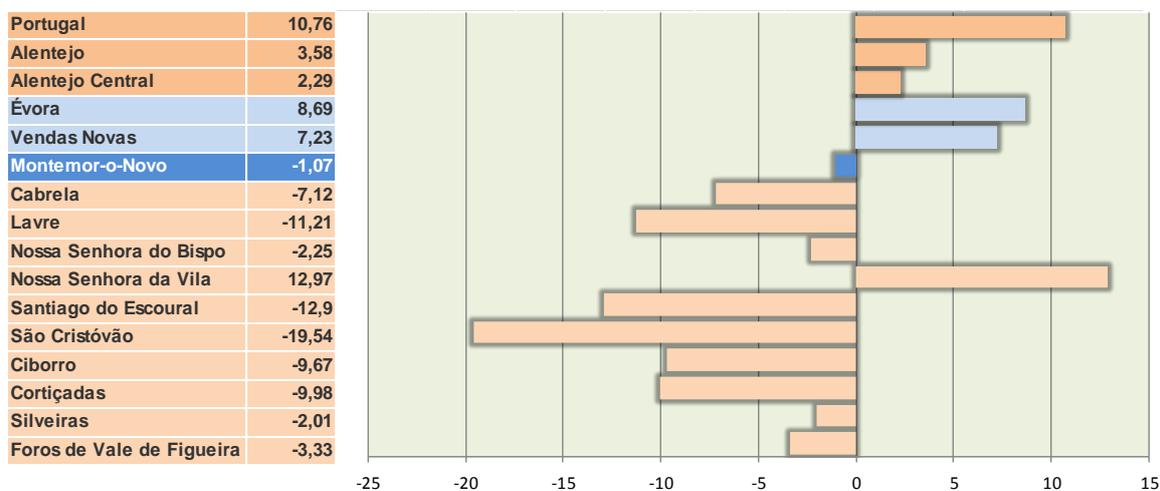
Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2011.

Quadro C. 2. Taxa de Repulsão Interna (2011)



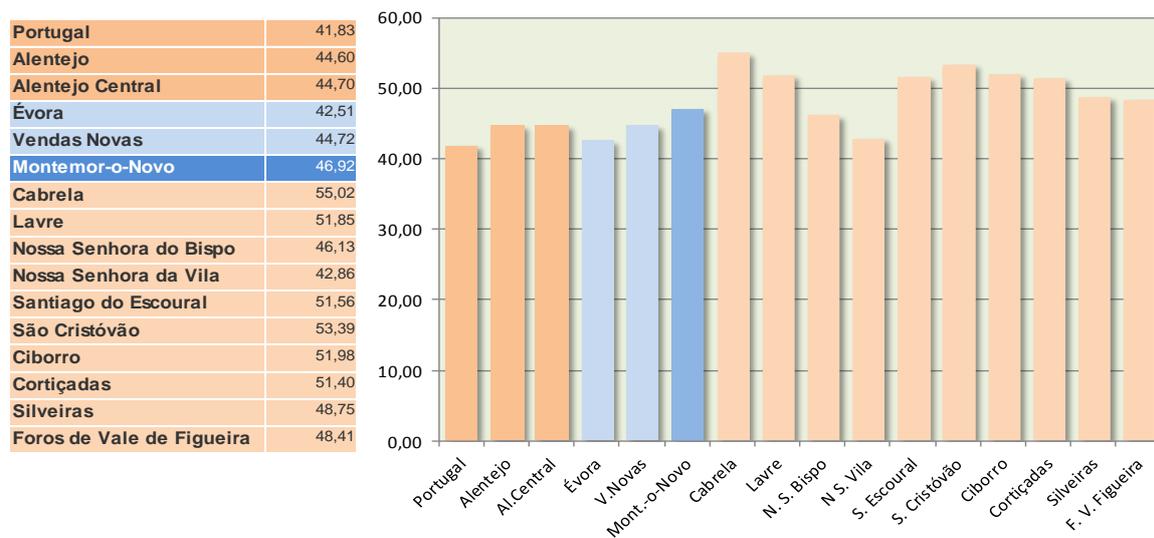
Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2011.

Quadro C. 3. Taxa de Variação do N.º de famílias clássicas residentes (2001 - 2011)



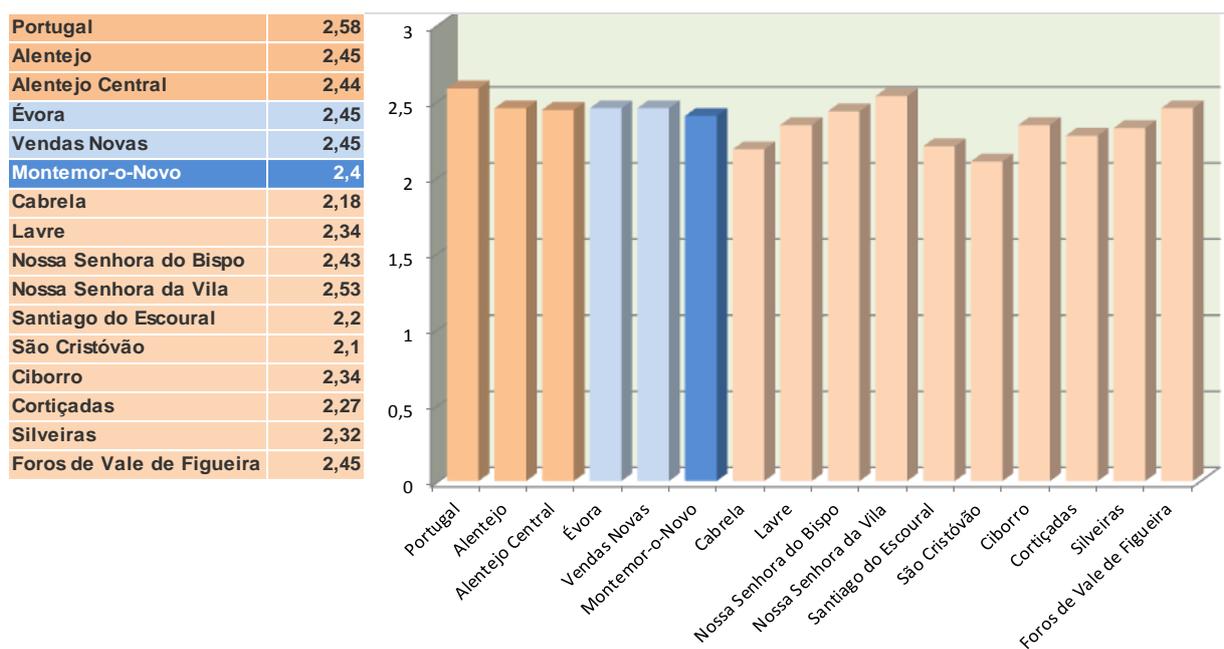
Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2011.

Quadro C. 4. Idade média da População residente (nº de anos) - 2011



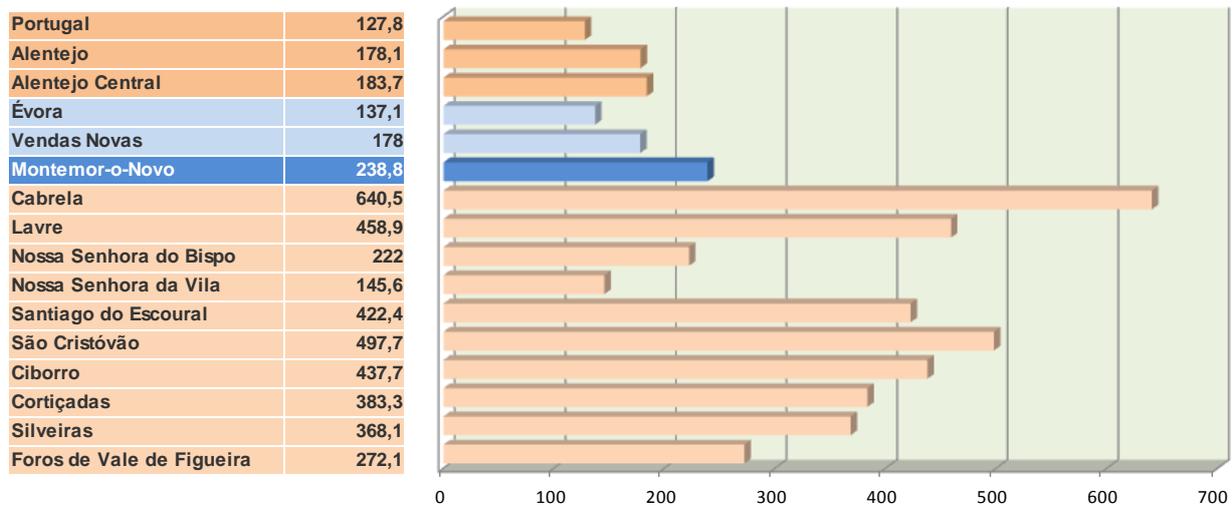
Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2011.

Quadro C. 5. Dimensão média da família clássica (Nº de residentes) - 2011



Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2011.

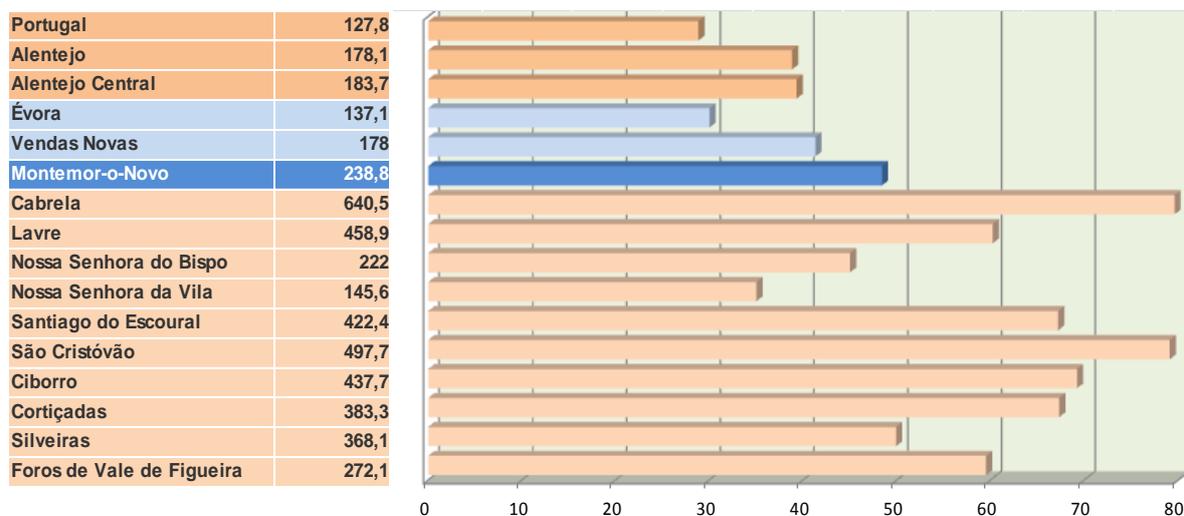
Quadro C. 6. Índice de envelhecimento* (2011)



* Quociente entre a população idosa (65 e + anos) e jovem (< 15 anos).

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2011.

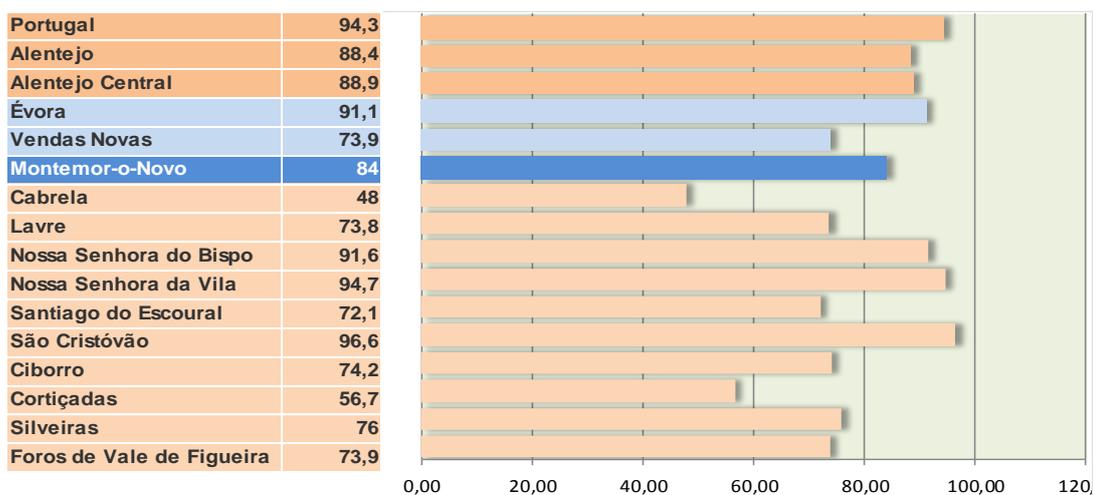
Quadro C. 7. Índice de dependência de idosos* (2011)



*Quociente entre a população idosa (65 e + anos) e a população em idade ativa (entre 15 anos 64 anos).

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação 2011.

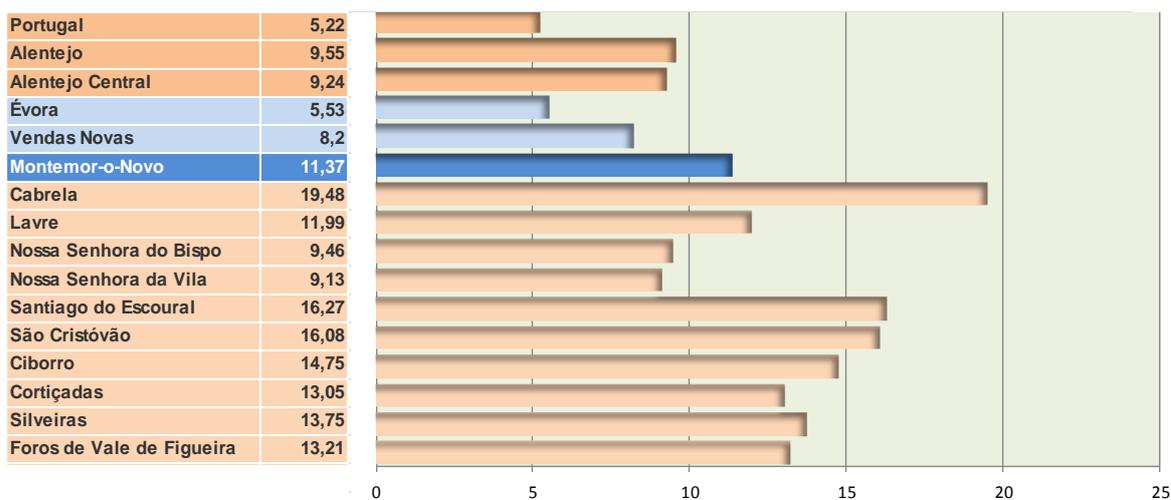
Quadro C. 8. Índice de renovação da população em idade ativa*



*Quociente entre a população com idades entre 20-29 anos e a população com idade entre 55 a 64 anos.

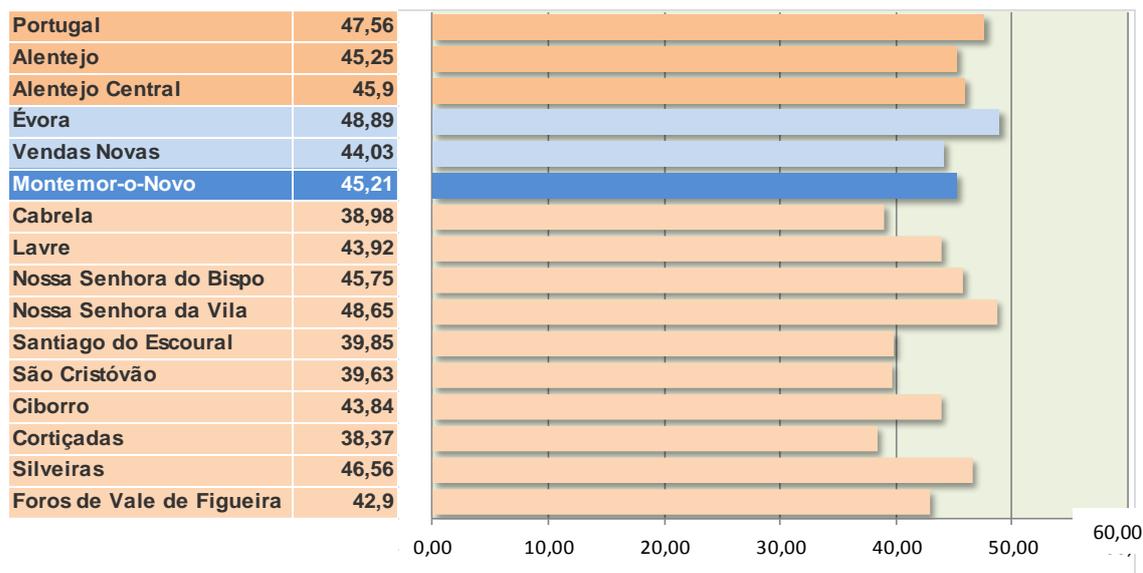
Fonte: INE, *Recenseamento da População e Habitação, 2011*.

Quadro C. 9. Taxa de Analfabetismo (2011)



Fonte: INE, *Recenseamento da População e Habitação, 2011*.

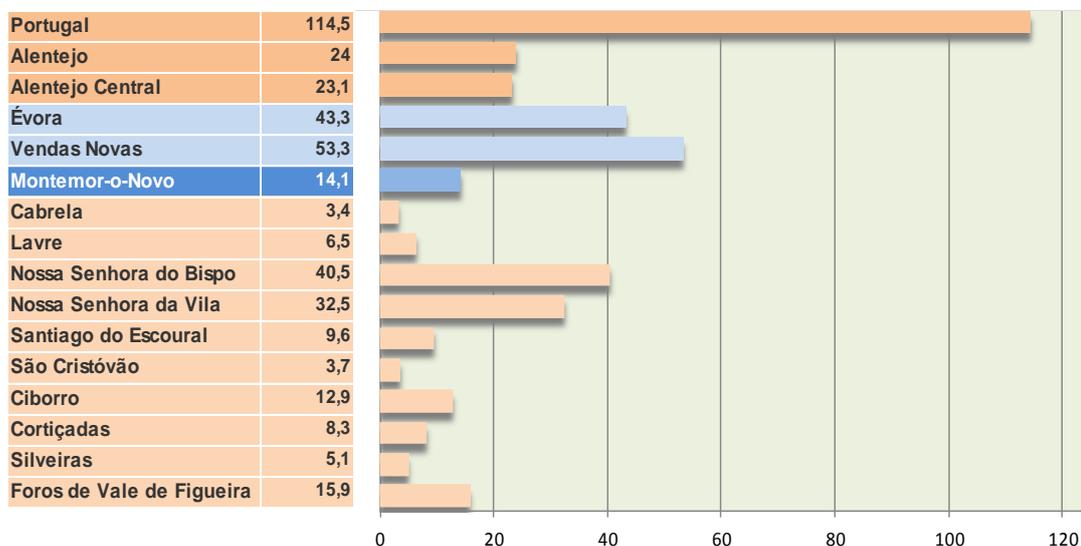
Quadro C. 10. Taxa de atividade* (2011)



* População ativa residente/ população residente.

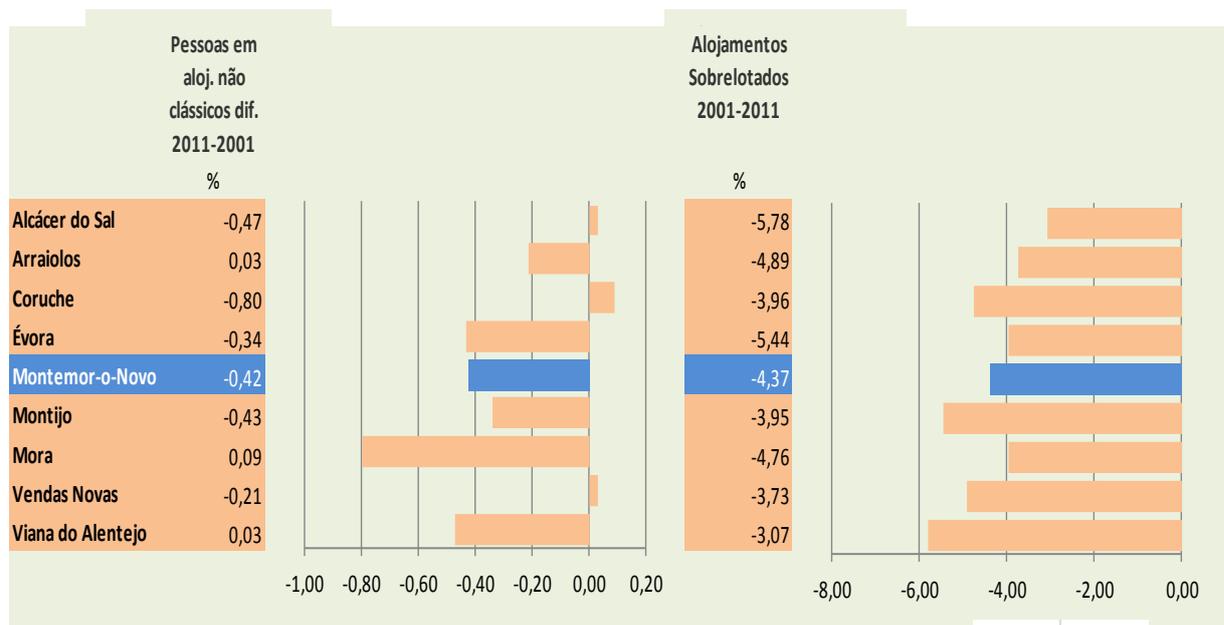
Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2011.

Quadro C. 11. Densidade da População Residente (nº de habitantes/Km2) - 2011



Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação, 2011.

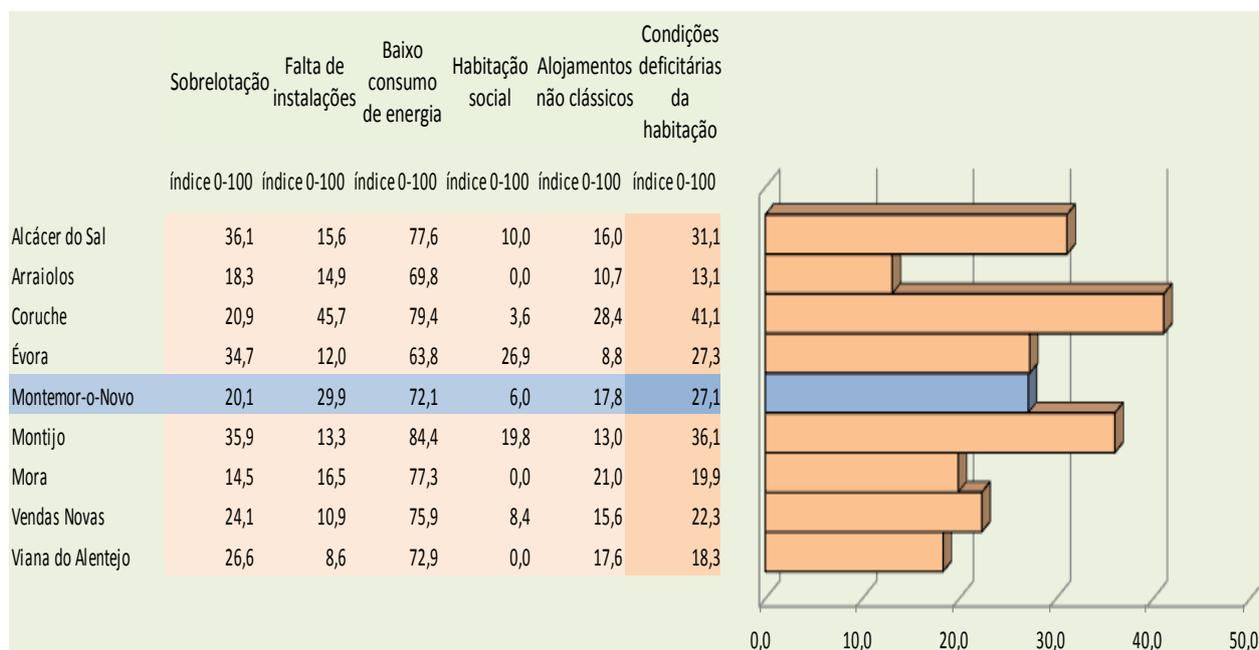
Quadro C. 12. Evolução das condições dos alojamentos (2001 - 2011)



*Pessoas em alojamentos não clássicos e alojamentos sobrelotados.

Fonte: INE, Censos 2011.

Quadro C. 13. Condições deficitárias de habitação - Alojamentos, 2011



Fonte: ISS, Referencial de Coesão Social - Base de dados (IESE, 2014).

Anexo D. Indicadores de Estrutura Empresarial e Emprego

Quadro D. 1. Estrutura empresarial (setores não financeiros) Concelho, da sub-região e da Região, evolução entre 2007 e 2015 (Nº de empresas)

Empresas dos setores não financeiros	Montemor-o-Novo			Alentejo Central			Região do Alentejo		
	2007	2015	Var. (%)	2007	2015	Var. (%)	2007	2015	Var. (%)
Agricultura, Pecuária, Florestas, Caça e Pesca	435	515	18,4	3.281	4.133	26,0	15.036	19.327	28,5
Indústrias extrativas e transformadoras	109	88	-19,3	1.379	1.059	-23,2	5.279	4.119	-22,0
Energia, Águas, Saneamento e Resíduos	-	2	-	22	32	45,5	78	166	112,8
Construção	216	127	-41,2	1.722	1.054	-38,8	7.391	4.249	-42,5
Comércio (grosso e retalho) e reparação auto	457	363	-20,6	4.666	3.523	-24,5	20.508	15.461	-24,6
Transportes e Armazenagem	34	37	8,8	395	298	-24,6	1.786	1.366	-23,5
Alojamento, restauração e similares	197	163	-17,3	1.818	1.706	-6,2	7.824	7.095	-9,3
Informação, comunicação e imobiliário	45	35	-22,2	406	444	9,4	1.646	1.738	5,6
Restantes serviços	711	724	1,8	6.514	6.500	-0,2	26.288	26.189	-0,4
TOTAL	2.204	2.054	-6,8	20.203	18.749	-7,2	85.836	79.710	-7,1

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE).

Quadro D. 2. Estrutura de pessoal (setores não financeiros) no Concelho, sub-região e da Região, evolução entre 2007 e 2015 (nº de pessoas ao serviço nas empresas)

Empresas dos setores não financeiros	Montemor-o-Novo			Alentejo Central			Região do Alentejo		
	2007	2015	Var. (%)	2007	2015	Var. (%)	2007	2015	Var. (%)
Agricultura, Pecuária, Florestas, Caça e Pesca	1.052	1.033	-1,8	7.289	7.342	0,7	32.063	37.425	16,7
Indústrias extrativas e transformadoras	536	476	-11,2	10.280	nd	-	38.538	33.768	-12,4
Energia, Águas, Saneamento e Resíduos	nd	nd	-	nd	nd	-	1.024	2.069	102,1
Construção	695	316	-54,5	5.751	2.738	-52,4	26.628	12.730	-52,2
Comércio (grosso e retalho) e reparação auto	1.186	810	-31,7	10.031	8.020	-20,0	47.374	38.491	-18,8
Transportes e Armazenagem	135	nd	-	950	1.218	28,2	6.362	6.479	1,8
Alojamento, restauração e similares	375	281	-25,1	3.842	3.858	0,4	15.864	14.800	-6,7
Informação, comunicação e imobiliário	nd	62	-	nd	931	-	3.145	3.186	1,3
Outros serviços	1.056	1.073	1,6	6.514	9.854	51,3	45.167	40.473	-10,4
Total	5.116	4.134	-19,2	50.278	42.906	-14,7	216.165	189.421	-12,4

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE).

Quadro D. 3. Estrutura do Valor Acrescentado Bruto (setores não financeiros) no Concelho, sub-região e da Região, evolução entre 2007 e 2015 (milhares de euros a preços de mercado)

Empresas dos setores não financeiros	Montemor-o-Novo			Alentejo Central			Região do Alentejo		
	2007	2015	Var. (%)	2007	2015	Var. (%)	2007	2015	Var. (%)
Agricultura, Pecuária, Florestas, Caça e Pesca	9.812	2.941	-70,0	54.125	62.408	15,3	321.692	429.075	33,4
Indústrias extrativas e transformadoras	10.304	13.322	29,3	248.861	nd	-	1.383.443	1.204.495	-12,9
Energia, Águas, Saneamento e Resíduos	nd	nd	-	nd	nd	-	66.290	136.951	106,6
Construção	11.506	4.831	-58,0	76.389	34.349	-55,0	351.541	179.743	-48,9
Comércio (grosso e retalho) e reparação auto	14.705	12.839	-12,7	141.367	117.005	-17,2	765.618	659.033	-13,9
Transportes e Armazenagem	2.525	nd	-	16.067	27.927	73,8	235.366	281.628	19,7
Alojamento, restauração e similares	4.656	2.485	-46,6	55.497	41.797	-24,7	221.131	162.135	-26,7
Informação, comunicação e imobiliário	nd	38	-	nd	25.580	-	58.267	72.879	25,1
Outros serviços	9.425	10.844	15,1	125.761	103.564	-17,7	533.016	444.041	-16,7
TOTAL	66.912	48.305	-27,8	742.064	657.083	-11,5	3.936.364	3.569.980	-9,3

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE).

Quadro D. 4. Dimensão média das empresas (setores não financeiros) em termos de pessoal, evolução entre 2007 e 2015 (pessoal por empresa)

Empresas dos setores não financeiros	Montemor-o-Novo			Alentejo Central			Região do Alentejo		
	2007	2015	Var. (%)	2007	2015	Var. (%)	2007	2015	Var. (%)
Agricultura, Pecuária, Florestas, Caça e Pesca	2,4	2,0	-16,4	2,2	1,8	-19,3	2,1	1,9	-7,8
Indústrias extrativas e transformadoras	4,9	5,4	10,4	7,5	nd	-	7,3	8,2	12,3
Energia, Águas, Saneamento e Resíduos	nd	nd	-	nd	nd	-	13,1	12,5	-4,9
Construção	3,2	2,5	-22,2	3,3	2,6	-21,3	3,6	3,0	-16,8
Comércio (grosso e retalho) e reparação auto	2,6	2,2	-14,2	2,1	2,3	8,4	2,3	2,5	8,2
Transportes e Armazenagem	4	nd	-	2,4	4,1	70,3	3,6	4,7	31,8
Alojamento, restauração e similares	1,9	1,7	-9,3	2,1	2,3	7,7	2	2,1	4,3
Informação, comunicação e imobiliário	-	1,8	-	-	2,1	-	-	1,8	-
Outros serviços	1,5	1,5	-1,2	1	1,5	51,6	1,7	1,5	-9,1
Dimensão média geral	2,3	2,0	-12,5	2,5	2,3	-8,5	2,5	2,4	-4,9

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE).

Quadro D. 5. Produtividade média do pessoal (setores não financeiros) em termos de VAB, evolução entre 2007 e 2015 (VAB por empregado-euros)

Empresas dos setores não financeiros	Montemor-o-Novo			Alentejo Central			Região do Alentejo		
	2007	2015	Var. (%)	2007	2015	Var. (%)	2007	2015	Var. (%)
Agricultura, Pecuária, Florestas, Caça e Pesca	9.327,40	2.846,68	-69,5	7.425,60	8.500,08	14,5	10.033,10	11.464,92	14,3
Indústrias extrativas e transformadoras	19.224,30	27.988,14	45,6	24.208,30	nd	-	35.898,20	35.669,71	-0,6
Energia, Águas, Saneamento e Resíduos	nd	nd	-	nd	nd	-	64.736,50	66.191,71	2,2
Construção	16.555,70	15.287,98	-7,7	13.282,80	12.545,25	-5,6	13.201,90	14.119,66	7,0
Comércio (grosso e retalho) e reparação auto	12.398,80	15.850,77	27,8	14.093,00	14.589,18	3,5	16.161,20	17.121,74	5,9
Transportes e Armazenagem	18.706,70	-	nd	16.912,90	22.928,59	35,6	36.995,60	43.467,88	17,5
Alojamento, restauração e similares	12.415,50	8.843,06	-28,8	14.444,90	10.833,90	-25,0	13.939,20	10.955,05	-21,4
Informação, comunicação e imobiliário	nd	617,74	-	nd	27.475,94	-	18.526,80	22.874,89	23,5
Outros serviços	8.924,90	10.106,04	13,2	19.306,20	10.509,86	-45,6	11.801,00	10.971,28	-7,0
Dimensão média geral	13.079,00	11.684,74	-10,7	14.759,20	15.314,49	3,8	18.210,00	18.846,80	3,5

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE).

Quadro D. 6. Desemprego registado (dados de Dezembro)

Indicador	Montemor-o-Novo			D.R. Alentejo			Continente		
	2007	2016	Var. (%)	2007	2016	Var. (%)	2007	2016	Var. (%)
Total	430	493	14,7	17.420	22.983	31,9	377.436	452.652	19,9
Homens	167	256	53,3	6.650	10.778	62,1	151.164	211.285	39,8
Mulheres	263	237	-9,9	10.770	12.205	13,3	226.272	241.367	6,7
< 1 Ano	326	295	-9,5	12.385	12.236	-1,2	219.507	236.141	7,6
1 Ano E +	104	198	90,4	5.035	10.747	113,4	157.929	216.511	37,1
1º Emprego	63	47	-25,4	1.834	2.647	44,3	35.335	47.230	33,7
Novo Emprego	367	446	21,5	15.586	20.336	30,5	342.101	405.422	18,5
< 25 Anos	96	64	-33,3	2.839	2.965	4,4	50.682	50.945	0,5
25 - 34 Anos	134	117	-12,7	4.612	4.843	5,0	88.340	84.867	-3,9
35 - 54 Anos	146	211	44,5	6.898	10.428	51,2	160.323	203.647	27,0
55 Anos e +	54	101	87,0	3.071	4.747	54,6	78.091	113.193	45,0
< 1º Ciclo EB	60	48	-20,0	1.701	2.497	46,8	20.767	27.995	34,8
1º Ciclo EB	95	81	-14,7	4.629	4.055	-12,4	116.451	90.701	-22,1
2º Ciclo EB	59	83	40,7	3.289	3.610	9,8	66.527	70.741	6,3
3º Ciclo EB	87	83	-4,6	3.337	4.515	35,3	69.116	87.926	27,2
Secundário	81	135	66,7	3.063	5.947	94,2	65.780	113.281	72,2
Superior	48	63	31,3	1.401	2.359	68,4	38.795	62.008	59,8

Fonte: IIEFP, Estatísticas Mensais por Concelho.

Anexo E. Agricultura e Desenvolvimento Rural

Quadro E. 1. Explorações e Superfície Agrícola utilizada, no Concelho de Montemor-o-Novo

Tipo de Cultura		1999	2009	Var.
Total	Superfície (ha)	90.380	106.350	17,7
	Explorações (nº)	804	865	7,6
Terras aráveis	Superfície (ha)	45.529	16.695	-63,3
	Explorações (nº)	554	426	-23,1
Culturas temporárias	Superfície (ha)	21.089	14.664	-30,5
	Explorações (nº)	485	409	-15,7
Pousio	Superfície (ha)	24.440	2.031	-91,7
	Explorações (nº)	289	34	-88,2
Horta familiar	Superfície (ha)	26	55	111,5
	Explorações (nº)	272	460	69,1
Culturas permanentes	Superfície (ha)	3.082	4.439	44,0
	Explorações (nº)	547	429	-21,6
Pastagens permanentes	Superfície (ha)	41.743	85.161	104,0
	Explorações (nº)	266	594	123,3

Fonte: INE, Recenseamento Agrícola - Séries históricas.

Quadro E. 2. Explorações e Superfície Agrícola no Concelho

Freguesias	SAU (var. 1999-2009)		Área média por exploração (ha)	
	Nº de Explorações	Área (ha)	1999	2009
Alentejo	-16,1	0,4	43,1	51,6
Alentejo Central	-6,5	1,6	64,0	69,6
Montemor-o-Novo	7,6	17,7	112,4	122,95
Cabrela	51,0	43,1	226,6	214,87
Lavre	1,6	12,6	136,7	151,60
Nossa Senhora do Bispo	-13,0	-15,0	73,8	72,21
Nossa Senhora da Vila	-4,0	14,3	61,0	72,63
Santiago do Escoural	5,1	27,8	129,2	157,06
São Cristóvão	13,2	-0,5	180,5	158,57
Ciborro	30,8	9,3	324,5	271,29
Cortiçadas	51,6	51,0	207,7	206,85
Silveiras	44,0	30,0	131,6	118,79
Foros de Vale de Figueira	26,3	32,4	88,1	92,35

Fonte: INE, Recenseamento Agrícola - Séries históricas.

Quadro E. 3. Evolução do número de explorações agrícolas com superfície irrigável

	Explorações Agrícolas (Nº)			Superfície das Explorações Agrícolas (ha)		
	1999	2009	Var.	1999	2009	Var.
Alentejo	21.505	12.025	-44,1	249.962	215.692	-13,7
Alentejo Central	3.023	2.100	-30,5	42.676	36.112	-15,4
Montemor-o-Novo	358	231	-35,5	6.364	5.177	-18,7

Fonte: INE, Recenseamento Agrícola - Séries históricas.

Quadro E. 4. Variação das Explorações e da Superfície Agrícola Útil das culturas permanentes (%)

Tipo de Cultura		Montemor-o-Novo	Alentejo Central	Alentejo
Total	Superfície (ha)	44,0	10,9	30,3
	Explorações (nº)	-21,6	-14,4	-21,3
Frutos frescos (exceto citrinos)	Superfície (ha)	9,5	-28,3	-23,2
	Explorações (nº)	-53,2	-64,4	-63,4
Citrinos	Superfície (ha)	-70,4	-56,1	-26,6
	Explorações (nº)	-53,4	-59,4	-53,1
Frutos sub-tropicais	Superfície (ha)	0,0	-50,0	0,0
	Explorações (nº)	-75,0	-88,9	-68,2
Frutos de casca rija	Superfície (ha)	19.271,4	1.528,9	1.677,3
	Explorações (nº)	52,0	-26,3	79,4
Olival	Superfície (ha)	-4,0	-2,9	15,2
	Explorações (nº)	-21,6	-14,0	-16,9
Vinha	Superfície (ha)	54,2	35,8	2,5
	Explorações (nº)	2,8	4,9	-35,8
Outras culturas permanentes	Superfície (ha)	-	-98,3	-34,9
	Explorações (nº)	100,0	25,0	-26,5

Fonte: INE, Recenseamento Agrícola - Séries históricas.

Quadro E. 5. Distribuição da Superfície Agrícola Útil das culturas permanentes (%)

Tipo de Cultura	Montemor-o-Novo		Alentejo Central		Alentejo	
	1999	2009	1999	2009	1999	2009
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Frutos frescos (exceto citrinos)	0,7	0,5	1,5	0,9	2,2	1,3
Citrinos	0,9	0,2	1,1	0,4	1,7	1,0
Frutos sub-tropicais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Frutos de casca rija	0,2	30,5	0,4	6,1	1,1	15,5
Olival	85,2	56,8	74,7	65,4	77,9	68,8
Vinha	11,1	11,9	22,2	27,1	17,0	13,4
Outras culturas permanentes	-	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0

Fonte: INE, Recenseamento Agrícola - Séries históricas.

Quadro E. 6. Evolução da Produção de vinho, no Concelho e o peso na Região Alentejo

Un: hl

Campanha	IGP	DOP	Total	% IGP	% DOP	% Total
2009-2010	10.640	2.004	12.644	1,9	0,5	0,9
2010-2011	11.780	2.520	14.300	1,3	0,5	0,8
2011-2012	7.786	3.144	10.930	1,2	0,7	0,8
2012-2013	7.506	2.617	10.122	1,1	0,6	0,6
2013-2014	8.177	6.174	14.370	1,0	1,2	0,9
2014/2015	7.455	8.725	16.280	0,9	1,5	0,9
Variação	-29,9	335,4	28,8	-	-	-

Fonte: Instituto da Vinha e do Vinho.

Quadro E. 7. Evolução das Explorações agrícolas com culturas temporárias

Tipo de Cultura		1999	2009	Var. (%)
Total	Superfície (ha)	21.841	15.224	-30,3
	Explorações (nº)	564	443	-21,5
Cereais para grão	Superfície (ha)	7.081	2.525	-64,3
	Explorações (nº)	171	81	-52,6
Leguminosas secas para grão	Superfície (ha)	10	37	270,0
	Explorações (nº)	10	4	-60,0
Prados temporários	Superfície (ha)	1.033	471	-54,4
	Explorações (nº)	36	13	-63,9
Culturas forrageiras	Superfície (ha)	12.445	11.900	-4,4
	Explorações (nº)	452	399	-11,7
Batata	Superfície (ha)	3	1	-66,7
	Explorações (nº)	14	2	-85,7
Beterraba sacarina	Superfície (ha)	56	-	-
	Explorações (nº)	4	-	-
Culturas industriais	Superfície (ha)	1.022	-	-
	Explorações (nº)	53	-	-
Culturas hortícolas	Superfície (ha)	164	290	76,8
	Explorações (nº)	75	15	-80,0
Flores e plantas ornamentais	Superfície (ha)	-	-	-
	Explorações (nº)	2	-	-
Outras culturas temporárias	Superfície (ha)	-	-	-
	Explorações (nº)	2	-	-

Fonte: INE, Recenseamento agrícola - séries históricas.

Quadro E. 8. Povoamentos florestais por espécie de árvore dominante de Montemor-o-Novo, Alentejo Central e Alentejo

	Montemor-o-Novo		Alentejo Central		Alentejo	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Acácias	-	-	-	-	50	0,0
Azinheira	19.975	26,8	138.017	40,1	349.518	27,7
Carvalhos	25	0,0	152	0,0	5.465	0,4
Castanheiro	-	-	-	-	550	0,0
Eucaliptos	4.206	5,6	26.187	7,6	204.514	16,2
Outras folhosas	807	1,1	2.729	0,8	10.433	0,8
Outras resinosas	25	0,0	75	0,0	351	0,0
Pinheiro-bravo	204	0,3	1.931	0,6	54.674	4,3
Pinheiro-manso	3.280	4,4	11.369	3,3	85.573	6,8
Sobreiro	46.077	61,8	164.109	47,6	552.138	43,7
Total	74.599	100,0	344.569	100,0	1.263.266	100,0

Fonte: Inventário Florestal Nacional (IFN), 2005/06.

Quadro E. 9. Efetivos animais da exploração agrícola e explorações agrícolas com efetivo animal, no Concelho

Espécie animal		1999	2009	Var. (%)
Bovinos	Efetivos	31.989	43.133	34,8
	Explorações	240	250	4,2
Suínos	Efetivos	81.943	85.396	4,2
	Explorações	152	52	-65,8
Ovinos	Efetivos	77.663	58.357	-24,9
	Explorações	430	355	-17,4
Caprinos	Efetivos	1.061	990	-6,7
	Explorações	34	45	32,4
Equídeos	Efetivos	433	571	31,9
	Explorações	111	69	-37,8
Aves	Efetivos	195.677	14.600	-92,5
	Explorações	418	252	-39,7
Coelhos	Efetivos	652	76	-88,3
	Explorações	85	13	-84,7
Colmeias e cortiços povoados	Efetivos	728	255	-65,0
	Explorações	30	8	-73,3

Fonte: INE, Recenseamento Agrícola - Séries históricas.

Quadro E. 10. Nível de escolaridade dos produtores agrícolas singulares (%)

	Montemor-o-Novo		Alentejo Central		Alentejo	
	1999	2009	1999	2009	1999	2009
<i>Nenhum</i>	26,6	12,6	30,3	18,5	31,7	20,3
Não sabe ler nem escrever	14,6	8,3	16,4	9,6	18,0	11,1
Sabe ler e escrever	12,1	4,3	13,9	8,9	13,7	9,2
<i>Básico</i>	55,0	61,2	57,7	61,6	59,7	65,7
1º ciclo	43,0	44,8	44,5	43,4	47,5	47,1
2º ciclo	5,2	5,9	6,8	8,6	6,8	8,9
3º ciclo	6,8	10,5	6,5	9,6	5,5	9,7
<i>Secundário/Pós-secundário</i>	6,6	8,6	5,1	9,4	3,9	6,7
Agrícola/florestal	1,2	2,1	0,7	1,1	0,6	0,8
Não agrícola/não florestal	5,4	6,5	4,4	8,4	3,3	5,9
<i>Superior</i>	11,8	17,7	7,0	10,5	4,7	7,4
Agrícola/florestal	4,4	4,4	2,2	2,4	1,6	2,1
Não agrícola/não florestal	7,4	13,2	4,8	8,1	3,1	5,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Recenseamento Agrícola - Séries históricas.

Quadro E. 11. Projetos aprovados do ProDeR, contratados até 2014

Ação	Projetos aprovados		Investimento Total	
	Nº	%	Montante (€)	%
Total Sub-Programa 1 - Promoção da Competitividade	156	59,5	22.495.079	59,4
Gestão multifuncional	6	2,3	446.147	1,2
Instalação de jovens agricultores	32	12,2	3.747.967	9,9
Investimentos de pequena dimensão	44	16,8	1.132.733	3,0
Melhoria produtiva dos povoamentos	31	11,8	4.466.721	11,8
Modernização dos regadios coletivos tradicionais	1	0,4	45.409	0,1
Modernização e capacitação das empresas	38	14,5	12.494.041	33,0
Modernização e capacitação das empresas florestais	2	0,8	137.011	0,4
Restabelecimento do potencial produtivo	2	0,8	25.050	0,1
Total Sub-Programa 2 - Gestão Sustentável do Espaço Rural	82	31,3	12.505.684	33,0
Ordenamento e recuperação de povoamentos	4	1,5	275.005	0,7
Promoção do valor ambiental dos espaços florestais	1	0,4	53.351	0,1
Proteção contra agentes bióticos nocivos	73	27,9	11.927.762	31,5
Valorização ambiental dos espaços florestais	4	1,5	249.566	0,7
Total Sub-Programa 3 - Dinamização das Zonas Rurais	19	7,3	2.462.350	6,5
Conservação e Valorização do Património Rural	2	0,8	100.795	0,3
Criação e desenvolvimento de microempresas	4	1,5	736.359	1,9
Desenvolvimento de Atividades Turísticas e de Lazer	1	0,4	199.584	0,5
Diversificação de atividades na exploração agrícola	3	1,1	108.120	0,3
Serviços Básicos para a População Rural	9	3,4	1.317.492	3,5
Total Sub-Programa 4 - Promoção do Conhecimento e Desenvolvimento de Competências	5	1,9	394.148	1,0
Cooperação para a inovação	3	1,1	224.115	0,6
Desenvolvimento de serviços de aconselhamento agrícola	1	0,4	73.146	0,2
Serviços de apoio às empresas	1	0,4	96.887	0,3
Total Montemor-o-Novo	262	100,0	37.857.261	100,0

Fonte: ProDeR, informação extraída a 31/12/2014.

Quadro E. 12. Valor Acrescentado Bruto das Empresas do setor primário

Un: 10⁶€

Atividade Económica	Montemor-o-Novo			Alentejo Central			Alentejo		
	2007	2013	Var.	2007	2013	Var.	2007	2013	Var.
Total	66,912	53,669	-19,8	742,064	553,625	-25,4	3.936,36	3.016,45	-23,4
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	9,812	11,392	16,1	54,125	48,641	-10,1	321,691	308,122	-4,2
Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados	7,939	10,324	30,0	47,858	43,628	-8,8	273,905	272,306	-0,6
Silvicultura e exploração florestal	1,872	1,068	-42,9	6,181	4,981	-19,4	41,845	30,942	-26,1

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE).

Quadro E. 13. Saldo da Constituição/ Dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparada (Nº)

Atividade Económica	Montemor-o-Novo		Alentejo Central		Alentejo	
	2008	2016	2008	2016	2008	2016
Total	-18	0	149	12	411	22
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	-8	2	29	38	126	260
Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados	-10	4	22	34	108	237
Silvicultura e exploração florestal	2	-2	7	4	21	23

Fonte: *Direção-Geral da Política de Justiça* (extraído do INE).

Quadro E. 14. Exportações de bens - Comércio Internacional, de produtos agrícolas e produções animais (€)

Tipo de Bens	2008	2015
Animais vivos e produtos do reino animal	1.190	1.189.803
Animais vivos	-	1.188.570
Carnes e miudezas, comestíveis	-	189
Leite e lacticínios; ovos de aves; mel natural; produtos comestíveis de origem animal, não especificados nem compreendidos noutros capítulos	1.190	1.044
Produtos do reino vegetal	220	401
Cereais	-	401
Frutas; cascas de citrinos e de melões	220	-
Gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua dissociação; gorduras alimentícias elaboradas; ceras de origem animal ou vegetal	-	60

Fonte: INE, *Estatísticas do Comércio Internacional de bens*.

Anexo F. Turismo e Património

Quadro F. 1. Nº de estabelecimentos hoteleiros segundo o tipo de estabelecimento e capacidade de alojamento, 2015

NUT/Concelho	Estabelecimentos				Capacidade de alojamento			
	Total	Hotelaria	Alojamento local	TER / TH	Total	Hotelaria	Alojamento local	TER / TH
Continente	3.615	1.378	1.074	1.163	317.912	253.677	44.091	20.144
Alentejo	497	110	112	275	21.472	12.168	3.599	5.705
Alentejo Central	118	29	30	59	5.264	3.187	880	1.197
Alandroal	7	0	1	6	133	0
Arraiolos	4	2	0	2	137	...	0	...
Borba	6	0	2	4	95	0
Estremoz	10	3	4	3	471	239	217	15
Évora	31	16	7	8	2.771	2.401	230	140
Montemor-o-Novo	8	2	2	4	304	175
Mora	6	1	1	4	120
Mourão	4	0	0	4	61	0	0	61
Portel	7	0	2	5	144	0
Redondo	4	0	2	2	115	0
Reguengos de Monsaraz	20	1	7	12	496	280
Vendas Novas	3	1	2	0	117	0
Viana do Alentejo	5	0	0	5	67	0	0	67
Vila Viçosa	3	3	0	0	233	233	0	0

Legenda: TER/TH: Turismo no espaço rural e Turismo de habitação; Capacidade de alojamento: Número máximo de indivíduos que os estabelecimentos podem alojar num determinado momento ou período, sendo este determinado através do número de camas existentes e considerando como duas as camas de casal.

Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2015.

Quadro F. 2. Capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros por 1000 habitantes, 2004-2015

Período de referência dos dados	Capacidade de alojamento (%)		
	Alentejo	Alentejo Central	Montemor-o-Novo
2015	29,5	33,1	18,5
2014	24,9	28,5	19,6
2013	16,8	18	---
2012	17,8	19,6	---
2011	17,1	18,2	8
2010	15,9	18,1	6,9
2009	14,1	17,2	6,9
2008	13,2	16,6	6,8
2007	13,1	16,4	6,8
2006	12,2	15,2	8,6
2005	11,8	14,6	6,8
2004	12,1	12,9	2,3

Nota: Capacidade de alojamento = Capacidade de alojamento nos estabelecimentos hoteleiros/ Número de habitantes*1000.

Fonte: INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria. Dados extraídos em 27 de Janeiro de 2017.

Quadro F. 3. Nº de empresas por atividade económica com influência no sector do turismo em 2008 e 2015

Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3)	Período de referência dos dados	N.º de Empresas					
		Alentejo	Var. (%)	Alentejo Central	Var. (%)	Montemor-o-Novo	Var. (%)
Total	2015	8.653	-9,7	2.138	-8,2	219	-14,5
	2008	9.582		2.329		256	
Alojamento	2015	969	47,9	225	26,4	18	-14,3
	2008	655		178		21	
Restauração e similares	2015	6.126	-16,0	1.481	-12,8	145	-19,0
	2008	7.293		1.699		179	
Atividades de teatro, de música, de dança e outras atividades artísticas e literárias	2015	1.016	1,7	294	-3,0	44	0,0
	2008	999		303		44	
Atividades das bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais	2015	11	-38,9	3	-62,5	2	100,0
	2008	18		8		1	
Atividades desportivas, de diversão e recreativas	2015	531	-13,9	135	-4,3	10	-9,1
	2008	617		141		11	

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE).

Quadro F. 4. Valor Acrescentado Bruto (VAB) das empresas com influência no sector do turismo, por atividade económica em 2008 e 2015

Período de referência dos dados	Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3)	Valor Acrescentado Bruto (€)		
		Alentejo	Alentejo Central	Montemor-o-Novo
2015	Total	167.589.280	45.144.322	2.526.865
	Alojamento	38.180.786	11.670.135	322.740
	Restauração e similares	123.954.019	30.127.069	2.162.161
	Atividades de teatro, de música, de dança e outras atividades artísticas e literárias	...	1.310.225	...
	Atividades das bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais	...	153.593	...
	Atividades desportivas, de diversão e recreativas	5.454.475	1.883.300	41.964
	Total	232.663.173	58.278.529	4.576.557
2008	Alojamento	33.260.090	13.142.757	519.707
	Restauração e similares	186.701.607	42.002.145	3.751.243
	Atividades de teatro, de música, de dança e outras atividades artísticas e literárias	6.127.692	1.738.841	222.712
	Atividades das bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais	608.791
	Atividades desportivas, de diversão e recreativas	5.964.993	1.394.786	82.895

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE).

Quadro F. 5. Volume de negócios das empresas com influência no sector do turismo, por atividade económica em 2008 e 2015

Período de referência dos dados	Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3)	Volume de negócios (€)		
		Alentejo	Alentejo Central	Montemor-o-Novo
2015	Total	450.461.903	115.843.405	6.641.768
	Alojamento	99.846.191	26.253.191	739.407
	Restauração e similares	333.375.608	79.333.821	5.694.470
	Atividades de teatro, de música, de dança e outras atividades artísticas e literárias	...	2.544.237	...
	Atividades das bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais	...	314.558	...
	Atividades desportivas, de diversão e recreativas	17.240.104	7.397.598	207.891
2008	Total	549.429.616	131.768.936	11.791.112
	Alojamento	73.151.490	25.738.710	1.870.662
	Restauração e similares	449.520.977	99.414.679	8.776.059
	Atividades de teatro, de música, de dança e outras atividades artísticas e literárias	10.548.761	2.756.321	328.532
	Atividades das bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais	1.561.815
	Atividades desportivas, de diversão e recreativas	14.646.573	3.859.226	815.859

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE).

Quadro F. 6. Galerias de arte e outros espaços de exposição temporária em 2009 e 2015

Territórios	Número		Var. (%)
	2009	2015	
Continente	845	972	15,0
Alentejo	89	140	57,3
Alentejo Central	29	39	34,5
Alandroal	1	1	0,0
Arraiolos	1	2	100,0
Borba	1	1	0,0
Estremoz	1	2	100,0
Évora	12	13	8,3
Montemor-o-Novo	3	6	100,0
Mora	1	1	0,0
Mourão	1	2	100,0
Portel	1	2	100,0
Redondo	2	2	0,0
Reguengos de Monsaraz	1	3	200,0
Vendas Novas	1	1	0,0
Viana do Alentejo	0	1	-
Vila Viçosa	3	2	-33,3

Fonte: INE, Inquérito às Galerias de Arte e Outros Espaços de Exposições Temporárias.

Quadro F. 7. Exposições realizadas nas galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias entre 2004 e 2015

Período de referência dos dados (1)	N.º de Exposições		
	Alentejo	Alentejo Central	Montemor-o-Novo
2015	911	205	36
2014	876	202	20
2013	868	269	25
2012	649	166	13
2011	656	183	18
2010	702	182	16
2009	680	172	17
2008	693	216	13
2007	727	221	22
2006	735	195	18
2005	724	202	30
2004	661	174	33

(1) Quebra de série temporal em 2011.

Fonte: INE, *Inquérito às Galerias de Arte e Outros Espaços de Exposições Temporárias*.

Quadro F. 8. Despesa corrente total das Câmaras Municipais em atividades culturais e desportivas em 2013 e 2015

Euro - Milhares

Territórios	2013	2015	Var. (%)
Continente	268.177,9	290.139,4	8,2
Alentejo	40.311,8	37.404,7	-7,2
Alentejo Central	9.228,8	7.826,2	-15,2
Alandroal	489,0	92,4	-81,1
Arraiolos	594,0	398,1	-33,0
Borba	682,5	241,5	-64,6
Estremoz	632,6	617,3	-2,4
Évora	2.336,1	1.341,3	-42,6
Montemor-o-Novo	1.195,0	1.210,9	1,3
Mora	255,2	330,6	29,6
Mourão	64,1	129,5	101,8
Portel	1.010,1	997,2	-1,3
Redondo	339,0	936,7	176,3
Reguengos de Monsaraz	716,4	609,2	-15,0
Vendas Novas	294,7	211,9	-28,1
Viana do Alentejo	358,7	638,1	77,9
Vila Viçosa	261,4	71,6	-72,6

Fonte: INE, *Estatísticas da Cultura*.

Quadro F. 9. Despesa corrente das Câmaras Municipais com património cultural, publicações e literatura e música em 2013 e 2015

Un: Euro

Territórios	Património		Var. (%)	Bibliotecas e arquivos		Var. (%)	Artes do Espetáculo		Var. (%)
	2013	2015		2013	2015		2013	2015	
Continente	49.572.371	55.483.211	11,9	60.469.660	61.510.596	1,7	55.502.318	64.474.738	16,2
Alentejo	5.924.384	5.877.929	-0,8	7.541.582	7.218.761	-4,3	9.409.024	9.495.365	0,9
Alentejo Central	657.828	668.877	1,7	1.188.630	1.254.903	5,6	2.207.488	2.174.310	-1,5
Alandroal	2.750	-	-100,0	52.396	42.667	-18,6	125.028	6.638	-94,7
Arraiolos	164.853	34.939	-78,8	38.119	78.218	105,2	200.951	163.150	-18,8
Borba	-	-	-	20.641	20.311	-1,6	479.904	103.459	-78,4
Estremoz	207.064	179.195	-13,5	85.655	94.487	10,3	212.673	213.137	0,2
Évora	45.367	52.274	15,2	29.664	13.103	-55,8	102.826	358.211	248,4
Montemor-o-Novo	57.310	77.097	34,5	169.256	134.556	-20,5	398.135	383.044	-3,8
Mora	945	1.672	76,9	16.583	16.741	1,0	110.937	181.373	63,5
Mourão	-	3.129	-	63.045	40.493	-35,8	-	41.485	-
Portel	72.075	178.488	147,6	42.861	167.584	291,0	309.781	355.089	14,6
Redondo	65.538	60.339	-7,9	213.639	216.621	1,4	59.439	97.491	64,0
Reguengos de Monsaraz	39.944	60.383	51,2	185.868	217.638	17,1	-	77.067	-
Vendas Novas	-	-	-	166.678	129.334	-22,4	39.747	50.260	26,4
Viana do Alentejo	51	6.677	12992,2	104.225	78.552	-24,6	160.120	137.160	-14,3
Vila Viçosa	1.931	14.684	660,4	-	4.598	-	7.947	6.746	-15,1

Fonte: INE, Estatísticas da Cultura.

Quadro F. 10. Despesa corrente das Câmaras Municipais com artes cénicas, atividades socioculturais e recintos culturais em 2013 e 2015

Un: Euro

Territórios	Música		Var. (%)	Apoio a entidades culturais e criativas		Var. (%)	Recintos de espetáculo (construção e manutenção)		Var. (%)
	2013	2015		2013	2015		2013	2015	
Continente	15.361.011	19.852.159	29,2	38.093.297	39.970.446	4,9	9.047.978	8.943.735	-1,2
Alentejo	3.976.880	4.475.680	12,5	5.512.873	4.111.348	-25,4	1.156.447	951.818	-17,7
Alentejo Central	1.032.743	1.273.044	23,3	1.652.296	1.392.874	-15,7	176.616	250.888	42,1
Alandroal	69.886	6.275	-91,0	44.358	-	-100,0	48.016	-	-100,0
Arraiolos	98.750	155.103	57,1	138.442	79.204	-42,8	-	-	-
Borba	-	-	-	69.022	34.840	-49,5	-	-	-
Estremoz	111.183	101.721	-8,5	73.174	57.046	-22,0	70.274	67.958	-3,3
Évora	15.320	190.772	1.145,2	588.055	314.504	-46,5	-	-	-
Montemor-o-Novo	255.467	197.700	-22,6	178.551	260.011	45,6	9.846	6.287	-36,1
Mora	107.983	179.784	66,5	41.698	50.478	21,1	-	-	-
Mourão	-	39.238	-	-	-	-	-	2.247	-
Portel	193.705	117.564	-39,3	29.249	37.871	29,5	18.953	130.372	587,9
Redondo	58.209	79.215	36,1	-	310.166	-	-	-	-
Reguengos de Monsaraz	-	77.067	-	433.030	183.639	-57,6	-	-	-
Vendas Novas	23.773	45.508	91,4	18.158	10.418	-42,6	-	-	-
Viana do Alentejo	91.708	77.997	-15,0	5.350	44.367	729,3	29.527	44.024	49,1
Vila Viçosa	6.759	5.100	-24,5	33.209	10.330	-68,9	-	-	-

Fonte: INE, Estatísticas da Cultura.

Quadro F. 11. Despesa corrente das Câmaras Municipais com jogos e desportos em 2009 e 2013

Euro - Milhares

Territórios	Jogos e desportos		Var. (%)
	2009	2013	
Continente	194.288,7	173.475,0	-10,7
Alentejo	21.946,3	20.431,0	-6,9
Alentejo Central	3.529,4	4.250,0	17,7
Alandroal	67,7	51,0	-25,0
Arraiolos	69,2	81,0	17,4
Borba	70,1	132,0	88,6
Estremoz	177,3	233,0	31,6
Évora	865,2	305,0	-64,7
Montemor-o-Novo	496,0	675,0	36,1
Mora	166,4	41,0	241,7
Mourão	11,9	257,0	39,7
Portel	183,8	116,0	-43,1
Redondo	203,6	1.114,0	173,7
Reguengos de Monsaraz	406,7	75,0	-69,9
Vendas Novas	326,4	495,0	51,8
Viana do Alentejo	264,5	344,0	29,8
Vila Viçosa	220,8	330,0	49,3

Fonte: INE, *Inquérito ao Financiamento Público das Atividades Culturais das Câmaras Municipais*.

Quadro F. 12. Indicadores dos estabelecimentos de alojamento turístico por município, 2015

NUT/Concelho	Estada média de hóspedes estrangeiras/os	Hóspedes por habitante	Proporção de hóspedes estrangeiras/os	Proporção de dormidas entre julho-setembro
	N.º de noites	N.º	%	
Continente	3,0	1,8	56,2	39,7
Alentejo	1,9	1,5	31,0	42,3
Alentejo Central	1,6	2,6	42,8	37,7
Alandroal	2,7	0,6	10,7	51,4
Arraiolos	1,8	1,1	45,9	35,4
Borba	2,3	0,4	8,3	56,5
Estremoz	1,6	1,7	31,1	31,9
Évora	1,5	5,4	50,3	37,1
Montemor-o-Novo	2,0	0,8	27,5	39,3
Mora	2,4	0,7	9,9	36,0
Mourão	1,2	0,6	15,9	53,2
Portel	1,9	0,9	13,7	41,6
Redondo	1,9	0,8	25,5	46,2
Reguengos de Monsaraz	1,8	2,3	11,4	40,2
Vendas Novas	1,7	0,3	24,8	49,2
Viana do Alentejo	4,0	0,1	17,5	31,3
Vila Viçosa	1,6	2,6	29,1	36,9

Proveitos de aposento: Valores cobrados pelas dormidas realizadas por todos os hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros.

Fonte: *Anuário Estatístico da Região Alentejo*, 2015.

Quadro F. 13. Estada média no estabelecimento e taxa líquida de ocupação-cama, 2015

NUT/Concelho	Estada média no estabelecimento				Taxa líquida de ocupação-cama			
	Total	Hotelaria	Alojamento local	TER/TH	Total	Hotelaria	Alojamento local	TER/TH
	N.º de noites				%			
Continente	2,6	2,6	2,1	2,1	42,0	45,5	31,8	17,9
Alentejo	1,8	1,8	1,7	2,0	26,6	33,2	19,3	17,4
Alentejo Central	1,6	1,6	1,6	1,7	34,6	47,0	19,1	15,7
Montemor-o-Novo	1,6	1,8	14,5	4,7

Legenda: *TER / TH*: Turismo no espaço rural e Turismo de habitação; *Taxa líquida de ocupação-cama*: Relação entre o número de dormidas e o número de camas disponíveis no período de referência, considerando como duas as camas de casal.

Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2015.

Quadro F. 14. Proveitos de aposento nos estabelecimentos de alojamento turístico por município, 2015

Euro - Milhares

NUT/Concelho	Proveitos de aposento			
	Total	Hotelaria	Alojamento local	TER/TH
Continente	1.645.544	1.477.959	125.419	42.167
Alentejo	68.232	48.601	6.318	13.313
Alentejo Central	21.490	17.656	1.411	2.423
Montemor-o-Novo	1.398	253

Legenda: *TER / TH*: Turismo no espaço rural e Turismo de habitação; Proveitos de aposento: Valores cobrados pelas dormidas realizadas por todos os hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros.

Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2015.

Quadro F. 15. Hóspedes e dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico por município, 2015

NUT/Concelho	Hóspedes				Dormidas			
	Total	Hotelaria	Alojamento local	TER/TH	Total	Hotelaria	Alojamento local	TER/TH
	N.º							
Continente	17.421.868	14.700.000	2.186.408	535.460	44.709.708	38.947.688	4.628.519	1.133.501
Alentejo	1.058.492	759.942	136.912	161.638	1.924.308	1.357.189	238.344	328.775
Alentejo Central	408.642	328.203	37.404	43.035	646.812	514.358	59.964	72.490
Montemor-o-Novo	13.567	2.773	22.201	5.059

Legenda: *TER / TH*: Turismo no espaço rural e Turismo de habitação.

Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2015.

Quadro F. 16. Hóspedes nos estabelecimentos de alojamento turístico por município, segundo o país de residência habitual, 2015

NUT/Concelho	Total	Portugal	Europa (excluindo Portugal)	UE28 (excluindo Portugal)					África	América	Ásia	Oceânia / n.e.
				Total	Alemanha	Espanha	França	Reino Unido				
Continente	17.421.868	7.622.627	7.660.672	7.230.878	911.054	1.601.067	1.108.870	1.513.164	157.110	1.302.342	563.093	116.024
Alentejo	1.058.492	730.722	238.353	224.407	28.151	64.164	43.909	20.391	2.016	61.068	22.972	3.361
Alentejo Central	408.642	233.771	106.567	101.035	12.919	24.329	22.762	8.511	653	46.967	18.595	2.089
Alandroal	3.472	3.099	306	298	28	60	29	15	4	56	6	1
Arraiolos	7.901	4.273	3.272	3.192	289	160	187	1.005	0	271	64	21
Borba	2.815	2.580	222	211	35	96	38	3	2	10	1	0
Estremoz	23.037	15.877	4.960	4.684	659	1.286	890	536	17	1.794	288	101
Évora	292.361	145.232	85.172	80.675	10.402	19.691	19.725	5.888	506	42.087	17.586	1.778
Montemor-o-Novo	13.567	9.834	2.456	2.248	256	484	387	315	39	1.093	118	27
Mora	3.123	2.815	288	282	46	138	20	12	4	12	0	4
Mourão	1.619	1.362	246	243	35	45	79	12	0	10	0	1
Portel	5.704	4.921	670	621	105	190	97	54	0	96	10	7
Redondo	5.123	3.816	1.018	973	109	282	165	83	0	198	43	48
Reguengos de Monsaraz	24.490	21.704	2.223	2.083	396	511	387	129	19	463	55	26
Vendas Novas	3.567	2.682	677	654	105	309	90	37	1	53	149	5
Viana do Alentejo	663	547	108	75	19	6	20	5	1	5	2	0
Vila Viçosa	21.200	15.029	4.949	4.796	435	1.071	648	417	60	819	273	70

Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2015.

Quadro F. 17. Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico por município, segundo o país de residência habitual, 2015

NUT/Concelho	Total	Portugal	Europa (excluindo Portugal)	UE28 (excluindo Portugal)					África	América	Ásia	Oceâni a / n.e.
				Total	Alemanh a	Espanha	França	Reino Unido				
Continente	44.709.708	14.868.159	25.044.108	23.819.650	3.286.393	3.665.386	2.924.511	6.824.906	518.121	2.996.437	1.035.331	247.552
Alentejo	1.924.308	1.296.712	481.311	454.360	60.764	122.966	88.831	45.348	5.409	106.636	28.542	5.698
Alentejo Central	646.812	373.094	169.251	160.599	21.260	36.676	34.698	16.669	1.161	78.980	20.824	3.502
Alandroal	6.047	5.043	863	853	71	123	47	23	8	126	6	1
Arraiolos	12.782	6.301	5.920	5.782	438	279	343	2.721	0	461	75	25
Borba	4.311	3.775	513	493	60	216	89	5	4	14	5	0
Estremoz	33.363	21.586	7.935	7.470	1.059	1.988	1.365	897	33	3.160	427	222
Évora	458.925	234.498	130.620	123.858	16.512	29.320	28.848	10.912	912	70.619	19.320	2.956
Montemor-o-Novo	22.201	14.565	5.320	4.947	621	668	1.070	657	70	2.009	182	55
Mora	5.624	4.892	668	658	46	297	30	64	4	50	0	10
Mourão	2.510	2.196	303	298	39	52	103	13	0	10	0	1
Portel	10.432	8.976	1.242	1.171	273	310	156	93	0	193	14	7
Redondo	8.926	6.490	1.927	1.848	235	450	284	162	0	303	120	86
Reguengos de Monsaraz	38.283	33.244	4.264	4.076	920	801	698	207	27	618	103	27
Vendas Novas	7.476	5.954	1.237	1.211	171	514	132	100	4	99	177	5
Viana do Alentejo	1.404	941	450	193	53	6	38	13	1	10	2	0
Vila Viçosa	34.528	24.633	7.989	7.741	762	1.652	1.495	802	98	1.308	393	107

Fonte: Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2015.

Quadro F. 18. Espectadores de espetáculos ao vivo

Período de referência dos dados (1)	Nº de Espectadores		
	Alentejo	Alentejo Central	Montemor-o-Novo
2015	686.461	120.917	22.091
2014	769.976	163.807	25.538
2013	834.044	153.463	34.425
2012	731.053	192.172	32.265
2011	781.297	136.617	18.364
2010	1.111.309	227.035	---
2009	971.084	230.500	---
2008	1.139.439	215.429	32.155
2007	1.120.115	225.597	56.931
2006	666.757	148.929	---
2005	846.410	103.859	15.316
2004	697.275	81.727	11.844
2003	256.775	64.535	12.412
2002	335.492	80.935	9.628

(1) Quebra de série temporal em 2011. Diz-se que há uma quebra de série temporal, quando se verifica uma alteração nas normas estabelecidas para definir ou observar uma variável ao longo do tempo. A quebra pode ser o resultado de uma só alteração ou de uma combinação de várias alterações que se verificam simultaneamente num ponto de observação temporal da variável.

Fonte: INE, *Inquérito aos Espetáculos ao Vivo*.



ligados à terra

Gabinete Oliveira das Neves
desde 1993